

ANTÔNIO HEBERLÊ

TRANSGRESSÃO TRANSGÊNICA

A HISTÓRIA DOS TRANSGÊNICOS NO SUL DO BRASIL





*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

TRANSGRESSÃO TRANSGÊNICA

A história dos transgênicos no Sul do Brasil

Pelotas, RS
2010

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Clima Temperado

Endereço: BR 392 Km 78
Caixa Postal 403, CEP 96001-970 - Pelotas, RS
Fone: (53) 3275-8199
Fax: (53) 3275-8219 - 3275-8221
Home page: www.cpact.embrapa.br
E-mail: sac@cpact.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Ariano Martins de Magalhães Júnior

Secretária-Executiva: Joseane Mary Lopes Garcia

Membros: Ana Paula Schneid Afonso, Giovani Theisen, Luis Antônio Suita de Castro, Flávio Luiz Carpena Carvalho, Christiane Rodrigues Congro Bertoldi, Regina das Graças Vasconcelos dos Santos e Márcia Vizzotto

Suplentes: Beatriz Marti Emygdio e Isabel Helena Vernetti

Normalização bibliográfica: Daiane Schramm – CRB-10/1881

Editoração eletrônica: Oscar Castro e Lauro Oliveira

Capa: Lauro Oliveira

1ª edição

1ª impressão (2010): 300 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

H445t Heberlê, Antônio Luiz Oliveira

Transgressão transgênica : A história dos transgênicos no Sul do Brasil. /
Antônio Luiz Oliveira Heberlê. – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2010.
205p.

ISBN 978-85-61629-31-1

1. Transgênicos. 2. Transgressão. 3. Biotecnologia e bioética. 4. Lavoura. 5.
Campo. I. Título.

CDD 581

Autor

Antônio Luiz Oliveira Heberlê
Jornalista, Dr., Pesquisador da
Embrapa ClimaTemperado, Pelotas, RS
antonio.heberle@cpact.embrapa.br

Apresentação

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade mundial a partir de meados dos anos 90. A descrição apresentada neste livro faz uma ampla visita ao conceito que evoluiu na sociedade gaúcha, desde a sua estréia, em 1995. A proposta, então, é de navegar na história sobre os transgênicos no Estado brasileiro que ficou marcado como o epicentro das discussões sobre o assunto, em função do plantio da soja.

O Rio Grande do Sul foi sensibilizado pelas discussões que transitaram fértilmente na esfera da mídia e, no momento do embate das idéias, seria difícil compreender exatamente as forças que o compunham. Hoje, passados mais de dez anos, talvez seja possível revisar, pelos olhos da mídia e especialmente dos jornais, como esse movimento prático, quase material, dos atores sociais, disputam as noções de “transgênicos” fora dos laboratórios e campos experimentais. Na verdade, constitui-se numa oportunidade e ao mesmo tempo numa contribuição para que se possa, agora um pouco mais afastados na temporalidade, compreender mais claramente do assunto em sua dinâmica histórica e assim compreender o que se passou, com base numa análise semiótica.

Estas reflexões emergem da segunda parte da tese de Antônio Heberlê, a qual serve de base para o livro que ora apresentamos. O primeiro livro, “Significações: Os sentidos da ciência no mundo da mídia”, refere a primeira parte da tese e está amplamente divulgado nas universidades brasileiras, servindo como consulta, especialmente na área de semiótica.

A preocupação com as injunções que demarcam o conteúdo noticioso é importante porque a cobertura midiática e a opinião pública estão fortemente relacionadas. A influência da mídia na vida cotidiana parece inegável. Afinal, ela está compondo a esfera ou o ambiente da vida contemporânea. Mas, não podemos pensar que a relação entre mídia e sociedade, seja unidirecional, pois a agenda pública é onde se abastece a agenda jornalística. Mais do que isso, já

que as próprias conversações na vida cotidiana são resultantes de um processo contínuo de negociações, embasadas naquilo que está presente na esfera pública. Logicamente, muitas destas informações são ampliadas pela mídia.

O texto jornalístico, temática central deste livro, opera com observações e interpretações da realidade e neste sentido é um amplo e fértil campo para os estudos diversos, especialmente no que afeta a áreas que tratam da linguagem e dos fenômenos sociais, como é o caso do conceito “transgênicos”. Por isso, o conteúdo acadêmico, transformado agora em livro, é uma espécie de prestação de contas que a Embrapa cumpre com grande interesse e expectativa sempre que libera um dos seus empregados para os treinamentos de alto nível. Espero que a leitura contribua para esclarecer certas dúvidas ou talvez trazer outras à tona, colaborando, assim, para o fomento das diferentes dimensões que questões complexas, como é o caso da biotecnologia, impõe a cada dia.

Waldyr Stumpf Junior
Chefe-Geral
Embrapa ClimaTemperado

Sumário

Introdução	11
I - Elementos para compreender os conceitos.....	15
1.1. A autonomia dos comportamentos	24
1.2. Significação e transgênicos	36
II - Os contextos dos Transgênicos	43
2.1. As fronteiras do Rio Grande	45
2.2. A desobediência civil	47
2.3. Código de Defesa do Consumidor	52
2.4. A Monsanto e os transgênicos	54
2.5. A ética como princípio	59
2.6. Biotecnologia e bioética	62
2.7. A imprensa no Rio Grande do Sul	66
2.7.1. A saga do Correio do Povo	67
2.7.2. Jornal Zero Hora	69
2.8. Campo e Lavoura em ZH e página Rural no Correio	71
III - A mídia e os transgênicos no RS.....	73
3.1. Critérios para a análise semiótica dos materiais	76
3.2. Características do corpus	79

3.3. As operações dos jornais	80
3.3.1. Histórico do fenômeno no RS	82
3.3.2. Transgênicos e a soja no RS	97
3.3.3. Entre política e ecologia	105
3.3.4. A primeira liberação da soja transgênica.....	110
3.3.5. As disputas judiciais	113
3.3.6. O governo Fernando Henrique e os OGMs	114
3.3.7. Zona livre, ecologia ou comércio?	126
3.3.8. O transgênico e os transgênicos	131
3.3.9. A firme posição do RS	136
3.3.10. Quando a mídia vai a campo	142
3.3.11. A tensão jurídica	150
3.3.12. O embate político	152
3.3.13. A hegemonia do campo econômico	154
3.3.14. As cartas em ZH	156
3.3.15. A epopéia gaúcha pró-transgênicos	160
3.3.16. A opinião no Correio do Povo	163
3.3.17. A posição oficial de ZH	171
3.3.18. A nova Lei de Biossegurança	175

IV - As significações dos transgênicos	185
4.1. Para uma compreensão	188
4.2. Para refletir sobre os fatos	193
Referências	196
Anexos	201

Introdução

Uma das mudanças mais significativas que a cultura massiva e a velocidade da vida cotidiana atual impõe é a redução do tempo que as pessoas tem para se informarem sobre cada coisa do mundo. O tempo é cada vez mais escasso para aprofundar um tema, diante das inúmeras atividades da vida no concerto com as múltiplas ofertas simbólicas. Os meios de comunicação são dispositivos especialistas em ofertar produtos frescos para este perfil de consumo ligeiro e superficial sobre os fatos. Não há como saber muito de tudo. Por isso o homem contemporâneo é como que condicionado a sobreviver dessa visão ampla dos fatos. Ao ter a quantidade, perde a profundidade sobre as mais variadas faces das coisas, suas razões e histórias. Com essa base de saber indispensável, o homem toma posição, pois é constantemente cobrado seu posicionamento sobre as coisas, como um valor que diferencia e inclui no mundo.

Aparece, então, uma outra faceta humana interessante: a polarização, pois quando há uma posição, ela tende a ser justificada e bem argumentada e naturalmente aparecem vozes de oposição. Afinal, estamos falando de subjetividades e de campos sociais, com matrizes ideológicas secularizadas. A dicotomia acessa pelo antagonismo nesse caso é inevitável. Formam-se correntes que atacam e outras que defendem posições e geralmente vive-se como se diante dos fatos houvessem apenas dois lados. Um lado bom e um lado ruim, um certo e outro errado. Curiosamente, o lado bom é aquele que defendemos e o ruim, o outro lado.

Nos encarregamos, com o tempo, de encontrar todas as justificativas possíveis para defender o lado que nos parece certo e justo, ao mesmo tempo que juntamos todas as pedras para atirar no outro lado, como já afirmava Festinger (1975) na sua teoria da dissonância cognitiva.

Na sociedade de consumo da ordem do capital, a norma é a disputa,

por espaço, emprego, renda, parceiros(as), bens físicos e simbólicos. As livrarias de aeroporto estão cheias de livros recém tintados sobre como “vencer” neste mundo social e empresarial. Neste ambiente a felicidade maior é saber que o outro foi preterido, que o adversário perdeu o jogo, que foi derrotado, que se encontra abatido, quase morto. Essa tristeza e abatimento do outro, geralmente, é o que satisfaz o torcedor antagonista dicotômico, como se observa no circunscrito anel de um estádio de futebol lotado em dia de clássico.

Não se trata de questionar a lógica do pensamento competitivo, que é importante e ajudou a humanidade a avançar em muitas áreas do conhecimento, mas de compreender esse ponto. Qual o fenômeno que condiciona que o posicionamento de um anule completamente o do outro? O que faz com que o olhar de um seja eclipsado pelo do outro e que a análise não possa ser enriquecida pela soma das razões opostas, para que a vitória seja obtida? Neste caso seria a vitória do conhecimento que, ampliado, poderia libertar o homem da ignorância, do não-saber. Não se deveria evitar a tendência do homem em optar pela ampliação da diferença e assim estreitar aos últimos limites a visão aberta sobre as coisas? Será preciso retomar a Platão e a Aristóteles para verificar que a vitória deve ser o encontro mais próximo com a verdade e, neste sentido, os dois ou mais debatedores podem estar certos, cada um com a sua sustentação discursiva, a partir de um ponto da análise.

Neste estudo buscamos a base da pragmática para compreender o que acontece no cotidiano. Normalmente os sujeitos partem de bases diferentes para sustentar e manter suas posições. Cada pessoa observa e recolhe, do cotidiano, elementos favoráveis para o embate. Capta partes dos objetos, eis que precisa de um consumo imediato, de acordo com os seus interesses. A língua neste caso pode trair a discursividade, porque se imagina que se trate da mesma coisa, mas não o é, porque são acionadas partes diferentes do objeto. Por isso o ajuste é algo bastante improvável, ou muito distante, que Peirce chama de interpretante final, tarefa do infinito.

Muitas guerras poderiam ser evitadas se os oponentes tentassem ajustar sobre o que falam mais objetivamente e estivessem dispostos e pelo menos compreender as razões, ou mesmo negociar os entes simbólicos contidos nos discursos do outro. Sobrepõem-se razões e ideais para as disputas. Habermas, ao tratar da ação comunicativa (1999) anuncia a importância do ajuste do que se fala, como algo condicionante para o sucesso da compreensão entre os discursantes. Na prática, o pensamento segmentado leva a que o objeto das

contendas seja o que menos importa, eis que a disputa já colocou o objeto sob júdice antecipado, alimentado por questões que o contendor não está (ideologicamente) disposto a apresentar na esfera de discussão. Por isso retoma sempre ao mesmo ponto, ao mesmo argumento, como forma de sustentar suas idéias. O outro faz o mesmo, como defesa e manutenção de seu status, e a diferença cresce sem parar.

Assim são alimentadas as guerras de todo tipo, disputas intermináveis que destroem os dois lados, alastram dor e alimentam ainda mais ódio. Afinal, sempre que uma posição passa a ser defendida aos limites últimos, é praticamente impossível que haja harmonia e consenso por várias gerações. Nada mais resta na mesa para ser negociado porque as interpretações para os fatos são diferentes. Quem ouve os lados com certa isenção conclui facilmente que ambos tem razão. E tem mesmo.

Julgamos que compreender o comportamento dos discursos seja algo muito importante e a semiótica pode ajudar-nos a iluminar o funcionamento e o percurso desses signos em movimento. Este livro tem por função analisar o percurso dos conceitos em sua vida social. A praticidade analítica e os materiais disponíveis fez com que optássemos apenas por um conceito. A tentativa é de encontrar nele certas razões para o comportamento dos discursos por vezes tão díspares e antagônicos.

O livro tem por base a segunda parte, empírica, da tese de doutoramento "Significações dos transgênicos na mídia do Rio Grande do Sul". A primeira parte do estudo, relativa aos dois capítulos teóricos, deu origem ao livro "Significações: os sentidos da ciência no mundo da mídia", editado pela Embrapa ClimaTemperado e pela Universidade Católica de Pelotas, em 2006. Como cena teórica deste estudo e para compreensão do fenômeno, recorreremos à observação pragmaticista, ao funcionamento dos discursos sobre um conceito: "transgênicos", no plano de sua apresentação como tal na cena social. Neste caso, aqueles implicados, relacionados e derivados de uma determinada divulgação da ciência que, assim como os demais setores da esfera social, são operados com grade privilégio no âmbito da mídia. Objetivamente, a proposta analítica remete para a apresentação de uma modalidade de discurso: o midiático, em um espaço discursivo: o jornal, cuja referência temática original refere-se a um campo determinado: o técnico-científico, em uma dada análise: a lógica da semiótica triádica.

I. Elementos para compreender os conceitos

Com base na orientação semiótica buscou-se acompanhar as significações de um elemento componente singular no plano da realidade, mas que entendemos muito rico, em função das interpretações possíveis. Trata-se do conceito “transgênicos”, em seu cruzamento pela esfera da mídia. Acredita-se que a manifestação discursiva desta ordem permita observar diversas características, embora outros tantos conceitos, como: biotecnologia, clonagem, bioengenharia, biossegurança, biogenética, células tronco, entre outros, apenas para permanecer na mesma temática, pudessem ser utilizados a fim de se observar seus percursos na esfera da mídia.

Antecipamos, de pronto, que vamos seguir, portanto, a formulação semiótica na perspectiva de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Em função de tantos sentidos que proliferam, entendemos como elementar o estudo sobre significação que, pragmaticamente, trata dos conceitos como algo geral e, neste sentido, o significado de algo como “transgênicos” deveria ser a própria realidade daquilo que ele significa. Isso porque, em Peirce, a idéia de qualquer coisa é a nossa idéia dos seus efeitos ou conseqüências sensíveis e experimentáveis, já que para ele “é absurdo dizer que o pensamento tem um significado não relacionado com a sua única função” (CP 5.401)¹.

A análise da percepção dos fatos sociais pela mídia leva em conta também as idéias sobre as operações discursivas de Mikhail Bakhtin (1979), de que não há uma recepção passiva diante dos discursos, mas uma atitude que ele chama de *responsiva ativa*. Neste sentido o próprio locutor discursivo é em certo grau respondente, já que não é o primeiro locutor, aquele “... que rompe pela primeira vez o eterno silêncio do mundo mudo...” (Bakhtin, 1997, p. 291). O locutor ao expor suas idéias pressupõe não só a existência daquele sistema

¹ Para facilitar o acesso à obra de Charles S. Peirce utilizamos os textos vertidos para o português, mas manteve-se a referência ao conjunto da obra original (em inglês) reunida nos *Collected Papers* e identificada pelo volume e parágrafo (ex: 2.218).

linguístico utilizado no discurso, mas a própria existência de idéias e, portanto, locutores anteriores. Essa relação entre a linguagem e a realidade é importante para este estudo.

Assim, a análise não pretende ficar fechada no discurso em si, uma vez que o discurso acontece numa determinada situação de conjuntura da vida, num espaço, num tempo, de tal forma que não podemos conhecê-lo ignorando a sua vida exterior, onde é possível compreender aspectos como a sua orientação, os seus cruzamentos, os seus sentidos e a sua vida (Bakhtin, 1993, p.99).

Esta ética corrobora a direção da semiótica peirceana, que vai mostrar que o significado de um conceito só pode ser conhecido através das consequências práticas dele, daquilo que é percebido na experiência, captado pelo pensamento, cuja finalidade é justamente de dirimir as dúvidas e produzir a crença. Fidalgo (2004, p.105) diz que para o pragmatismo “a questão que se coloca sobre qualquer signo é o que ele significa, qual o pensamento que se lhe encontra associado e a que objeto se refere. O pragmatismo é o método para responder a essa questão”. Então, para se saber o significado de uma idéia, há que se “considerar quais os efeitos que podem ter certos aspectos práticos, os quais concebemos que o objeto de nossa concepção tem. A nossa concepção de seus efeitos constitui o conjunto de nossa concepção do objeto” (CP. 5. 402), tal é a máxima.

Temas do ambiente da modernidade, como os transgênicos, compõem sentidos, verbais ou visuais, que têm seu curso publicizado a partir das apresentações na imprensa, expressando diferentes aspectos do acontecimento. Traduzem, portanto, diferentes idéias (concepções) sobre os transgênicos no plano prático. Isto se mostra e pode ser analisado pelos enunciados, pelas ocorrências discursivas, em sua forma de apresentação pública. São os textos, expressividade determinada pelo objeto do sentido, em função da relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado.

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes: conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos das lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum de comunicação verbal (Bakhtin, 1997, p. 316).

Para compreender os significados, os sentidos dos transgênicos, enquanto algo inseparável das regras de ação associadas a este conceito é preciso, entretanto, mapear fatores condicionantes, os quais o conceito se encarrega de encarnar. Referimos inicialmente o fato técnico-científico que surge

dos laboratórios biotecnológicos que possibilita a existência, a partir de meados dos anos 1990, de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) pela intervenção humana e suas implicações. Ainda que se possam relatar suas variantes interpretativas, ao gosto dos diferentes segmentos, quando se fala de “transgênicos”, refere-se (ou se deveria idealmente referir) a uma técnica possibilitada pela engenharia genética que permite a introdução de genes a uma célula, excluindo-se a fecundação, com vistas a uma resposta positiva de sua expressão biológica. Neste estudo, vamos observar que nem sempre isso é compreendido assim.

Outro fator condicionante ao estudo se refere ao lugar de análise dos discursos sobre transgênicos. Tratamos do fenômeno no âmbito do Rio Grande do Sul, verificando a massa de informações impressas sobre a questão publicada pelos jornais de maior expressão, tiragem e circulação: *Zero Hora* e *Correio do Povo*. É a esse espaço (especificamente ao jornal *Zero Hora*) e a esta expressão material de dados que o trabalho recorre para perceber o comportamento textual, particularmente o do texto, de reportagem.

Ao mesmo tempo em que o estudo busca, nos textos, as significações - porque os signos acarretam, pela sua estrutura específica, um ou mais sentidos - também se vale do suporte jornalístico como recurso documental do relato histórico. Isso permite analisar o percurso do pensamento dos diferentes segmentos em sua expressão dinâmica e as posições adotadas nos momentos iniciais, quando o conceito começou a ser apresentado pela mídia. Mais precisamente, a recuperação dos materiais de estudo está focada entre os anos de 1995 e 1999, mas avança e assim atualiza a discussão até os dias que antecedem o lançamento deste livro.

Em relação aos transgênicos, pode-se falar de contextos sociais, econômicos, políticos culturais e religiosos, nos quais se apresentam muitos atores, pessoas físicas e jurídicas, representativas dos diversos segmentos interessados no assunto. A densidade crescente de argumentos tem colocado pelo menos dois pólos enunciativos (proeminentes) em confronto. Sinteticamente, de um lado estão a tecnologia e seus defensores, que falam em nome do desenvolvimento e da modernização. E de outro, os segmentos que alertam a sociedade para os perigos e riscos que ela corre em nome deste desenvolvimento.

Para compreender esse processo, também é necessário historiar e revisar seu percurso, colocar em discussão as pressões dos vários segmentos. Por isso, é preciso ver além do senso comum, convencional (e assim fechado) nos discursos antagônicos, o que poderia dificultar a visão panorâmica. Parece

facilitar à pesquisa o fato de se viver um contexto dado, pois já há um evento bem caracterizado e seus desdobramentos. Será preciso dimensionar o que efetivamente é decisivo em cada caso, no complexo jogo de interesses.

Nesse debate há argumentos de duas forças antagônicas: os que defendem a promoção do “controle técnico da vida” e os que desejam a limitação desse controle. Há, portanto, de um lado, argumentos humanistas, genericamente associados ao debate sobre os direitos humanos, que propugna a emancipação humana, mediante o uso da ciência em prol da saúde e do bem-estar social. De outro lado, e contrastando com os primeiros, há argumentos de natureza pragmática², que refletem os interesses comerciais da nação, blocos de mercado e grupos econômicos e que representam os vultosos e imprescindíveis investimentos realizados com a pesquisa nos setores tecnológicos de ponta (Scholze, 2002, p.21).

Para além dos antagonismos, entendemos que existem sentidos decisivos para se compreender o universo de pertencimento desses discursos. Quando se fala de transgênicos, é preciso saber que noções estão sendo aportadas, que possam permitir inseri-lo numa dada temporalidade e especialidade e assim discriminar do que se está efetivamente tratando, ou o que exatamente se está incluindo (ou excluindo) num determinado universo de realidade (sementes, agricultores, ecologistas, instituições, etc).

A questão do estudo está centrada em se compreender o quê significa falar ou tratar sobre os transgênicos no contexto público do Rio Grande do Sul. Em função da ação das diferentes forças que interagem nesse contexto, busca-se compreender como o conceito transgênicos se apresenta na dinâmica social e que condições ou situações tencionam seu significado.

Para se ter evidências das determinações e condicionamentos da divulgação sobre os transgênicos na mídia impressa, partimos de alguns pressupostos, que aqui funcionarão como premissas. A primeira é que hoje, a revelação sgnica da realidade está cada vez mais regulada pelos modos de operação do ambiente midiático e mais especificamente, ao se tratar de discursos, da esfera do jornalismo.

A segunda premissa é que a oferta midiática, por natureza, é polissêmica, pois trata de muitos sentidos a respeito das coisas. Além disso, a realidade é sempre alguma coisa a ser captada, já que o que se mostra são aspectos dos

² O autor usa o termo “pragmática” no sentido comum ou do senso comum, que em nada refere à acepção técnica, referenciado na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, cujos conceitos utilizamos na seqüência deste estudo.

acontecimentos. De forma rápida, já que isto será aprofundado no decorrer deste estudo, a explicação semiótica é a que se segue:

Participamos, enquanto observadores e agentes intérpretes sempre com a revelação parcial do real. O signo, ou aquela parte dos objetos que podemos captar com os nossos sentidos, é pura representação, já que a coisa em si não pode entrar literalmente na nossa matéria perceptível (no cérebro). Então essa representação das coisas, que é o signo, está vinculada ao objeto (aquilo a que o signo se refere) não em função de todos os seus aspectos, porque isso seria impossível na prática, mas pela forma com que o objeto se deixou perceber ou pelo ângulo captado e representado, que se desenvolve num interpretante, ou aquilo que as coisas podem efetivamente ser para alguém (o qual é um signo mais desenvolvido do objeto) e assim sucessivamente, em busca de acesso mais completo ou adequado à realidade.

Temos, então, uma divisão interessante na semiótica, que remete para os conceitos filosóficos de realismo e de idealismo, relacionada com a nossa forma de acesso à realidade. Do ponto de vista do realismo, trata-se do objeto como representado, ou como aparece no momento para alguém (objeto imediato). Alguém que acaba de receber um exame de laboratório diz:

*“Meu **Deus!** ontem comemorei com muita **felicidade** e **amor** dos meus familiares o meu aniversário, e louvei à **vida**. Hoje recebo o resultado deste exame terrível e, chocado, passo a contar os dias para a **morte**”.*

Uma sentença curta, trágica pela natureza do episódio, mas plenamente compreensível no momento e para as necessidades a que se propõe, e que cumpre a sua função imediata. Entretanto, algo do que é dito foge ao relato atual e rotineiro. Lembremos os conceitos “**Deus**”, “**morte**”, “**vida**”, “**felicidade**”, “**amor**”, por exemplo. Ainda que estas palavras tenham servido plenamente ao entendimento, enquanto conceito, o que elas efetivamente significam é algo muito além do que está dito. Podemos escrever um extenso livro sobre os conceitos de cada uma delas e ainda assim alguém pode agregar uma outra interpretação. Este algo que é, independente do uso imediato que fizemos das coisas, é o que Peirce chama de objeto dinâmico que, “pela própria natureza das coisas o signo não consegue expressar, mas apenas indicar, cabendo ao intérprete descobri-lo por experiência colateral” (CP8.314).

A noção de objeto imediato, enquanto representação mental (semiótica e interna ao signo) daquilo que o signo sugere, com toda a parcialidade que a envolve, permite perceber a impossibilidade de acesso direto à própria realidade,

ou a realidade em si. O acesso à realidade, então, é sempre mediado, e se vale, no processo de interpretação, da capacidade de relação, do contexto³, caracterizado por Peirce como a experiência colateral.

...se houver alguma coisa que veicule informação e, apesar disso, não tenha absoluta relação nem faça referência a algo com a qual a pessoa a quem a informação é transmitida tenha a menor familiaridade, direta ou indireta, quando recebe a informação – informação que seria de uma espécie estranhíssima – o veículo desse tipo de informação não será, neste contexto, designado signo (CP 2.231).

Observa-se, portanto, que há uma necessidade de vínculo, fator indispensável no desenvolvimento signico. A terceira premissa está relacionada ao modo de operação das informações, especificamente daqueles que modernamente aparecem no espaço da mídia. Elas sofrem pressões, constrangimentos, advindos dos cruzamentos de diferentes motivações dos segmentos, os quais buscam instituir suas idéias, fortalecendo e demarcando seus domínios.

Por seu turno, trabalha-se com duas hipóteses. A primeira refere as diferenças de sentido quando se fala de transgênicos e implica que se possa falar de várias coisas como se fosse uma mesma. É assim que a palavra “transgênicos” pode denotar e conotar coisas diversas e até opostas.

Na mediação que algo ou alguém estabelece com esse objeto da realidade (dinâmico) que são os transgênicos, há uma evocação, uma representação signica, que é também um recorte possível, entre tantos outros, o qual a semiótica chama de objeto imediato, a forma como o objeto deixou-se perceber para ser interpretado de algum modo. Como o objeto dinâmico pode ser apresentado de diferentes formas, dependendo de aspectos culturais, sociais, ou da política e ideologia dos vários segmentos, pode-se dizer que *transgênicos* é uma expressão que, diante dos vários sentidos, busca convergência ao que realmente ela seja. O que somente com o tempo se chegará.

Peirce descreve quatro métodos utilizáveis para se fixar a crença a respeito das coisas, mas diz que apenas um deles, o quarto, que chama de método da ciência, consegue liberar-se da subjetividade e de outros interesses.

A sua hipótese fundamental, reformulada numa linguagem mais familiar, é a seguinte: existem coisas reais, cujas características são

³ A noção de contexto em Peirce, como se observa, é reservada à análise dos aspectos colaterais, relacionada à especificidade da percepção, diferente da noção mais ampla que utilizaremos no decorrer deste estudo.

inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas; estas realidades afetam os nossos sentidos de acordo com as leis regulares, e embora as nossas sensações sejam tão diferentes como são as nossas relações com os objetos, contudo, tirando proveito das leis da percepção, podemos descobrir, através do raciocínio, como as coisas realmente são; e qualquer homem, se possuir suficiente experiência e raciocinar o suficiente sobre o assunto, será conduzido à uma única conclusão verdadeira. A nova concepção aqui desenvolvida é a de realidade (CP 5.384).

A segunda hipótese está relacionada a operação discursiva da mídia ao segmentar as informações, descontextualizar, reduzir, sintetizar, para cumprir os requisitos da notícia, a partir das forças concorrentes dos vários segmentos, age como protagonista do processo de significação, na medida em que ao propor, difundir, legitimar e assim favorecer sentido, opera algo que podemos chamar de simplificação das possibilidades de significação.

A simplificação está relacionada à forma de agir da mídia, com a abordagem parcial e segmentada dos temas, o que refere o comportamento dos discursos no contexto público e, por conseguinte, aos sentidos no processo de significação. Para compreender a natureza desse processo em termos semióticos, buscamos a noção de interpretante⁴ no plano da tríade da semiose infinita descrita por Peirce, compondo a representação que se tem das coisas.

Observamos que tais interpretações se expressam através das linguagens que, por sua vez, comportam diversas e diferentes significações. Signos que proliferam a partir das diferentes fontes, resultantes de forças representativas dos segmentos interessados na discussão, mas também da natureza de tais operações.

Trata-se do esclarecimento, questão que consideramos decisiva quando referimos vinculados à ciência e à tecnologia. Diante da ausência de dados ou mesmo distorção ou falta de clareza quando se trata de alguma coisa, a tendência é que os interlocutores não se entendam sobre o que está sendo tratado. Habermas (1989, p. 39-46) mostra que em busca do entendimento, a linguagem entre os agentes depende de atitudes performativas, orientadas por pretensões de validade (verdade, correção normativa, sinceridade). Assim, compreender o que é dito depende não apenas de observação, mas de interação dos agentes. Com a semiótica podemos avançar um pouco mais nesta descrição, pois para o

⁴ Sinteticamente se pode dizer que um signo "representa" algo para a idéia que provoca ou modifica. Trata-se de um veículo que comunica à mente algo do exterior. O "representado" é seu objeto; o comunicado, a significação deste; a idéia que provoca é o seu interpretante, formando uma série sem fim de representações, já que o objeto de uma representação é também uma representação (CP. 1.339).

conhecimento do mundo contemporâneo em suas inúmeras interações, tem-se necessidade de identificar implicações do fenômeno da interpretação nas diferentes esferas (relativas à informação, mas também à economia, política, ética, justiça, etc).

Há um crescimento contínuo de repertório de interpretações possíveis com as sucessivas incorporações, dadas as novas situações e contextos, com repercussão na percepção e na constituição dos fatores colaterais da experiência. Isso é natural, pois os signos estão destinados a crescer⁵. Não se trata, portanto, de pontos de vista ou perspectivas homogêneas, mas, pelo contrário, entram em jogo interesses, intenções que não devem ser desconsideradas ou simplificadas.

Ou seja, uma outra tarefa é ordenar, ou compor, essas diferentes instâncias, num mundo comum. E isso é algo completamente diferente da distinção entre fato e valor. Ainda que este estudo esteja mais concentrado no esclarecimento do fato, ponto de partida dos discursos, não há dúvida de que a segunda questão é tão importante quanto a primeira, já que estão interligadas. Estudá-las, entretanto, é analisar as suas mediações.

Conhecimento, percepção, avaliação, juízo etc. são atividades do homem direcionadas para o mundo, para o ambiente, para os objetos e para os fatos de consciência. Evidentemente, não é possível percebermos, conhecermos ou avaliarmos imediatamente mas apenas mediadamente, por meio de signos (Walther-Bense, 2000, p. 82).

A relação com o mundo é sempre, então, uma relação mediada, semiótica, percebida por meio de signos. Signos que se apresentam em contextos e que ao estarem em relação formam a base da comunicação humana, já que a comunicação pressupõe, entre outros elementos, formas ou expressões, canal utilizado para a relação emissor-receptor, e a própria informação, que são os conteúdos escolhidos para o relacionamento ou interação comunicativa (Walther-Bense, 2000, p. 83).

Não há separação, no modelo semiótico, entre o conteúdo e o processo de comunicação, pois essas instâncias são recíprocas. O significado das mensagens subsiste numa "relação estrutural entre o produtor, a mensagem, o referente, o interlocutor e o contexto" (Fidalgo, 2003/04, p.20).

⁵ Thomas Short mostra teoricamente como isso acontece no artigo *The Growth of symbols*, ao dizer que: "O propósito interpretativo, implícito no desenvolvimento original, e as subsequentes réplicas dos símbolos, são a condição da sua identificação" (1988, p. 86).

Ao analisar o campo empírico, como é o caso dos transgênicos, observa-se que a adequação dos signos está cada vez mais dependente dos contextos, no que concordamos com Fidalgo (2004, p. 173), ao dizer que isso implica “um contínuo trabalho de ajustamento dos signos existentes e mesmo a criação de novos signos”.

Uma vez que os signos são gerados em ambientes e contextos, importa saber sobre natureza e sobre as formas de articulação dos meios. Neste caso sabemos de alguns aspectos relativos ao caráter das operações da mídia ao expressar suas linguagens, mas será preciso, ir adiante para saber como agem os conceitos de grande complexidade, como é o caso daqueles de natureza científica. Diante dos inúmeros sentidos, será preciso criteriosamente, tornar as idéias um pouco mais claras a respeito dos transgênicos. Por isso, a necessidade de identificarmos “o que é tangível e concebivelmente prático” a fim de estabelecermos a “distinção real do pensamento” como uma “força possível de diferença prática” (CP. 5. 400).

Trata-se, portanto, de entender o que significa falar dos transgênicos no plano da experiência, na vida, nos receptores em geral, nos segmentos mais diretamente interessados na temática, como a agricultura, a política, a ecologia, a ciência, etc. Não é tudo, como já se disse, mas tampouco este estudo pretende chegar em definitivo ao cerne do objeto dinâmico, apenas persegui-lo com um pouco mais de cuidado.

Para começar, sabe-se que ao tempo que existem inúmeras interpretações possíveis para as coisas, cada segmento trata, denotativamente, de algo inseparável do significado do conceito geral, o que permite que se fale genericamente sobre o que representa o conceito. Acontece que não se percebe da mesma forma, já que as pessoas realizam interpretações peculiares e a semiose é rica justamente por permitir essa diversidade, que são as conotações sobre esse mesmo conceito. Neste plano, pode -se dizer que são muitos os transgênicos, dada a proliferação de sentidos própria do processo interpretativo, que acontece justamente pelo que emana do signo.

Entendemos que isso acontece porque são muitos os contextos e os propósitos e, em decorrência, diversas as interpretações possíveis. São contextos que referem as articulações da própria sociedade, com suas formas de organização, produção e expressão, o que implica falar de forças, como explica Bourdieu (2000), de seus diferentes segmentos, já que não se pode esperar que exista uma homogeneidade em suas estratégias e formas de atuação. As articulações da mídia, por exemplo, são ditadas pelos seus modos de operação no âmbito da produção, o lugar de onde proliferam diferentes sentidos sobre as

temáticas que ela aborda. Afinal, a mídia está sempre falando de alguma coisa, geralmente exterior a si própria. Do que fala quando trata dos transgênicos é o que nos ocuparemos neste estudo.

1.1. A autonomia dos comportamentos

A organização da sociedade moderna tem por base uma progressiva individualização e autonomia, fenômeno que está intimamente relacionado com o afastamento da influência da religião na sociedade ocidental na medida do crescimento do espírito capitalista. A isso se combina uma crescente racionalização do mundo da vida pelo homem, que Max Weber (1864-1920), descreve como fruto do desencantamento.

Quem não adaptar sua maneira de vida às condições de sucesso capitalista é sobrepujado ou pelo menos não pode ascender. Estes, porém, são fenômenos de uma época em que o capitalismo moderno tornou-se dominante e emancipou-se de seus antigos suportes. Mas, assim como, em certa época, somente lhe foi possível destruir as velhas formas de regulamentação medieval da vida econômica aliando-se ao crescente poder do Estado moderno, poder-se-á dizer provisoriamente que o mesmo pode ter-se dado quanto às suas relações com as forças religiosas (Weber, 1981, p.47-48).

O que se configurou como força hegemônica no Século XX apenas reforçou as considerações e constatações de dois séculos anteriores. Ou seja, o avanço capitalista ocupa o espaço quando a religião deixa de ser exclusiva na tarefa de afiançar a integração social e a reprodução cultural, fato esse que se dá na mesma medida em que a sociedade mostrou um processo de desenvolvimento baseado na progressiva diferenciação e autonomização dos diferentes campos, desapegando-se das significantes marcas da tradição religiosa.

...quando a religião deixou de assumir-se como mundovisão totalizante que coava o sentido da cultura em geral, definindo limites cognitivos e normativos na sociedade e constelação geral de significações sociais ideais (crenças, valores, normas, projectos); e, enfim, quando a religião deixou de identificar-se como "Discurso", de assumir-se como o dispositivo enunciativo que definia as condições de possibilidade e os limites gerais de validade do pensamento (numa relação exemplar entre o universo ético-normativo e linguagem) (Esteves, 1998, p.116).

Assim, o mundo desencantado, nascido do descentramento do universo religioso, dá lugar à formação de outras esferas culturais. Essas esferas passam a ser *autonomizadas*, com destaque para a ciência, a moral e a arte, de tal sorte

que se trata de "... uma expansão do universo simbólico, na medida em que os seus limites e o centro das representações colectivas deixam de ser confinados pelo domínio do sagrado" (Esteves, 1998, p.117). A partir dessa conjuntura é que se pode observar uma tendência de ver o mundo a partir de suas partes (classes autônomas). A idéia de autonomia, porém, não implica isolamento e precisa ser atualizada constantemente, em função da própria dinâmica social que essa mesma modernidade implica. Aparece, então, o conceito de campo, para estabelecer uma certa distinção com outras noções.

No artigo "Le marché des biens savants" (1971), Pierre Bourdieu apresenta as bases da análise do campo da produção, mostrando a distinção entre o "erudito", restrito, e o campo artístico e da produção cultural (jornalístico ou da indústria cultural) destinado às massas. Logo depois (1975), descreve a especificidade do campo científico e as condições sociais do progresso da razão, quando introduz os conceitos de campo e de capital científico, rompendo com a tradição sociológica predominante. Para ele, a lógica de mercado, intrínseca a todo tipo de produção, está presente também no campo científico.

Bourdieu procura romper com a idéia substancialista e para tanto introduz a noção de espaço social e de campo de poder. Com isso, proclama o princípio de uma apreensão relacional do mundo social, na medida em que os indivíduos coexistem na e pela diferença. Ou seja, as pessoas ocupam posições sempre em relação aos outros. Isso não significa renegar a diferenciação social, mas admitir que as relações se estabelecem nos espaços sociais, onde se estruturam e distribuem as formas de poder.

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço e não se pode ocupar realmente duas posições opostas no espaço - mesmo que tal seja concebível (Bourdieu, 2000, p. 134).

Bourdieu deixa claro que essa noção de espaço social não se ajusta à teoria marxista, especialmente em relação à gênese das classes. Enquanto Marx está preocupado com os grupos reais, seus limites, seus membros e seus enquadramentos a partir do campo econômico, Bourdieu está preocupado com as lutas simbólicas, com a sociologia das relações e das representações sociais. Bourdieu fala de economia, mas para ele o conceito é mais amplo e se afasta daquele aplicado na teoria econômica, como em Max Weber, por exemplo. Para Bourdieu economia é um conceito utilizado a partir de normas gerais e por isso válidas nos diferentes campos.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário (Bourdieu, 2000, p. 69).

Quando se busca compreender semioticamente um conceito, como é o caso dos *transgênicos*, a noção de campo, enquanto força, é preciosa, pois é preciso levar em conta elementos que constituem a gênese social, os espaços sociais, políticos, culturais, entre outros, substantivos para o processo de interpretação dos atores sociais. A informação que circula nesses ambientes é decisiva para que os indivíduos possam “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram...” (Bourdieu, 2000, p.69).

Sobre a idéia e a força da crença dos sujeitos e da relevância que isso tem na vida social, Peirce escreveu “*The fixation of belief*”. (1877, p.1-15). Neste texto sustenta que são as nossas crenças que orientam os nossos desejos e moldam as nossas ações e que a dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual desejamos nos libertar e passar para o confortável estado de crença. Por isso, de forma determinista, “agarramo-nos tenazmente, não meramente à crença, mas a acreditar exatamente naquilo que acreditamos” (CP 5.372). Isto é, trata-se do próprio método da tenacidade, considerado o mais elementar e primitivo dos quatro métodos para fixar a crença como descrito pelo autor.

Quanto ao jogo, mais do que coisa lúdica, Bourdieu mostra que o espaço social é marcado pelas diferenças, pela necessidade constante de ajustamento, já que no espaço estão funcionando distintos comportamentos, estilos diferentes de vida, constituindo o que chama de capital simbólico dos indivíduos, dos grupos, das instituições. No início deste trabalho, por precaução, chamamos esta configuração social que sugere uma noção diferenciada (em Bourdieu) de classe, de segmento social, numa tentativa de focar ao seu tempo a discussão sobre o ponto que agora evidenciamos. Assim que, falar de campo social é sempre induzir a existência de tensão entre forças que buscam se instituir.

Justamente no espaço das diferentes forças que compõem um campo social é que se apresentam as lutas simbólicas, em busca do monopólio da argumentação explícita e pública, com a pretensão de ser voz predominante no mundo social. Assim é que os diferentes segmentos, ao se apresentarem, exprimem as suas crenças e por isso mesmo, suas identidades e suas diferenças.

A idéia de campos sociais em que os sujeitos estão ao mesmo tempo interagindo e em disputa, adere à noção de comunicação para efeito deste trabalho, porque a perspectiva da interação e da disputa de sentido permeia os enquadramentos sociais da comunicação. Na comunicação interpessoal, face a face, a interação é a própria base da relação, mas também nas instâncias mediadas pelos aparatos técnicos, como nas tradicionais e modernas mídias, o pressuposto da interação é a base da relação entre emissor e receptor, o que pode caracterizar o fenômeno como de comunicação. Embora se ajuste aqui as noções de campo social e comunicação, é importante esclarecer que a diferença entre uma e outra concepção se relaciona à capacidade e ao comportamento dos atores. Quando a interação se estabelece com base em alguma expressão linguística, podemos adentrar no processo sógnico, que confere a tal atitude o estatuto e também, a capacidade de expressão comunicativa.

Compreendemos assim, com base na essência da unidade da comunicação verbal, que o ouvinte e não apenas o locutor é ativo na percepção e compreensão em todo o processo discursivo.

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor (Bakhtin, 1997, p.290).

Além disso, a noção de espaços sociais envolve estruturas sociais dinâmicas, compostas das diferentes posições sociais que se instituem. São espaços caracterizados pelo jogo de forças dos diferentes interesses (econômicos, políticos, sociais, etc). Como se trata de espaços de interação, o limite entre um e outro segmento não pode ser claramente definido. Pode-se falar de espaços em função justamente da tensão existente, dos diferentes sentidos produzidos e compartilhados em torno das temáticas sob disputa. Pensemos, por exemplo, na economia, na política ou na justiça e podemos verificar o fenômeno tanto no nível estrito de um setor da comunidade quanto na esfera maior de um Estado, de um país ou do mundo. Assim que é a sua abrangência total o espaço que perfaz um campo.

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (Bourdieu, 2001, p.50).

Um campo é, então, um espaço de choques, seja pelo esforço em conservar determinada idéia ou situação (*status*), seja pela luta por subvertê-la. O potencial que cada agente social possui no jogo de forças é o seu capital. Com ele é que ocorre a disputa pela conservação ou transformação, de acordo com os interesses que os diferentes agentes defendem. Assim (usando o capital específico) é que se estrutura o campo do poder, o qual não pode ser confundido com o campo político, pois ele faz parte de uma outra estrutura, já que:

...ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre agentes suficientes providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão... (Bourdieu, 2001, p.52).

Alinhemos o pensamento de Bourdieu ao domínio do conhecimento na área de biotecnologia. Sem muito esforço vamos perceber que o capital econômico é elemento chave para desencadear processos que envolvem diretamente o campo científico. Pode-se dizer que o capital econômico movimentou o campo científico e, logo mais tarde, o objeto da ação deste movimento (os transgênicos) desencadeia as disputas entre os campos sociais envolvidos nas questões derivadas.

As disputas, entretanto, não acontecem de forma mágica ou apenas intuitiva, são visíveis através de sua face representacional, espaços onde mostram suas dimensões material e objetiva, através da ação dos signos. Justamente por isso é que podemos falar e estudar essa manifestação em seu funcionamento semiótico. Ou seja, observar a ação *signica* no mundo material (real, social, relacional, interativo...) porque é onde as coisas se deixam ver, aparecem.

Estamos falando, portanto, da representação das coisas, da forma como aparecem, das linguagens, dos discursos, porque os campos se manifestam basicamente pela estruturação discursiva, que assume papel decisivo nas disputas pelos diferentes capitais nas várias esferas culturais da sociedade. Em outros termos, na vida contemporânea a visão de mundo é constituída por universos simbólicos de tal forma que não há compreensão das estruturas sociais sem uma prévia análise ou consideração sistemática das estruturas simbólicas, dos capitais simbólicos. Na confluência de fatores que condicionam a modernidade, a importância da linguagem, não apenas como operador mecânico, puramente funcional da discursividade, mas como meio de influência, confere aos meios de comunicação um grande potencial.

Podemos mesmo considerar que a legitimidade última deste campo

social resulta, precisamente, dessa excepcional capacidade de congregar os diferentes registros de comunicação, de operar com as utilizações diferenciadas da linguagem e gerir os critérios divergentes da produção discursiva (Esteves, 1998:120).

A crescente autonomia da comunicação, reconfigurada e potencializada pelo advento dos meios técnicos, que podemos chamar de *aparatos*, parece cada vez mais garantida. Segundo Sodré (2002, p.111), isto se deve à especificidade da sua vinculação social que, em sentido lato, é o próprio objeto de uma ciência da comunicação e no sentido estrito é a evidência, para este autor, de que as práticas (estas associadas à comunicação) sócio-culturais vêm se constituindo numa nova forma de vida, que ele propõe chamar de *bios midiático*.

Em quaisquer atividades a comunicação é também, como se viu antes, o espaço por onde passam os diferentes sentidos das coisas do mundo, utilizando, no mundo contemporâneo, dos diferentes e modernos aparatos. Observemos, não é apenas um lugar de passagem, mas também um lugar instituidor, já que a mídia ao operar com os significados também trabalha com os seus.

Para Sodré, a comunicação emerge como uma mediação que se dá através de algum tipo de técnica ou de tecnologia da informação. Porém, comunicação e informação, embora ligadas e interdependentes, não são a mesma coisa. Pensamos como Rodrigues (1994, p.27), que a informação pertence à esfera da transmissão de conhecimentos entre destinador e destinatário, enquanto que comunicação está relacionada essencialmente com a intersubjetividade, enraizada na experiência particular e singular dos interlocutores. Assim, ainda que a percepção da realidade tenha se tornado cada vez mais um produto mediado pelas tecnologias midiáticas, cada indivíduo “continua a interpretá-la no quadro da experiência espontânea a sua própria cultura” (Rodrigues, 1994, p.27).

Uma vez que a informação refere-se tão somente aos dados do conjunto de acontecimentos, em função de sua natureza, não procede pensá-la em qualquer possibilidade de reciprocidade. Mas não se pode dizer o mesmo da comunicação, já que se trata de um processo enraizado no mundo cultural. Por isso, mais uma vez, concordamos com Bakhtin (1997, p. 313), ao dizer que: “Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc”.

Entretanto, pensamos também numa noção dinâmica de cultura, cuja base resulta do que é processado e se constitui em valor para os indivíduos,

grupos sociais e sociedades contemporâneas que “reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço” (Castells, 2001, p. 23). Temos que levar em conta que o fenômeno da globalização envolve praticamente todas as esferas da vida social, demarcando revoluções tecnológicas e da informação, acarretando mobilidade e reestruturação no mundo capitalista. Assim, temos que refletir sobre os contextos. Referimos neste caso os contextos culturais a partir destes novos condicionamentos e formas de mediação e interação da sociedade, o que leva Castells (2001) a chamá-la de sociedade em rede.

Enquanto campos, informação e comunicação também se aproximam na vida contemporânea, mas igualmente não podemos confundi-los. Acontece que a comunicação nas sociedades tradicionais estava regulada por quadros relativamente estáveis, sob influência dos mitos, do sagrado, da religião. Com a autonomização dos campos sociais e as inovações aceleradas da modernidade, a comunicação escapa das regras de autoridade e da tradição, então definidas dentro das fronteiras das comunidades de pertença. Hoje, com a globalização, a comunidade é o mundo, no sentido lato.

Significa que a estruturação dos campos sociais na modernidade se realiza num quadro genérico de organização e diferenciação da atividade humana, em torno dos quais se estabelece a ordem normativa do próprio campo. O fenômeno é significativo e veloz pelas características do campo que se interpõe acelerado e impactante: o campo midiático. Com ele é instituído um conjunto de novos valores, o que implica igualmente novas injunções sobre as formas de relações sociais, repercutindo nas noções de liberdade, equidade, ética, etc. Esteves (1998, p.123) diz que esses novos valores são como que elementos primários de ligação entre o sistema social e o meio e, a partir deles, geram-se padrões de vida que passam a suportar o funcionamento da sociedade.

Porém, e para que seja bem entendido, pensamos que não se trata de um fenômeno ficcional ou que aconteça de forma exclusiva pelo advento das mídias, pois os campos sociais autonomizados apresentam como características justamente uma dada ordem normativa que os regula respectivamente. O que salientamos, é que a influência das mídias de massa na reação social implica (tem repercussões decisivas) na natureza dos fluxos tanto no sistema social, quando na interação mais elementar entre os indivíduos, e isso se dá no plano da realidade objetiva da vida social.

Então, a questão já não é se consideramos ou não central o fenômeno da comunicação e suas dinâmicas na sociedade atual. Ao entender a comunicação como fluxo e interação social se caracteriza a sua dimensão simbólica,

inalienável, que na atualidade é uma operação realizada com grande privilégio pela mídia e isso implica falar num deslocamento, ou numa deslocalização, já que:

... o desenvolvimento da comunicação mediada cria um novo tipo de experiência que corrói estes tipos tradicionais de organização política, pois é um tipo de experiência em que o que há de comum não está ligado à partilha de um mesmo local comum. Os indivíduos podem ter experiências similares através da mídia sem compartilhar os mesmos contextos de vida (Thompson, 2002, p. 200).

Por isso, com o espaço de mediação deslocado e ampliado para as mídias, já estamos falando de ambiente midiático, o qual perpassa os demais ambientes. E justamente é neste sentido que se pode dizer que estão cada vez mais escassos os ambientes fora da mídia, o que não significa que a esfera da mídia tenha dominado ou subsumido os demais campos. O que vem acontecendo é que de forma crescente a mídia ocupou espaços na esfera das mediações sociais tradicionais. A proliferação das fontes e das formas de se adquirir informações passou a ter reflexos rápidos e diretos na estrutura social e, por extensão, na cultura. E isso é bem diferente de tudo o que o homem havia experimentado até então.

A preocupação com a idéia de uma cultura mosaica e marcada pela força do econômico, ainda que forte, não é nova. Theodor W. Adorno, em conferências radiofônicas de 1962, já apontava que ao submeter bens culturais à lógica comercial havia a tendência de unificar o fenômeno cultural, num mundo preparado por essa indústria, seguindo os seus interesses, porque "...o sistema da indústria cultural reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de seu comportamento (Adorno, 1978, p. 294). Ainda que a idéia de comportamento de massas submissas tenha sido reavaliada, mesmo no seio da teoria crítica, as observações sobre as operações das mídias no contexto capitalista, a pressão do campo econômico, continuam atuais, assim como a percepção de que as mídias passaram a compor a estrutura social de tal forma a influir nas suas mais elementares ligações.

La apertura al mundo se está convirtiendo en una constante invasión del espacio simbólico del nosotros por parte del ellos y, amenazada, la identidad tiende a redefinirse por contraste, por negación del otro. Al mismo tiempo todos los grupos sociales, ya sean políticos o culturales, buscan su visibilidad y reconocimiento a través de los medios (Martin-Barbero, 2001, p.21).

As afirmações funcionam como constatação, mas ao mesmo tempo como alerta para o que está acontecendo. Não se trata de uma visão totalizadora ou

definitiva (o que contrariaria o pensamento de Martin-Barbero), porque se todas as ações se constituíssem apenas no interior do mosaico, não se poderia observar que existem impactos importantes no contexto cultural, ditados pela resistência do local, marcadas pelas forças da cotidianidade e proximidade dos indivíduos. Além disso, não se pode pensar numa ação unilateral já que, ao mesmo tempo, a própria sociedade também se aproxima das tecnologias da informação (pensamos que se trata de ajuste, sintonia), a ponto de ocorrer uma certa identificação desta sociedade com a nova dimensão do simbólico.

A crescente disponibilidade de experiência mediada cria assim novas oportunidades, novas opções, novas arenas para a experimentação do self (...) Nós nos descobrimos não apenas como espectadores de eventos e de outros distantes, mas também como envolvidos com eles de alguma maneira. Somos liberados dos locais da vida cotidiana somente para nos descobrirmos dentro de um mundo de desconcertante complexidade (Thompson, 2002, p.202).

Ou seja, há um encontro de interesses que a análise rasa pode desconsiderar, que é este movimento da sociedade na direção das tecnologias e especialmente as da informação. A busca pela interação continua a preponderar, já que a sociedade histórica, quase imperceptivelmente vem, incorporando conceitos originários de diferentes campos, talvez por uma necessidade de preservação ou de sobrevivência, ou a uma subversão à ordem da superespecialização, ditadas pela autonomização, que dominou no Século XX.

O que se observa é que há cruzamentos entre campos sem que, com isso, as instâncias de cada campo sejam obrigatoriamente diminuídas. Pelo contrário, essas injunções só fazem enriquecer as áreas de conhecimento, ao tempo que desafiam aqueles pressupostos estanques, assentados em valores e crenças tradicionais. Pensar o contrário disso é acreditar numa poderosa e hegemônica mão invisível a controlar o social, causando total dependência e servidão dos homens, como dizia Adorno (1978, p.194), o que não implica, por outro lado, adotar uma visão romântica, de que os meios sejam inofensivos e desinteressados. Ou seja, que a atividade midiática não opere sob propósitos bem definidos ou gere impactos diferenciados. Além disso, não se pode pensar ingenuamente que o campo econômico não seja a própria infraestrutura, como já alertava Karl Marx (1818-1883).

Por outro lado, toda a atividade humana gera algum tipo de impacto, assim como a toda ação corresponde uma reação. Quando os interesses se chocam (como no caso transgênicos) há uma espécie de acendimento do confronto no curso do ajustamento, o que será mais ou menos duradouro em

função do tipo de questão envolvida. Entretanto, é inegável que os campos cada vez mais se confrontam e o resultado desses choques é o encaminhamento, para um certo ajustamento, quando os campos se especializam em operações que necessitam para cumprir seus objetivos. Ou seja, eles não fogem à regra da economia e de suas trocas.

O campo da comunicação, ainda que amplo e envolvente, também participa da mesma lógica regulada pela dinâmica entre os campos sociais. Voltamos a dizer que é difícil afirmar que há uma dominação ou mesmo uma apropriação no cenário do campo midiático, se entendermos que a sobrevivência do capital dos campos reside na capacidade de ajustamento e complementaridade. Da mesma forma, será difícil sustentar que o campo midiático não tem sido decisivo nas novas configurações, das simples relações interpessoais à complexa geopolítica mundial. Trata-se, afinal, de um fenômeno que afeta as bases dos contratos sociais e políticos, cuja ação deve merecer todo o tipo de avaliação e crítica. Afinal, os valores de que trata estão em conexão direta com os interesses da sociedade.

Portanto, nos próximos anos, os Estados-Nação estarão lutando para controlar as informações que circulam nas redes de telecomunicações interconectadas de forma global. Estou convencido de que esta é uma batalha perdida. E com essa derrota, sobrevirá a perda de um dos principais sustentáculos do poder do Estado. De modo geral, a globalização/localização da mídia e da comunicação eletrônica equivale à desnacionalização e desestatização da informação, duas tendências que, por ora, são indissociáveis (Castells, 2001, p. 303).

Neste sentido, as instâncias tecnológicas e a midiática, ao se ajustarem, estão, sobretudo, introduzindo um novo modo de relação entre processos simbólicos. Esse novo modo de comunicar assume uma força produtiva direta e o que está mudando não é o tipo de atividade em que a humanidade participa, mas a capacidade tecnológica de utilizar como força produtiva o que distingue a nossa espécie, *essa rara capacidade de processar símbolos* (Castells, 1997, I: 58, p.369). Essa constatação inclui algo pouco comum, que é a visão da outra parte da relação entre mídia e sociedade, que não vê apenas os movimentos da mídia. Ou seja, não se pode desconhecer que a agenda da mídia está o tempo todo se confrontando e ajustando com a agenda do cotidiano e vice-versa.

Do ponto de vista da cultura, pode-se dizer que, ao abandonar a remissão circular entre indivíduo e sociedade, esta nova forma de socialização é caracterizada pela multiplicidade de modos e sentidos do fazer coletivo, que se recria na interação social. As mudanças nas formas de socialização remetem a movimentos não necessariamente fundamentalistas ou nacionalistas, de

reencontro com o comunitário, com alterações profundas na sensibilidade e subjetividade (Martin-Barbero, 2001).

Essa capacidade da interação, de superação e de transformação, faz-nos pensar na realidade atual como uma outra modernidade, em que a palavra transformação mostra-se mais adequada. Por isso, talvez, mesmo os teóricos instituidores do conceito de pós-modernidade como Gilles Lipovetsky (2002), estejam revendo seus conceitos e hoje falando de outra coisa, como a hipermodernidade, para designar o estado psicológico do mundo contemporâneo.

Acontece que as marcas da modernidade não desapareceram, mesmo com a chamada aceleração histórico-cultural. Teses como a valorização dos indivíduos e da democracia, do mercado e da tecnociência não foram substituídas, mas radicalizadas (Lipovetsky, 2004, p.12). Tal radicalização atinge naturalmente a noção de realidade e entendemos que é possível avançar no conceito, sem perder sua natureza.

Precisamos ser muito prudentes com essa concepção de que o consumo e o cidadão seriam indivíduos totalmente remodelados e fabricados pela mídia, porque mais uma vez estamos hoje em uma realidade que chamo de midialiberalismo. Assim, os indivíduos podem tomar distância, e creio que a mídia pode orientar os comportamentos de um lado e favorecer a individualização dos seres de outro (Lipovetsky, 2004, p. 14).

Não é da proposta deste estudo analisar se a mídia promove a emancipação dos indivíduos ou não, até porque entendemos que isso é sempre relativo ao contexto social, político, cultural e econômico, além de outros fatores de conjuntura. Na mesma perspectiva, não podemos negar que o ambiente midiático é envolvente. Tanto que a presença da mídia no cotidiano já é praticamente imperceptível, já faz parte da ambiência cotidiana, como dissemos. O êxito da sua performance está assentado não apenas na possibilidade de mediar, de estabelecer contatos, apresentar os discursos e reabastecer-se neles mesmos, mas de realizar isso cada vez mais naturalmente. Por isso é cada vez mais difícil pensar na mídia como algo externo, embora cada campo opere através de expedientes específicos, mais ou menos especializados. Tanto que, ao se apresentar na mídia, a maioria dos campos opera algo (adota comportamentos) de sintonização ou adequação midiático-discursiva.

Ou seja, ao tempo que se torna quase impossível acreditar na incontaminação das diferentes esferas da sociedade, é preciso reconhecer que

cada segmento utiliza dados, elementos peculiares de outras esferas para compor o ajustamento aos seus interesses particulares. Há uma simbiose quase imperceptível resultante desta aproximação, a qual se torna perceptível na esfera discursiva. A peculiaridade do campo da mídia é evidente, pois o seu objeto é essencialmente discursivo e, naturalmente simbólico⁶.

A tal ponto essa questão passou a preocupar que a atenção de determinados especialistas na área da comunicação tem sido de discutir (e cobrar) o papel dos meios de comunicação na sociedade, buscando relembrar seus fundamentos e pressupostos e acima de tudo os seus compromissos sociais.

... os proprietários e os trabalhadores profissionais dos mídias noticiosos necessitam relembrar a sua obrigação de defender a liberdade positiva da imprensa – dar aos cidadãos informação justa (*fair*) e significativa. Concomitantemente, os cidadãos necessitam lembrar-se da sua obrigação de perguntar por ela (Traquina, 2001, p.196).

Uma elaboração racional para a legítima preocupação de Traquina talvez seja lembrar que a própria sociedade caminhou ou caminha na direção de compreender e manejar com as tecnologias e, afinal, com as dimensões do simbólico, dessacralizando-o. Trata-se daquilo que mencionamos e que não se pode desconsiderar, um movimento da sociedade na direção das tecnologias de informação ao tempo que estas instâncias especializadas buscam instituir-se, com os seus “reconhecíveis” mecanismos econômico-comerciais. Porém, a reconstituição do social, enquanto resultado de um e outro ponto da angulação não é a mesma.

Si mirada desde la socialidad la comunicación se revela como cuestión de fines – de la constitución del sentido y del hacerse y deshacerse de la sociedad -, mirada desde la institucionalidad la comunicación se convierte en cuestión de medios, esto es de producción de discursos públicos cuya hegemonía se halla hoy paradójicamente del lado de los intereses privados (Martín Barbero, 2001, p.37).

Mais do que estar focada na formação, esta parece ser a questão de fundo sobre o campo da comunicação, que precisa ser enfrentada todo dia, a cada produção, emissão e recepção de mensagens. Especialmente aos profissionais da área, será preciso compreender os movimentos e interesses dos campos sociais (políticos, econômicos, culturais...), cuja ação é geralmente

⁶ Utilizamos o termo na acepção semiótica relativa ao símbolo. Assim, refere-se a uma lei de representação e não algo em particular. Sua força está em ser portador, por convenção ou pacto coletivo daquilo que representa, como as palavras, por exemplo. Neste sentido, o objeto representado pelo símbolo é tão genérico quanto o símbolo (Santaella, 1995, p.178).

dissimulada, mas que, entendemos, cada vez mais a própria sociedade está aprendendo a identificar e assim desvendar. Trata-se de um movimento não previsto pelo institucional, na medida em que entender as suas práticas de dissimulação é adentrar no espaço que sempre os resguardou.

Para compreender a ordem dessas mensagens que emanam dos vários campos e especialmente de esferas complexas, como a da ciência e tecnologia, recorreremos à semiótica, já que o fator básico para a compreensão é de se saber do que efetivamente se está tratando quando os impasses discursivos se interpõem.

1.2. Significação e transgênicos

Como são muitos os interesses na temática que envolve os transgênicos, é importante definir exatamente os termos da conversação⁷. Uma das condições é que os interlocutores saibam do que estão tratando, regulando o entendimento sobre certos conceitos, para que ocorra a compreensão. O pragmatismo, aliás, sustenta que quando os contendedores não se entendem “eles ou atribuem sentidos diferentes às mesmas palavras, ou então um dos lados (ou ambos) usa de uma palavra sem nenhum sentido definido” (CP 1.303, 41 e segs). Quando Peirce propõe a divisão triádica do signo em sua relação com o objeto dinâmico, fala em determinação (mecanismo lógico que faz a conexão interpretante) enfatizando que há uma correferencialidade entre objeto e signo que, se for perdida, então não se está tratando da mesma coisa.

Quando se trata de um conceito “transgênicos”, teremos que refletir sobre o fundamento dessa relação (no caso inicial, uma invenção biotecnológica, que se amplia para atividades industriais, econômicas, comerciais, etc). Neste sentido, o fundamento de sua relação simbólica com o objeto se refere ao fato de que ele é “imputado” (regular ou convencionalmente) como sendo um signo simbólico daquele objeto, o que quer dizer que ele será habitualmente interpretado como um signo daquele objeto. Ou como afirma Peirce, “a referência a um fundamento pode ser tal que ela não pode prescindir da referência a um interpretante. Neste caso, ela pode ser chamada de qualidade imputada” (CP 1.558).

⁷ O termo conversação se refere aqui às potencialidades cognitivas das pessoas em suas relações de interação, “como prática social mais comum no ser humano” (Marcuschi, 1986, p. 5) e neste sentido se distingue das abordagens discursivas e textuais. Na conversação “o sentido advém dos enunciados a partir de protocolos negociados pelos próprios interlocutores, de regularidades mais ou menos rígidas, da gestão do espaço constituído pela relação interlocutiva” (Rodrigues, 2001, p. 184).

Isso quer dizer que “é um signo que se constitui como tal simples ou principalmente pelo fato de ser assim usado e compreendido, quer seja o hábito natural ou convencional, e sem levar em conta os motivos que originalmente orientaram a seleção” (CP 2.307). Ou podemos ver essa equação de forma genérica, pois “se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto” (CP 2.249).

Por isso é que no caso do símbolo não há uma relação de similaridade, como no caso do ícone, ou uma conexão efetiva ou existencial, como no caso do índice. Ainda que o normal é que tais relações sejam pressupostas pelos símbolos, mesmo se o fundamental numa análise seja a interpretação regular e previsível. A conexão, no caso do símbolo, dá-se pela “força” (o poder de fazer acontecer alguma coisa) da idéia da mente-que-usa-o-símbolo, “sem a qual essa conexão não existiria” (CP 2.299). Justamente em função dessa relação que podemos considerar no sentido amplo “mental”, é que a capacidade do símbolo de efetivamente representar está relacionada ao seu poder de gerar um interpretante de natureza geral, ou seja, outro signo, na infinita cadeia semiótica (Santaella, 1995, p.35).

O termo *representar* é importante, ainda que o objeto seja algo diferente do signo. A ação do signo, ou autogeração se efetiva porque ele determina o interpretante que, uma vez criado pelo signo, está mediatamente determinado pelo mesmo objeto que determina o signo. Por isso que o interpretante é determinado pelo objeto na mesma medida (embora que seja de modo indireto) em que o é pelo signo.

Essa relação triádica, vicária, é importante para situar a questão dos transgênicos. O caráter vicário do signo, como algo que representa, que está no lugar desse outro “como se fosse esse outro” (CP 2.273), permite compreender que não é todo aquele objeto que está ali representado. E não podemos esquecer que sempre existe um propósito, que conduz toda interpretação e sem ele não haveria sentido captado. Tal propósito está relacionado com a própria experiência e é utilizado tanto para conhecer a dimensão qualitativa; ou para saber qual é a relação factual, de existência; ou mesmo para agir segundo uma regra geral de significação.

Não é todo o objeto que está presente também porque, na relação sígnica, o *representamen* só considera algum aspecto do objeto (dinâmico), o qual determina um interpretante que, naturalmente, só atinge e revela essa porção do real. Ou seja, o signo está vinculado ao objeto não em função de todos os aspectos do objeto dinâmico, porque aí seria o próprio objeto, mas pela forma

que se deixou perceber ou pelo ângulo captado e representado (objeto imediato), que se desenvolve num interpretante (o qual é um signo mais desenvolvido), de acordo com a finalidade ou o propósito, consciente ou não, de quem usa os signos. Um processo que se desenvolve na temporalidade, pela sucessão de interpretações, em busca de algo de difícil (progressivo e falível) acesso que é a realidade. Então, somente pela mediação dos signos temos acesso à realidade, sendo ela própria a fonte que impulsiona a produção de signos.

Ora, essas articulações são condicionantes para algo que está relacionado ao significado da palavra transgênicos. Pode-se depreender que, enquanto signo *transgênicos* recebe interpretações variadas, distintas e até opostas. Isso pode ser dito porque, como vimos, a significação depende da tensão entre o objeto dinâmico e o objeto imediato. Este último, sobretudo, determinando, na relação entre objeto dinâmico e *representamen*, infinitos aspectos no processo interpretativo. Logicamente são inumeráveis as significações e, por isso, se amplia constantemente.

Trata-se, afinal, da informação, produto lógico que se acrescenta (por denotação e conotação) a todo tempo, em função da geração de interpretantes ou significações múltiplas. Assim, cresce a semiose sobre os transgênicos, como o que acontece com qualquer outro signo, mas é decisivo não esquecer a referência ao fato que desencadeia toda a questão. Por isso, será preciso saber, sempre, de que “transgênicos” se está falando.

Na disputa pelo sentido de um signo como este, marcado pela tensão de vários interesses ao se falar sobre o assunto, a palavra transgênicos terá por referência a medida de suas possibilidades de representação. Neste sentido, pode ser apresentada como aquela:

- expressa na Lei de Biossegurança;
- resultante da atividade científica básica com OGMs;
- referente aos negócios da empresa Monsanto, com soja;
- da tecnologia para o milho;
- da produção de insulina;
- de entidades ambientalistas como o Greenpeace;
- da associação de direitos do consumidor;
- da pesquisa brasileira... européia, norte-americana, etc.

Enfim, essa consideração sobre o que se fala quando se pronuncia a palavra transgênicos é decisiva para se saber, a partir do ângulo de abordagem, a consideração e avaliação que este objeto do discurso passará a ter. Essa busca pela compreensão que tanto preocupa e que não é nova na humanidade.

As reflexões que Peirce realiza ao final do Século XIX em muito referem o pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.). Para Aristóteles, o conhecimento a respeito das coisas é justamente esse processo dinâmico de abstração pelo qual o intelecto produz conceitos universais. Porém, ao contrário do que pensava o seu mestre, Platão, tais conceitos (idéias sobre as coisas do mundo) não existem separadamente das coisas. Assim que os sentidos que captam as coisas individuais são o ponto de partida, uma vez que a percepção dessas coisas produz, no intelecto, imagens correspondentes (Abrão e Coscodai, 2002, p.56).

Logicamente tais imagens, por um lado, levam à compreensão do mundo pelos diferentes observadores, mas não necessariamente os intelectos percebem (ou desejam perceber) as mesmas formas ou aspectos, condicionados que estão por diferentes fatores (como pensava originalmente Platão). Então, outro conceito aristotélico, o de verossimilhança, descrito no livro primeiro da *Arte Retórica*, é importante para esta reflexão. Pelo princípio da verossimilhança, há a probabilidade de sobredeterminação de alguns sentidos sobre outros e assim o que é meramente possível, que é infinito, converte-se no provável ou naquilo que é plausível no plano discursivo.

Por isso, ao mesmo tempo em que existem tão diversas quanto possíveis interpretações sobre os transgênicos (interpretantes dinâmicos e imediatos), há sempre o potencial de compreensão sobre o que está sendo tratado. Não fosse assim, haveria um contínuo impedimento de entendimento do que está sendo dito pelos interlocutores. Não é o caso em questão, embora, tanto no contato interpessoal da conversação ou mesmo na discursividade pública das mídias, interponham-se continuamente tais fatores.

Ou seja, os discursos são investidos de orientação, dos valores, do institucional. Aristóteles mostra em *A Retórica e A Poética* que o discurso comporta duas partes, a saber, a indicação do assunto de que se trata e, em seguida, sua demonstração. Ele se referia ao discurso dos **oradores** políticos e jurídicos da época. Por isso o “exórdio”, o começo do discurso, era tido como fundamental, porque permitia a que todos soubessem do que seria tratado.

A sociabilidade contemporânea instituída por e instituidora de

especialidades técnicas e profissionais tem mostrado que os discursos integram a esfera do cotidiano com muita naturalidade, já que “a experiência do mundo das relações intersubjetivas é constituído pelo quadro das posições relativas dos indivíduos, definidas pelas instituições sociais” (Rodrigues, 1996).

Naturalmente estamos pensando, ao referirmos o que acontece na discursividade pública, sobre aquilo que é manifesto, que aparece na cotidianidade. Por isso, é interessante voltar e pensar sobre o contexto de onde se originam. Os contextos e os condicionamentos, já mencionados, dos diferentes segmentos sociais, são elementos determinantes para a expressão dos conceitos. E se pode dizer que os conceitos expressam tais aspectos (sociais, políticos, econômicos, culturais...) ao integrarem a esfera pública. Eles contêm noções que os sustentam, afinal, emanam do contexto social e político e se fundem a partir da tensão, do entrelaçamento das idéias e assim chegam à mídia.

No caso dos transgênicos, a expressão dos conceitos refere ostensivamente pelo menos dois lados opostos, que mostram a dualidade de fortes correntes contra e a favor. Elas se sustentam nos princípios dos seus respectivos campos e, naturalmente, expressam as suas formas de perceber e interpretar o mundo, seus hábitos, suas posições, suas políticas.

Então, ao dizer que existem muitos transgênicos, será preciso pensar que isso decorre, macroanaliticamente, dos múltiplos campos (sociais, políticos, culturais...) de onde emergem, suscitados pelo interesse na discussão. Mas, decorre também da destinação interpretativa dos signos que proliferam especialmente quando ocorre tensão no caminho da significação, colocando em disputa os sentidos sobre o objeto da atenção. Como vimos, isso acontece no caminho lógico da interpretação, pelo desempenho do pensamento, que, por um lado, só pode se efetivar em eventos reais de interpretação (interpretante dinâmico), condicionados pelos interpretantes possíveis (interpretante imediato). As possibilidades, portanto, são inumeráveis, encarnadas de valores próprios, como, por exemplo:

- maior produtividade das lavouras,
- maior lucro para as empresas detentoras de patentes biotecnológicas
- competitividade comercial do país
- diminuição de aplicações químicas na natureza
- forma de aplacar a fome no mundo

- ameaça à saúde e ao meio ambiente
- tecnologias excludentes, etc

Ou seja, são essas (e outras) as noções instituídas a partir desses valores, os componentes colaterais, que ao remeterem para um determinado sentido, permitem que avance o processo de interpretação, uma vez que tendem a levar à reflexão e compreensão.

Pode-se dizer, então, que os conceitos expressam os aspectos da conjuntura onde são gerados, que buscam se afirmar a partir de dados consolidados, especialmente pela ciência, pela *episteme*. São essas instâncias que se confrontam ao se apresentarem publicamente.

Retomando a questão central desse capítulo, podemos dizer também que os conceitos sob disputa de sentido na esfera pública midiática, como é o caso dos transgênicos, permitem muitas interpretações, o que vem a se constituir em muitos interpretantes dinâmicos, os quais, pela sua natureza sógnica fornecem novo material para o ciclo da semiótica recomeçar, e produzir novos, diferentes e mais complexos interpretantes dinâmicos, tal a lógica do processo semiótico. Embora não se perca a referencialidade com o objeto original (transgênico biotecnológico, resultante da engenharia genética), em função da indivisibilidade sógnica, quando a palavra transgênicos é proferida, remete para aspectos diferentes, cada um deles com base num objeto imediato distinto e, portanto, gerando diversos interpretantes dinâmicos, porque referem aspectos específicos da situação, da referência na qual acontecem. As questões que se apresentam para reflexão, a partir de agora, são como perceber os diferentes entendimentos sobre os transgênicos, qual o papel da mídia nessa particularidade e como é possível se chegar a uma compreensão aprofundada do processo.

II. Os contextos dos transgênicos

Uma vez que interessa ao estudo observar como um tema que se origina no campo científico é apresentado à cena pública, procura-se compreender como se dá essa performance representacional. Sabe-se que os sentidos se manifestam na medida em que a informação transita pelos campos sociais, passando pelas operações próprias e mecanismos de mediação peculiares a cada um desses campos.

Tratamos aqui, portanto, de campos como espaço social de disputas, mas também de contextos, os quais são significantes para a ação interpretativa que se desenvolve nas diversas esferas de opinião sobre o conceito transgênicos. São estas as condições que subsidiam as informações e, também, às condições da percepção de que anteriormente falamos e que são condicionantes ao processo de interpretação dos signos.

Essas formas de expressão sónicas aparecem especialmente junto às operações realizadas pela própria mídia que, ao se apresentar, também torna visível os sentidos produzidos pelos diferentes segmentos sobre esta tecnologia que possibilita, pela primeira vez na história, a produção comercial de organismos geneticamente modificados.

Então, ao se reportar à polêmica inaugural da tecnologia para a produção de soja, lançada comercialmente pela multinacional Monsanto, em 1996, o estudo revisa a ação da mídia, registra as diferenças, manifesta as oposições discursivas ou mesmo os consensos em articulação. Mostra também as faces de um fenômeno com repercussão mundial, cujos movimentos discursivos registram ações específicas a partir de episódios registrados no Rio Grande do Sul. Tudo porque, neste estado brasileiro o embate entre correntes favoráveis e desfavoráveis ao uso da tecnologia foi especialmente marcado pela tensão e permeou os diversos campos sociais, entre os quais se destacam os campos

político, ideológico, econômico, jurídico, policial e científico.

Pode-se falar de significados que emanam de uma crônica cotidiana que, ao reportar aos OGMs, registra atos como lavouras queimadas, manifestantes ecólogo-naturalistas envolvidos em conflitos jurídico-internacionais, agricultores identificados criminalmente e, curiosamente, um avanço contínuo na adoção da tecnologia dos transgênicos, que tomou conta dos campos agricultáveis com soja (estima-se que, na safra 2001/2002, mais de 70% das lavouras tenham sido cultivadas com semente modificada) no Rio Grande do Sul.

Tal expressão signfica se desenrola num país onde o cultivo comercial de organismos modificados geneticamente é proibido por lei específica que orienta sobre manipulação genética, em vigência desde 1995: A Lei de Biossegurança. Considerada avançada em relação à de outros países, a Lei também previu a criação de um órgão deliberativo, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para analisar as questões referentes a área.

A manipulação biogenética, além disso, envolve tensões históricas na relação entre tecnologia e natureza, remetendo ao próprio estatuto da ciência e suas fronteiras com a ética (no caso a bioética). Pode-se apontar, neste sentido, o caso dos OGMs como talvez o mais curioso, embora notadamente apenas exemplar. Subsiste a questão de fundo, que remete aos limites do avanço científico na área de bioengenharia, através das amplas possibilidades de manipulação que se abrem a partir do conhecimento do funcionamento do DNA, ocorrido há 50 anos atrás (clones, uso de células-tronco, manipulação gênica) e suas implicações éticas.

Não deixa de ser peculiar que a inteligência (no sentido da capacidade humana de resolver problemas) que proporciona a existência dos OGMs, não tenha sido suficiente para dar conta de um problema elementar aos consumidores brasileiros que passaram a, compulsoriamente, consumir alimentos modificados, sem nenhuma informação de rotulagem. Entra-se, então, num outro campo que tem relação com o comportamento de resistência à ordem social e se alia ao fenômeno histórico da desobediência civil. Esta, uma linha analítica sobre o comportamento social, muito rica, mas que neste estudo não terá maior aprofundamento.

Então, toda essa crônica se faz presente no cotidiano da sociedade do Rio Grande do Sul a partir do aparecimento das primeiras notícias sobre o cultivo de transgênicos e é necessário antes, entender a geografia e as condições sociais e culturais em que o fato acontece, como um primeiro passo neste mapa contextual em que se articula o conceito .

Começamos pela descrição ambiental do fenômeno, para compreender os aspectos da cultura regional e seus possíveis condicionantes.

2.1. As fronteiras do Rio Grande

Aparentemente as fronteiras físicas são elementos analíticos sem grande relevância para a questão da interpretação dos transgênicos. Mas talvez isso não seja assim, porque referimos as próprias circunstâncias sócio-culturais em que se dá o fato gerador da polêmica no Rio Grande do Sul. O plantio de sementes ilegais no Brasil ocorre a partir do momento em que esse material genético diferenciado é contrabandeado pela fronteira com a Argentina no Rio Grande do Sul.

Desta forma, são justamente as peculiaridades regionais que fazem com que o objeto de que trata este estudo estabeleça um curioso transcurso histórico no Rio Grande do Sul, Estado localizado no extremo sul brasileiro, limitado, numa espécie de funil, pelas águas do Oceano Atlântico e com os territórios argentinos e uruguaios.

A definição de limites fronteiriços com os países vizinhos foi razão para inúmeras e memoráveis batalhas entre conquistadores portugueses e espanhóis pelo território sulino, que se estenderam por vários anos após a colonização. Resultou desse fato a elasticidade fronteiriça, em função do domínio alternado dos territórios (atuais) do Rio Grande do Sul e do Uruguai por portugueses e espanhóis, dadas as conquistas obtidas em sucessivas guerras. A definição fronteiriça se consolida apenas quando cessa a disputa em função dos arranjos políticos, cujas decisões são tomadas a milhares de quilômetros de distância. Aos poucos não tem mais sentido a guerra pela dominação de território entre os colonizadores. Mas, tudo isso se estendeu por cerca de 250 anos.

A definição territorial somente começou a tomar forma a partir do tratado de Paris, assinado pela Espanha e Portugal, em 10 de fevereiro de 1763, pelo qual os dois países concordavam que todos os territórios tomados pela força deviam ser restituídos. Assim, o líder espanhol Dom Pedro de Cevalos, que havia conquistado a Colônia de Sacramento (atual Uruguai) a devolve aos portugueses, mas mantém em seu poder a Vila do Rio Grande de São Pedro (sul do RS), até 2 de abril de 1776 quando, numa nova batalha, os lusitanos expulsam os espanhóis.

No ano seguinte, começou a se desenhar algo mais concreto do domínio territorial desta zona conflagrada, com o tratado de Santo Ildefonso. Mandava

esse acordo que fosse devolvida aos portugueses a Vila do Desterro (atual Florianópolis) e definia que o Rio Grande era reconhecido como território de domínio Português, com exceção da sua região central e oeste (os Sete Povos das Missões), que permaneceria como território de domínio espanhol. Garantia, também, e de forma definitiva, que a Colônia do Sacramento seria território espanhol. Ainda que somente a metade do que hoje é o Rio Grande do Sul permanecesse com os portugueses. “Podia-se, pela primeira vez no Continente de São Pedro, dormir em paz; no dia seguinte, retornar ao trabalho, tranquilamente, nos seus pastoreios e trigais” (Magalhães, 2002, p.39).

Os gaúchos brasileiros foram aos poucos e sem muito conflito tomando conta do território sob domínio espanhol nas Missões, assim como dos chamados Campos Neutros, uma faixa de terra que, em princípio, seria território de ninguém, que margeia o Oceano Atlântico, ligando o Rio Grande do Sul ao Uruguai. Hoje abrange a Estação Ecológica do Taim e outras áreas, entre os municípios de Rio Grande e Chui, no Brasil. Em 1801, antes da Independência do Brasil, os territórios estavam finalmente definidos.

Assim que, no Rio Grande do Sul, as influências dos vizinhos “castelhanos” são facilmente encontradas e, certamente, mais comuns do que no restante do País. A própria língua espanhola tem um domínio intuitivo natural entre os “gaúchos”, termo este (do espanhol: *gaucho*) que mantém a identificação entre os sulistas, assim como outros costumes que hoje constam do tradicionalismo. No estado brasileiro localizado mais ao sul, portanto, existem configuradas aproximações históricas que, uma análise de conjuntura não pode desconsiderar.

Os hábitos e costumes que aqui se desenvolveram – como o de montar bem a cavalo, assar a carne nas brasas, tomar mate, demonstrar valentia, vestir chiripá e bombacha, comuns também a todo o Uruguai e ao interior da Argentina – identificam até hoje, aos olhos dos brasileiros, o Rio Grande do Sul como um todo (Magalhães, 2002, p.39).

Das batalhas, dos embates e dos cruzamentos fronteiriços restaram mais do que marcas culturais nos gaúchos da fronteira, mas identidades outras, como as familiares e de propriedade. Assim, também é comum que as fronteiras físicas entre os países do Cone Sul sejam constantemente ultrapassadas pelos laços de sangue e afetivos, em cidades que coexistem praticamente juntas (separadas por uma rua ou por um rio) como em Santana do Livramento, Chui e Jaguarão nas divisas com o Uruguai e Uruguaiana e Quaraí, com a Argentina.

Resulta que igualmente as propriedades e os negócios também

aconteçam de forma mais simples do que o regulamento das leis. Muitos produtores de soja, arroz e trigo ou criadores de gado tem propriedades logo depois da fronteira e cuidam dos negócios como se fosse uma extensão da propriedade que mantém em seu próprio país de origem.

Existe, como se observa, um território cuja significação cultural e não estritamente física, é elástica nesta área fronteiriça, que decorre de situações inspiradas pelo emocional, mas também materiais, e existentes numa geografia e clima semelhantes, numa história comum de lutas. Além disso, existe o distanciamento destas regiões dos grandes centros, onde o poder de polícia tende a ser mais efetivo. Resulta que não é difícil ao fronteiriço “passar” de um lado para outro, especialmente quando o limite é apenas simbólico, sem prestar contas à fiscalização.

Conforme vai se observar nas análises dos materiais jornalísticos, foi contando com essas condições que as sementes transgênicas entraram no Brasil, sem nenhuma dificuldade, pela fronteira com a Argentina. O que também poderia ter acontecido ao contrário. Pode-se inferir, também, a participação da própria empresa que desenvolveu os transgênicos para a soja como promotora ou incentivadora desta ação, ainda que não haja qualquer informação segura sobre isso, apenas especulação.

2.2. A desobediência civil

Um signo, como já observamos, pode receber interpretações as mais diversas. No caso dos transgênicos da soja no Rio Grande do Sul, isso pode ser observado no plano mesmo da materialidade da ação. Isto é, reflete-se nas atitudes tomadas pelos atores sociais com base na influência das condições sociais, econômicas, políticas, culturais, agronômicas, etc. São esses dados de contexto decisivos para os condicionamentos ou proposições expressas nas opiniões e atitudes a respeito das coisas. Decisivas, portanto, para o próprio desenvolvimento semiótico que necessita, no processo de interpretação, de informações colaterais a respeito dos objetos.

A idéia de um interpretante (dinâmico), enquanto aquilo que o signo efetivamente gera numa mente o tipo de interpretação a ser promovida a partir do objeto, é aqui bastante clara quando se trata da desobediência civil. Isto se dá porque existe a força dos hábitos e das crenças que se estruturam, em torno das temáticas.

As teses sobre desobediência civil não são novas. Ao agir à margem da lei, os agricultores do RS fizeram o que Henry D. Thoreau incitou em 1848, desconhecera as regras do estado. Acreditando que a autoridade do governo precisaria sempre contar com o consentimento dos governados, Thoreau pregava a desobediência às leis que não fossem consideradas particularmente justas pelos cidadãos. Segundo ele, as injustiças crescem na medida da inépcia dos governantes para a função que desempenham e na incoerência das leis:

Nossos legisladores não aprenderam ainda a distinguir o valor relativo do livre-comércio frente à liberdade, à união e à retidão. Falta-lhes gênio ou talento para questões relativamente simplórias dos impostos, das finanças, do comércio e da indústria, da agricultura (Thoreau, 2002, p.38).

O que se depreende do texto de Thoreau é que sua intenção era firme no sentido de provocar mudanças, não somente por razões de consciência, mas, sobretudo, para fazer valer os direitos que entendia ser proprietário enquanto cidadão. Em tese, a desobediência civil pode ser um ato ocasional e limitado. Uma vez que tenha atendido o objetivo, cessa com sua obtenção. Apesar de ocasional o ato, entretanto, pode partir de um movimento ou de uma consciência mais ampla.

A desobediência é pública e transparente, não tendo feições conspirativas. Em algumas vezes os participantes dão a conhecer não somente suas razões e intenções, como também os meios que serão empregados. Uma vez que a desobediência decorre quando há divergência quanto ao comportamento do Estado, ou melhor, com suas soluções, sua forma de encaminhamento do problema, há que se entender que é, igualmente, um ato político (Durigan, 2005).

Mesmo o conceito de estado de direito, não se define por via meramente formal, isto é, pelo aspecto correspondente à legalidade. É necessária a presença de uma efetiva legitimidade que fundamente a ação estatal, bem como de valores jurídicos e sociais que realmente planifiquem, na ordem política, a atuação dos poderes governamentais. Isso quer dizer que o questionamento da legitimidade do direito de resistência às leis encontra ressonância em Estados que pretendem ser de "Direito" (Farias, 2003).

Na concepção de Rawls (1981, p. 273), desobediência civil pode ser definida como "ato público, não-violento, consciente e, apesar disto, político, contrário à lei, geralmente praticado com o intuito de promover modificação na lei ou práticas do governo". Então há uma teoria de resistência justa, fundamentada em ideal de justiça oriundo de consenso, no qual não há dominação e, sim,

respeito mútuo aos integrantes do todo (Farias, 2003).

No caso do Rio Grande do Sul há, ainda, outros desdobramentos e interferências. A realidade mostra que uma vez produzidos nas lavouras, os grãos transgênicos entraram na cadeia produtiva industrial e seguiram para a moagem, assumindo a forma dos principais ativos comerciais para consumo animal e humano, o óleo de soja, a farinha e seus derivados, que compõem os mais diversos alimentos (embutidos, bolachas, etc). Caracterizou-se uma situação de fato, material e objetiva, marcada por fatores que funcionam alheios aos cânones judiciais ou do interesse público, aos quais se interpõem.

Assim, mesmo desautorizado, desde meados de 1997, praticamente todo o óleo de soja consumido a partir das sementes oriundas do Rio Grande do Sul, contém o diferencial genético. Como resultante, o consumidor, mesmo aquele contrário aos alimentos transgênicos, passou a consumi-los sem saber, já que o processamento industrial torna indistinto o produto, o que se choca com o processo de informação da sociedade, que precisa sempre de um elemento ou fator motivador. Ou, mais objetivamente, alguém (uma pessoa ou instituição) que faça uma cobrança sistemática sobre o assunto. Isso aconteceu, como vai se ver, bem mais tarde.

Por isso tem-se que refletir sobre a importância das condições objetivas em que os fenômenos acontecem, ditadas pelas pressões dos diferentes segmentos. São, essas condições, decisivas para a interpretação. Observe-se que aqui passamos para algo ainda mais presente e interno à vida das pessoas. Isto é, além do confronto com a legislação, os direitos legais da pessoa humana também se confrontam com a dada situação.

Em 2003, a rotulagem do produtos que contenham gens modificados foi aprovada em Portaria do Ministério da Justiça. A Instrução determina que os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano e animal devem apresentar, em destaque, dependendo do caso, uma das seguintes expressões: "(nome do produto) transgênico", "contém (nome/s) do/s ingrediente/s transgênico/s", ou "produzido a partir de (nome do produto) transgênico", em conjunto com o símbolo dos transgênicos definido pela Portaria 2.658, de 22/12/2003, do Ministério de Estado da Justiça, que regulamenta a rotulagem dos transgênicos.

Somente em 2004 o governo brasileiro passou a exigir das empresas que utilizam em suas formulações alimentos originários de produtos transformados geneticamente a informação no rótulo dos produtos sobre a presença desse tipo de material genético, quando tal quantidade exceder 1%.

De acordo com a medida, cabe às empresas a responsabilidade pela informação e, ao governo, a fiscalização. Porém, a sociedade civil organizada mantém seus expedientes, como forma de forçar decisões favoráveis aos usuários e aos consumidores.

A rotulagem passou a ser a fonte de discussão sobre os transgênicos, repetindo o que já se mostrava uma constante em toda a sua cruzada no Brasil, com desdobramentos em múltiplos setores interessados.

Afinal, os transgênicos são bons ou ruins; e quanto a eles seremos favoráveis ou não? A constante se refere, neste caso, a uma redução extrema da discussão, o que vem acompanhado de um deslocamento da atenção.

Há uma preocupação constante pelo simbólico, pelo que representa, no que desloca a discussão das questões de fundo, daquilo que ele realmente é. Depois que passou no Congresso Nacional a nova Lei que autoriza os transgênicos, o setor de alimentos no Brasil se mostrou amplamente contrário à adoção do triângulo amarelo com T no meio, que deveria ser incorporado às embalagens em produtos que contivessem mais do que 1% de organismos geneticamente modificados.

O argumento é de que o símbolo passa a idéia de produto perigoso. Acontece que, da mesma forma que a autorização para cultivo foi aprovada, a não exigência de informação foi derrotada na votação da Lei de Biossegurança. A Lei diz que o Símbolo (**Figura 1**) deveria constar em todas as embalagens de alimentos para consumo humano e animal, com mais de 1% de transgênicos, no Brasil exige informação aos consumidores nas embalagens dos produtos que contenham organismos geneticamente modificados.

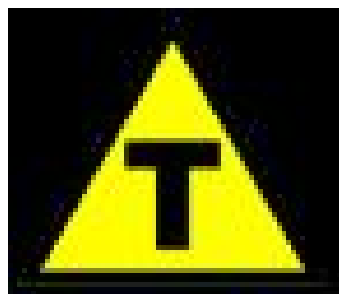


Figura 1. Símbolo que deve constar em todas as embalagens de alimentos para consumo humano e animal, com mais de 1% de transgênicos, no Brasil. Fonte: Lei de Biossegurança. (Decreto n.º 4.680, de 24 de abril de 2003.)

Porém, a ABIA (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação) insiste em mudar o símbolo que deveria acompanhar as embalagens dos produtos que contenham mais de 1% de transgênicos. De modo geral, nada foi

feito. De acordo com o argumento da ABIA, 'a indústria não quer unir a sua marca a um alerta, como se fosse coisa perigosa', disse o seu diretor jurídico, Paulo Nicolellis Junior.

Mais do que isso, a ABIA queria negociar também o percentual máximo fixado para dispensar a informação ao consumidor. A idéia seria de tolerar até 4% de transgênicos na composição de alimentos. 'O tal símbolo incomoda: não é informação, é um alerta. Incomoda também o tal 1%, gostaríamos que fosse 4%. Vamos tentar reconversar', disse Nicolellis ao jornal Folha de São Paulo.

Observe-se que, assim como a relação de 1% não é arbitrária, pois resulta das recomendações da ciência, o símbolo identificador é resultado de consulta realizada junto à população. Mas a ABIA classificou o símbolo adotado de 'aviltante', em carta destinada ao Congresso. Diz que o símbolo de transgênicos 'traz prejuízos à imagem dos produtos'.

Resumindo, o símbolo 'incomoda' a indústria justamente porque cumpriria a função de 'alerta', para cuja função foi criado. No caso dos cigarros, por exemplo, em função de existirem dados concretos de danos à saúde, o alerta está incorporado à embalagem e cabe ao usuário decidir. Foi difícil chegar a esse estágio, mas a informação existe.

Ainda que o caso dos alimentos transgênicos seja um pouco diferente, por que o medo da informação? Enfim, a questão dos transgênicos parece retornar sempre, no caso brasileiro, ao início. Eis que começou como transgressão à legislação vigente (Lei de 1995), quando apareceram lavouras de soja transgênica no Rio Grande do Sul. Foi resumida, a questão discurso da dicotomia entre ser bom ou ruim, sem adentrar aos marcos da questão da transgenia, como conquista do conhecimento humano, com suas potencialidades e impactos.

Ou seja, a questão dos transgênicos teima em continuar presa aos interesses extracientíficos. São interesses que se sobrepõem, guiados por uma lógica, a do capital, que determina esse conjunto de forças. O que parece apagado, neste cenário, é a força soberana da sociedade que não encontra meios, formas, vias, para exercer o seu mandato maior. Afinal, por que seria ruim ou aviltante um símbolo identificador, se não houvesse o medo de que houvesse uma reação popular? Porque é ruim informar à população de determinados alimentos existe mais do que 1% de transgênicos? É perigoso para quem?

2.3. Código de Defesa do Consumidor

Temos aqui um aprofundamento das questões relativas ao contexto onde está inserida a discussão sobre os transgênicos. Trata-se da regulação jurídica, que situa as inovações biotecnológicas na área de interferência com o microsistema jurídico de proteção do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) brasileiro é considerado um dos mais avançados e o caso dos transgênicos remete para, pelo menos, a satisfação de dois níveis de exigência nele contidos. Primeiro, o caráter cautelar decorrente da responsabilidade do estado em controlar, fiscalizar e garantir a segurança geral da população consumidora da nova opção alimentícia. De acordo com o CDC, somente após uma série cautelosa e exaustiva de análises e pesquisas que assegurem, razoavelmente, o pressuposto elementar da segurança ao consumidor, é que as novas tecnologias podem alcançar o mercado consumidor. E isto se refere não apenas ao microsistema específico, mas também ao macrosistema jurídico e, até, a natural responsabilidade ética do poder público (art.37 da Constituição Federal), conforme adverte Amaral (2003).

Neste sentido, basta que a comunidade desconheça o risco dos impactos, dos efeitos, já se impõe à autoridade pública o dever de não esperar para tomar as precauções de proteção. A outra exigência para regular a comercialização dos transgênicos no Brasil diz respeito ao direito elementar do consumidor à informação ampla, eficaz e veraz. Após o Código de Consumidor, é o vendedor, o fornecedor (comerciante, fabricante, importador...) a quem compete, legalmente, prestar a mais ampla informação ao consumidor em potencial de um determinado produto (Amaral, 2003).

A informação é fundamental para que as pessoas tenham condições de avaliar a situação e chegar a uma posição, que pode se constituir num hábito e assim fixar uma crença sobre um determinado assunto. Tudo parte da informação, já que pragmaticamente "...nada fora da esfera do nosso conhecimento pode ser nosso objeto, pois nada que não afete a mente poderá ser motivo de esforço mental" (CP 5.375).

No propósito da informação existem pressupostos básicos, relativos aos esquemas interpretativos, principalmente aqueles associados aos hábitos. Isto é, são os "princípios condutores ou hábitos que regulam a formação dos julgamentos de percepção e levam a singularidade do percepto a se conformar e a ser governada pela generalidade dos esquemas conceituais" (Santaella, 1995,

p. 70).

Porém, nem sempre os governos têm se esforçado em apresentar informações que se refiram aos direitos dos consumidores, ou seja, tenham cumprido um direito constitucional de Estado. Esse papel tem sido desempenhado pelas organizações da própria sociedade, em atuações como a do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), com sede em São Paulo. Além disso, pressionado por diversas organizações e pela opinião pública, o Governo Brasileiro tem se mostrado ambivalente na aplicação da Lei Federal de Biossegurança, a de nº 8.974, de 05.01.1995.

Como se verá mais adiante neste estudo, a própria Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)⁹ é outro fator de controvérsias ao ficar no embate dos interesses científicos, legais e políticos. A ela cabe a autorização, sob rígido controle, de algumas pesquisas com soja, arroz, milho, algodão e outros produtos transgênicos. Sua atuação, como as autorizações para importação de milho transgênico no Brasil, foi sempre contestada, a ponto de ser discutida sua autoridade e autonomia.

No caso do plantio de soja transgênica há, portanto, a unilateralidade ao estilo *Thoureau*, que, de certa forma, dá sentido ao pensamento prático do agricultor que leva em conta tão somente que a soja transgênica, desenvolvida pela multinacional Monsanto no início dos anos 90 e comercializada desde 1996, apresenta grande vantagem comparativa ao reduzir custos de produção nas lavouras da oleaginosa entre 20 a 30%.

Temos então duas faces interessantes no plano legal sobre os transgênicos. Primeiro as condições ambientais, do contexto social e político, fundamentais para o processo interpretativo, em função do potencial que representam os aspectos colaterais na compreensão sobre os transgênicos. Outra face se refere à força do hábito ou mesmo da crença, que no caso dos transgênicos é definitiva para que os agricultores descumpram a lei em nome de outros valores, como os econômicos e comerciais.

⁹ A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, criada pela lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Sua finalidade é de prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM. Também trabalha no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam os OGMs e seus derivados.

2.4. A Monsanto e os Transgênicos

Para que se compreenda o quadro onde se insere a discussão, é preciso considerar também que, após ampla difusão da tecnologia (operação direta de técnicos junto aos agricultores), que confere à multinacional o exclusivo direito de uso na semente (Monsanto) e no herbicida (Roundup), há ampla adoção por parte dos agricultores, nos Estados Unidos, Canadá e Argentina. Logo em seguida da colocação no mercado (em 1996) outros países produtores passaram a discutir a adoção desta tecnologia, que, ao dispensar operações e diminuir custos, oferece vantagens no custo de produção para quem a utiliza. A descoberta, dizem os seus defensores, colabora para diminuir a poluição ambiental (a cultura da soja é tida como uma das mais poluentes do mundo em função do número de pulverizações) já que o herbicida exclusivo pode ser aplicado em qualquer fase da cultura, de forma seletiva.

A multinacional é uma das maiores do setor e tem uma ação agressiva no mercado. Em outubro de 2000 lançou ações na Bolsa Valores de Nova York e completou 100 anos de atividades em 2001. Trata-se de uma empresa cujo foco de interesse é a agricultura, trabalha com tecnologia avançada no desenvolvimento de produtos, incluindo sementes modificadas por melhoramento convencional ou pela biotecnologia e por herbicidas. Para manter posição de destaque, investe muito em pesquisas de base biotecnológica, incluindo reprodução molecular e genômica.

A sede da Monsanto fica em St. Louis, no estado de Missouri, nos Estados Unidos. Somente neste local, conta com cinco mil funcionários. Em Chesterfield, município vizinho a St. Louis, está localizado o centro de pesquisas da Monsanto, tido como um dos maiores investimentos em biotecnologia do mundo, tanto que os trabalhos feitos nessas duas unidades da empresa somam juntos mais do que os campos de pesquisas de universidades daquela região, com as quais mantém convênio de cooperação. Junto com as universidades e centros de pesquisa no Missouri, forma o que é considerado o "Cinturão Biotecnológico" dos Estados Unidos. A multinacional tem cerca de 14 mil funcionários em países de todos os continentes e faturou, segundo seus próprios dados, aproximadamente US\$ 4,8 bilhões em 2002. Grande parte desses dividendos provém do pagamento de *royalties* para compensar o investimento em pesquisa.

A exemplo da Monsanto, outras empresas do setor descobriram que a biotecnologia seria a grande alavanca do futuro e investiram pesadamente no desenvolvimento de novos produtos que possam vir a ser patenteados e, assim, consagrem uma relação de sujeição ou de dependência, aos que puderem pagar pelos seus direitos autorais (*royalties*).

Naturalmente essa dependência da lógica de mercado é mais sentida e ainda mais seletiva em regiões mais pobres, onde ao mesmo tempo em que há necessidade de informação, há carência de recursos para investimento. Assim que, o domínio do DNA passa a se constituir, ainda que seletivamente, no novo recurso industrial das grandes empresas com ramificações globais, cujos interesses não são mais diretamente os produtos (sementes e insumos modernos) gerados pelos países periféricos, mas a concentração de informações estratégicas de alta tecnologia que promovem a verticalização da produção agrícola.

Vive-se, portanto, uma contradição interessante no setor. Uma grande área global é alijada de informações e tecnologias, porque não pode pagar por ela, como é o caso histórico da África. Em outras regiões, a tecnologia de ponta estabelece a diferença, definindo o domínio, como é o caso dos transgênicos, concentrado em poucas empresas multinacionais do ramo agroquímico e biotecnológico.

Ou seja, ainda que bem articulados, os argumentos da multinacional em relação à soja transgênica estão longe do que se possa chamar consenso. Diversas organizações ambientalistas e de defesa do consumidor em todo o mundo movimentaram-se contra a expansão da tecnologia, acusando-a de atender exclusivamente a interesses comerciais, descuidando das regras elementares de impacto ambiental e análise de riscos à saúde humana.

Para enfrentar as oposições, o segmento industrial biotecnológico é extremamente articulado discursivamente, enfocando, para a defesa de sua atividade a própria sustentabilidade da vida diante do avanço populacional, aliada à irrevogável promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. No caso dos transgênicos para a soja, o principal argumento das entidades preservacionistas, o risco ao meioambiente, é utilizado em sentido oposto pela lógica da bioengenharia.

O texto de um folheto (*folder*) distribuído pela Monsanto nas Praças de Pedágio Rodoviário do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2004, diz que: "O cultivo de plantas transgênicas ajuda a aumentar a produtividade agrícola e contribui para a conservação dos ecossistemas, biodiversidade, da vida selvagem e das florestas para as gerações futuras" e, mais adiante, aponta que, segundo a FAO, (Órgão das Nações Unidas voltado para alimentação), "os alimentos transgênicos também podem ser mais uma alternativa no combate à fome e à pobreza nos países em desenvolvimento" (Monsanto, fevereiro de 2004).

O *folder* mostra várias fotos de crianças brincando em ambientes

naturais e uma mulher grávida, buscando aliar às imagens presentes no texto, no qual lê-se terem sido consumidos alimentos transgênicos, até aquela data, mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo, “sem nenhum registro de dano para a saúde humana ou animal” (Monsanto, fevereiro de 2004).

Mais tarde neste estudo vamos aprofundar as análises semióticas de materiais como este (presente nos jornais), distribuído amplamente à população dentro de um saco para a coleta de rejeitos no interior dos carros. A campanha publicitária pro-transgênicos, envolveu ainda peças de TV, rádio, jornais e revistas, tendo como mote a mensagem *Monsanto Imagine*. A música *Imagine*, de John Lennon, falando de um mundo novo, sem guerras, em que todos vivem felizes e em paz, é o tema da campanha. Outras peças de campanha, como as ilustrações acima, também tinham por propósito criar uma boa imagem da empresa, diante da controversia sobre os transgênicos. Afinal de contas, a atividade com o desenvolvimento biotecnológico é apenas um dos braços da multinacional.

A propaganda da Monsanto sobre os transgênicos veiculada pela TV e rádio em 2003 foi alvo de repúdio, especialmente pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). A propaganda amplamente divulgada (**Figura 2**) tinha a clara intenção de motivar favoravelmente os integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a área política e a sociedade. Com a música “Imagine” tocando ao fundo, o texto desliza suavemente:



Figura 2. Propaganda da Monsanto para os transgênicos.

Imagine um mundo que preserve a natureza, o ar, os rios. Onde a gente possa produzir mais com menos agrotóxicos, sem desmatar as florestas. Imagine um mundo com mais alimentos e os alimentos mais nutritivos e as pessoas com mais saúde. Já pensou? Ah, mas você nunca imaginou que os transgênicos podem ajudar a gente nisso. Você já pensou num mundo melhor? Você pensa como a gente. Uma

iniciativa Monsanto com apoio da Associação Brasileira de Nutrologia.
Fonte: Monsanto.

Ou seja, pode-se falar de um combate, ou de um contra-ataque sgnico, que tem como proposta assegurar outras possibilidades interpretativas para a discussão sobre os transgênicos, no Rio Grande do Sul. Grupos ecologistas distribuem folhetos em eventos e universidades e utilizam bonecos para simbolizar os transgênicos como criaturas abomináveis, que crescem sem controle.

Conflagrado o campo de batalha sgnica, os conceitos são utilizados  moda (da forma ou do jeito que mais se apropria  situação) dos interesses dos segmentos que disputam os sentidos sobre os transgênicos.



Material gráfico da Campanha Nacional Por Um Brasil Livre de Transgênicos, criada em 1999 por um grupo de organizações não governamentais (ONGs) interessadas nas consequências do uso de transgênicos no Brasil.

Figura 3. Propaganda do Greenpeace contra os transgênicos.

Fonte: Greenpeace .

No dia 16 de março de 2006 ativistas do Greenpeace colocaram uma faixa de 5 x 8 metros na mão da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, para chamar a atenção dos governos para a perda de biodiversidade do planeta e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos. Na mensagem estava escrito: "O futuro do planeta está em suas mãos" e foi endereçada diretamente aos representantes de governos de diversas partes do mundo reunidos em Curitiba, naquela época, para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra. A ação do Greenpeace resultou na prisão de cinco dos seus ativistas que escalaram a estátua. Depois de colocada a faixa, um deles saltou da mão direita do Cristo (**Figura 4**).

Talvez por isso mesmo e prevendo a possível reação de diversos segmentos, a empresa montou a estratégia de disseminar a tecnologia diretamente aos produtores rurais (o que já era bastante comum nas empresas deste ramo), fator que facilitou a expansão e rápida adoção. Ao mesmo tempo,

favoreceu a que se configurasse um fato concreto, antes mesmo da oportunidade de uma ampla discussão pelos outros segmentos sociais.



No dia 16 de março de 2006 ativistas do Greenpeace colocaram uma faixa de 5 x 8 metros na mão da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, para chamar a atenção dos governos para a perda de biodiversidade do planeta e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos. Na mensagem estava escrito: "O futuro do planeta está em suas mãos" e foi endereçada diretamente aos representantes de governos de diversas partes do mundo reunidos em Curitiba, naquela época, para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra. A ação do Greenpeace resultou na prisão de cinco dos seus ativistas que escalaram a estátua. Depois de colocada a faixa, um deles saltou da mão direita do Cristo.

Figura 4. Cristo Redentor usado no protesto. Fonte: Greenpeace.

Assim que, quando se discute a questão dos transgênicos, mesmo entre os primeiros produtores mundiais do produto comercial (Estados Unidos, Canadá e Argentina), os cultivos estão implantados e já se passa a analisar uma situação material e não uma possibilidade. Não há qualquer espécie de *referendum* a partir da discussão pública. Pode-se dizer que o caso do uso ou não de células tronco para o tratamento de doenças, hoje, tem a sua discussão pública um pouco mais aprofundada. No Estado norte-americano da Flórida, em novembro de 2004, foi justamente uma consulta popular que autorizou a pesquisa sobre células tronco pela primeira vez naquele País, contrariando orientação federal sobre o assunto.

Voltando ao caso dos transgênicos para a soja (através do DNA recombinante), a disputa faz parte da competição entre empresas com ramificações globais. O sucesso do empreendimento científico, na prática, somente foi possível com o aporte de pesados investimentos de indústria multinacional da área de sementes. A possibilidade técnica de alteração genética é de conhecimento dos pesquisadores da área há muitos anos e não apresenta, em princípio, nada de espetacular. A natureza realiza operações similares a todo tempo.

A novidade da técnica está justamente no tipo de interação que se estabelece com o fenômeno, que passa a ser especificamente direcionado e controlado pela ação do homem. Nesse sentido é que a tecnologia se apresenta como grande novidade, na medida em que vence o desafio de transferir genes de espécies completamente distintas (bactéria e planta).

O foco na manipulação bioindustrial oferece, ainda, um outro campo rico e ao mesmo tempo complexo, mas que se insere nos desafios da descoberta. Trata-se de uma discussão central e recorrente na história sobre as implicações resultantes da busca pelo poder através do domínio do conhecimento. Referimos as formas de poder que se instituem através das ciências ou das tecnologias derivadas do processo intelectual e que remetem para os princípios que norteiam a vida dos homens. Trata-se da ética, disciplina de larga e histórica discussão.

2.5. A ética como princípio

Para além da ética científica e mais precisamente tecnológica, o que se traduz na reflexão sobre os limites humanos quando do exercício da aplicação do conhecimento, o uso das técnicas também faz pensar sobre algo ainda mais profundo, relacionado ao comportamento ético e moral do homem e das instituições por ele criadas para a interação social.

A partir do uso de determinadas regras de convivência e de relacionamento, da normalização institucional, da delimitação de atividades inerentes aos diversos empreendimentos, a noção de ética se ampliou ou, dizendo melhor, se adequou à complexidade dos relacionamentos atuais. Porém, subsistem a todas essas expressões os fundamentos da disciplina da ética.

Sócrates (470-399 a.C.) diz que “virtude é conhecimento”, porque quem detém o verdadeiro conhecimento só pode agir bem. Em Sócrates as questões morais deixam de ser tratadas como convenções baseadas nos costumes, que se modificam em função das circunstâncias e se tornam problemas a serem enfrentados pelo pensamento através de uma elucidação racional. Porém, o fato de pensar racionalmente as questões morais, implica denunciar tudo aquilo que até então aparecia como virtude, especialmente na lógica dos poderosos cidadãos atenienses da época. Tal sistematização faz com que ele seja considerado o fundador da ética (Abrão e Coscodai, 2002, p.45).

Deve-se lembrar que a palavra ética provém do “ethos”, que se refere ao ato de morar, de se instalar num espaço. Do “ethos” vem o termo “ethiké”,

designando o conjunto dos “nomoi” – regras e valores que dão forma à territorialização do indivíduo humano, que se organiza em diferentes espaços da morada grupal, dentro de princípios ou regidos por objetos bons ou supremos. Ou seja, o próprio Bem (Sodré, 1995, p.52).

Na mesma perspectiva socrática, Platão (428-347 a.C.), em *A República*, especialmente nos livros II e III, mas também Aristóteles (384-322 a.C.) em *Ética ao Nicômaco*, propugnaram a ética finalística (da felicidade), anunciando que o homem deve se realizar virtuosamente através do uso da razão. Assim que, viver bem é viver de acordo com o desenvolvimento do espírito racional e, por isso, é a razão que deve dirigir o cotidiano dominando as paixões e criando bons hábitos, a partir de atitudes equilibradas.

Como se observa, enquanto teoria e ciência de princípios e fundamentos do comportamento social e individual, a ética emerge no período clássico grego, em cujo contexto a solução platônico-aristotélica mostra que a finalidade da ação humana é o exercício do bem. Tal princípio fundamental se propaga via tradição cristã e orienta as ações humanas. Aristóteles diz que ninguém escapa às suas próprias escolhas (livre-arbítrio) e por elas terá que responder, na medida em que toda a ação de alguma forma repercute no ou sobre o outro (Batista, 1995, p. 42). Ou seja, a ética está originalmente relacionada à noção de atitudes corretas e da alteridade, incluindo o interesse do outro.

A ética é, pois, uma forma de deliberação que emerge da pura consciência de tal forma que o homem... “ao executar um ato, provocado por um estímulo, não age de modo puramente instintivo, mas racional: isto quer dizer que faz depender a ação de sua condição humana.” (Sidekum, 2002, pg.19).

Essa pressuposição ao comportamento que sustenta a noção de ética se amplia em atitudes que perfazem a consciência moral. Sintonizado com a doutrina racional, Kant (1724-1804) vai dizer muitos séculos depois, na conclusão da *Crítica da Razão Prática*, que a consciência moral é “a razão aplicada à ação, à prática humana”. Somente a vontade humana pode ser boa ou má. Ou seja, a vontade é pura moral e não pode ser confundida com a legalidade. Ao distinguir ética, moral e justiça, Kant mostra que a aceitação pelos homens das leis morais é a prova de que existe um ordenamento que transcende ao meramente sensível, superando as legislações humanas. Em seu idealismo transcendental Kant deduz a metafísica da ética e não da ciência.

Não apenas em Kant, mas também em Hegel e Spinoza e em outros pensadores, pode-se observar uma preocupação constante da filosofia com os princípios e o ordenamento ético da sociedade. O importante é ter presente que

a experiência que a ética ou as discussões sobre ela nos provoca está relacionada com a experiência humana de viver a própria liberdade, o que abre um leque de opções, de caminhos possíveis, de tomadas de atitudes e de opiniões. Em decorrência, também o fundamento ético, então transformado em teoria, se expande pela vida social por inteiro, e não poderia ser diferente.

Ao mesmo tempo em que a razão se torna “objetiva”, ela tem um fundo moral, um “dever ser”. Essa racionalidade, transformada em ética, é institucionalizada econômica e administrativamente no Estado moderno com valores que definem comportamentos “corretos” para cada tipo de ação (Pizzi, 1994, p.42).

Os conflitos, sempre presentes, seriam regulados pela integração social, que acontece sob diferentes condições:

- por meio da ética da intenção que sistematiza os âmbitos da vida e ordena a personalidade para as ações com respeito-a-fins;
- por um subsistema social que assegura a reprodução cultural dos valores estabelecidos (comunidade religiosa, família e outras formas de instituição) e,
- pelo sistema de normas que, por sua estrutura formal, fica apto para exigir dos atores um comportamento adequado, de sorte que persigam seus interesses de forma orientada, garantindo o êxito da ação através do direito positivo.

O pensamento racional inspirado na tradição grega assume o seu auge no Século XVIII, era das luzes, do esclarecimento, do pensamento independente e da esperança de um progresso ilimitado pelas realizações da ciência. Enfim, da emancipação humana através do potencial da razão. Isso se estende ao positivismo do Século XIX, inspirado em Hegel, mantendo uma confiança absoluta numa razão soberana e dominadora, “instrumento adequado para instaurar entre os homens a harmonia e a felicidade” (Abrão e Coscodai, 2002, p. 458).

A essa lógica, Habermas (1989, p.211) interpõe outra racionalidade, deslocando a razão cognitivo-instrumental do seu lugar. Segundo ele é acentuado apenas o tecnológico, o que é excludente de uma razão ampla. O seu conceito de razão estabelece como critério de verdade a harmonia entre a unidade e a universalidade e propõe que essa mediação acontece numa ética do discurso.

Com base em Kant, Habermas mantém a universalidade do princípio da

razão, mas salienta que é o comportamento dialógico que permite que os indivíduos se ponham em acordo com relação às normas de conduta social. Ou seja, a racionalidade ético-comunicativa aponta que a validade da prática moral é possível numa epistemologia pela qual tanto as proposições factuais quanto normativas possam ser fundadas no argumento (Pizzi, 1994, p. 53).

Interessante que, também com base em Kant, Peirce (CP 5. 400) retira os principais elementos para a sua pragmática, que está baseada no reconhecimento de que há uma inseparável relação entre cognição racional e propósito racional, de tal forma que a concepção que temos sobre as coisas está diretamente relacionada com a conduta, o comportamento dessas coisas na prática da vida, como fenômenos experienciais. A partir dessa condição é que se terá uma completa definição dos conceitos e nada mais existe, além disso, segundo Peirce. A busca pela verdade, ainda que longínqua, mas existente e, por isso possível e necessária, para o método científico (4º método, a ciência, no texto “a fixação da crença”), persiste em toda a proposta peirceana. Pode-se dizer que tanto Peirce quanto Habermas perseguem as condições necessárias para que se obtenha validade e verdade das proposições, embora partam de marcos teóricos diferentes.

De qualquer forma, a ética se propõe a pensar fundamentos. Desde a *polis* grega, quando se descobre o sujeito político, ela afirma-se simbolicamente como triunfo da liberdade sobre o destino de tal forma que se constitui no próprio mundo da cultura. “A *theoria* ética resulta, assim, da esfera da liberdade, das escolhas de modos cada vez mais atualizados de por-se-em-relação com o outro no aberto da total possibilidade do humano” (Batista, 1995, p. 41).

Como esses pressupostos articulados na filosofia clássica chegamos às questões objetivas de hoje, quando os limites do bem e do mal, do certo e do errado, tornam-se próximos e por vezes indiferentes, o que veremos a seguir.

2.6. Biotecnologia e bioética

A palavra biotecnologia tem origem grega e significa o estudo das técnicas aplicadas à vida, composição das palavras *bios* (vida), *techno* (técnica) e *logos* (estudo). Um dos ramos importantes da biotecnologia é o que se refere aos procedimentos que possibilitam a manipulação genética com o DNA. Dada a similaridade com as complexas estruturas e funcionalidade no edifício biológico dos seres vivos, a atividade se enquadra nas peculiaridades da engenharia. É, então, no campo da engenharia genética, ou da bioengenharia, que os trabalhos

com DNA são conduzidos nos laboratórios mundiais.

Algumas das principais descobertas modernas têm origem na biotecnologia. Primeiro, a de que os ácidos nucleicos contidos nas células (ADNs ou DNAs), sigla em inglês do ácido desoxirribonucleico, são o suporte da informação genética. Ainda que desde o início do século XX os pesquisadores buscassem desvendar o código da vida, foi somente em 1953, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que os pesquisadores James Watson e Francis Crick mostraram os mecanismos elementares deste funcionamento.

Pela primeira vez é descrito, num artigo de apenas noventa palavras, na revista *Nature*, "A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid" (DNA) que ele é regulado por moléculas complexas de aminoácidos em *double helix* (dupla hélice). "O segredo reside numa longa molécula de DNA, que forma cromossomos, dobrada no centro de cada uma de nossas células, como uma fita magnética no ventre de um computador" (Pessini e Barchifontaine, 2000). Nessa fita é que está o segredo de cada individualidade viva, da menor das bactérias à maior das baleias, suporte de genes dos antepassados, que guarda instruções que definem características físicas e dirigem a fabricação de proteínas, bases para a construção dos órgãos que formam os diferentes sistemas vivos.

O fato de o homem contar com esse conhecimento e dominar processos daí derivados o coloca em vantagem na natureza. Mas, se por um lado o homem é a única espécie a compreender a natureza e explicar o seu funcionamento e suas potencialidades de realização em benefício da sua preservação, é também o homem responsável pelas consequências da intervenção ou da manipulação que faz na natureza. Por isso, pensar o uso das informações geradas nos laboratórios biotecnológicos, prever possíveis desvios, através de regulamentações, também cabe ao homem (Scholze, 2002, p. 44).

Positivamente, trata-se de um quadro que exige enorme esforço do espírito humano para conciliar os promissores progressos da ciência com os esperados resultados em prol da espécie humana. Em princípio todo esse esforço é positivo, mas a questão que se coloca é se há um preço (valor de qualquer natureza ou impacto direto ou indireto) e, caso positivo, qual é ele. Neste contexto é que surgem os movimentos de segurança em relação aos impactos das tecnologias, especialmente aquelas cuja funcionalidade afetam a vida dos homens. A biossegurança é cada vez mais uma exigência, na medida em que a aceleração histórica implica uma nova adequação ético-jurídica de responsabilidades e prioridades que garantam a qualidade de vida.

É que os inevitáveis riscos trazidos pelas inovações tecnológicas afetam desde a ética científica (bioética, p.ex.), o meio-ambiente, o consumo humano, dentre outros interesses para a vida integral do homem (...) Nossa habilidade de mudar a face da Terra aumenta mais rápido do que nossa habilidade de prever as conseqüências... (Amaral, 2003).

Além da reflexão sobre ética, sociedade, ciência e tecnologia, a interação humana pressupõe a própria interação com a natureza. Especialistas de diferentes áreas estão cada vez mais atentos aos impactos da ação humana no ambiente natural. Refletir, manifestar e agir sobre ou até contra a intervenção, remete a discussão para os princípios civilizatórios. Trata-se de algo que tem como fonte de reflexão a própria ordem das coisas no mundo. Caberia perguntar, afinal, a quem pertence esse mundo? A quem cabe preservá-lo de possíveis agressões? Qual o papel do sujeito em relação no mundo?

Tratando-se de exercício não usual, mas sempre original, cujas origens remonta (porque também refere ética) à antiguidade grega (em torno de 600 a C.), especialmente quando os sábios procuravam superar a visão mítica e divina dos soberanos na direção de uma razão metafísica. Ou seja, um esforço interpretativo que buscava superar as esferas normativas indiferenciadas, em função da autoridade irrestrita dos mitos, pela malha normativa diferenciada, o que permitia falar em ética, justiça e religião.

Quando os sábios de certa forma já haviam superado o conflito entre os deuses e a razão, começam a transferir suas preocupações para outra esfera de conflito: a natureza versus sociedade. Assim é que o embate entre natureza e sociedade se propaga e “travestido sob vários discursos, desde os gregos, passando pelo período medieval e o modernismo, ele se arrasta até hoje” (Heemann, 2000, p.14).

Ainda que a relação entre homem e natureza seja inseparável do (e no) contexto histórico da civilização, resulta hoje não mais numa razão direta de complementaridade e pacífica convivência, como se poderia imaginar. Pelo contrário, os princípios de diversidade no ambientalismo enfrentam a homogeneidade de padrões produtivos instituídos pelos planos de desenvolvimento econômicos dos novos Estados-nação acoplados aos interesses do capital. Ambígua e contraditoriamente, tais Estados defendem valores da diversidade de contextos ecológicos, pluralidade cultural e preservação das identidades dos povos. Acontece que “Estos principios éticos aparecen como una condición para alcanzar los objetivos del desarrollo sustentable a escala local y global” (Leff, 1988).

Significa que as condições ecológicas e culturais incluídas no largo conceito “sustentabilidade” foram incorporadas lenta e historicamente pelas práticas das sociedades tradicionais e foram migrando, tanto as suas formações simbólicas, quanto os seus instrumentos tecnológicos, configurados em amplos processos de coexistência (nem sempre pacífica) com a natureza, de transformação ambiental e de assimilação cultural (Leff, 2000).

Mesmo este processo que procura interpor prerrogativas da sustentabilidade ecológica é muito lento, porque as agendas preservacionistas, também em anos recentes, têm sido vistas como esforços contrários aos planos de desenvolvimento. Tanto que a disseminação do conceito de eco-desenvolvimento foi considerada uma tese revolucionária em 1972 quando da realização, em Estocolmo (Suécia), da primeira Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano. A sustentabilidade ambiental passou a ser defendida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Meio Ambiente e foi apropriada por instituições que proliferaram unidades de pesquisa, com o foco nesta linha, em todo o mundo (Zononi e Raynaud, 1994).

Desenvolvimento e preocupação com o ambiente são questões que passaram a estar cada vez mais juntas nas discussões em várias partes do mundo, o que foi ratificado na segunda grande Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e que ficou conhecida mundialmente como um marco na reflexão sobre os impactos da ação humana na natureza: a Rio-92.

Uma das preocupações centrais das teses ambientalistas se refere ao impacto do crescimento acelerado e desordenado no mundo. A espécie humana levou 30 mil anos para alcançar três bilhões de indivíduos em sua superfície, o que aconteceu nos anos 60, mas em menos de 40 anos, dobrou esse contingente populacional, com reflexos diretos para o ambiente natural. As fontes sobre a escalada dos impactos nem sempre são precisas, mas assustam.

... 1 milhão de toneladas de petróleo e derivados são despejados nos oceanos, enquanto lagos e rios recebem dezenas de quilômetros cúbicos de águas industriais não-purificadas; a cada ano, são destruídos mais de 11 milhões de hectares de florestas e 60 milhões de hectares de terrenos agrícolas se transformam em desertos improdutivos (Rocha, Naves e Sousa, 1992, p.147).

A necessidade de regradar as operações tornou-se cada vez mais imperiosa, na medida em que a aceleração histórica implica uma nova adequação ético-jurídica de responsabilidades e prioridades que garantam a melhoria da qualidade

de vida. Isto é, a relação secularizada entre homem e natureza, como se disse, é geralmente predatória ao configurar políticas de sustentabilidade sócio-econômica, muitas vezes em detrimento da sócio-ambiental.

Porém, deve-se levar em conta que, se por um lado os dados sobre a intervenção nem sempre são precisos, por outro não omitem o fato de que o uso das tecnologias implica, irremediavelmente, em algum tipo de impacto e nisso não vai qualquer juízo de valor.

2.7. Imprensa no Rio Grande do Sul

Chegando ao final destes elementos contextuais sobre os transgênicos, aproximamos o tema ao sistema informativo e comunicativo das respectivas mensagens. Para entender o fluxo de informação no Rio Grande do Sul é preciso revisar um pouco do contexto onde ele acontece, o que permite ver que a trajetória está ligada a fatos históricos de sua própria constituição.

Lembramos o fato de que este estado da federação é marcado por inúmeras guerras pelos domínios territoriais na época da colonização motivadas pela sua instauração e, depois, pela estabilização política. No Rio Grande do Sul, a informação, como forma de estabelecer opiniões favoráveis para uma e outra facção, manteve-se historicamente sob disputa. Isso começou muito cedo, pois quando os portugueses chegaram, em 1536, ao Cone Sul da América, ainda vigorava o Tratado de Tordesilhas, pelo qual as terras onde é hoje o Estado pertenciam à Espanha. Os portugueses vinham contestando o tratado, tanto que não dividiram essa capitania e a batizaram com o nome de Capitania d'El Rei, com a intenção de que no futuro essas terras pertencessem à coroa portuguesa (Magalhães, 2002, p.9-59).

Durante os 60 anos em que Portugal foi submetido ao governo espanhol (1580 a 1640), praticamente não ocorreram disputas, pois não havia sentido para isso, em função da unidade das duas coroas. Mas com a restauração de Portugal e ascensão de don João IV ao trono, na dinastia dos Bragança, reiniciaram-se os conflitos com a Espanha. As terras onde é hoje o Rio Grande do Sul eram um dos focos permanentes desses conflitos.

As contendas pelas possessões de terras e pelas riquezas naturais remontam todo esse período inicial de colonização. Envolvem diversos interesses, incluindo, além de combatentes espanhóis e portugueses, a participação de padres jesuítas (que trouxeram a criação de gado), índios e os primeiros

agricultores dessas terras.

O grande desafio da época era garantir a informação aos simpatizantes das facções e às comunidades que habitavam o território conflagrado, num tempo em que praticamente não havia meios além do próprio contato direto, dos mensageiros, que chegavam a cavalo, fazendo relatos orais ou encaminhando cartas e tratados. Um dos primeiros registros de informação impressa no Rio Grande do Sul é de 1838, com a criação do jornal oficial da Revolução Farroupilha, que circulou até 1840, sendo o veículo dos revolucionários que proclamaram no Rio Grande do Sul a República Rio-Grandense. Essa república, criada em 20 de setembro de 1835, concedia cidadania, considerava os brasileiros como estrangeiros, tinha o seu hino (hoje o hino do Rio Grande do Sul) e também o seu diário oficial: o jornal *O Povo* (Magalhães, 2002, p.59).

Em 1845 um novo acordo político anexa definitivamente este Estado ao território brasileiro e começa a se desenhar no País o fim do período monárquico e o início da república, o que acontece em 1888. Em todo o País se institui o Partido Republicano e no Rio Grande do Sul, além deste, continua firme o Partido Liberal, mantendo acesa a chama do ideário dos remanescentes da Revolução Farroupilha.

Nesse período, uma das fontes mais respeitadas de informações era exatamente o órgão oficial do Partido Republicano, o jornal *A Federação*, cuja existência é anterior à proclamação da República, já que servia de base aos interesses dos que defendiam a criação dos Estados Unidos do Brasil.

Nessa mesma época funcionavam em Porto Alegre os jornais *A Reforma* (ligado aos interesses dos liberais) e tinha início o *Jornal do Comércio*, que em princípio não tinha uma vinculação partidária direta. eclode mais uma guerra em 1893, entre federalistas e liberais e foi logo depois disso, em 1895, surge um jornal que permanece até hoje como um dos mais influentes na vida pública do Rio Grande do Sul: *O Correio do Povo*.

2.7.1. A saga do Correio do Povo

O *Correio do Povo* surgiu anunciando que seria um “jornal aberto a todas as manifestações do pensamento”, mas, mesmo sem dizer, politicamente apoiava a República (Dillenburg, 1997, p. 23), o que deixou claro em seu primeiro editorial, ao mostrar que seria “emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião pública”

(*Correio do Povo*, 1º/10/1895).

O jornal criado por Caldas Júnior cresceu e passou a influir decisivamente na vida pública do Rio Grande do Sul, sempre como empresa familiar e assim foi mantido por várias décadas pela família Caldas, até seu controle ser adquirido por outra família.

O controle acionário da organização que envolve o *Correio do Povo*, a TV Guaíba e as rádios Guaíba (AM e FM), passou para a família Ribeiro no final dos anos 90. Economista e empresário rural, Renato Ribeiro, se dedica à produção e industrialização especialmente de soja. Trata-se de um proprietário de extensas áreas rurais com diversas atividades agrícolas e pecuárias e de indústrias de transformação (Incobrasa), além de manter um terminal para movimentar cereais no Porto de Rio Grande.

O empresário não tinha qualquer vinculação com as atividades da mídia, até adquirir o controle acionário das empresas de comunicação do grupo Caldas Jr. , cuja âncora é o próprio jornal *Correio do Povo*. A aquisição foi realizada num negócio direto com o patriarca Breno Caldas, a quatro de maio de 1986, depois de uma grave crise financeira da organização, a qual manteve o jornal parado por quase dois anos. O *Correio do Povo* parou de circular em 16 de junho de 1984, depois de 89 anos de atividade.

Aos poucos o novo proprietário ajustou as questões trabalhistas, judiciais e financeiras, que levaram a Caldas Jr. à falência. Para se ter idéia, quando Ribeiro comprou a Caldas Jr. o prédio e equipamentos do *Correio do Povo* estavam em pleno processo final de leilão. O empresário arrematou a massa em falência e revigorou o empreendimento, justamente em função do suporte financeiro das empresas do ramo agrícola-industrial. Foi assim que o *Correio do Povo*, a Rádio e a TV Guaíba passam para o grupo de Renato Ribeiro (Galvani, 1994, p. 506).

Foi durante a administração dos Ribeiro que a complexa questão que envolve o plantio de sementes transgênicas se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Em 2006, entretanto, uma oferta milionária retira todo o complexo de comunicação do *Correio das mãos* da família Ribeiro. Em seu programa de expansão a Rede Record de Televisão, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus, assume o controle das rádios, televisão e Jornal, e os mantém até hoje.

2.7.2. Jornal Zero Hora (ZH)

Comparado com o Correio do Povo, o jornal Zero Hora é jovem. Foi criado em 1964 e faz parte do conglomerado de empresas da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) desde 1970. A RBS é a maior rede de comunicação do Sul do Brasil, uma empresa cujo crescimento, guardadas as proporções, pode ser comparado ao obtido pelas organizações Globo, após os anos 1960, no Brasil. As duas empresas funcionam associadas desde os seus primórdios, na área de televisão.

A história da RBS está intimamente ligada ao de seu fundador, Maurício Sirotsky Sobrinho, que começou o grupo com a compra, em 1957, da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre. Mais tarde, em 1962, o empresário começa a montar a TV Gaúcha, associando-se à TV Globo a partir de 1967 e implementando uma rede de emissoras afiliadas inicialmente pelo interior do Rio Grande do Sul. No final da década de 70 foram obtidas concessões para rádios FM, que seguiram a mesma forma de disseminação.

A RBS estendeu seus interesses empresariais em vários segmentos, como construção, telefonia e TV a cabo, além de ampliar as instalações das suas rádios AM e FM e TVs, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Depois de insucessos e tropeços, alguns segmentos foram abandonados pela empresa. A idéia foi de focar a RBS na área da comunicação. Enfim, trata-se de uma empresa com sólido gerenciamento comercial. A RBS é um conglomerado composto pelos seguintes veículos:

Rádios:

Gaúcha (AM), Porto Alegre-RS
Farroupilha (AM), Porto Alegre-RS
CBN (AM), Porto Alegre-RS
Rural (AM), Porto Alegre-RS
Diário da Manhã (AM), Florianópolis-SC
CBN-Diário (AM), Florianópolis-SC
Alvorada (AM), Brasília-DF
Cidade (FM), Porto Alegre-RS
Gaúcha (FM), Porto Alegre-RS
Atlântida (FM), Porto Alegre-RS
Atlântida (FM), Pelotas-RS
Atlântida (FM), Santa Maria-RS
Atlântida (FM), Passo Fundo-RS
Atlântida (FM), Rio Grande-RS

Atlântida (FM), Tramandaí-RS
Atlântida (FM), Santa Cruz do Sul-RS
Atlântida (FM), Caxias do Sul-RS
Atlântida (FM), Florianópolis-SC
Atlântida (FM), Blumenau-SC
Atlântida (FM), Chapecó-SC
Atlântida (FM), Joenville-SC
Atlântida (FM), Criciúma-SC
Itapema (FM), Florianópolis-SC

Televisões:

RBSTV Porto Alegre-RS
RBSTV Caxias do Sul-RS
RBSTV Erechim-RS
RBSTV Pelotas-RS
RBSTV Santa Maria-RS
RBSTV Uruguaiana-RS
RBSTV Bagé-RS
RBSTV Cruz Alta-RS
RBSTV Rio Grande-RS
RBSTV Passo Fundo-RS
RBSTV Santa Cruz do Sul-RS
RBSTV Santa Rosa-RS
RBSTV Florianópolis-SC
RBSTV Joinville-SC
RBSTV Blumenau-SC
RBSTV Chapecó-SC
RBSTV Criciúma-SC
RBSTV Centro-Oeste-SC

Ao complexo de comunicação foi agregado ainda um canal de TV transmitido por satélite e repetido por cabo, voltado para a área rural, o Canal Rural, criado em 1996 e a TV segmentada TVCom, com programação local nos municípios de Porto Alegre, Florianópolis e Joinville.

A mídia impressa é composta dos seguintes jornais:

Zero Hora-RS
Diário Gaúcho-RS
Pioneiro- Caxias do Sul-RS
Diário de Santa Maria-RS
Diário Catarinense-SC

Jornal de Santa Catarina- Blumenau-SC
Hora de Santa Catarina - SC
A Notícia - SC

A RBS mantém ainda outros negócios, como a participação na operadora por cabo NET Sul e a RBS Direct, o maior banco de dados de clientes do Sul do Brasil. Seus diretores são empresários interessados também em outras áreas, como financeiras e agropecuária. O Diretor-Superintendente Afonso Antunes da Mota é fazendeiro em Alegrete-RS e um dos maiores incentivadores do projeto rural na RBS. A atividade rural também cativou outro membro do conselho de administração, Luiz Alberto Barichello, que produz uvas viníferas no Brasil e na Itália (Schirmer, 2002, p. 160).

2.8. Campo e Lavoura em ZH e página Rural no Correio

O jornal Zero Hora, assim como o *Correio do Povo*, tem na cobertura dos fatos ligados à agropecuária uma das suas principais fontes de pauta, em função da importância que as questões ligadas a terra tem para o Rio Grande do Sul. Os temas relativos ao agronegócio e ao desenvolvimento rural estão presentes em distintas editoriais, mas com prevalência na de economia.

O jornal não mantém uma página específica para as coberturas da área rural diariamente, mas inclui praticamente todos os dias na editoria de economia informações relativas ao setor. Em algumas edições trata-se apenas de uma pequena nota, mas em algumas situações pode chegar a ser o assunto principal. Em todas elas, aparece o selo *Campo e Lavoura*, para identificar que se trata de assunto ligado ao rural.

Regularmente, desde 1984, *Zero Hora* mantém às sextas-feiras o caderno Campo e Lavoura, encartado em suas edições. Em média o caderno consta de oito páginas e trata com mais profundidade os assuntos da área. Geralmente há uma temática em destaque, que ocupa as páginas centrais (4 e 5) do caderno.

O caderno tomou o nome emprestado do programa de televisão, veiculado nas manhãs de Domingo pela RBSTV, no Rio Grande do Sul e depois em Santa Catarina. *Campo e Lavoura* é considerado o programa de TV, voltado para o setor agropecuário brasileiro, mais antigo no ar. São quase trinta anos de atividade. Nasceu antes mesmo do Globo Rural, editado pela Rede Globo de Televisão.

No *Correio do Povo*, não há caderno específico, a cobertura rural aparece diariamente, resultado de um trabalho da editoria rural. A página, que pode ser

ampliada para duas, está localizada entre as editorias de geral e cidades, o que, no formato atual do jornal (entre 24 e 28 páginas em média) se situa na segunda metade do periódico, antes de polícia, variedade e esportes.

Foram privilegiadamente nas páginas rurais de ambos os jornais que circularam, desde 1995, as informações sobre os transgênicos. Em tais espaços discursivos estão presentes as histórias factuais, o dia-a-dia e suas inumeráveis significações, mas estão também ali manifestações que referem um dado contexto social, econômico, político e cultural que não podem ser desconsiderados.

São, esses contextos, fatores decisivos no enquadramento do que será apresentado publicamente, em articulação com as possibilidades interpretantes, a experiência colateral, essencial para o desenvolvimento de todo o processo semiótico, como vimos desde o início deste trabalho(p.16).

Com base nestas esferas teóricas de análise, pensamos que existe reflexão suficiente para enfrentar o objeto de pesquisa em sua face representacional. O que veremos no capítulo seguinte.

III - A mídia e os transgênicos no RS

A análise dos materiais tem basicamente dois propósitos. O primeiro procura mostrar como a temática é apresentada nas páginas dos jornais e como operam, neste contexto, os diferentes segmentos sociais. Trata-se de uma análise macroestrutural e cronológica dos relatos, de caráter marcadamente histórico. O propósito é compreender a geração dos sentidos a partir do que é apresentado na esfera da mídia. Importante esclarecer que o interesse da pesquisa não é apenas com o que é apresentado de forma verbal, como opera normalmente a análise de conteúdo. Interessam os fatores componentes do conjunto que perfaz a realidade. Também se busca outro olhar em relação à análise do discurso, especialmente a que está mais centrada nos estudos de significação, cujo enfoque se prende exclusivamente na linguagem.

Em um segundo propósito, trata-se de uma análise da significação, no amplo contexto da produção de sentidos. Parte-se do pressuposto que não apenas as palavras chegam até nós carregadas de sentido, mas todo o contexto da realidade (social, econômico, político...) significa, emana, produz, gera signos e pode ser analisado a partir das funções e tipos dos próprios signos.

A linguagem faz parte de uma continuidade, não está isolada. Para compreender essa noção, Peirce elaborou o princípio da continuidade ou sinequismo. Para ele não há uma separação entre mente e matéria, assim como não há separação entre o discurso e o real. Ou seja, não há um real produzido, construído, inventado pelas palavras, sem uma ligação com as coisas existentes, plausíveis.

Sinequismo é essa tendência do pensamento filosófico que insiste na idéia de continuidade como de importância fundamental na filosofia e, em particular, na necessidade de hipóteses que impliquem a continuidade da verdade (CP 6.169).

Um *continuum* de verdade é algo cuja possibilidade de determinação não pode esgotar nenhum conjunto de indivíduos (CP 6.170).

Em Peirce mente e matéria não devem ser vistos como tipos absolutamente distintos de substância, ou mesmo como separados de um mesmo fenômeno. A matéria deve ser considerada uma especialização da mente (CP 6.268), de tal modo que, embora a matéria seja vista como nada além de mente sob o domínio de hábitos fortemente estabelecidos, algumas propriedades da mente (tais como uma certa capacidade para adquirir e modificar seus hábitos) ainda se aplicam a ela.

Como a análise tem por base as manifestações na mídia impressa, as observações têm grande concentração nas marcas verbais. Para identificar as manifestações dos campos sociais na mídia, utilizamos as categorias de análise identificadas por Rodrigues (2001, p.73). Especialmente os locutores dos textos (quem escreve), os enunciadores (falas das fontes, referidas no texto), bem como a idéia de estrutura enunciativa. Na imprensa escrita a estrutura é ao mesmo tempo monológica e dialógica. Monológica, porque se constitui a partir de um autor que estrutura o texto de acordo com a sua percepção do assunto.

Seguindo a visão de Rodrigues (1996), somente quando de uma entrevista “bate-bola” (perguntas e respostas reproduzidas diretamente) o texto deixa de ser monológico. Mas também é dialógica, porque o texto jornalístico é articulado a partir de diferentes fontes (enunciadores). Fontes estas que já prenunciam existência de interlocução.

Para caracterizar o movimento das manifestações discursivas sobre o assunto, optamos pela análise em dois jornais que estiveram e continuam no epicentro das discussões, propiciando que se recolham as principais expressões ou elementos do discurso, no entrelaçamento de versões e posicionamentos. As mídias e, neste caso, os jornais *Zero Hora* (ligado a Rede Brasil Sul de Comunicações) e *Correio do Povo* (Grupo Renato Ribeiro), “além de serem instrumentos de representação são, ao mesmo tempo, dispositivos, espécies de verdadeiros nichos, onde a realidade se estrutura como uma referência” (Fausto Neto, p.9, 1999).

Entretanto, as condições necessárias para esse tipo de estudo, o que vamos justificar ao falar do corpus da pesquisa, fizeram com que ele se concentrasse na descrição e análise dos conteúdos jornalísticos e de opinião do jornal *Zero Hora* e nos editoriais do *Correio do Povo*.

Uma vez que é pelos discursos que os atores sociais se manifestam, obedecendo as regras dos enunciadores e, portanto, da economia midiática, passamos a ter idéia do percurso ativo dos transgênicos. Sabemos que os discursos articulados sobre os OGMs que chegam aos meios, genericamente, possuem caráter polissêmico, insumo básico da atividade do discurso jornalístico. Eles, sem dúvida, atendem aos mais diferentes interesses (políticos, econômicos, sociais, ecológicos, culturais, ideológicos, etc). Os posicionamentos, como vimos anteriormenete, são formas de manter as pressões e fomentar os embates. Por isso mesmo, são essencialmente performáticos, no sentido de desempenharem um papel de defesa e sustentação dos interesses que representam e por vezes não-empáticos ou mesmo antagonicos com as idéias de outros campos e atores sociais.

Para o estudo, os atores são: organizações não-governamentais, instituições ligadas aos Governos Federal e Estadual; empresas comerciais (Monsanto); Poderes Legislativo e Judiciário Federal e Estadual; manifestações populares e da própria mídia, organizações privadas (Monsanto), públicas, da sociedade civil (Idec), ONGs etc. Tais instituições “falam” objetivamente pela manifestação dos seus representantes, o que, para o jornalismo, transforma-se em “fonte”. Os representantes são pesquisadores, professores, laboratoristas, profissionais liberais (médicos, biólogos, geneticistas), administradores, políticos, juristas, ativistas, jornalistas...

Do ponto de vista da análise discursiva, o estudo observa manifestações de atores e campos sociais em relação ao objeto central do estudo, aspectos do contexto enunciativo que permitem perceber como o tema “transgênicos” se apresenta na mídia impressa do Rio Grande do Sul; bem como as interpretações e os significados; o amplo cenário das falas; a estrutura dos discursos e suas estratégias; as induções e os modos de produção de sentido. A análise se apoia nas tricotomias dos signos peirceanos, com os desdobramentos que configuram a relação do signo com o seu objeto dinâmico: os ícones, índices e símbolos. Recorre, também, aos demais elementos da cadeia interpretativa, como o objeto imediato, as classes de interpretantes e o papel da experiência/observação colateral.

Cumpre-nos advertir que, em função de não existirem roteiros prontos ou rotinas pré-definidas para a análise prática de materiais de pesquisa com base na semiótica, os conceitos utilizados neste estudo funcionam no estrito objetivo de iluminar aquilo que está sendo analisado e não para exercitar ou reforçar os valores dos procedimentos da própria teoria. Por isso, algumas análises estarão mais próximas do arcabouço teórico pragmático, enquanto em outros momentos pode acontecer um uso mais livre dos conceitos.

A idéia é de identificar as operações que demarcam as diferentes operações discursivas sobre os transgênicos, no contexto do pólo-emissor-jornal. Ou seja, interessa ao estudo entender os modos de operação e as articulações dos discursos apresentados. São esses discursos que deixam ver seus percursos.

A leitura desse contexto deve fornecer os elementos para a compreensão dos efeitos de determinação lógica da força demarcatória de cada segmento interessado na discussão, ao representar suas políticas. Outros caminhos teóricos seriam plenamente admitidos para dar conta de objeto de pesquisa como este. Entendemos, entretanto, que analisar o percurso de um conceito contemporâneo a partir das suas significações pode nos ajudar a compreender não só as suas operações internas, mas também as suas interações. Para tanto, ter-se-á que ajustar o olhar continuamente e não vacilar em descrever roteiros novos, em que teoria e prática analítica compõem um quadro produtivo a fim de cumprir o objetivo maior da investigação.

Para executar o procedimento analítico, selecionamos os fatos históricos mais significativos e representativos dos diferentes momentos. Com isso, buscamos ao mesmo tempo demarcar épocas significativas do percurso do conceito "transgênicos" no Rio Grande do Sul e identificar a expressão dos diferentes atores e campos sociais

3.1. Critérios para a análise semiótica dos materiais

Na medida em que agir como signo é um dos aspectos das coisas ou dos fenômenos, a análise mesma dos materiais neste estudo está condicionada pela forma de abordá-los. A abordagem busca a compreensão da perspectiva teórica de tipo semiótica, em que a realidade observada e a sua semiose se misturam sem se confundir, na medida em que, como vimos, um signo está sempre "corporificado" em alguma coisa."

Por isso o fenômeno transgênicos funcionará como signo no estudo, sem deixar de ser o que é: um produto biotecnológico com todos os seus desdobramentos materiais, comerciais, intelectuais, etc. Afinal, o funcionamento sígnico é, tão somente, uma propriedade que existe nas coisas, que as faz agir como signos. Estando diante do fenômeno, somente atravessamos esse domínio em direção à semiótica quando buscamos a expressão dos fenômenos nas suas três propriedades que as habilitam enquanto signos: *as qualidades, sua existência e seu aspecto de lei* (Santaella, 2002, p.33).

Essa diversidade na busca pela interpretação dos efeitos práticos (experienciáveis) do objeto sob análise, observando a própria geração de sentidos, numa análise detida sobre as possíveis respostas sobre o objeto, amplia-se em relação àquelas obtidas quando da análise do jogo de relações internas dos discursos. Isto é, não apenas os significados das proposições são decisivos, mas o processo amplo, contextual, de geração de sentido, o qual envolve não só palavras, mas qualidades, fatos e leis, descritas por Peirce como as categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade.

Embora esse plano difira bastante da prática comum de análise dos discursos midiáticos, há um roteiro já aberto de passos que Santaella descreve em *Semiótica Aplicada* (2002), o qual inspira análises como a que realizamos, sempre com os devidos ajustes que cada trabalho em particular requer. A primeira tarefa no caminho semiótico, então, é de observar a relação entre o signo e seu objeto. Ou seja, a capacidade referencial do signo. Trata-se de dizer, por exemplo, a que se refere quando se discursa sobre os transgênicos; para quem se destina; o que denota; o que efetivamente representa.

Neste sentido, o que primeiro surge na análise são as suas qualidades. O primeiro olhar do fundamento de um signo, considerado em si mesmo (na sua materialidade) recolhe apenas qualidades aparentes e por isso em semiótica é chamado de qualisigno. A materialidade singular do signo, enquanto ele se manifesta de algum modo no universo a que ele pertence, é o sinsigno. E a terceira espécie de olhar leva em conta as regularidades, as propriedades que conferem algo de lei e por isso é chamado de legisigno.

Na medida em que o objeto dinâmico é que determina, de modo material ou eficiente, o signo, é natural o avanço da análise semiótica para os modos com que essa relação acontece. Ou seja, pelo que apresenta de icônico, indicial e simbólico do referente.

A análise do signo icônico, ainda que leve para um campo muito aberto é importante porque remete para as possíveis semelhanças com as qualidades do objeto. Isso porque depende do campo associativo (por similaridade) que os qualisignos despertam em algum intérprete.

Sabemos que apenas determinados elementos ou qualidades passam à condição de revelação e tem consequente valorização em cada segmento. Isto é, apenas determinados aspectos, aqueles que se ajustam às referências de determinados grupos sociais, tendem a aparecer.

Quanto à análise indicial, ela parece mais fácil de ser conduzida, pois basta observar para onde aponta a singularidade do signo. “Sinsignos dirigem a retina mental de um eventual intérprete para os objetos dinâmicos de que os sinsignos são partes” (Santaella, 2002, p. 36). Para a análise deste estudo isso é fundamental, pois é o instrumento para se perceber mais do que vestígios, marcas e traços, perceber as referências factuais da discursividade midiática, ou seja os textos que reproduzem manifestações dos diferentes atores representativos dos campos sociais.

A análise do simbólico nas mensagens também não é algo fácil de ser apreendida, mas igualmente necessária ao estudo, já que se refere às regularidades ditadas pelos costumes e valores coletivos, bem como todos os tipos de padrões comportamentais de indivíduos e grupos. Estes valores constituem um verdadeiro sistema de normas, legisignos que regulam os comportamentos nas instituições.

Esses discursos, vestidos de valores instituídos nos diferentes campos se apresentam na *ágora* moderna das mídias, na medida em que se deixam ver pelos aspectos dos seus valores e qualidades (iconicidade), singularidade existencial (indicialidade) e regularidades (simbolicidade).

Na prática da análise, consideramos essa expressão como a que busca observar a topografia (relativo ao que aparece e como aparece no enquadramento físico dos jornais). Não se trata de uma análise de todo o conjunto expressivo, mas de determinados materiais (como fotos e figuras que ilustram editoriais e reportagens) em suas ligações com seus textos escritos. Para a seleção, usou-se elementos significativos na discussão central, que ajudam a configurar aquilo que já vêm sendo tratado. Trabalhar com essa visão ampla da cena discursiva constitui-se, para o analista, num desafio constante. Um exercício de aplicação analítica da semiótica.

Devemos considerar sempre que esta não é uma análise que pretende ser exclusiva ou completa sobre o objeto. Parte-se com a consciência de que se fala de um lugar que também é um lugar semiótico. Um lugar de análise que parte de uma proposta epistemológica que se propõe a interpretações específicas. Significa, então, que quando da análise das semioses, propósito deste estudo, o interpretante final, enquanto limite ideal de interpretação, é algo que não se alcançará, embora o objetivo seja a sua busca.

Saber dessa linha assimétrica em direção a verdade (que só se revela a longo prazo) dá a noção de limite mas também funciona como guia, inspiração.

Se fosse definitiva essa busca, os próprios princípios semióticos não se aplicariam, pois o percurso é marcado pelo olhar alcançado sob determinadas condições, por um intérprete particular. Não quer dizer que o trabalho enquanto o seu potencial teórico e empírico não venha a ter ou chegar a uma conclusão, fruto de um percurso conscientemente traçado. Uma coisa é a concepção dos limites e possibilidades do manejo das concepções teóricas e outra o atendimento ao corpo metodológico do estudo.

3.2. Características do corpus

Para determinar o percurso dos transgênicos na cena pública do Rio Grande do Sul optou-se pela revisão junto à mídia impressa de maior expressão. Como a recuperação histórica constitui-se num fato importante para apontar como se desenvolveu o fenômeno discursivo, optou-se inicialmente por mapear os dois principais jornais veiculados em território do Rio Grande do Sul (*Zero Hora* e *Correio do Povo*), tendo como indicador a palavra “transgênicos”.

Entende-se que a recuperação via este indicador cobre praticamente a totalidade do noticiário sobre o assunto. Em algumas matérias, a redação se refere ao “produto transgênico”, ou à “técnica da transgenia”. É praticamente invariável o aparecimento da palavra no plural no decorrer dos textos, como a designação do fenômeno ou da técnica como um todo. Toda vez que se buscou uma outra palavra como indicador, o que se obteve foi um sombreamento de materiais já selecionados.

No jornal *Zero Hora*, a recuperação eletrônica utilizando o banco de dados do próprio jornal, entre 1995 e 2002, registra o aparecimento de 1.203 materiais jornalísticos sob a referência “transgênicos”, enquanto o *Correio do Povo* apresenta 1.304 materiais no mesmo período. Deste material volumoso, foram privilegiadas as reportagens (aproximadamente 30% do total) que, ao mostrar o desenvolvimento do assunto, incluem as falas dos atores e também outros gêneros de apresentação de informes, como notas, opinião do leitor e coluna de opinião, cuja concentração analítica dos materiais registra-se entre 1995 e 1999.

A categoria reportagem refere-se ao tratamento dado aos assuntos. Na reportagem os assuntos são reatualizados com os fatos contextuais, “instaurando dado conhecimento do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não” (Lage, 2001, p.61). Isso porquê, é na categoria reportagem que as enunciações dos diferentes segmentos se

apresentam no discurso midiático, lugar em que se pode recolher elementos, indícios, do movimento discursivo dos atores sociais em seus respectivos campos.

A partir da definição desta categoria para análise, observou-se, logo nas primeiras análises, que o jornal *Correio do Povo*, em função da sua proposta editorial, especialmente depois da sua aquisição pelo Grupo Renato Ribeiro, não privilegia a reportagem, enquanto formato textual. Talvez em função da redução de páginas e do formato (tablóide), o jornal costuma encolher ao máximo a densidade de informações sobre os assuntos. Eles são editados, normalmente, na forma de notas ou pequenos informes. Com isso, o estudo estaria comprometido se investisse densamente na análise através do *Correio do Povo*, pois sabe-se, a priori, que a categoria onde se busca identificar as manifestações dos atores e respectivos campos sociais não é prática comum neste jornal.

Entretanto, diante do material levantado, observou-se a possibilidade de identificar a posição institucional deste jornal, através do estudo dos seus editoriais em relação ao tema objeto desta pesquisa. Ou seja, no espaço da opinião oficial não há qualquer empecilho que comprometa a análise, ainda que este se apresente bastante reduzido, especialmente quando se compara com o jornal Zero Hora. Porém, curta ou não, trata-se da opinião do jornal.

3.3. As operações dos jornais

Os dados jornalísticos apresentados a partir deste ponto, como foi descrito, refere-se quase que exclusivamente às informações veiculadas pelo jornal Zero Hora (**Tabela 1**), com exceção feita aos editoriais.

Tabela 1. Estratificação anual de matérias sobre transgênicos no Jornal Zero Hora. Embrapa Clima Temperado, 2010, Pelotas - RS.

1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		total	
n°	%	N°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
2	0,17	3	0,25	14	1,16	44	3,66	441	36,66	219	18,20	291	24,19	189	15,71	1203	100

Pode-se construir uma curva com as edições do jornal Zero Hora sobre os transgênicos, que começa a surgir lentamente com o registro de apenas duas

matérias em 1995 e chega ao ápice (36,66) em 1999, com a veiculação de 441 matérias. Certamente tem-se nesse período um acirramento das discussões sobre o tema.

Como mais de 30% da amostra da Zero Hora recai em 1999, realizou-se uma estratificação ainda mais precisa, sobre os meses em que o tema transgênicos esteve em evidência. O que se verifica (**Tabela 2**) é uma distribuição um pouco sinuosa, mas que apresenta picos, notadamente nos meses de março (43), maio (67), julho (53), novembro (43) e dezembro (63). São meses em que, se distribuído equitativamente, apresentam quase duas referências por dia sobre o assunto.

Tabela 2. Estratificação mensal de matérias sobre transgênicos no jornal Zero Hora em 1999. Embrapa Clima Temperado, 2010, Pelotas - RS.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %	n° %
6 1	7 2	43 10	39 9	67 15	35 8	53 12	31 7	21 5	33 7	43 10	63 14	441 100

Como se verá mais adiante, o mês de maio de 1999 foi o destaque deste ano (**Tabela 3**). Quando na análise histórica, será possível acompanhar o tipo de informação e a dinâmica social que naquele momento ganhavam as páginas dos jornais. Buscamos uma análise do tipo de texto que deu entrada na topografia do jornal, a fim de identificar a importância que o jornal lhe concedeu e como a opção pelo gênero reportagem pode se mostrar eficiente ao trabalho. O que se observa é o seguinte:

Tabela 3. Tipo de informação veiculada no jornal Zero Hora em Maio/1999. Embrapa Clima Temperado, 2010, Pelotas - RS

Tipo	Nº	%
Reportagens	32	48
Notas	14	21
Colunas	09	13
Opinião do leitor	05	07
Opinião do jornal	03	05
Citações	04	06
Total	67	100

As reportagens, materiais com tratamento local, produzidos pela redação do jornal, com opinião de entrevistados foram a tônica do material produzido no mês de maio de 1999 (tab.3). Somente num dia, 14 de maio, uma sexta-feira, foram 13 entradas no jornal, sendo oito reportagens. Ou seja, sendo a reportagem uma estrutura textual caracterizada pela apresentação dos enunciadores e pela recursividade aos temas, esta foi a opção adotada para verificar, na análise, como se comporta o fenômeno objeto do estudo.

3.3.1. Histórico do fenômeno “transgênico” na mídia no RS

O rastreamento histórico do aparecimento da palavra “transgênicos” mostra que, no Rio Grande do Sul, foi na edição de 9 de abril de 1995 que o jornal Zero Hora apresentou pela primeira vez a palavra “transgênicos”, na página 32, da editoria de economia. Quanto ao jornal Correio do Povo, a recuperação eletrônica mostra que a primeira notícia sobre o assunto somente aparece no dia 26 de julho de 1997, dizendo que:

Empresas de São Paulo e Minas Gerais, que trabalham com vegetais transgênicos - vegetais com estrutura genética modificada -, foram visitadas por membros da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, que constatou a evolução e os resultados satisfatórios das pesquisas realizadas nos 2 estados...(Correio do Povo, 26/07/1997).

Voltamos, então, nossa atenção para o texto de Zero Hora de abril de 1995. Na época, o Projeto de Propriedade Intelectual, de autoria do Poder Executivo já havia passado pela Câmara e estava no Senado Federal. Entravam em discussão cinco pontos da Lei de Patentes:

PRODUÇÃO LOCAL - O projeto propunha que a patente pedida no Brasil fosse produzida aqui, para gerar tecnologia e emprego.

PIPELINE - Tudo o que já tivesse sido registrado em outro país não poderia ser registrado no Brasil.

IMPORTAÇÃO PARALELA - Em situação de emergência ou crise, permite a importação paralela.

LICENÇA COMPULSÓRIA - Ultrapassado o prazo de determinado projeto, o governo teria o direito de passar a patente a outra empresa similar.

PROPRIEDADE INTELECTUAL - Integravam o tratado só plantas e animais. O projeto da Câmara já deixava de fora os microorganismos. *“Mas o Senado deve limitá-los aos microorganismos **transgênicos** (fruto da reengenharia)”*; diz o Jornal, inaugurando o termo em suas páginas (Zero Hora, 9/4/1995).

A pressão do executivo, pela aprovação da Lei de Patentes, que transitava no Congresso há quatro anos chegou aos jornais. Em sua edição de 13 de abril de 1995, Zero Hora (ZH) trás como título de uma das matérias da seção de economia: *“Congresso atrasa votação da nova Lei de Patentes”* explicando a dificuldade que isso traria para o Governo, pois, *“Fernando Henrique Cardoso pretendia apresentar as normas aos americanos”*; na viagem que faria na semana seguinte aos Estados Unidos (ZH, 9/4/1995, p.28).

Uma semana antes disso o Presidente havia feito um apelo aos senadores para que não o deixassem viajar de mãos vazias. Fernando Henrique tinha a intenção de levar a Lei de Patentes aprovada em sua bagagem. Em 1990, por não ter uma legislação apropriada de patentes, o Brasil foi incluído na lista negra de comércio e alguns produtos brasileiros, como papel e celulose, foram sobretaxados no mercado americano. A indústria farmacêutica americana fazia pressão, através de severas críticas à legislação aprovada pela Câmara, pela não permissão de patenteamento dos remédios já desenvolvidos no Exterior. A tendência, então, era que os senadores aprovassem um texto diferente do da Câmara, com as normas acertadas na Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

A idéia de mudar a redação da lei estava se confirmando, pois o relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou um substitutivo, desconhecendo o mecanismo do *pipeline* e prevendo o reconhecimento de patentes de produtos químicos, farmacêuticos e alimentícios um ano após a aprovação da lei. Os parlamentares não conseguiam entrar em acordo e o processo se arrastou mais do que o executivo desejava. Inicialmente a expectativa era de que toda a tramitação demorasse em torno de seis meses, mas de fato foi um ano de negociações.

Finalmente, a Lei de Patentes foi à sanção presidencial carregando em seu conjunto a Lei de Biossegurança. Ou seja, depois de cinco anos de tramitação, o Brasil passaria a ter uma lei de patentes. Embora tenha começado no governo anterior, a assinatura final foi feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir da entrada em vigor da lei, os pesquisadores brasileiros não precisariam mais registrar as suas invenções no Exterior, como ocorria até então.

Parte da nova lei, entretanto, já nasceu marcada pela polêmica. Durante a tramitação no Congresso, nunca houve consenso sobre vários dos pontos da lei que permite patentear microorganismos transgênicos sem nenhuma restrição. Os partidos de oposição e parte significativa do PMDB (partido de centro, aliado do Governo Federal), defendiam que só fosse permitido o patenteamento de microorganismos vinculados a um único processo industrial. Votado nominalmente, esse ponto obteve 254 votos a favor e 190 contra.

Outro ponto que gerou discussão foi quanto ao “pipeline”, finalmente aprovado conforme previsto pelo governo. O texto diz que o País reconhece patentes concedidas no exterior para produtos ainda em fase de desenvolvimento em laboratórios, pelo prazo de proteção que restar no país onde a patente foi registrada. Logo, se um produto tinha sua patente reconhecida há cinco anos no Exterior, o Brasil se comprometeria a reconhecê-la pelos próximos 15 anos, cumprindo o prazo total da patente, de 20 anos”.

O assunto transborda da discussão política e ganha o espaço público logo em seguida e, logo, também, as primeiras páginas de ZH. Em sua edição de 15/05/96, o assunto, enquanto pauta, deixa as páginas de economia e ganha reportagem especial, na página 4, titulando que a *“Indústria ganha arma contra a pirataria”* e completando (em linha de apoio), que *“Depois de cinco anos de debates, o Brasil finalmente adota normas para a proteção dos direitos de propriedade”*. Tudo isso motivado pela aprovação do dia anterior.

A pressão da indústria farmacêutica estava no discurso presidencial, reproduzido pelo jornal, que falava de: *“décadas sem lei que obrigasse ao patenteamento de produtos farmacêuticos e químicos pelo Brasil - quando o país pôde copiar tudo livremente - não levaram a quaisquer avanços nesses setores”*. O jornal, além de salientar os anseios da indústria farmacêutica, também reproduzia o contexto liberal do Governo, ao dizer que:

A lei das patentes, que complementa a política de abertura e modernização econômica, é válida basicamente para produtos farmacêuticos, químicos e alimentos. As patentes para produtos farmacêuticos não eram reconhecidas no país nos últimos 50 anos, enquanto os químicos e alimentos não obtinham patente (registro de propriedade) desde 1970 (ZH, 15/05/96).

A idéia de *“abrir”* com a visão de *“modernizar”* deixa claro o movimento político em vigor. Na perspectiva da busca pela inclusão internacional do País é que a lei de patentes estava se enquadrando naquele momento. Esse contexto dá entendimento sobre a preocupação do Governo em *“apressar”* a aprovação

da lei e levá-la aos seus interlocutores, nos Estados Unidos. A questão central, portanto, referia-se ao ajustamento de interesses da indústria farmacêutica (a maior parte com selo norte-americano), cujas patentes não eram reconhecidas no Brasil em função da inexistência de regulação.

Assim, pode-se compreender porque, num primeiro momento da aprovação da lei, não houve uma centralização na questão da biotecnologia que, a partir daquele momento polarizaria as atenções da comunidade científica. O assunto (manipulação de microorganismos) passou a envolver outra grande polêmica na comunidade científica internacional ao tratar dos impactos do avanço cada vez maior da biotecnologia no dia-a-dia da sociedade. O patenteamento de seres vivos, no todo ou em partes, tema ainda mais polêmico, não foi aprovado no conjunto da Lei de Patentes em 1995, embora previsto no projeto original do Executivo de 1991.

Importante salientar que o impacto da biotecnologia não estava ainda na ordem do dia discursivo na apresentação da lei. Segundo a mídia, a questão estava na órbita econômica, pois a partir daquele momento o Brasil sairia da *“rota de colisão com parceiros comerciais como Estados Unidos, França, Alemanha e Japão, que sempre o ameaçaram com retaliações e o acusaram de ser o país da pirataria, por não dispor do reconhecimento de propriedade”* [SIC] (ZH, 15/05/96). Talvez por isso a nova lei tenha entrado imediatamente em vigor para os produtos incluídos no *“pipeline”*, o que demonstra a preocupação brasileira em proteger as patentes da indústria de fármacos. Foi negociado politicamente que a adoção do pipeline não obrigaria a pagamentos retroativos de royalties pelas empresas brasileiras. Isso quer dizer que nenhuma empresa teria direitos adquiridos sobre a propriedade de produtos até então não patenteados. Por isso, os principais adversários do *“pipeline”*, nos cinco anos de tramitação do projeto, foram os laboratórios farmacêuticos nacionais, além de um senador, Ney Suassuna (PMDB-PB), e dos representantes dos partidos de oposição.

O fato de a Lei de Patentes ter incluído, naquele momento, microorganismos pareceu complementar ou acessório. O próprio texto de ZH o minimiza, ao utilizar a palavra *“também”*, para anunciá-la. *“O presidente FH também elogiou a inclusão de patentes para microrganismos na lei”*. Ou seja, parecia claro para o Governo o que foi repercutido pelos jornais, de que a temática principal da lei era a proteção para as patentes da indústria farmacêutica e não a biossegurança.

Alguns índices ou signos indiciais presentes na discursividade do jornal,

apontam para isso:

- A recorrente presença do tema nas páginas de economia.
- O fato de o Presidente cobrar maior rapidez do Congresso.
- A enunciação de que o presidente viajaria para os Estados Unidos de “*mãos vazias*”, se a Lei de Patentes não fosse aprovada.
- A imediata aprovação da Lei e colocação em vigor da pipeline, pelo Governo.
- A concentração temático-discursiva da lei na parte de normatização de registro de patentes.

Até aquele momento, entretanto, o mundo não conhecia descrições de casos de manipulação gênica ou de clonagem, pelo menos que tenham alcançado a visibilidade pública. As experiências estavam nos laboratórios. Tanto que a mídia praticamente o esquece de meados de 1996 até o início de 1997. Ou seja, uma vez que não há interlocução, possibilitados pela ausência de consenso, pelo jogo de alteridade discursiva, praticamente cessam os enunciados.

As questões referentes à manipulação genética de organismos animais eclodiram nos jornais do Rio Grande do Sul, de forma sistemática, somente a partir da publicação de um artigo na Revista *Nature*, editado em fevereiro de 1997, sobre a obtenção de um exemplar ovino clonado, pela equipe chefiada pelo pesquisador Ian Wilmut, de Edimburgo, Escócia, o que ficou conhecido como o caso Dolly. Havia, então, um fato novo, a realidade que se impunha, forçando o início das apresentações discursivas na mídia e dos subsequentes debates.

Apenas uma semana após a edição da revista, o jornal Zero Hora de 1º de março de 1997 abre manchete (titulação principal) de capa: “A vida multiplicada ao infinito”, com o seguinte texto de apoio:

A reprodução em laboratório da cópia perfeita e saudável de uma ovelha um clonesem ato sexual ou fecundação por esperma, maravilha e assusta o mundo. O remédio para a eliminação de doenças genéticas, descoberta monstruosa e antinatural ou inclusão do homem no terreno divino, o sucesso da clonagem reaquece a discussão da ética científica (ZH, 1/3/97, 1ª capa).

A notícia é acompanhada de ilustração que reproduz fotograficamente

bonecos de plástico (Lego), dispostos em série e replicados em espelho, enquanto a chamada remete para o segundo caderno (Cultura). Na capa do caderno de oito páginas, novamente destaque para os bonecos, apenas dispostos de forma diferente. A manchete do caderno trás um outro apelo: "Espelhos biológicos".

As matérias principais do caderno estão localizadas nas páginas 4 e 5 (espelhadas). Ilustrações ao centro, dois artigos de duas colunas margeiam as laterais externas do impresso aberto. Na página 4, aparece o artigo dos professores do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiz Ernani Henkes e Renato Zanora Flores. Sob o título "Narcisos do planeta", os autores tratam das questões éticas que envolvem a possibilidade da manipulação e multiplicação genética chegarem ao homem.

Os seres humanos podem ser atingidos tão facilmente por uma idéia, como pela cólera ou pela peste bubônica. Na terra, não há imunidade contra idéias cretinas escreveu Kurt Vonnegut em um romance de ficção científica. Por isso certamente veremos clones humanos nos próximos anos (ZH, 1/3/97, p.4, *Caderno Cultura*).

O tom reticente em relação às possibilidades de uso e as consequências da manipulação genética também estão presentes no artigo da lateral direita da folha, onde os professores Élgio Loreto e Lenira Sopol, da Universidade Federal de Santa Maria, seguem a mesma linha de argumento, ao questionarem os limites não apenas éticos mas também biológicos do avanço da bioengenharia.

... os indivíduos resultantes de clonagem, embora geneticamente idênticos, poderiam ser muito diferentes do esperado (...) Talvez devêssemos aproveitar o fenômeno Dolly para uma discussão mais ampla sobre as implicações do avanço das novas técnicas de reprodução humana (ZH, 1/3/97, p.5, *Caderno Cultura*).

Os textos apresentados pelos geneticistas não parecem registrar preocupação dos autores com a técnica em si, ou com as possibilidades que se abrem a partir da multiplicação genética animal, até então considerada um tabu nos laboratórios de pesquisa. Pelo contrário, a missão dos textos é avaliar, afinal, para que serve a descoberta biotecnológica, ou o que a humanidade pode ganhar com a descoberta. Os artigos (ao que parece encomendados pelo jornal) mostram que a tecnologia abre um forte debate ao introduzir preocupação com a ética nas inovações tecnológicas que envolvem a vida animal, quando se abre a possibilidade para a multiplicação e manipulação do DNA e, por consequência, chegar-se à manipulação gênica do ser humano.

O que assusta os pesquisadores é justamente a possibilidade de uso da técnica, a seriação biológica ao gerar gêmeos idênticos, o que pode ser apropriado por qualquer aventureiro para “brincar” de Deus. O sucesso do desenvolvimento não é o ponto principal de análise, já que os autores tratam de amenizar a ápice da onda, fator recorrente junto à opinião pública sempre que uma descoberta “sensacional” é apresentada.

O que foi dito apenas de passagem é que embora a clonagem traga benefícios econômicos para a pecuária, acarreta também riscos, já que uma única doença pode dizimar todo um rebanho de clones. Isso pode ocorrer porque os animais são tão semelhantes que seus organismos acabam não tendo também capacidade imunológica diferenciada. “Assim, um vírus que afete um dos animais, afetará da mesma maneira os demais”, explicou o pesquisador Maurício S. Diniz da Embrapa de Brasília (ZH, 09/03/97) para o *Caderno Campo e Lavoura*, que também explorou a temática.

Os artigos serviram, também, para fazer imergir os jornalistas nos laboratórios de pesquisa. Antes do final do mês de março, apenas três semanas após a publicação mencionada, ZH abre outro caderno, *Campo e Lavoura*, dedicado à agropecuária, aos encantos da biotecnologia. A edição 11.538, de 21 de março, trás encartado o caderno de oito páginas, cuja capa sob cartola (palavra que referencia a temática nos jornais) “Pesquisa” é “O Rio Grande na Era dos Clones”.

Então, aparece uma outra palavra do dicionário biotecnológico jornalístico e, ainda que inédita, se incorpora naturalmente ao texto. A linha de apoio (detalhamento da temática disposta abaixo do título) da capa do caderno diz: “A UFRGS começa a desenvolver projeto de produção de animais transgênicos para fabricação de medicamentos” (grifo nosso).

O texto de capa é mais preciso sobre do que se trata esse projeto e diz, no segundo parágrafo que: “O laboratório de reprodução, da Faculdade de Veterinária da UFRGS, em parceria com o Centro de Biotecnologia do Estado, começa a desenvolver animais transgênicos...”

Nas páginas centrais do caderno, (páginas 4 e 5) são três os títulos relacionados à temática central:

“Clonagem acelera melhoramento animal”

“A esperança está na transgenia”

“Um recurso para preservar raças”

Na reportagem “*A esperança está na transgenia*”, a pesquisa da UFRGS é a fonte institucional para o texto. Os enunciadores agendados pelo jornal são dois pesquisadores (citados apenas como veterinários da UFRGS), e os objetivos da pesquisa são descritos no texto jornalístico.

“O projeto coordenado pelos veterinários José Luiz Rodrigues e Diógenes Santiago Santos, visa a verificar os resultados na implantação de um determinado gen na estrutura molecular de camundongos, para dotar animais com características específicas e expandir o conhecimento para a aplicação em ovinos e bovinos” (ZH, 21/03/97, p.4, Caderno Campo e Lavoura).

No segundo parágrafo do texto, ao recorrer aos enunciadores, há um avanço de perspectiva, que certamente não previa os densos questionamentos bioéticos que se aprofundaram nos anos 90: “*O que estamos iniciando representa um filão comercial gigantesco, porque um animal transgênico, que incorpora o perfil molecular vale uma fortuna*” calcula Rodrigues (p.4).

Observa-se um primeiro sentido que os pesquisadores julgam importante nos transgênicos. A capacidade de gerar renda aparece como um interpretante do símbolo transgênicos, uma associação que permite incluí-lo como modernidade e não como obstáculo ao progresso. Isto é, trata-se de um legisigno mas fundamentalmente é um interpretante (o lucro, a renda) que, no momento em que se expressa discursivamente, denota uma virtude dos transgênicos. Nota-se que existe uma associação direta ao objeto que opera no sentido de que o símbolo (renda) se institua ao ponto de ser interpretado como representando o objeto da discussão (transgênicos). No plano das significações, uma forma de expressar a virtude ou vantagem (qualidade) dos transgênicos é a sua renda. Observa-se que esta é uma operação muito comum no discurso midiático e será muito presente na discussão sobre os transgênicos, especialmente quando se acirram e se mostram as tendências centrais, pró e contra os OGMs.

A idéia da transgenia, entretanto, ainda não registrava, no Rio Grande do Sul, grande resistência. Tanto que, em 22 de outubro de 97, José Luiz Rodrigues, do Laboratório de Embriologia e Biotécnicas de Reprodução da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou, com destaque midiático, o seu trabalho em Gramado-RS, no 25º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. O trabalho mostrava o andamento das pesquisas para a produção de animais transgênicos, desenvolvidas em

experiências com camundongos, com o objetivo de encontrar soluções eficazes para combater doenças humanas. Os estudos estavam sendo financiados pela parceria do convênio entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado (Fapergs) e o Centro de Biotecnologia da UFRGS. Entusiasmado, o professor dizia à época que: *“Talvez, em cerca de cinco anos estejamos experimentando a técnica em animais maiores, como cabras, coelhos e suínos, todos com grandes características leiteiras”* (ZH, 23/10/97, Campo e Lavoura). As previsões não se confirmaram com tanta facilidade, porque chegou 2002 e o que mais se verificou foi o recrudescimento das discussões éticas referentes às pesquisas biotecnológicas.

Ainda na edição de ZH de 21 de março, a transgenia aparece também em destaque, como solução para a preservação de raças em extinção, como a ovelha crioula lanada. Na matéria da página 5, *“Um recurso para preservar raças”*, o segundo parágrafo pretende esclarecer onde entra a transgenia na preservação das ovelhas, conforme estudos conduzidos por uma pesquisadora da Embrapa de Bagé-RS.

Apesar do entusiasmo com o avanço dos métodos que têm como meta melhorar a qualidade genética, Clara ainda prefere apostar na criação de animais transgênicos, manipulados geneticamente, para depois pensar na possibilidade de clonagem (ZH, 21/03/97, p.5, Caderno Campo e Lavoura).

A reportagem aponta para as razões que levam à opção pela transgenia, dizendo que:

...a produção de clones está muito distante do modesto, porém eficiente, projeto de conservação de ovelhas crioulas lanadas (...) Além disso, clonar um animal ameaçado de extinção não descarta o risco de as características indesejáveis como falta de resistência a determinadas doenças, serem igualmente transmitidas (ZH, 21/03/97, p.4, Caderno Campo e Lavoura).

A pesquisadora da Embrapa e o texto da reportagem insistem, portanto, que o ideal é realizar a transgenia, porque neste caso seriam selecionados apenas os “genes mais interessantes”, evitando a perda da variabilidade genética que ocorre quando há 100% de similaridade (caso da clonagem).

Curioso que, em nenhuma das reportagens, pesquisadores ou jornalistas tenham descrito os fatores limitantes das técnicas de pesquisa em

melhoramento animal e, especificamente, para a obtenção de OGMs. As informações descrevem processos parciais, como o quadro da página 4 do caderno, onde aparece o amplamente conhecido (nesta área) fluxo utilizado para transferência nuclear de embriões mamíferos.

Na página 5, outro quadro mostra a “linguagem da nova era”, explicando os principais termos científicos utilizados na reportagem. Retiramos dali dois termos, clone e transgenia.

Clone: indivíduo originário de outro por multiplicação assexuada, a partir de uma célula somática, em vez de resultado de uma reprodução sexuada. É a transferência de um núcleo de uma célula embrionária, ou diferenciada, reprogramado pelo citoplasma de um óvulo maduro;

Transgenia: incorporação de um DNA estranho no gen do embrião, formando uma nova composição molecular, que se transmite pela herança genética à descendência do indivíduo.

Como a descrição feita na reportagem aponta que o meio de se obter a mesma carga genética de um animal a partir de outro é a sua clonagem, observa-se que, naquele momento, ainda havia certa confusão sobre o procedimento e funções da transgenia. Na operação de transgênese o que se tem como resultado é uma modificação no código genético pela inserção de gen de um outro animal ou planta. Ou seja, quando é adicionado à carga genética original um gen diferente daqueles que compõe a carga genética original, tem-se um organismo geneticamente modificado (OGM) ou animal ou planta transgênica.

Por isso, talvez já não fossem ovelhas legitimamente crioulas os animais obtidos pela transgenia. Isso não impede de pensar, como proposta de pesquisa com essa técnica (não para a preservação da espécie ovelha crioula), mas na preservação de uma ou mais de suas características, como rusticidade e longevidade, que poderiam ser incorporadas, via transgenia, em rebanhos comerciais.

Depois deste primeiro momento de esclarecimento sobre as potencialidades da nova técnica, segue-se um outro em que os campos sociais começam a se mostrar de forma mais evidente. Assim que, a reação aos organismos geneticamente modificados por parte de organizações ecológicas não tardou no Rio Grande do Sul. Em *ZH*, edição do 04/07/97, do *Caderno Campo e Lavoura*, o coordenador do Grupo de Agricultura Ecológica CAE/IPÊ, Laércio

Meirelles, assina artigo onde diz claramente que é preciso que haja uma mudança do atual modelo de desenvolvimento agrícola que, segundo ele, acarretou a descapitalização dos pequenos produtores, poluição das águas, erosão genética e dos solos, intoxicação dos agricultores, êxodo rural, contaminação dos alimentos, etc.

As soluções passam, especialmente, por mudanças tecnológicas e novas formas de organização social. Nessa busca de soluções, a agricultura ecológica é parte importante. Trata-se de uma forma de se fazer agricultura onde as tecnologias são geradas para contemplar as necessidades da agricultura e da sociedade como um todo e não do complexo urbano-industrial que se coloca a montante e a jusante da atividade. A rejeição de organismos transgênicos, de adubos de alta solubilidade e/ou moléculas químicas sintéticas, e a utilização máxima dos recursos naturais renováveis é a base para a busca de tecnologias mais eficientes do ponto de vista energético e econômico, além de apropriáveis pelo produtor (ZH, 04/07/97, Campo e Lavoura).

A posição da representação ecologista começa a tomar contornos do que seria a contenda dali em diante. Há no discurso uma alusão direta aos transgênicos e sua inserção no rol das tecnologias industrializadas que comprometem o bom desempenho de uma agricultura ecológica, no sentido de naturalista, sem agressões ao equilíbrio ambiental. Trata-se de outro sentido, representativo de um segmento social bem definido, em que é aludido uma outra lei ou conjunto de leis, que regulam a preservação da natureza. Entra no discurso midiático outro interpretante, gerando, produzindo o argumento da “agressão” à natureza e ao ambiente habitado pelo homem. Os transgênicos representam a modificação, alteração não autorizada, uma ameaça.

Aos símbolos “renda” e “agressão” para identificar os transgênicos outros se sucedem. Depois de Dolly, surgia Polly (ovelha que além de clonada era transgênica) anunciada no mesmo embalo midiático da biotecnologia, mas com um apelo específico e adicional, pois teria sido criada para *ajudar na busca da cura de doenças*. Na edição de Domingo, 27/07/07, da editoria geral de ZH, a descrição, além de apologética, é minuciosa.

Uma fábrica de rebanhos capaz de produzir proteínas humanas em larga escala, que facilitarão as pesquisas em busca da cura de doenças como fibrose cística, hemofilia, câncer e Aids. Essa é a principal imagem na mente de pesquisadores do mundo inteiro depois que a empresa escocesa PPL Therapeutics anunciou o nascimento da primeira ovelha (Polly) fruto de uma mutação genética e, ao mesmo tempo, de clonagem. O clone transgênico (tem informações genéticas de espécies

diferentes) é a nova esperança da ciência rumo à cura de doenças graves (ZH, 27/07/97, p.35, Geral).

A idéia dos pesquisadores era de que com a criação em série de animais transgênicos, com genes humanos, a produção de órgãos para reposição seria mais fácil, rápida e barata. A criação da ovelha clonada e transgênica abria as portas também para a criação de clones de animais que carreguem outros genes humanos, ou seja, que podem produzir diferentes proteínas ligadas a numerosas doenças do homem ainda sem cura. A fábrica biogenética é uma possibilidade que mais encanta os cientistas. Um professor de ciência da Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, Randall Prather, declarou ao jornal *New York Times* que a experiência de Dolly foi importante, mas a de Polly é muito mais significativa para o futuro das pesquisas científicas. “*Esse animal transgênico e clonado abre um novo mundo de potencialidades para a ciência. O limite é a nossa imaginação - disse Prather*” (ZH, 27/07/97, p.35, Geral).

Observe-se como esse símbolos ganham forma e força persuasiva no discurso. Os transgênicos passam a compor o ideário de um “novo mundo”, em função de uma outra significação que lhes é atribuída: a de curar as doenças dos homens. Um apelo definitivo que vincula a técnica da transgenia ao desejo incontido de perpetuação da espécie humana.

Até aquele momento a fase de encantamento com a tecnologia de manipulação genética obtinha amplo espaço, tanto que as reações do campo da ética ainda não apareciam com força no cenário internacional.

A pressão ecológica, entretanto, começava a se articular e também despertar o filão editorial. No Brasil, é lançado, no final de 97, o livro: *Queridos Animais - Relação Humanos & Animais: Novas Áreas Profissionais sob Enfoque Ecológico* organizado pela especialista em ecologia, médica veterinária Angela Escosteguy. Está dividido em sete capítulos, onde são destacadas as mudanças ocorridas em todas as áreas que envolvem o relacionamento entre os seres humanos e os animais. As novidades tecnológicas e suas implicações também estão presentes, já no primeiro capítulo, que questiona os valores éticos, no campo da biotecnologia. A partir dos avanços que vão ocorrendo na ciência, os autores tentam chegar à conclusão sobre a “*faca de dois gumes*” das novas descobertas. “*A tecnologia traz preocupações*”, garante a coordenadora. Ainda que a temática fosse recente, o livro discute assunto como animais transgênicos, fertilização *in vitro* e clonagem.

A importância do assunto começa a crescer rapidamente, tanto que está presente na edição especial de fim-de-ano de ZH. A primeira matéria de 1998

envolvendo transgenia é apresentada logo na primeira semana, dia 07/01, na página 31, de *economia*, informando que o então Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, participaria de um encontro sobre a legislação dos produtos transgênicos em Assunção, no Paraguai, durante a 7ª Reunião do Conselho de Ministros do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave)

Assim, o campo político começa a se movimentar, já que as informações sobre o avanço da biotecnologia na área vegetal passaram a fazer parte das discussões bilaterais entre os países. Como o Brasil tinha uma legislação aprovada sobre a temática, considerada avançada, havia um grande interesse dos outros países do Cone Sul em saber como tratar a questão.

A exigência legal de registro de ocorrências com OGMs possibilitou, por exemplo, que se soubesse que já naquele início de ano a CTNBio havia liberado 51 pedidos de testes com produtos transgênicos no Brasil. A palavra “transgênicos” começava a entrar definitivamente no vocabulário dos campos sociais (jurídico, político e midiático). Na mídia, a saída era recorrer aos enunciadores que, na medida em que se ampliavam, começavam a aparecer, investidos de autoridade, para falar da intrincada operação biotecnológica e, assim, representar o posicionamento dos respectivos campos.

Uma fonte de autoridade, para a mídia, era naturalmente o próprio Governo Federal, o qual havia sancionado uma Lei sobre o assunto. O agendamento midiático recaiu sobre a Secretária Executiva da CTNBio e, logo depois, em pesquisadores da Embrapa, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e, neste caso, ao Centro Nacional de Pesquisa em Recursos Genéticos (Cenargen), unidade da Embrapa localizada em Brasília, onde se concentram os estudos sobre biotecnologia. Foram justamente a essas duas fontes político-institucionais que *ZH* recorreu para montar a reportagem central do Caderno Campo Lavoura de 16/01/88, sob o título *“A vida adaptada em laboratório: Biotecnologia permite modificar as características de vegetais e animais conforme as necessidades”*.

A reportagem da editoria de Brasília começa de forma apologética, anunciando as vantagens e benefícios da biotecnologia:

O homem conseguiu descobrir uma técnica que adapta as características de espécies vegetais e animais às suas necessidades e aos seus desejos de consumo. A idéia parece simples: modificar geneticamente o DNA (material genético responsável pela herança de caracteres hereditários) de uma planta, colocando nele um gene que

conceda características específicas ao produto. A técnica de manipulação do gene na célula pode ser tão útil à sociedade que na Ásia os pesquisadores tentam produzir arroz com ferro. Nos Estados Unidos, uma empresa já comercializa um tomate que demora a apodrecer. No Brasil, soja e milho resistentes a pragas e insetos já estão em teste. "O próximo século será da biotecnologia", adianta o chefe-geral do Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), da Embrapa, Afonso Celso Valais. Pelos cálculos de Valais, até o final deste século o comércio do setor no mundo será responsável pelo movimento de US\$ 50 bilhões. O próprio Cenargem já conta com mais de 60 mil amostras em câmaras frias (ZH, 16/01/88, Caderno Campo e Lavoura).

As enunciações recolhidas do campo científico pelo jornal e o próprio texto da reportagem não mostram qualquer reserva, que a lei de 1995 impunha, sobre os avanços da biotecnologia no País, embora a lei seja muito clara quanto ao plantio de organismos transgênicos, ao encarregar a CTNBio, em 1996, de controlar a introdução e a produção de OGMs no País. Ou seja, de um lado o Governo Federal anuncia que está desenvolvendo pesquisas com transgênicos, o que induz a uma futura utilização desse conhecimento, mas por outro lado está encarregado, também, de controlar, autorizar ou vetar, essas mesmas experiências. Diante do paradoxo, não captado, omitido ou não levado em conta na abertura da reportagem de ZH, o Governo parecia apenas observar a evolução dos fatos, esperando, talvez, que houvesse algum tipo de acomodação com o decorrer do tempo.

Se, de um lado, o discurso jornalístico articula um transgênico benéfico, facilitador de operações agrícolas, a articulação discursiva da então Secretária-Executiva da CTNBio, Lúcia Aleixo, doutora em biologia molecular, oferece uma outra leitura sobre o assunto na mesma edição de ZH. Para ela "Uma série de manipulações podem ser feitas para obter plantas resistentes a pragas ou com melhores índices nutritivos", mas adverte que a fiscalização é cada vez mais importante na medida em que as técnicas de manipulação genética obedecem a interesses econômicos.

Os cruzamentos de interesses entre o campo econômico (transgênicos significando "renda") e as possibilidades apresentadas por um determinado segmento do campo científico chegam, então, aos discursos institucionais. Em ZH esses impasses que demarcam os posicionamentos ("renda", "perigo", "saúde") são repercutidos de forma isolada na apresentação textual, refletindo certa instabilidade redacional que, de certa forma, repercute o que pode ser observado na própria condução editorial em relação ao tema. Tal instabilidade se manifesta especialmente porque as editoriais parece não se falarem sobre o assunto ou mesmo ajustarem o discurso em relação à temática, que é complexa.

No caso mencionado, por exemplo, a reportagem começa, como se viu, enaltecendo a tecnologia, mas vai transmutando ao apresentar a preocupação científica com o impacto ambiental, pois os testes então solicitados à CTNbio, na maioria, estavam ligados ao cultivo da soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e fumo, todos resistentes a herbicidas, a insetos e a vírus. A palavra da Secretária, reproduzida ao final da reportagem dá um outro tom redacional, que parece nada ter a ver com o início do texto da locutora. Segundo a jornalista, “*Não se sabe o que pode ocorrer, se é bom ou ruim um milho resistente a determinada doença e como vai reagir em contato com espécies selvagens*”. A matéria completa que: “*A polêmica do fumo Y-1 se enquadra nesse caso, com o agravante de ser acusado de conter altos índices de nicotina*” (ZH, 16/01/98, *Caderno Campo e Lavoura*).

Não se pode dizer das razões que levaram a autoria da reportagem a fazer tal percurso. Talvez esteja relacionado à dificuldade dos jornalistas em lidar com o fator tempo. Tuchman (1983) observou, ao acompanhar as notícias sobre o movimento feminista que as rotinas diárias influenciam na cobertura. O ritmo de trabalho e o imediatismo, em busca da atualidade “têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas” (Traquina, 2001, p.98). Por isso, Tuchman (1983) diz que os acontecimentos estão soterrados no que chama de “teia de faticidade”, porque é dos fatos e suas implicações que o acontecimento emerge e onde se abastece.

No caso dos transgênicos, observa-se que nos primeiros anos as enunciações dos cientistas já repercutiam a possibilidade de debate público sobre a temática. Havia uma preocupação em chamar atenção sobre a questão ambivalente que envolvia os organismos geneticamente modificados. Ainda que não se falasse acentuadamente em ética, eram apresentados os pontos e interesses conflitantes. A mídia buscava um posicionamento, o que poderia se dar na medida em que houvesse maior clareza da abrangência da temática. Sintomaticamente, até aquele momento, nenhum editorial tratara do assunto.

Não havia mais dúvidas sobre a complexidade da temática, na medida em que se instauravam as disputas de sentido sobre o assunto. O jornal, enquanto integrante da corporação midiática, parece se satisfazer com as disputas. Ao levar a palavra “polêmica” pela primeira vez a um título que trata da questão, ZH procura refletir uma tendência de disputa social que se evidenciava. Na página 20, da editoria de economia, de 25/01/98, o título: “A polêmica da genética dos alimentos”, agenda um enunciador com autoridade para falar dos transgênicos. Um farmacêutico, doutor em biologia molecular, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Giancarlo Pasquali. O jornal pretendia esclarecer sobre a técnica e por isso elegeu alguém que além de professor é pesquisador e

trabalha com transgênicos. A opção do jornal foi de fazer o que normalmente se conhece na linguagem jornalística como “bate-bola” com o cientista, em que aparecem apenas as perguntas e respostas da interlocução. Sugere que o jornal estava em busca de uma posição e por isso recorre à estrutura enunciativa dialogal. De qualquer forma, ao eleger esse pesquisador, que se mostra favorável à técnica, *ZH* também está ali se posicionando. Numa pergunta central *ZH* interroga: *Afinal, qual é o problema?* e o pesquisador enuncia:

Eu não concordo muito com o histerismo que existe ao redor de plantas transgênicas. O que é mais grave: trazer uma planta exótica e liberar no meio ambiente brasileiro, tipo um feijão africano, ou um tomate que tenha um só gene diferente dos outros, ou uma soja com um só gene modificado das demais sojas aqui plantadas? O impacto ecológico vai ser no mínimo igual ou menor do que a planta transgênica, em relação à planta exótica. O medo é liberar no meio ambiente uma planta que se adapte muito mais facilmente e que vai tomar conta do ambiente. Há exemplos bem conhecidos de invasões, como as abelhas africanas que acabaram dizimando as nativas. O receio é o mesmo (*ZH*, 25/01/98, p.20).

O discurso do pesquisador parte da racionalização de outros discursos, que evidenciam as possibilidades de impacto do fenômeno. Não se observa preocupação com a manipulação genética em si, o seu controle pelo homem, a intencionalidade dessas operações e os interesses que atendem. De onde fala, o pesquisador manifesta os seus propósitos e eles atendem contextos, que são salientados pelo pesquisador, na mesma medida que outros são omitidos ou apagados. A teoria do mal menor é um bom exemplo deste movimento argumentativo.

Além disso, o pesquisador cita o caso da soja e não o faz por acaso. No início do ano, informalmente, já se sabia que agricultores do Rio Grande do Sul haviam plantado soja modificada, embora quase nada tivesse chegado à imprensa. Em *ZH*, maior jornal em tiragem do Rio Grande do Sul, por exemplo, a temática não tinha dado entrada ainda, a não ser em citações genéricas.

3.3.2. Transgênicos e a soja no RS

Foi somente no dia sete de fevereiro de 1998, na página 23 (economia), que *Zero Hora* abriu manchete para o que até então era considerado boato ou objeto de denúncias, como o jornal preferiu tratar. *ZH* assume o tema (soja transgênica), não como novidade, mas como matéria em curso, apontando que:

“ Surgem novas denúncias na soja” e em linha de apoio que o “ Ministério tem informações de irregularidades em outros Estados”

A reportagem fala que o perigo da entrada ilegal de soja transgênica vem sendo discutido pela Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) desde 1997.

Houve denúncias de que lavouras com essa variedade estariam prontas para serem cultivadas em Minas Gerais, Paraná e Rio Grandes do Sul. Os casos gaúchos foram investigados formalmente, inclusive com destaque para propriedades suspeitas. A informação é do agrônomo e chefe da Divisão de Controle Fitossanitário e Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura, Paccelli José Moracci Zahler, que presta auxílio técnico à Polícia Federal nas investigações, na região de Passo Fundo (ZH, 07/02/98, p.23).

Diante da dimensão que tomou no Rio Grande do Sul, essas primeiras notícias veiculadas no Estado são interessantes. Talvez por uma estratégia do jornal, talvez por desconhecimento da realidade, elas surgem na dimensão da possibilidade e em meio a outros casos de plantio, em regiões distantes, como Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a *“suspeita”* era de que as sementes de soja alteradas fossem *“contrabandeadas da Argentina para o norte do Estado, vendidas a agricultores e plantadas em cerca de 7,5 mil hectares (SIC)”*. Ou seja, a informação sobre o cultivo da soja no Estado apareceu quando o fato estava inteiramente dado e, como se verá, muito claro e evidente, e não com uma simples *“suspeita”*. Embora seja difícil acreditar que houvessem sido instalado 7,5 mil hectares com a nova semente em tão pouco tempo no RS.

Uma vez correta, então se pode dizer que desaparece o tom de novidade atribuída à situação, enquanto fato objeto da realidade e do jornalismo, pelo contrário. Não estava sendo noticiada uma pequena experiência dos lavoureiros, o que deve ter acontecido logo depois da primeira safra Argentina, em 1996/1997. Mas simplesmente aparece uma lavoura estabelecida, de 7,5 mil hectares, área agricultável expressiva e que não deve ter surgido dissimuladamente, sem que ninguém soubesse. O fato de o jornal usar palavras como *“denúncia”*, *“suspeita”* pareceria corriqueiro em caso de tratar-se de mera possibilidade, mas não neste caso, pois já havia naquele momento um fato, com todos os contornos e contradições que, por algum motivo, o jornal não acompanhou o desenvolvimento.

Pode-se dizer que, do ponto de vista do fato em si, o caso transgênicos emerge na discursividade midiática de ZH como um fato já estabelecido (trata-se de uma questão dada, ainda que envolva um crime federal). O conceito está

em plena ação e, talvez por isso, tenha suscitado tantos interpretantes, o que só fez crescer nos últimos anos. Observa-se, então, que a questão tecnológica que envolve os organismos modificados não surge de forma pulverizada no Brasil e mesmo no mundo. Há uma centralização, a partir de um fato real bem caracterizado, que se impõe como questão e, assim, tem o poder de gerar signos, o que se traduz na discussão, em busca de consenso, que permeia a opinião pública.

No Brasil, ainda que houvesse a Lei de Biossegurança, em vigor desde 1995, a qual proibia a introdução de materiais geneticamente modificados para a produção comercial, por alguma razão os campos políticos e policiais deixavam crescer um país de soja transgênica no Sul do Brasil (mais de dois mil hectares). A dimensão induz que se imagine que essa transgressão de alguma forma foi consentida. Como é possível que não se soubesse disso? Talvez analisando o contexto se possa compreender melhor o que acontecia neste tempo.

O cenário político, em 1998, mostrava o segundo governo (reeleito) de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no plano Federal e o governo de Antonio Britto no Rio Grande do Sul (PMDB), políticos de centro, aliados, que implantavam a mesma política liberal, marcada pela transferência de serviços públicos para empresas privadas (telefone, energia, transportes, etc), diminuição de gastos estatais e outras medidas, como o aumento da produção de bens e serviços, visando a estabilidade da equação financeira, especialmente para cumprir com metas definidas pelos organismos de crédito internacionais (FMI e Banco Mundial).

Trava-se, então, algo contraditório aos interesses do governo. De um lado a adoção de tecnologia que aumenta a produção e a produtividade e pode colaborar para o cumprimento de metas econômicas e de outro as normas instituídas da lei, outorgadas por esse mesmo governo. Ou seja, o espírito da Lei aprovada remete justamente para as possibilidades de risco que a introdução de um produto desenvolvido pela engenharia genética e em outro meio ambiente implique na biodiversidade brasileira. Observando-se desse ângulo, há um embate interno no Estado brasileiro motivado por interesses contraditórios, entre dois campos: o econômico e o ecológico.

O que se poderia esperar do Governo que sancionou a lei? Racionalmente, que a fizesse cumprir, utilizando os dispositivos para tal. Porém, não foi o que aconteceu. No discurso do chefe da Divisão de Controle Fitossanitário e Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura, Paccelli José Moracci Zahler, a contradição se explicita. Para ele, "Se o Ministério da Agricultura

considerar o material com baixo índice de riscos, permitirá a importação das sementes” (ZH, 07/02/98, p.23). A atuação da CTNBio, criada pelo mesmo governo exatamente para analisar os riscos, de forma mais isenta, não foi citado pelo especialista do Ministério.

O texto é bastante claro, em seu artigo 8º, da Lei de Biossegurança que diz objetivamente no parágrafo 1º que:

Os produtos contendo OGM, destinados à comercialização ou industrialização, provenientes de outros países, só poderão ser introduzidos no Brasil após o parecer prévio conclusivo da CNTBio e a autorização do órgão de fiscalização competente, levando-se em consideração pareceres técnicos de outros países, quando disponíveis (Lei de Biossegurança, p.2).

Como a legislação é definidora com relação aos trâmites, ou os integrantes do governo estavam desinformados ou deliberadamente passaram a desconhecer a normatividade prevista. Não se sabe exatamente o que os moveu. De toda forma, havia um episódio real e uma situação dada: o contexto dos infratores à Lei, constituído por agricultores que de alguma forma haviam conseguido sementes cujo plantio estava expressamente desautorizado no País, com dispositivos expressos em Lei Federal.

A mídia passa a descrever esse contexto logo em seguida e ZH apresenta uma grande reportagem mostrando que já havia “*O medo de quem plantou soja ilegal*”, mostrando os efeitos do contraste entre a legislação brasileira e o respectivo poder de Estado com os interesses (econômicos) dos agricultores e, quem sabe, também, com os de uma multinacional de sementes e biotecnologia.

Observa-se mais uma vez, na titulação, que o jornal deixa de contrapor ou apresentar de forma contextualizada os interesses dos diferentes segmentos na questão. Pelo contrário, o jornal apresenta como natural, corriqueiro, o fato que em si trata de uma objetiva e flagrante irregularidade, uma transgressão à instituição legal do País. Assim o jornal opera no sentido de familiarizar a situação ao cotidiano.

Não se trata aqui de questionar o jornal em sua relação com a realidade e, portanto, com a verdade dos fatos. A teoria do espelho (que prega uma função reflexa na ação jornalística) não é suficiente para dar conta do que acontece

⁸A mídia seria uma espécie de símbolo-guia.

com *ZH* neste caso. Trata-se aqui de um processo que envolve escolhas e tal escolha narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre (Traquina, 2001).

Ou seja, é uma questão de enquadramento, que é mais do que conceber as notícias como 'estórias' (contos fantasiosos ou fictícios), pois está relacionado com a importância de compreender como são produzidas e assim desvendar o seu potencial semiótico (de gerar sentidos). Goffman (1974) define enquadramentos, entendendo-os como princípios de organização que governam os acontecimentos. Os enquadramentos midiáticos, ao cumprir a função de oferecer panoramas da realidade social transformam-se em "padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os *symbol-handler*⁸ organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual" (Gitlin, 1980, p. 7).

Os enquadramentos sinalizam para as formas de relacionamento engendrado na dinâmica de produção jornalística. No caso de *ZH*, deixam ver os laços frouxos que se expressam na redação noticiosa à própria ética de produção jornalística. De outra forma, como explicar a opção na abordagem do tema, negligenciando os seus originais contornos, enquanto crime federal. Em *ZH*, a expressão discursiva das matérias inverte os papéis e o caso deixa de pertencer à esfera judicial e se converte em melodrama social.

Em termos semióticos se pode falar numa espécie de crise de interpretação. Afinal há um objeto bem caracterizado a que se referir, que está na dependência de ser interpretado e apresentado para vir à tona. Mas, por alguma razão, dando uma outra lógica, aparece outra coisa. Partindo do objeto em pauta, há uma espécie de falta de sincronia entre o interpretante imediato (propriedade objetiva do signo ou significado) e o interpretante dinâmico (a idéia que o signo provoca). Em teoria do jornalismo talvez o termo mais correto seja distorção para o que de certa forma também se apresenta no texto a seguir:

O agricultor S., 42 anos, perdeu o sono. O pesadelo que arrasa com suas noites há uma semana é marcado pela visão de homens da Polícia Federal em ternos bem cortados, vistoriando sua lavoura e encontrando plantas ilegais no país. S. é um entre mais de uma dezena de produtores do norte do Estado que plantou a soja transgênica, vegetal geneticamente alterado para tolerar herbicidas. A semente modificada garante maior produtividade ao agricultor, mas sua venda está proibida no Brasil, porque ainda não ultrapassou a fase de testes, nem se sabe seus efeitos a longo prazo no meio ambiente. Ao menosprezar os riscos, agricultores de oito cidades do Planalto Médio e da Fronteira Oeste contrabandearam sementes da Argentina. (...) Só agora, tomou consciência dos crimes envolvidos na pirataria genética e tem medo de ir parar numa prisão. Ele, logo ele, que está em dia com os

financiamentos dos bancos e, da Justiça, só conhece o que vê em filmes na televisão (ZH, 08/02/98, p.22).

Além de eleger a emoção discursiva, o locutor omite a identificação do agricultor e diz que ele somente concordou em falar sobre o plantio da soja proibida no país desde que sua identidade e o município onde plantam fossem preservados. O jornal diz que também teve acesso a uma lista de quatro agricultores e três vendedores de sementes apontados por outros produtores e pela própria Polícia Federal como ligados ao plantio ilegal da soja. Seus nomes igualmente foram omitidos na reportagem, segundo o jornal, "*para não prejudicar as investigações da PF*" (Polícia Federal).

Ainda que se trate de cultivo ilegal e como a ilegalidade é um tema dos campos judicial e da Polícia Federal, o jornal não agendou esses discursos. Bastaria recorrer à Lei de Biossegurança em seus artigos 11º e 12º para saber que constitui infração e, portanto, crime da esfera Federal: "Liberar no meio ambiente qualquer OGM sem aguardar sua prévia aprovação, mediante publicação no Diário Oficial da União". Está previsto, também na Lei (artigo 5º, parágrafo 4º), a pena de reclusão de um a dois anos: "Se a liberação, o descarte no meio ambiente ou a introdução no meio ambiente de OGM for culposo". Também é considerado infração, com multas a partir de 16.110.80 UFIR (Unidade Fiscal de Receita) para quem "deixar de notificar, ou fazê-lo de forma não imediata, à CTNBio e às autoridades de Saúde Pública, sobre acidentes que possam provocar a disseminação de OGM".

Não se pode dizer que a expansão da soja modificada no Brasil aconteceu de forma acidental. Pelo contrário, houve uma transgressão a olhos vistos, que se estabeleceu fisicamente em praticamente todos os campos agricultáveis com o produto agrícola no Estado. O produtor adquiriu alguns sacos de semente contrabandeados da Argentina e depois fez a multiplicação para as safras seguintes, como explica um agricultor que estava plantando a nova semente em suas terras.

Vou reservar os grãos para transformá-los em semente. Acho que todos os agricultores que plantaram a soja transgênica vão fazer o mesmo. Aí não precisam comprar a semente a um preço tão caro, nos próximos anos, quando ela for legalizada. Isso se a polícia não acabar antes com a minha plantação (ZH, 08/02/98, p.22).

Observe-se que os campos sociais envolvidos na discursividade da soja transgênica no Rio Grande do Sul, todos eles, apresentam a situação como praticamente incontornável. A mídia, os governos, os agricultores, os técnicos, trabalhavam com a análise de uma situação e não com as normas estabelecidas

na Lei. Pelo contrário, no discurso do agricultor a “polícia” é que poderia acabar com a sua plantação e não as determinações e normas legais do seu país.

Curiosamente não foi esse cenário, mas outro, o que fez com que os transgênicos tivessem quase sucumbido a partir de maio de 1998, quando surgia forte a idéia de instituir no Rio Grande do Sul o primeiro nicho mundial de soja não-transgênica. Um dos maiores compradores de farelo de soja da Europa garantiu em Rennes, na França, que havia espaço para esses grãos. Inclusive foi acenado com a possibilidade daquele país comprar toda a produção de 24 entidades ligadas à Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul (Centralsul), estimada em 1,3 milhão de toneladas por ano. A negociação dependia de um acerto de preço. “O presidente da Centralsul, Mário Bertani, propôs um preço mínimo 20% superior ao valor pago atualmente, de US\$ 240 a tonelada, para oferecer um produto certificado, com selo gaúcho”, disse ZH na edição de 08/05/98, p.16, do caderno *Campo e Lavoura*. Os negócios não evoluíram.

Tratava-se de uma troca de valor que transitou apenas no campo econômico, na medida em que o produto soja convencional começava a ficar raro no mundo, já que os principais países produtores de soja (Estados Unidos, Argentina e Canadá) estavam com seus campos semeados de soja transgênica. As questões relativas ao campo técnico-científico, o possível impacto no meio ambiente, sequer foram avaliadas como algo importante a ser analisado.

Ao mesmo tempo, estava sendo planejado o caminho para a entrada do registro da Monsanto no Brasil. Pouco se falava sobre isso, enquanto o tema ficava em ebulição nos jornais, que cobriram vários eventos sobre o assunto. Somente quase na metade de 1998 a Monsanto decidiu entrar com o pedido na CTNBio de autorização para o cultivo de transgênicos.

A Monsanto encaminhou no dia 29 de junho daquele ano, à CTNBio, o relatório requisitando a liberação para a produção comercial da soja transgênica resistente às aplicações do herbicida glifosato de amônia (o Roundup), também produzido pela empresa. Era a primeira vez que a Comissão recebia o pedido para a produção comercial (as demais eram para experimentos) de um produto geneticamente modificado.

O documento de 320 páginas chegou à Comissão e logo foi montada uma equipe formada de cinco profissionais (com dois consultores externos à CTNBio) para avaliar o pedido. Um resumo do processo foi publicado no Diário Oficial e encaminhado a todas as secretarias de Agricultura do Brasil. A partir dessa data, a sociedade civil teve 30 dias para se manifestar.

Inúmeras cartas de associações de produtores e Organizações Não-Governamentais (ONGs) chegaram ao CTNBio e passaram a ser anexadas ao processo analisado pelos técnicos. Representantes de entidades não-governamentais entregaram à CTNBio um documento que questionava o relatório da empresa, alertando para os riscos ambientais e econômicos da introdução da soja transgênica. O grupo também requisitou a entrada do Congresso Nacional na discussão de assuntos relacionados aos produtos transgênicos.

Ouvido por ZH, o professor da UFRGS, Sebastião Pinheiro, dizia ser contra a liberação do uso comercial da soja transgênica, em especial pelo desconhecimento dos resultados do impacto ambiental e da saúde humana. Na sua opinião, “o produto será oferecido ao mercado como um pacote, levando o produtor a comprar semente e herbicida da mesma empresa, criando uma dependência tecnológica” (ZH, 27/07/98, p.30). O professor também temia o aumento do consumo indiscriminado do herbicida, expondo os agricultores ainda mais aos perigos das intoxicações e chamava atenção para o risco econômico que as pequenas empresas de sementes correm com o monopólio da tecnologia.

Enquanto isso, o diretor de regulamentação da Monsanto no Brasil, Luiz Antonio Abramides do Val, saía em defesa do seu produto. Para ele a soja transgênica resistente ao Roundup já era plantada na Argentina (4 milhões de hectares) e nos Estados Unidos (10 milhões de hectares) sem problemas. Assegurava que o herbicida era biodegradável e mais favorável à produção do ponto de vista ambiental. “Haverá diferença de preço, mas a promessa é de uma redução nos custos de 10% a 20% e aumento da produtividade de 5% a 10%, pela ausência da concorrência com plantas daninhas” (ZH, 27/07/98, p. 30).

Os campos científico e comercial, como se observa, se enfrentavam com as armas discursivas afinadas pelos seus respectivos segmentos. Os mesmos sentidos traduzidos nos argumentos (segurança, quantidade de químicos na lavoura e rentabilidade ao produtor) fazem parte de um e outro discurso, utilizados de acordo com os seus interesses. Os campos, neste caso, jogavam exatamente com a falta de dados, com a insuficiência de elementos e multiplicavam esses dados para a sociedade. Essas peculiaridades discursivas persistem até hoje. É o combustível que alimenta o motor da discussão, um objeto cuja disputa interpretativa se dá no embate da cena pública, onde os atores defendem as suas posições.

O conceito “transgênicos” passou a estar envolto em muitos

significados. Os argumentos parecem falar de coisas diferentes. Entra-se no terreno pouco seguro da ambiguidade. Quando o representante de uma entidade ecologista ou preservacionista utiliza o conceito "ecologia", por exemplo, refere-se a um conjunto de fatores que certamente não são os mesmos referidos quando esse conceito é utilizado pelo representante da indústria que deseja ver o seu produto implantado nas lavouras brasileiras.

Logicamente ambos entendem que o termo *ecologia* se refere à natureza e ao equilíbrio ambiental. Mas isso não quer dizer que todos se preocupem com a sua manutenção ou mesmo que vejam a questão da preservação da ecologia a partir dos mesmos pressupostos. Por isso, alguns argumentos colocam o homem no centro da discussão enquanto outros pensam na biosfera como um todo. Os conceitos são conotados para o interesse dos respectivos segmentos.

3.3.3. Entre política e ecologia

A defesa da ecologia, enquanto campo social ativo, no caso dos transgênicos, cresce discursivamente em ZH a partir da edição especial sobre o tema no dia 27/07/98, marcada por um fato inusitado: a proposta do prefeito de Espumoso, do interior do Rio Grande do Sul, de proibir o plantio de transgênicos em seu município.

A notícia dizia que a localidade, situada a 257 quilômetros da capital, Porto Alegre, poderia ser o primeiro município brasileiro a ter uma legislação proibindo o plantio de soja transgênica. O prefeito Mário Bertani (PMDB) estava enviando à Câmara de Vereadores um projeto de código ambiental que impedia o cultivo de sementes alteradas pela biotecnologia.

O político defendia a criação de um pólo de produção de soja tradicional (não-transgênica) no Estado por razões não somente ambientais e de saúde pública, mas também mercadológicas, de olho principalmente no consumidor europeu, que ao não aceitar a semente alterada, estava disposto a pagar inclusive com margem superior à cotação média do grão. A enunciação foi assim reproduzida pelo jornal:

No mundo moderno, da qualidade total, se o Rio Grande do Sul quiser consolidar a sua força como Estado produtor, pode aliar ao reconhecimento de área livre de febre aftosa no rebanho garantias da

defesa vegetal na produção de soja (ZH, 27/07/98).

Observe que o discurso chama para algo da esfera da possibilidade que pode, por similaridade, ajustar-se ao que o enunciador pensava sobre a condição da soja não-transgênica. Então recorre ao raciocínio e vê similaridade com o caso da febre aftosa, que aqui funciona como uma analogia, signo icônico, inferência (abdução ou hipotética) que o político entende como necessária para consolidar o argumento.

A existência de ícones é necessária principalmente a fim de mostrar as formas da síntese dos elementos do pensamento (CP 4.544) (...) O raciocínio deve estar principalmente relacionado com as formas que são os principais objetos do *insight* racional. Por isso mesmo, ícones são especialmente requisitados para o raciocínio (CP 4.531).

Porém, ainda que o argumento estivesse bem armado, a mesma opinião não era compartilhada pelo então Secretário da Agricultura estadual, Caio Rocha, que dizia não ter posicionamento sobre a liberação ou não da produção comercial da soja transgênica no Rio Grande do Sul até aquele momento. Para ele “impor esse posicionamento aos produtores nem lhe passou pela cabeça”, pois “O mundo evoluiu” afirmou à ZH o secretário, acrescentando que o assunto deveria ser discutido em um fórum promovido pelo governo do Estado.

Pela segunda vez, a proposta de criação de um pólo de soja tradicional com selo gaúcho estava em discussão e, então, o assunto passou a interessar ao maior aliado na briga contra os OGMs. O Greenpeace, uma das mais importantes organizações ambientalistas do mundo mostrou-se através da socióloga Marijane Lisboa, consultora da entidade no Brasil. Ela explicou ao jornal que o Greenpeace é contra a liberação do cultivo de transgênicos porque acredita que *as poucas vantagens econômicas são inferiores aos possíveis prejuízos ao meio ambiente e à saúde:*

Nós achamos que na área de engenharia genética devemos agir com dupla prevenção porque os organismos geneticamente modificados são capazes de se reproduzir por força própria. Antes de se criar um parque de dinossauros, temos que pensar muitas vezes (ZH, 27/07/98, p.31).

Podemos identificar aqui, assim como no caso já mencionado da referência à febre aftosa, a remissão discursiva (pode-se falar em astúcia discursiva) a algo da mesma ordem, da mesma categoria. Neste caso a ativista da

causa ecológica vai buscar a similaridade com a fantasia e os perigos iminentes da obra ficcional *Parque dos Dinossauros*, na qual um bando de dinossauros age descontroladamente. O signo icônico mais uma vez presente, utilizado como referência (uma recorrência à hipérbole, ao ícone, para persuadir o leitor), para dar uma dimensão do que se trata. Na argumentação sobre os transgênicos, os enunciadores se valem desses expedientes, em busca de fornecer o enquadramento (o lugar para os transgênicos) desejado.

Ou seja, a remissão direta aos mitos científicos, à montagem assustadora estilo *Frankenstein*, começa a transitar pela discursividade antitransgênicos, e esse sentido, a partir daquele momento, só fez crescer. Então, ao tempo que ZH começa a descobrir um outro lado da questão, tão forte quanto a vocação tecnológica dos transgênicos, alinhada com a noção de encantamento do mundo, passa a veicular uma discursividade que mais se aproxima do desencantamento. Ao trabalhar este assunto numa análise sobre o programa de TV *Fantástico*, Denise Siqueira conclui que:

O contraditório dessa situação é que a ciência se pretende objetiva não neutra, como já foi discutido, todavia, sua veiculação pela TV recorre a mitos e ritos – que são da ordem do fantasioso, do metafórico, não têm aparente nexos, são ilusórios. Mas, o mito da ciência não é uma narrativa linear, com início, meio e fim. Ele é construído por fragmentos que são utilizados às vezes juntos, às vezes separado, em cada matéria ou nota que vai ao ar (Siqueira, 1996, p. 112).

Mais do que serem apresentados em fragmentos, e separados, os mitos são utilizados conforme as conveniências dos segmentos, que se apropriam dessas noções para fazer uma espécie de ligação direta com as suas aspirações. São estratégias publicitárias por excelência, como o caso do boneco *Frankenstein* e outros que começarão a aparecer.

A primeira manifestação pública contra o cultivo de transgênicos no Rio Grande do Sul aconteceu durante a principal feira de negócios agropecuários do Sul do Brasil, a Expointer, realizada em Esteio, próximo à capital do RS. O movimento ambientalista *Greenpeace* aproveitou a Expointer 98, realizada no final de agosto, para divulgar ostensivamente a sua campanha contra as plantas geneticamente modificadas. A direção da organização saiu de São Paulo para tentar convencer os secretários de Agricultura presentes em Esteio a impedirem a liberação do plantio de soja transgênica. A organização conseguiu confirmar o tema como assunto principal no fórum de secretários, em Campo Grande (MS), no mês de outubro. ZH diz que o grupo ambientalista “também alertou o ministro da Agricultura, Francisco Turra, para o fato de que o Brasil é o único grande

produtor sem cultivos transgênicos legais". Ou seja, o discurso do *Greenpeace* incorporava à realidade que se impunha, de que no Brasil havia cultivo ilegal de transgênicos, embora a questão subjacente fosse o cultivo em si de transgênicos. O argumento pela legalidade funcionava como mais um elemento discursivo.

Em contrapartida, o posicionamento da pesquisa oficial brasileira ganha um significativo enunciador pró-transgênicos que, a partir daquela edição da *Expointer*, seria um recorrente enunciador sobre o assunto. Tratava-se da representativa posição do presidente da maior instituição de pesquisa agropecuária do Cone Sul, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Alberto Duque Portugal. Favorável à tecnologia, o administrador federal antecipou que a empresa já havia feito parcerias com a Monsanto e a Cyanamid para o desenvolvimento de sementes modificadas de soja. Na opinião de Portugal, *é uma questão de se ajustar a uma tecnologia que deve se consagrar no próximo milênio*, já que: "Essa tecnologia pode trazer grandes benefícios para a humanidade e à sociedade brasileira se bem usada. Toda a inovação tecnológica quando não é incorporada ao sistema produtivo pode significar perda de competitividade" (ZH, 14/09/1998),

A questão da competitividade é o aspecto mais evidenciado no texto de ZH. O jornal recorre à outra fonte para reiterar as vantagens da transgenia. O diretor da Corretora Brasoja, Antônio Sartori, disse ao jornal que o Brasil estava perdendo tempo na questão da soja transgênica. Sartori salientou que a soja transgênica correspondeu a 2% da soja norte-americana em 1996, chegou a 12% no ano seguinte e superou 25% na safra de 1998. "A redução de custos permite aos países que usam essa tecnologia serem mais competitivos. E isso se torna muito importante em épocas em que o preço do grão está em patamares mais baixos", reproduziu o jornal.

O argumento que salienta a competição de mercado é, também, objeto da discursividade tanto de favoráveis quanto de desfavoráveis aos transgênicos. O sentido não é o mesmo quando sai dos redutos ambientalistas, que desejam ver o Rio Grande do Sul e o Brasil livre de transgênicos e para isso recorrem às regras de mercado. Essa duplicidade de sentido ficará ainda mais clara a partir de 1999, dada a conjuntura política no Estado do Rio Grande do Sul.

As reações ao avanço dos transgênicos, entretanto, continuam em diversas frentes. A mídia faz a cobertura de eventos que tratam do assunto e reproduz o pensamento dos segmentos que, naquele momento, não tinham dados reais a respeito de possíveis danos ou mesmo das potencialidades da nova

tecnologia. Para assegurar o espaço estratégico de agendamento, próprio das mídias, as orientações aos agricultores recorriam aos mitos ou a pretensas verdades, geralmente sem fontes fidedignas, já que as instituições científicas foram pegadas de surpresa e não estavam preparadas para a intrincada enunciação.

Caso típico é a reportagem de *ZH* de 16/09/98, sobre um seminário organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), na Vila Betânia, em Porto Alegre. Ao final da matéria é reproduzido um texto sob o título "A advertência" que, apenas se pode induzir, deveria referir à panfleto entregue aos presentes no seminário pelos organizadores. O texto de *ZH* diz:

Os perigos dos produtos transgênicos, conforme os ambientalistas:

- * Novos toxicantes produzem uma variedade de compostos como as neurotoxinas, inibidores de enzimas que podem alterar a qualidade dos alimentos.
- * O valor nutricional e a quantidade dos alimentos podem ser diminuídos.
- * O teor de ácido oleico da gordura da soja aumenta. A substância é extremamente importante para a produção de hormônios nos seres humanos.
- * Há possibilidade de reações alérgicas.
- * Esses produtos podem alterar a qualidade nutricional do leite das vacas alimentadas com o farelo de soja.

Fonte: Cartilha sobre Transgênicos, do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Agricultura e Saúde (Gipas).

Como se pode observar, não aparece qualquer fonte científica que ampare a recomendação e os dados fornecidos. Pelo menos nos dois primeiros itens, as informações podem valer para qualquer produto ou situação. Os demais itens não tinham e tampouco tiveram qualquer verificação científica, com exceção da "possibilidade de reação alérgica". Mas mesmo neste caso, não houve comprovação. Mesmo assim, o Gipas distribuiu 50 mil exemplares da cartilha sobre transgênicos, de autoria do agrônomo Sebastião Pinheiro e previa a impressão de mais 25 mil exemplares. Neste ponto, claramente, os campos sociais estão jogando suas cartas enunciativas. Porém, ainda resta a oficialidade do posicionamento da mídia. Afinal, qual seria o posicionamento da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), proprietária de *Zero Hora*, quanto aos transgênicos?

3.3.4. A primeira liberação da soja transgênica

O segundo semestre de 1998 foi marcante na história dos OGMs no Brasil. Logo no início do mês de agosto, entre 12 e 13, a CTNBio se reuniu para avaliar pedido da Monsanto, de liberação do plantio de soja transgênica. Foram solicitadas à empresa informações adicionais. No dia 19 o representante do Greenpeace, Roberto Kishinami encaminhou ao governo gaúcho o apoio formal da organização para que o Estado se transformasse em um pólo de produção da soja natural.

No dia 4 de setembro, o Greenpeace entregou ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, um pedido para que o plantio de soja transgênica não fosse liberado no país, coerente com o pedido feito na Expointer 98, quando apelou para que secretários da Agricultura analisassem o assunto no fórum de Campo Grande (MS), com o argumento de que havia perspectiva de mercado para que o País se transformasse no único grande produtor de soja tradicional.

No dia 15 de setembro, a juíza Raquel Fernandez, da 11ª Vara da Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar impedindo a autorização do plantio da soja Roundup Ready. A ação cautelar foi impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e no dia 16 começou a reunião da CTNBio que deveria se encerrar com a votação do parecer sobre a soja transgênica. Tudo parecia correr favorável à Monsanto, mas no dia 18 o representante do Ministério do Meio Ambiente na CTNBio, Lídio Coradin, pede vistas do processo de solicitação encaminhado pela Monsanto. A decisão é, então, transferida para o dia 24 de setembro quando sai a tão esperada análise.

Naquele dia a CTNBio anunciou a conclusão da análise do pedido de liberação do plantio comercial da soja transgênica pela Monsanto. O parecer foi favorável, com garantias de que o produto não oferecia risco ao ambiente, nem à saúde humana. Mas para que o produto pudesse ir ao mercado seria preciso que o Ministério da Agricultura aprovasse a comercialização da semente. Nesse dia, representantes do *Greenpeace* realizaram manifestação contra as conclusões da CTNBio.

A decisão afetou definitivamente a história da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. A repercussão da aprovação da produção da semente

transgênica *Roundup Ready* (RR) passou a ser fonte de intermináveis discussões e contenda judicial por vários anos.

O mais curioso, para os ambientalistas, é que a liberação sequer pedia uma análise de impacto ambiental por órgão independente. Conforme a decisão da CTNBio, bastavam as observações conduzidas pela multinacional. O órgão agia conforme as suas prerrogativas, pois o decreto que regulamentou a Lei de Biossegurança deixou a cargo da CTNBio exigir ou não o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima). A contestação dos grupos ambientalistas é do porque na oportunidade nada foi solicitado. Outro esclarecimento solicitado por ambientalistas é que por ocasião da seção de aprovação do pedido da Monsanto para plantio da soja transgênica, nenhum dos integrantes da comissão - nem mesmo o representante do Ministério do Meio Ambiente na época, posicionou-se a favor dos estudos.

Um dos argumentos mais contundentes contra a atuação da CTNBio a partir daquele momento passa a ser justamente a polêmica decisão de não necessidade de uma avaliação local dos impactos ambientais da soja modificada geneticamente, dando-se por satisfeita com os resultados apresentados pela Monsanto e de testes feitos nos Estados Unidos.

Resulta do episódio a articulação do movimento antitransgênico, que se estrutura rapidamente e protesta utilizando palavras de ordem e um boneco (*frankóleo*) como símbolo. Na verdade, recordemos Peirce para considerar que se trata de um legi-signo icônico (a forma é chave para o sentido deste símbolo), um desenvolvimento monstruoso de M. Shelley, que se ajusta à metáfora do movimento contra os transgênicos, que serviu de mote fotográfico aos principais jornais brasileiros. Assim que, no momento em que a CTNBio divulgava o parecer favorável à comercialização da soja transgênica, no dia 24, um protesto diferente ocorria. Em frente ao prédio do Ministério de Ciência e Tecnologia, em Brasília, manifestantes vestidos de branco aparecem acompanhados de um estranho boneco que fazia um alerta à população: "Cuidado! Soja transgênica! Não engula essa".

Os militantes do Greenpeace se organizaram para chamar a atenção dos consumidores para os riscos do produto que, a partir daquele momento, poderia ser oficialmente comercializado pela Monsanto e, assim, impuseram-se na mídia. O movimento, ao lidar com vários conflitos em diversas partes do mundo, acaba por compreender e usar, com eficiência, as lógicas midiáticas.

O mundo fragmentário dos jornais apresenta a realidade (de uma guerra) em segmentos (combate e combate, vitória e rendição, avanço

e recuo), mas não decomposta (a estratégia, a política). Mais do que falar sobre, falam de. A imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação (Lage, 2001, p.153).

Por isso os compromissos do jornalismo com qualquer segmento ou área do conhecimento são sempre precárias e se dão na medida do interesse que os fatos, enquanto produto de valor, podem apresentar. Lage (2001) vai acrescentar que a primeira coisa que um jornal informa é a sua ideologia, justamente porque é esse filtro (ele chama de óculos) que atua na sua mediação com a sociedade. Ainda que a sentença de Lage quanto à ideologia se aproxime, entendemos, com o senso comum, por certo os interesses da mídia, enquanto campo, estão presentes constantemente na forma de apresentar os diferentes conteúdos.

Nas lides jornalísticas, é comum perguntar se um determinado assunto “rende”. Logicamente a palavra pode ser interpretada tão somente no sentido jornalístico, de interesse público, mas se sabe que vai além e pode conter interesses de outros campos.

Esse interesse público parece ter levado a que *ZH* dedique a edição do caderno *Campo e Lavoura*, editado na sexta-feira seguinte (02/10/98) à aprovação para os transgênicos e às implicações com a aprovação pela CTNBio. A reportagem central buscou a palavra do próprio Ministro da Agricultura, Francisco Turra. Ele disse que até o final daquele ano profissionais ligados à Embrapa e à Secretaria de Defesa Agropecuária deveriam divulgar o último veredicto, conforme o previsto na Lei de Biossegurança.

- Para que o Brasil consiga manter a competitividade na agricultura é importante que domine a tecnologia dos transgênicos. Não podemos fechar os nossos olhos para uma novidade que promete a redução de custos em 25% - afirma o ministro, natural de Marau, município que também cultiva soja (*ZH*, 02/10/98).

O jornal acrescenta que o Ministro estaria atento também a uma das maiores preocupações dos ambientalistas: *o domínio do negócio por uma só empresa, que oferece aos produtores um pacote tecnológico. Por isso, assegura que a Embrapa estará pronta para apoiar o desenvolvimento de tecnologias em parceria com empresas.*

A incorporação das posições políticas e institucionais de um campo social pelo outro, como forma de manter o espaço discursivo na mídia é bastante comum nos materiais analisados sobre os transgênicos. No caso citado anteriormente, é marcante a preocupação, não exatamente com o meio ambiente, mas com a incorporação discursiva alheia, a fim de amenizar o impacto da informação originária daquele campo. Trata-se da estratégia do campo político, mas não se pode desprezar a ordem dada ao discurso, característica da operação midiática. Observe-se que é da argumentação jornalística trazer à tona o fato do Ministro da Agricultura ser originário de uma região produtora da soja (possivelmente transgênica). A alusão tanto pode ser articulada para mostrar o quanto o Ministro conhece a questão para tomar posição, mas também serve para mostrar interesse particular do político no caso. Para a mídia, isso parece importar pouco, a não ser que alimente novas notícias.

3.3.5. As disputas judiciais

As contendas judiciais, originárias das ações no Idec e do Greenpeace, a partir do parecer favorável emitido pela CTNBio, passaram a ser prioritárias nas discussões sobre os transgênicos no Brasil. Depois de ingressar com uma ação cautelar contra a liberação da produção e da comercialização da soja transgênica em território nacional, o Idec avançou ainda mais e, no dia 17 de setembro, reforçou a sua posição e entrou com uma ação principal contra a União, exigindo, entre outros pedidos, que a CTNBio anulasse o parecer técnico-científico que concedeu à multinacional Monsanto, liberando o plantio da soja modificada, até que a comissão elaborasse regras para normatizar o mercado de produtos transgênicos no País.

O processo judicial movido pelo Idec passou a ser o principal impedimento no caminho da empresa. O tema da ação judicial girava em torno dos critérios que a CTNBio adotou para liberar a soja modificada da Monsanto. A diretora-executiva do Idec, Marilena Lazzarini, disse à ZH que: "Nossa ação não é contra a Monsanto, mas contra a União, que permitiu a comercialização da soja transgênica sem que se tenha uma instrução normativa para avaliar a segurança alimentar do produto" (ZH, 17/10/98).

As exigências que constam do processo do Idec são:

- *Obriga a Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) a anular o parecer emitido ao pedido da Monsanto;*
- *Condena a União Federal a exigir da CTNBio o cumprimento da*

obrigação de elaborar as normas específicas sobre os transgênicos;

- *Obriga a CTNBio a não emitir parecer conclusivo a nenhum pedido antes do cumprimento de todas as exigências legais;*
- *Exige estudo de impacto ambiental para todos os pedidos;*
- *Solicita que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 2º do inciso 14º do decreto 1.752/95, bem como das instruções normativas números 3 e 10, que se referem à possibilidade da CTNBio dispensar a exigência do estudo de impacto ambiental.*

Curiosa esta fase, porque mostra o movimento de um segmento social em busca do cumprimento de uma legislação federal que tem origem no Estado, pelo próprio Estado. Entram em rota de colisão os vários interesses: econômico, político e social. Estão criadas as condições para a verdadeira encruzilhada entre instâncias econômico-comercial, técnico-política, sócio-ambiental e ético-jurídica, nas quais o destino e a significação dos transgênicos estão se decidindo.

3.3.6. O governo Fernando Henrique e os OGMs

O governo liderado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão ocorreu a entrada e desenvolvimento da temática sobre os OGMs no Brasil não conseguiu dar um desfecho para a questão ou adotar um posicionamento claro, transparente, que implicasse numa maior segurança aos seus diferentes segmentos e representantes. Assim, as posições sempre foram oscilantes e oscilante permaneceu em relação ao tema a gestão que chegou ao fim em 2002.

O Governo que pressionou o Congresso pela aprovação da lei de patentes e de biossegurança, atendendo a uma pressão externa da indústria farmacêutica, em parte saudou a contestada votação conduzida pela CTNBio. De forma ainda mais contraditória, também definiu normas para a produção de produtos orgânicos, para garantir a qualidade de produtos sem agrotóxicos, através de Portaria publicada dia 16 de outubro de 1998 no Diário Oficial. A portaria traçou diretrizes para o setor, que até então não tinha uma política definida e abriu caminho para a aprovação de uma lei que regulamentaria definitivamente todo o processo de produção, tratamento, distribuição e comercialização de produtos sem agrotóxicos.

A portaria considera produto da agricultura orgânica aquele em que se adota tecnologia que otimize o uso de recursos naturais sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural. São aqueles *produtos menos dependentes de energias não-renováveis e que elimina o emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais ou transgênicos, em qualquer fase dos processos de produção*, conforme diz o texto da Portaria.

Mesmo tendo saudado o cultivo dos transgênicos, o Ministério da Agricultura do governo Fernando Henrique atravessou o mundo para vender a sua condição naturalista. ZH registra na edição de 11 de novembro de 1998 que o Ministro da Agricultura, Francisco Turra, estava no Japão negociando a exportação de soja não-transgênica para 11 importadores daquele país. Enquanto no Rio Grande do Sul as sementeiras já estavam cheias de soja transgênicas para a nova safra de verão. Mais tarde verificou-se que quase 30% da soja da safra 98/99 já era transgênica. Curiosamente ZH abstrai-se de verificar o contraditório nas palavras do Ministro. Pelo contrário, seu discurso parecia conviver com outra realidade:

De acordo com o ministro, os japoneses se mostraram interessados na oleaginosa brasileira porque o país ainda não cultivava sementes geneticamente manipuladas, ao contrário do que ocorre na Argentina e nos Estados Unidos. Ele, inclusive, afirma que é importante para o Brasil apoiar a formação de pólos de produção de soja orgânica (sem o uso de agrotóxicos e transgênicos). Turra também participa de reuniões sobre a possibilidade da abertura do mercado oriental para as carnes brasileiras, em função do título conquistado pelo Rio Grande do Sul e por Santa Catarina de zona livre de febre aftosa com vacinação.

- O Japão admite a hipótese de um acordo sanitário para a importação de carne, a partir do momento em que os dois Estados do Sul conquistarem o título de livre sem vacinação, fato que deve ocorrer em maio do próximo ano - informa o ministro (ZH, 11/11/98)

A questão peculiar neste fato é a forma como os interesses comerciais alternativamente se instituem e em outros subsumem as questões de ordem legal discursivamente, de acordo com os interesses dos atores. Mas ainda mais curiosa é a atitude subserviente da mídia que dá forma a esses informes. Resulta que eles chegam à sociedade, subtraindo um agendamento por outro, sem qualquer preocupação com os registros anteriores.

Mas não se pode cobrar nada além disso, pois é da natureza da mídia fazer emergir o factual, sem recuperar a história que ela mesma ajudou a mostrar.

Somente isso justifica a atitude, já que o Jornal não poderia desconhecer algo que noticiou amplamente, tanto que na edição de 26 do mesmo mês, após as eleições realizadas no dia 15, que deu vitória ao Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, voltou ao tema transgênicos, centrado na polêmica, ou como uma “questão”, como o veículo prefere enunciar.

A questão dos transgênicos chega também ao parlamento gaúcho. Amanhã, o diretor do Greenpeace Roberto Kishinami participará de uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa para discutir a produção de alimentos geneticamente modificados. A reunião, que se inicia às 10h30min, deverá contar com a participação de representantes dos trabalhadores rurais, prefeituras, universidades e entidades de defesa do consumidor. Segundo o deputado Elvino Bohn Gass (PT), o objetivo do encontro é democratizar o debate:- Uma condição para que os alimentos modificados entrem no mercado é o total conhecimento do consumidor sobre essa situação (ZH, 26/11/98).

Se, por um lado, somente a ingenuidade poderia nos levar a acreditar que os jornais não têm interesses a defender e os explicitam nas suas emissões mas também nas omissões, por outro necessitam do capital e do valor das informações. Afinal, não podemos esquecer que se trata de um negócio, em que a notícia é o produto. Pode-se perceber, então, uma fina linha de ultrapassagem. Justamente a que define, enquanto empresa, o seu grau de credibilidade. Repercute na confiança que os receptores atribuem aos veículos, em função da capacidade de aproximação com a verdade.

Há, portanto, dois gêneros de verdade consideráveis nas notícias. Uma verdade está no acordo íntimo entre o que está sendo narrado e o que de fato ocorreu. Outra, disposta no paradigma da escolha das palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos – dos lapsos entre uma e outra informação e das sugestões que deixa ao consumidor sobre como preenchê-los – é a verdade como adequação histórica (Lage, 2001, p.154).

Mais do que lapsos, se poderia falar em omissões. Mas, o novo governo do PT, liderado por Olívio Dutra, que venceu as eleições e impediu o segundo mandato de Antonio Brito (PMDB) no Rio Grande do Sul, passaria a ter uma relação diferente em relação à ZH e aos transgênicos e esse fato teria implicações que afetariam outros campos, além do político. A diferença de trato em relação ao tema no Rio Grande do Sul era evidente. Na edição do dia 26, ZH confirma

para o dia seguinte a presença no Estado do representante do Greenpeace que, além de comparecer na Assembléia, também se encontraria com o vice-governador eleito, Miguel Rossetto, que o recebera em uma audiência, no gabinete de transição.

Aquele final de ano já prenunciava o que aconteceria a partir de 1999. Era um governo com discurso socialista que se instalava, cuja posição político-ideológica era frontalmente contra os transgênicos e a realidade (transgressora) do campo agrícola da soja, então indisfarçável. Além disso, a seqüência de fatos aquecia a discussão.

Depois de noticiar a presença do diretor do Greenpeace, ZH abriu a seguinte manchete de capa no dia seguinte (28, um sábado) para: "Cai liminar que proíbe soja transgênica" e em linha de apoio mostra uma outra tendência para o Estado: "Território livre é alternativa".

A definição de um território livre de produtos transgênicos no Rio Grande do Sul começa a ser construída como uma das alternativas a ser examinada pelo futuro governo do Estado. ZH disse que o vice-governador, Miguel Rossetto, manifestou simpatia à proposta de moratória de cinco anos de proibição de plantio de plantas modificadas, depois de receber o diretor do Greenpeace. O texto do jornal diz que "Rossetto explicou que o assunto será examinado inclusive em fóruns regionalizados, sem desconsiderar os avanços da tecnologia, devido à importância para a saúde das pessoas e o ambiente: - Estamos falando de vida. A faca existe para matar ou descascar laranjas - afirmou Rossetto".

Para o político, tudo depende do uso que será dado às tecnologias, pois é isso que a definirá, como algo bom ou mau, para o bem ou para o mal. De certa forma é essa também a lógica dos argumentos dos que defendem os transgênicos: tudo depende do uso que é atribuído pelos seus operadores. Ao tempo que se configura a questão ética, os campos da política e da ciência por vezes se aproximam e em outras se afastam, dependendo dos valores em jogo. Neste contexto, talvez a frase do político que começava a governar não fosse a mais recomendada ou coerente diante da conjuntura ideológica onde estava inserido, como os fatos mostrariam mais tarde.

A idéia de habilitar o Rio Grande do Sul como zona livre de transgênicos tinha, para o Partido dos Trabalhadores do RS, um sentido muito mais amplo do que o comercial. Livrar o Estado dos transgênicos era um ato que demarcaria uma posição ideológica, referendando uma nova forma de encarar o desenvolvimento, ao tempo que promoveria uma ação objetiva de mudança. Para

os interesses comerciais da Monsanto, caso isso viesse a se confirmar, significaria um retrocesso nos planos da Empresa no Brasil. A reação empresarial foi imediata. *ZH* abre manchete no caderno Campo e Lavoura, dia 18 de dezembro: “Monsanto condena proposta de zona livre de transgênicos”.

A notícia afirma que, *se o futuro governo do Estado insistir com a idéia de transformar o território do Rio Grande do Sul em zona livre de produtos transgênicos, corre o risco de ficar isolado do mundo*. A manifestação foi feita pelo diretor da Monsanto do Brasil, Luiz Antônio Abramides do Val, no seminário Biotecnologia: Humanidade e Civilização, na Federação da Agricultura do Estado (Farsul). Estavam presentes produtores, pesquisadores e dirigentes de empresas de genética. O seminário acabou funcionando como um ato em defesa das vantagens dos produtos geneticamente modificados.

Entre os presentes, aparece uma fala mais afinada com os interesses do Governo Federal, configurando, a partir daquele momento, o posicionamento dos principais atores políticos na contenda. *ZH* registra que: “Também o chefe do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo (CNPT) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Benami Bacaltchuk, não acredita na possibilidade de proibição do plantio de produtos transgênicos e se surpreende com a reação dos opositores da biotecnologia”. Na reprodução da fala do enunciador, configura-se o pensamento de parte da pesquisa: “Será que o gen transgênico do *Roundup Ready* causa mais dano do que o antibiótico usado na criação de frangos? Será que todo mundo sabe que o tomate longa vida é transgênico? perguntou”.

Na antessala do governo que se instalava, a mídia estava fazendo o seu papel, apresentando versões, buscando os pontos divergentes entre os vários campos sociais e atores interessados no assunto. Pode-se falar, então, de um outro momento, que supera aquela fase inicial de desconhecimento. Pelo contrário, todos os principais atores sabiam do que se tratava, sabiam do que falavam e, assim, aos poucos os aspectos denotativos deixam de ser decisivos e dão lugar às especificidades de cada campo. Dão lugar ao conotativo.

Como veremos mais adiante, o fato de ser conhecido não quer dizer que seja disseminado o mesmo significado e a mesma idéia a respeito do assunto. Muito pelo contrário, a mídia se abastece exatamente da possibilidade de existir o contraditório, das várias versões no entrelaço de opiniões. Na polissemia, são os aspectos conotativos que interessam, com as peculiaridades que demarcam os espaços discursivos dos atores.

Em *ZH*, a reprodução da polissemia foi tratada abertamente, como um

componente que acompanha o assunto transgênicos. Na última edição que trata do tema, a 24 de dezembro de 1998, o jornal fez uma avaliação do ano e incluiu com destaque a *polêmica da semente*. O texto resume o contexto.

A palavra transgênico entrou para o vocabulário dos agricultores em 1998. O cultivo de plantas geneticamente modificadas se tornou uma polêmica nacional, com nuances até mesmo internacionais, porque o Brasil é o único grande produtor de soja que ainda não aderiu ao pacote tecnológico que promete uma redução de custos de até 25%, com o uso da semente Roundup Ready (resistente ao herbicida que tem o mesmo nome), desenvolvida pela Monsanto. Nos Estados Unidos e na Argentina, as safras de transgênicos já são realidade. Produtores brasileiros chegam ao final de 1998 com o indicativo de que o país vai plantar a soja modificada mais cedo ou mais tarde, conforme o Ministro da Agricultura, Francisco Turra, que admite as restrições dos japoneses a esse tipo de grão (..) A polêmica da semente agora ganha contornos governamentais. Enquanto o ministro da Agricultura diz que o plantio comercial da semente transgênica é um fato irreversível, no Rio Grande do Sul, ganha força a proposta de criação de uma "zona livre de transgênicos", com o aval do governo eleito de Olívio Dutra. Isso, claro, depois de um amplo debate com a sociedade (ZH, 24/12/98).

O jornal apresenta três enunciações que se encadeiam. Primeiro, a enunciação do próprio jornal, ao fazer uma análise de conjuntura sobre os transgênicos, salientando que o Brasil "é o único grande produtor de soja que ainda não aderiu ao pacote tecnológico...". O conector discursivo "ainda" sugere, induz que há uma certa inevitabilidade no processo. Além disso, aposta num progresso, algo positivo que virá, ou não, dependendo da recepção a esse avanço tecnológico. Os outros já aderiram, somente o Brasil "ainda" não o fez e isso faz parecer quase inacreditável, pois há uma promessa de 25% de redução de custos pela adoção e os dois maiores concorrentes, Estados Unidos e Argentina, fizeram dessa nova lavoura "uma realidade". O Brasil seria o único país a viver outra (ou fora da) realidade. Um anacronismo, afinal, como viver num mundo não-transgênico?

A segunda enunciação é a da Monsanto, agendada para dizer das vantagens dos transgênicos, tanto nas lavouras, pela redução dos custos, quanto na competição comercial do *agrobusiness*. A terceira mostra a posição do ministro da agricultura que embora "admita" (o termo escolhido pelo jornal induz reserva com relação ao tema) restrições do mercado japonês, acaba por declarar a irreversibilidade do processo de transgenia nas lavouras do RS. E, finalmente, a enunciação do novo Governador do Estado, favorável a uma extinção completa dos transgênicos no Rio Grande do Sul.

O jornal estava operando com as opiniões dos vários enunciadores, deixando-os falar à vontade para defender o interesse dos seus respectivos campos de atuação. Com essa operação discursiva e recorrência de agenda, assume a polissemia por inteiro. Tanto que fala dela abertamente ao dizer que o termo “transgênico” havia entrado “no vocabulário dos agricultores”. Ora, algo que passa a fazer parte do vocabulário é de domínio público, passou para a esfera pública, espaço por excelência da polissemia, aliás, espaço privilegiado da própria mídia.

O ano de 1999 começa fértil na discussão sobre os transgênicos. Já no dia dois *ZH* anuncia que uma Medida Provisória investigaria os transgênicos. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia aberto inquérito civil para apurar o ingresso de organismos geneticamente modificados no Brasil no primeiro dia de 1999. A decisão foi tomada atendendo representação feita por deputados do PT, que denunciaram a falta de controle na entrada desses produtos no Brasil. O Ministério Público iniciava as investigações requisitando informações sobre a autorização de importação de soja transgênica dada pela Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) à empresa Monsanto.

Os parlamentares solicitaram ao Ministério Público que ingressasse na Justiça com ação pedindo liminar para impedir que a CTNBio e qualquer órgão federal emitisse parecer favorável ao plantio, ao transporte, à comercialização, ao armazenamento, ao consumo, à importação, à liberação e ao descarte da soja transgênica até que fossem conhecidos os riscos que poderiam causar à saúde ou ao ambiente. A decisão da CTNBio custa-lhe cada vez mais caro.

No terceiro dia do ano, o assunto voltou às páginas de *ZH*, sob o título “Riscos dos transgênicos”. O jornal produz um texto que recupera tecnicamente os diferentes enfoques e volta à temática para anunciar formalmente, na palavra do novo governo, que: “Está na agenda um território livre de transgênicos”. A postura político-ideológica do novo governo é inequívoca e, assim reproduzida em entrevista com o governador Olívio Dutra:

O governo da Frente Popular incentivará a agricultura ecológica, estimulando a organização de grupos de agricultores ecológicos, garantindo crédito, assistência técnica e aperfeiçoamento desses agricultores com cursos de formação. Também estabelecerá políticas de aproximação dessa produção ecológica com os consumidores gaúchos, incentivando a realização de feiras ecológicas e formas alternativas de mercado para esses produtos, como cooperativas, associações e outros. Nas escolas, está prevista a criação de programas de hortas educativas, com acompanhamento técnico, estimulando a educação ambiental e ecológica, além de favorecer hábitos alimentares

saudáveis dos estudantes e auxiliar na orientação pedagógica (ZH, 4/01/1999).

Estava configurada a política para o setor agrícola rio-grandense a vigorar nos próximos quatro anos e que mostrava franca oposição aos transgênicos. No mesmo dia, ZH trás um perfil do novo Secretário da Agricultura do Estado, José Hermeto Hoffmann, acompanhado da sua declaração de maior impacto neste novo cenário “Dependendo das questões legais, poderemos declarar o Rio Grande do Sul território livre de produtos transgênicos”.

Na segunda edição do caderno *Campo e Lavoura*, de 11/01/99, a biotecnologia continua em debate. Desta vez é anunciada uma reunião para avaliar os produtos geneticamente modificados, a ser realizada na Embrapa-trigo, de Passo Fundo, região central, grande produtora de soja. O órgão ligado ao Governo Federal se apresenta como defensor da tecnologia dos transgênicos. Na opinião de um de seus diretores, José Roberto Peres, presente na reunião, “A biotecnologia será o recurso usado para ampliar a oferta de produtos ao mundo (...) estamos no limite da capacidade do aumento de produtividade das espécies. Com o melhoramento genético clássico não teremos avanços, por isso precisaremos utilizar os instrumentos da biotecnologia” e complementa que: “Nós, pesquisadores, temos consciência de que é mínima a possibilidade das manipulações biotecnológicas fazerem mal à saúde ou poluir o ambiente”.

O texto tem o poder necessário para acirrar os posicionamentos antagônicos entre o governo do Rio Grande do Sul e o Federal e o jornal cumpre o seu papel, de apresentar as diferenças. O termo “polêmica” volta com toda a força a vai crescendo na medida em que o tempo passa. A três de fevereiro, a polícia federal anuncia que vai indiciar quatro agricultores, depois da comprovação de sementes de soja transgênica. A questão legal é novamente acesa com a confirmação, pela Embrapa Trigo (Passo Fundo), de que o material encaminhado, em outubro de 1998, pela Polícia Federal aos seus laboratórios, era de soja transgênica.

A ação foi desencadeada pela apreensão de 22,5 sacas de sementes num armazém no município de Júlio de Castilhos. Tratava-se do primeiro caso que indicaria responsáveis pelo plantio ilegal de soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul e no Brasil, com base na Lei de Biossegurança e seus dispositivos. Os infratores - que não tiveram os nomes revelados - poderiam ser condenados a penas de um a três anos de prisão.

Na avaliação do secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, a comprovação de que sementes transgênicas estavam sendo vendidas no Estado

prejudicaria seriamente a imagem do produto gaúcho no mercado internacional e, segundo ele, a notícia de que a soja apreendida era transgênica:

...pode representar um grande prejuízo para os produtores rurais (...) A produção de soja no Rio Grande do Sul está em alta nos mercados do Japão e da Europa justamente pelo produto ser natural (...) Vamos fazer uma análise jurídica do assunto para tomarmos as atitudes necessárias e enfrentar o problema com seriedade - diz o secretário (ZH, 04/02/1999).

Talvez o secretário não tivesse informações ou não desejasse que fosse público a situação real do plantio de transgênicos no Rio Grande do Sul. Apenas alguns dias depois (19 de fevereiro), a própria Monsanto revelaria que a área plantada com semente imune à ação de herbicida chegava a 1,8 mil hectares no país, sendo que cerca de 600 hectares estavam em solo gaúcho, envolvendo entre 80 e cem agricultores da região de Passo Fundo. A notícia, veiculada dia 20/02/99 em ZH, não deve ter tido uma boa acolhida no governo estadual. Não se sabia exatamente se a área plantada com transgênicos no país era exatamente de 1,8 mil ha (parece pouco), já que um ano antes, ZH (sem registrar a fonte) já anunciava a existência de 7,5 mil hectares com OGMs, somente no Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, a reação precisava ser emblemática para reverter o quadro que estava saindo do controle do Governo Estadual. No dia 25 de fevereiro, após receber denúncia de que havia uma pequena experiência com soja transgênica, feita pela administração anterior, numa das estações experimentais da Fepagro (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária) em Júlio de Castilhos, o Secretário da Agricultura determinou que a plantação fosse imediatamente extinta. Outra denúncia de semeadura de transgênicos partiu do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

No início de março, o governador Olívio Dutra usou da arma legal disponível para concretizar a criação de um pólo produtor de grão tradicional e acabou entrando na batalha via judicial. Com base no Decreto Estadual 39.314, de 3 de março, as ações começaram. O Departamento de Produção Vegetal (DPV) da Secretaria da Agricultura passou a notificar as áreas com pesquisas (de 59 a 80 experimentos com soja, milho e arroz) e chegou a interditar, no dia 17 de março, 435 hectares da Fazenda Palmeirinha, localizada em Glorinha, entre Santa Bárbara e Palmeira das Missões - plantados com a soja RR - já liberados para colheita por uma liminar concedida à Monsoy. O decreto exigia que as empresas apresentassem documentos para a continuidade das pesquisas.

Mesma sorte não tiveram os agricultores do município de Jóia, na região central do Estado, que tiveram destruída uma lavoura de 1,5 ha de soja transgênica. “As plantas foram cortadas com foice, bem rente ao chão, na presença do secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, de técnicos do governo gaúcho e de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (ZH, 04/02/1999).

O outro episódio de plantio de transgênicos também envolveu um órgão do governo do Estado, o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), apenas dois dias depois. Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) chegaram de madrugada à estação de Cochoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre. Centenas de pessoas portando faixas e bandeiras começaram o protesto em frente à unidade para pressionar o governo do Estado a suspender o convênio do Irga com a empresa Hoescht Schering AgrEvo do Brasil, subsidiária da multinacional alemã. A parceria permitia a realização de experimentos com arroz transgênico na unidade. O alvo dos manifestantes eram as 300 plantas semeadas em uma lavoura da estação, em meio a variedades convencionais, no mês de novembro (governo anterior). Os agricultores e os sem-terra pretendiam destruir a plantação, mas foram convencidos de que se tratava de uma pesquisa, justamente para testar a infestação dos transgênicos.

Presente nos discursos públicos, a questão dos transgênicos é parte da cotidianidade das discussões no Rio Grande do Sul, especialmente nos municípios com vocação agrícola. Ou seja, a sua maioria. Com a ordem de discutir os transgênicos a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) articula uma série de nove encontros em regiões-pólo. Entretanto o embate cada vez mais se acirrava não apenas com os agricultores, mas especialmente entre o governo estadual e o federal. A estratégia estadual foi a de denunciar a existência de lavouras cultivadas com transgênicos e solicitar uma posição federal.

Com o tempo e a falta de atitudes do Governo Federal, a quem cabia a fiscalização, a Secretaria de Agricultura entra em ação e novamente ocupa o campo midiático ao determinar a interdição da lavoura de 435 hectares de soja transgênica de Glorinha. A interdição foi efetuada pelo Departamento de Produção Vegetal (DPV) da Secretaria da Agricultura e a notícia adianta que a soja: “poderá ser apreendida, ter sua comercialização suspensa ou mesmo ser destruída” (ZH, 20/03/1999).

Como já se disse, a posição do Governo Federal sobre os transgênicos para a soja no governo Fernando Henrique Cardoso manteve-se ambivalente durante todo o período (1994-2002). Órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), se mostravam contrários à tecnologia enquanto os institutos de pesquisa, especialmente a Embrapa, e a própria cúpula do governo, se mostravam favoráveis. A posição de cúpula (do Presidente), entretanto, sempre foi de apoio aos transgênicos e ficou ainda mais evidente numa entrevista que Fernando Henrique Cardoso concedeu na edição de setembro/99 da revista *Preços Agrícolas*, estrategicamente reproduzida no boletim da empresa Monsanto:

Entendo que a biotecnologia é uma das áreas que trará mais benefícios para a humanidade no próximo século. Ela já está permitindo a obtenção de alimentos mais nutritivos e mais baratos para a população. O Brasil, há mais de 15 anos, vem formando recursos humanos e construindo uma infraestrutura para o desenvolvimento da biotecnologia. Mas, só no meu governo, no ano passado, começamos a testar no campo os primeiros produtos da engenharia genética ligados à agricultura. (...) A Embrapa já se pronunciou favoravelmente sobre o assunto. Estudos conduzidos pela empresa com a soja transgênica não revelaram danos à saúde nem ao meio ambiente. Com esse tipo de semente, o agricultor terá, realmente, chance de competir nos mercados importadores porque se prevê que a sua utilização reduzirá o custo de produção (*Revista Preços Agrícolas*, 9/1998).

O presidente evoca a ciência, o mercado e o lucro para fundar suas convicções. São esses os três elementos interpretantes, recorrentes entre aqueles que se mostram favoráveis ao cultivo de soja transgênica, que se mantêm ao longo do tempo na argumentação. Ainda que se diferenciem as posições de Governo e do Presidente, é preciso considerar que o primeiro mandatário, que sancionou a Lei de Biossegurança em 1995 e criou a CNTBio, tinha uma posição claramente favorável ao cultivo de soja transgênica e a mostrou publicamente.

O desejo presidencial de ver as lavouras plantadas com transgênicos no Brasil, entretanto, teria que vencer as barreiras dentro do próprio Governo. Ainda no mês de março o presidente resolveu assumir a coordenação da discussão sobre o assunto. A Advocacia-Geral da União (AGU) contestou, na Justiça Federal do Distrito Federal, a decisão do Ibama de integrar a ação cautelar movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) contra a União.

Na ação, o Idec pedia a suspensão de qualquer pedido referente à autorização de plantio da soja transgênica no Brasil. Como órgão executor da política ambiental no país, o Ibama foi intimado pelo Ministério Público, na ação movida pelo Idec, para realizar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre a liberação da soja geneticamente modificada no ambiente e esclarecer a sua posição quanto à obrigatoriedade do estudo para aprovação de plantio de organismos transgênicos.

O Ibama respondeu à 6ª Vara Federal do Distrito Federal que desejava se unir ao Idec e integrar a ação como autor. Para os consultores da Advocacia-Geral da União, o Ibama não poderia se posicionar contra o governo e deveria ter assumido o papel de réu solidário no processo. Tratava-se de algo muito incômodo, porque estavam frente a frente Governo contra Governo. Substancialmente, o governo falava línguas diferentes em relação ao assunto, porque tinha interpretações diferentes para o mesmo fenômeno.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, disse ser pessoalmente contrário à liberação do plantio, defendendo mais estudos. No Ministério da Agricultura, que daria o registro definitivo para que a Monsanto pudesse comercializar a soja transgênica, a posição era exatamente outra, a de que o processo de introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura não tinha volta e devia ser autorizado.

O Secretário de Política Agrícola, Benedito Rosa, e o Presidente da Embrapa, Alberto Portugal, também continuavam a defender o plantio comercial da soja transgênica alegando maior competitividade ao agricultor brasileiro e redução do uso de agrotóxicos. Foi então que o próprio Presidente da República resolveu pôr fim à discussão interna, passando a coordenar ações e decisões sobre o assunto (ZH, 30/03/1999).

Quinze dias depois, todo o ministério envolvido com a questão foi reunido em Brasília para discutir uma posição consertada do Governo Federal. A meta da reunião era unificar o discurso de governo sobre o tema, já que, até então, os ministros de diversas áreas falavam coisas diferentes quando o assunto era transgênicos. A reunião interministerial foi recomendada pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma questão de governo.

No mesmo dia da discussão em Brasília, cerca de 600 toneladas de soja transgênica foram importadas do México pela empresa Monsanto do Brasil. A carga estava no porto de Vitória, no Espírito Santo, aguardando liberação do Ministério da Agricultura para entrar no país. Segundo técnicos do Ministério da Agricultura, o produto deveria ser liberado com o compromisso da empresa de ficar como "fiel depositária" das sementes.

Isso quer dizer que houve trâmite normal de importação para a carga de transgênicos e que a discussão daquele dia funcionaria apenas como ato simbólico da preocupação, já que os fatos, a realidade ela mesma, se impunha diante de qualquer argumento.

3.3.7. Zona livre, ecologia ou comércio?

Dada a dificuldade crescente de impor, política, jurídica ou mesmo policialmente uma nova realidade no Rio Grande do Sul, em função do surgimento cada vez maior de denúncias de lavouras já instaladas e a firme disposição da maioria dos agricultores, reforçada pelos diretores de cooperativas, em continuar a apostar nos transgênicos, o governo do RS adota um discurso econômico-comercial para dissuadir os que cultivam transgênicos. Voltamos aqui ao caso típico de tendência pelo ajustamento entre os campos sociais e de incorporação discursiva, diante dos impasses.

O marco desta estratégia aparece numa estranha manchete de ZH em 23 de março de 1999: “Greenpeace articula exportação de soja”, esclarecida numa linha de apoio que dizia: “Representante de supermercados europeus vai conversar com agricultores sobre mercado para grão convencional”. O órgão ambientalista, mais do que incentivar um território livre de transgênicos no Sul do Brasil, estava entrando num terreno alheio, mas considerado estratégico para viabilizar o projeto. Não fosse pela viabilidade comercial, dificilmente os objetivos comuns dos ambientalistas e do Governo do Estado poderiam progredir.

A cobertura midiática sobre as negociações é farta e ZH começa a abrir mais espaços para as posições antitransgênicos, talvez motivado pela torrente de possibilidades de negociações que se abriam. A enunciação favorável à zona livre de transgênicos ganhava amplos espaços no jornal e para isso basta comparar o espaço do próprio Greenpeace, cujo navio ancorado no porto da capital recebeu apenas uma nota de ZH no dia 24 de janeiro, isso em função da presença do Governador. No final de março, entretanto, é o próprio Greenpeace (como enunciador) quem dá o tom na mudança discursiva, buscando atender à expectativa dos produtores rurais, que cultivavam soja transgênica em função da diminuição do custo de produção em 20 a 30%:

O Rio Grande será um Estado de vanguarda, já que hoje é o mais avançado na discussão sobre os transgênicos. Com a lei proibitiva, poderá se tornar um mercado diferenciado, em que todos os componentes da cadeia produtiva terão mais lucro e mais saúde (ZH, 24/03/99).

A notícia começava em grande estilo, “Ambientalistas do Greenpeace pretendem mobilizar entidades, instituições e empresas do mundo inteiro para tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de organismos geneticamente modificados (OGMs)”. A proposta divulgada pelo órgão era de trabalhar no sentido de pressionar os parlamentares gaúchos para garantir a aprovação do Projeto de Lei 016/99, do deputado petista Elvino Bohn Gass, que vedava o cultivo

comercial de transgênicos no Estado. Como instrumento dessa articulação, o Greenpeace estaria levando à Porto Alegre, no próximo mês, um representante de grandes redes de supermercados da União Européia, para conversar com produtores de soja sobre a possibilidade de compra do grão não-transgênico.

A onda antitransgênicos ficava cada vez mais forte e ZH acompanhou o movimento com entusiasmo. “Também a rede de supermercados Carrefour anunciou ontem que convidou empresários europeus, representantes de cerca de 10 indústrias fornecedoras, para conhecer a soja não-transgênica plantada no Paraná e no Rio Grande do Sul” (ZH, 24/03/99). A notícia completava dizendo que o potencial de compra seria de 300 mil toneladas.

Os números dos não-transgênicos começaram a aparecer com fluidez. Mas isso ainda parecia insuficiente para motivar a opinião pública. O diretor do grupo Carrefour (supermercados) faz um apelo que é reproduzido por ZH: “Para isso, considera fundamental que consumidores e produtores demonstrem apoio à causa por meio de manifestações públicas” (ZH, 24/03/99). Seria algo muito estranho nas ruas, como uma espécie de campanha “pró-antitransgênicos”. Mais estranho ainda estava ficando a posição do jornal que, de repente, abandonou o produtor rural, a reprodução das falas sensíveis e emocionadas dos que plantaram transgênicos, de técnicos e de diretores de cooperativas que, em 1998, eram as grandes fontes de notícias sobre o assunto. É como se o jornal os tivesse posto do outro lado. O jornal parecia encantado, naquele momento, com a cruzada antitransgênicos tendo em vista as possibilidades de mercado.

Com o mesmo propósito o jornal abre espaço, dia 25/03/99 para a maior empresa de processamento de soja da América Latina, que entra na proposta antitransgênicos. Também a “Ceval apóia zona livre de transgênicos” e novamente os números na linha de apoio: “Grupo investe US\$ 40 milhões na construção de uma nova fábrica de proteína em Esteio, sem incentivos fiscais”.

O secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, é uma das estrelas da inauguração da nova fábrica e tem garantido a enunciação em ZH, ao enfatizar “mais uma vez seu desafio em transformar o Estado em área livre de transgênicos. Os estudos realizados com a soja transgênica, lembrou Hoffmann, não estão demonstrando a tão boa performance do produto como anunciam os comerciantes de sementes”. Indicialmente, apenas a direção da empresa e o Secretário foram as falas enunciadas na reportagem.

O próprio secretário, então, autorizado pelo jornal, resolve ser o

enunciador de suas ideias e na *ZH* do dia 26 de março, aparece um artigo de sua autoria intitulado: “Os transgênicos e a ciência”, do qual retiramos algumas passagens:

O governo democrático e popular sabe que o assunto transgênicos é de interesse de toda a população e não pode ser tratado de forma restrita como o governo federal vem fazendo. Graças à posição firme de nosso governo, o tema agora é pauta na imprensa local e nacional e não mais exclusividade do mundo científico e das multinacionais que promovem a venda casada de herbicidas e sementes. (...) É, no mínimo, irresponsabilidade liberar o plantio de transgênicos com este grau de incertezas. Portanto, o que move o nosso governo na sua decisão é o fato de que a soja transgênica se soma no processo de exclusão dos agricultores familiares, atenta contra a qualidade de vida e ainda há a existência de inúmeras incertezas científicas do efeito sobre o metabolismo humano e a fisiologia vegetal. (...) Outro fato relevante é o econômico. O Brasil, os Estados Unidos e a Argentina são os maiores produtores de soja no mundo. Como esses dois países já aderiram à soja geneticamente modificada, nós poderemos oferecer um produto ímpar no mundo, exportando para a Europa e para o Japão, que resistem ao consumo de produtos transgênicos. O Brasil produz 31 milhões de toneladas, frente às 18 milhões de toneladas da Argentina. Já os americanos produzem 78 milhões de toneladas, mas 54% da soja cultivada nos Estados Unidos é transgênica. O projeto do governo democrático e popular não aceita a subordinação do bem-estar da população a qualquer tipo de interesse e muito menos à ganância do lucro e do monopólio privado (*ZH*, 26/03/99).

No artigo, o Secretário mostra como o governo estadual havia operado para agendar socialmente os transgênicos a partir da nova proposta de governo, retirando-o dos campos da ciência e das multinacionais e o jogando nos discursos públicos. Esse objetivo seria atingido pelo posicionamento firme do Governo que sabia que o tema não poderia ser tratado de forma restrita. Ou seja, sem um amplo conhecimento da questão pela sociedade. Assim que, em nome do “interesse público”, o novo governo tomou posição. A opção foi trabalhar com a informação e com a mídia (ele menciona a “pauta”, termo técnico da agenda das redações) jogando-a nos discursos públicos.

Mas o novo governo sabia que o componente econômico, o qual motivara os agricultores a instalar suas lavouras com soja transgênica seria o fator decisivo nas tomadas de posição. O Secretário não podia se abster do componente da realidade, que apontava para as vantagens econômicas em cultivar soja transgênica, e a estratégia foi usar da mesma tática para atrair os produtores para a lavoura convencional. A atração era o discurso de entrar numa oportunidade de mercado salutar para os interesses econômicos do Estado e do produtor. Na competição de mercado, o Secretário afirma que “nós

poderemos oferecer um produto ímpar no mundo” (ZH, 26/03/99). Entretanto, resulta contraditório quando o texto termina dizendo que o projeto político que defende não aceita a: “ganância do lucro”. Parece que somente se trata de ganância quando o lucro é a função realizada pelo outro.

Os sentidos dos discursos operados pelos diferentes campos sociais são plenamente adequados aos seus interesses, assim se ajustando e se conformando com as situações peculiares. Também os sentidos dos conceitos recebem leituras, interpretações específicas, para atender às estratégias discursivas que ou atacam ou defendem determinados posicionamentos.

O discurso midiático está repleto de exemplos que mostram esse movimento, que inclui privilegiadamente as operações da própria mídia, enquanto campo social. Observemos o discurso antitransgênicos, que é fértil em cada edição naqueles dias do mês de março de 1999. No mesmo dia 26, numa reportagem que trata da 10ª edição do Fórum da Soja, ZH recorre à enunciação do então presidente da Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul, Mário Bertani, prefeito já mencionado, autor da proposta de criação da área livre de transgênicos em maio de 1998. A emocionalidade que o jornal antes recuperava junto aos produtores rurais, para mostrar quem era a vítima do processo, também muda de lado. Diz a reportagem que:

Bertani tem um bom motivo para ser resistente a essa tecnologia. Quando tinha oito anos e trabalhava nas lavouras do pai, João aplicava inseticidas manualmente. Colocava o produto dentro de um saco de pano e sacudia sobre as plantas:

-A gente chegava em casa um pouco tonto, mas os vendedores diziam que o produto defendia a lavoura das pragas. Depois, vimos que era tóxico. É com a memória de quem viu agricultores morrerem por causa do uso indiscriminado de agrotóxicos, que Bertani destaca a relação entre a força das empresas que vendiam os agroquímicos e que defendem o plantio dos transgênicos (ZH, 26/03/1999).

A enunciação, nestes termos, jamais tinha sido feita pelo jornal até então, embora o Prefeito de Espumoso tivesse várias vezes comparecido nas reportagens de ZH. Afinal, o que tinha mudado? A resposta veio rápida, na manchete de domingo, dia 28, página 22, quando o que era polêmica se transformou: “Em guerra contra os transgênicos”, tendo como linha de apoio que o “Cultivo de soja modificada é pivô de uma batalha entre a Secretaria da Agricultura e a empresa Monsanto”.

O clima de guerra saiu da enunciação jornalística e a reportagem mostrava todos os contendores. De um lado o governo estadual e os

ambientalistas em uma cruzada pela área livre e de outro o Governo Federal, a Monsanto e os agricultores. Entre um e outro a legislação e o tempo, além de algo que apenas se intuía, mas do qual pouco se falava. O quanto de soja transgênica já era cultivada no Estado naquele momento? Seriam apenas os 600 ha mencionados pela Monsanto em fevereiro? Pouco provável. Então aparece um número, na mesma reportagem do dia 28, que parece mais indicativo da evolução do quadro:

Existem informações de que mais de 100 mil hectares foram cultivados na última safra com a variedade contrabandeada da Argentina, onde o plantio é permitido. Quer dizer, o Estado pode estar colhendo soja clandestina, sendo que o Ministério da Agricultura ainda não liberou o cultivo comercial. Mas a diretora do DPV, Marta Levien, avisa: a intenção é evitar a colheita (ZH, 28/03/1999).

O número, com esta magnitude, naquele momento, era algo quase proibido, mas apareceu. Acontece que a evolução transgênica no Brasil já era de domínio de muitos setores e a enunciação, cuja fonte foi omitida pela reportagem, finalmente colocava a questão da soja transgênica no que tinha de mais complexo para ser enfrentado: a decisão dos agricultores em, a despeito de todos os textos e contextos dos diferentes atores, continuar a ampliar a área com soja modificada, em função dos baixos custos de produção. O Secretário da Agricultura tinha razão: a questão para o setor primário era basicamente econômica e tudo o que os agricultores queriam era (o que não queria o Governo Estadual) a liberação comercial.

Os animados interesses econômico-comerciais que faziam balançar favoravelmente para o lado antitransgênicos no Rio Grande do Sul, começaram a ser frustrados a partir da realização em Porto Alegre, no dia 29/02/99, do 10º Fórum Nacional da Soja. Quem centralizou as atenções foi o representante da Cooperativa Agrícola Noelle Arcenís (Cana) Christophe Callu Merite, que revelou números e prerrogativas pretendidos pela França para ter o Estado como o único fornecedor do produto natural, no caso de ser confirmado que, do solo gaúcho, somente sairiam sementes livres de transgênicos, conforme proposta do governo estadual. O representante francês apresentou os números:

Se pudermos pagar até 5% sobre o valor de mercado, o farelo de soja gaúcho terá um grande mercado na França, alcançando a capacidade total de compra de 200 mil toneladas. Se o prêmio exigido ficar entre 20% e 30%, a nossa compra será reduzida e haverá apenas um nicho de produtos não-modificados (ZH/31/03/1999).

A informação forneceu indício suficiente para alimentar o dilema econômico e, com isso, as disputas discursivas. Afinal, até que ponto seria

arriscado para o Estado assumir-se como zona livre de transgênicos diante do diferencial de 5% oferecido pelo representante francês? Os que defendiam o polo de produção de soja convencional alegavam que os termos da França eram flexíveis e que haveria condições de o produtor lucrar mesmo com o prêmio inferior a 5%. Os cautelosos apontavam que a zona livre deveria funcionar também como repressora de produtos industrializados suscetíveis a transgênicos vindos de fora do país. Mas os favoráveis à presença das técnicas da transgenia na alimentação, argumentaram que a França não estava oferecendo valores justos.

Afinal, se a questão econômica antitransgênicos não poderia ser satisfeita, qual a posição a ser adotada quanto aos transgênicos. A mídia começou a fazer o seu movimento e, em *ZH*, a estratégia foi a de recomeçar com os posicionamento, de voltar à questão da polêmica e recosturar os discursos a partir daí, diante do sintoma de frustração com o mercado não-transgênico.

O primeiro sintoma deste movimento aparece a 10 de abril de 1999, com um título significativo: "Um eixo no debate dos transgênicos", que se equilibrava em dois posicionamentos antagônicos. O jornal deixa o monológico e recorre à estratégia dialogal, como que deixando que as posições favorecessem a que se encontrasse um novo fundamento, um "eixo". Neste caso, um eixo para a discussão e um eixo para a própria mídia que, de repente, via-se carente de elementos para encaminhar a discussão. A mídia, na corrente da opinião pública, parece funcionar bem quando existe uma tendência central de discussão, mas mostra-se confusa e insegura quando não encontra uma fundamentação (dados mais seguros) a seguir.

3.3.8. O transgênico e os transgênicos

Em meados de 2001, uma alta dirigente nacional de pesquisa da Embrapa, quando participava de uma teleconferência transmitida para o País, ao responder pergunta sobre as implicações do patenteamento genético, diante de uma questão que forçava um posicionamento objetivo, disse que, primeiro, seria preciso saber exatamente do que se trata, afinal, *uma coisa é uma coisa, outra coisa, é outra coisa*. O episódio ficou marcado pela zombaria entre os pesquisadores da empresa, mas pode ser recuperado para que se compreenda o que acontece com relação ao conceito "transgênicos".

Encurralada pelo antagonismo dos discursos, a cientista procurou enfatizar a necessidade de que os interlocutores soubessem do que estavam tratando, regulassem o entendimento sobre certos conceitos, para que assim

houvesse a condição necessária para a compreensão. Logicamente, muitos dos que ouviam os interlocutores naquele dia não entenderam o que estava regulando aquele jogo de palavras, aparentemente simples.

Se reportarmos aos fundamentos da semiótica, vamos identificar como propósitos norteadores justamente a preocupação com esclarecimento, como forma de tornar viável a compreensão das coisas no mundo da vida. Mais do que isso, a lógica de Peirce pressupõe que uma palavra se faz exclusivamente na conduta da vida. Mas vida num sentido amplo, porque há autonomia do processo de significação. Ao falar da origem do pragmatismo em *The Monist*, ele diz que:

... uma das mais impactantes características da nova teoria foi o reconhecimento de uma inseparável relação entre cognição racional e propósito racional; e essa consideração foi a que determinou a preferência pelo nome pragmatismo (CP 5. 412).

A distinção entre uma e outra coisa, no longo processo de significação, é fundamental e para a linguagem, que na semiótica peirceana é praticamente o mesmo que falar da linguagem científica.

...nenhum estudo pode chegar a ser científico no sentido descrito, até que se prove com uma apropriada nomenclatura técnica, em que cada termo tenha um só significado específico, universalmente aceito pelos estudiosos do tema, e cujos vocábulos não tenham a doçura nem o encanto que poderiam tentar aos escritores abusar deles, - o que é uma virtude da nomenclatura científica pouco apreciada (CP 5. 413).

Então, se pode dizer que, enquanto signo, “transgênicos” pode receber interpretações tão variadas quando possíveis, o que não implica dizer que se referem à mesma ordem de significação pois há uma ligação que permite a compreensão, que se refere a uma ação do objeto dinâmico. Ação está que se dá pela mediação do objeto imediato, que permite denotativamente a presença dos aspectos representados em um signo. Na semiose, que é infinita, a dinâmica sígnica tem seu curso com a indispensável participação do interpretante do signo. “...aquilo em cujo lugar o signo está é denominado seu objeto; aquilo que o signo transmite, seu significado ou sentido (*meaning*); e a idéia que ele provoca, seu interpretante” (CP 1.339).

A partir dessas reflexões se pode, então, analisar a entrevista realizada por ZH com o professor Luiz Carlos Federizzi no dia 10 de abril de 1999, em pleno turbilhão de sentidos e crise sobre o posicionamento midiático, o jornal traduz pela procura de “um eixo”. A primeira resposta do professor nos ajuda a perceber

que o esclarecimento é a regra elementar quando se trata de analisar o conceito:

Zero Hora - Por que o senhor tornou-se um dos defensores dos transgênicos?

Luiz Carlos Federizzi - Na verdade, eu sou contra a desinformação que domina a mídia. Nem sempre eu defendo o uso dos transgênicos, porque depende do gen de que estamos falando. Por exemplo, já existe uma insulina produzida por uma bactéria geneticamente modificada que já está no mercado há mais de dois meses. É mais barata e mais segura, e ninguém fala contra.

A primeira frase da resposta busca esclarecer não o posicionamento, mas o tipo de pergunta feita pelo jornal. Por isso o enunciador corrige a enunciação do interlocutor para dizer que: “Na verdade, eu sou contra a desinformação que domina na mídia”. Como se dissesse que a questão central quando se fala de transgênicos estava mal formulada. Na sequência procura demarcar o objeto em discussão. Para o pesquisador, trata-se de coisas diferentes. Estabelece, então, o condicionante para as bases do entendimento, dizendo que “depende do gen que estamos falando”.

A segunda resposta é ainda mais precisa em relação à necessidade de esclarecimento, quando se trata do significado das coisas para diferentes intérpretes.

ZH - Qual o fator que provoca tanta polêmica?

Federizzi - É a centralização dos debates na agricultura em torno da soja transgênica. A nossa visão de organismo geneticamente modificado vai muito além desse produto. Desde que essa semente entrou no mercado, mais de 60 milhões de pessoas já comeram soja transgênica sem apresentar nenhum tipo de alergia. Hoje, 100% do queijo dos Estados Unidos é produzido com coalho geneticamente modificado. Ninguém fala nisso.

Observa-se que a angulação da resposta está condicionada pela forma como o sujeito se posiciona no quadro de análise. Para ele, os transgênicos não remetem necessariamente para transgenia com a soja, mas para toda uma gama de possibilidades tecnológicas. Porém, está clara a sua posição pessoal (posição do protagonista) de aceitabilidade dos procedimentos de pesquisa, mesmo em se tratando de soja, porque afirma que até agora ninguém sofreu qualquer distúrbio por ingerir soja transgênica. Na questão seguinte, quando do confronto com as posições dos ambientalistas, volta o pesquisador a esclarecer ainda mais a posição de um dos lugares de onde fala a ciência:

ZH - As críticas dos ambientalistas procedem?

Federizzi - Sem dúvida, o grande problema é a utilização do herbicida, e não a tecnologia desenvolvida. Ser geneticamente modificado não significa que é ruim. O importante é que precisamos observar o gen analisado. Os ambientalistas fizeram uma confusão contra as plantas transgênicas e não com o produto específico que é a soja. O herbicida da Monsanto (Roundup Ready), desenvolvido para substituir os produtos utilizados na lavoura tradicional, é que está centralizando a discussão.

A existência da polêmica por um lado demonstra a força demarcatória de cada campo social, ao representar suas políticas. Mas, para o campo da ciência a questão sobre o que se está tratando quando se fala dos conceitos tem sido crucial, pois depende da compreensão, da clareza conceitual, para o sucesso de grande parte das ações que desenvolve, especialmente na interface com a sociedade. De certa forma a ciência requer como base para entendimento do seu campo a necessidade de esclarecer, dentre as inúmeras possibilidades de significação, o que está sendo tratado num determinado momento específico. Por isso o professor volta nesta questão ao esclarecer algo sobre o que já havia posicionado e que para ele é essencial: "O importante é que precisamos observar o gen analisado". Como se dissesse que antes de qualquer coisa será preciso saber exatamente do que se está tratando. Há, neste sentido, um anseio pelo esclarecimento que, para o cientista, é algo valioso ou até mesmo imprescindível. Parece que isso fica mais claro na questão final:

ZH - Qual é a saída então?

Federizzi - Como professor eu me preocupo em buscar informação em fontes seguras sem comprometimento ideológico e tampouco com as multinacionais. Temos de sair fora dos extremos. A única saída é a informação científica correta.

Ainda que revestida de idealismo, a preocupação com a ética científica e com as formas de transmissão é inegável, o que aponta para a impossibilidade de se fazer ciência de forma isolada do contexto ético e político que os deve regular. Neste sentido, a resposta é compreensível para um profissional que busca valorizar as operações do seu campo de atividade.

Assim, como o jornal buscou posicionamentos antagônicos, a entrevista ping-pong parece que colaborou mais para que se esclarecesse sobre a temática, do que mesmo para defender o cultivo de transgênicos e, neste caso, da soja transgênica. Para defender o campo ambientalista, *ZH* recorreu a uma especialista

do setor. Observamos, também neste discurso, a preocupação pelo esclarecimento.

Zero Hora - Por que os ambientalistas gaúchos são contra a liberação dos produtos transgênicos?

Magda Renner - A princípio, não somos contra essa tecnologia. Mas somos absolutamente contra a desregulamentação dos transgênicos, permitindo desde já o plantio comercial em grandes áreas. Temos necessidade de maior conhecimento sobre as consequências tanto ambientais como para a saúde humana a longo prazo.

A construção inicial do discurso, assim como o anterior, é para mostrar as bases do que está tratando a questão. Quando diz: "A princípio, não somos contra essa tecnologia", está posicionando o alvo para um "transgênicos" desregulamentado. Em síntese, contra a soja transgênica que está na discursividade pública. Afinal, é justamente na cotidianidade social onde se efetivam os enfrentamentos objetivos, que emergem da preocupação ambiental.

ZH - Como ficam os consumidores nessa discussão?

Magda - Além da questão ambiental, estamos preocupados com a nossa cidadania. Como cidadã, eu quero ter certeza do que estou comendo e, como dona de casa, o que levo à mesa da minha família. Por isso, queremos que todos os produtos transgênicos sejam rotulados para que a população possa escolher.

A questão que envolve a rotulagem dos produtos modificados é uma boa pista para se compreender a necessidade de informação. Rotular significa sinalizar a existência ou não de OGM e esta passou a ser uma questão central dos consumidores, já que o destino destas biotecnologias é o consumo animal ou humano. A identificação, com a respectiva informação sobre os produtos, é a forma de estabelecer uma razão, um juízo sobre o assunto. Somente assim o cliente pode decidir sobre adotar ou não o consumo. A inexistência da obrigatoriedade de rotulagem cria uma situação compulsória, já que não sabendo do que se trata, o consumidor não pode decidir sobre o tipo ou a qualidade do alimento que consumirá.

ZH - A crítica é contra o processo ou o produto?

Magda - É o produto porque essa soja recebeu gens de outras plantas. Não faz parte da dieta do ser humano. O que esse produto geneticamente modificado vai fazer dentro do meu corpo?

ZH - O que fazer então?

Magda - Reivindicar aos governantes uma moratória de cinco anos,

enquanto não se fizer estudo aprofundado sobre as consequências de seu uso e nesse meio tempo seja respeitado o princípio da precaução.

Os objetos de discussão e as posições dos atores que as duas entrevistas recuperam, de certo modo, representam muito da argumentação utilizada pelos campos sociais sobre os transgênicos. Primeiro, porque trata de uma das questões centrais, que é o esclarecimento do objeto em discussão. Sem que as pessoas saibam do que estão tratando, qualquer discussão sobre o assunto torna-se comprometida. Mas principalmente porque mostra o ajustamento das diferenças discursivas, o que resulta numa paulatina aproximação entre os mais agudos contendores, na medida em que se esclarece do que se está efetivamente tratando.

3.3.9. A firme posição do RS

O clima tenso que se configurou no Rio Grande do Sul em relação aos transgênicos não se desfez um dia sequer nos primeiros meses de 1999. Muito contrariado com o avanço das ocorrências que registravam lavouras cada vez maiores de transgênicos, o secretário estadual da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, acompanhou de perto o início da colheita dos 435 hectares de soja transgênica (geneticamente modificada) plantada pela empresa Monsoy, do grupo Monsanto, na Fazenda Palmeirinha, em Palmeira das Missões. Tratava-se da primeira colheita oficial de soja transgênica no Estado, cujo início da colheita começou pouco depois do meio-dia do dia 18 de abril de 1999. Como a área foi interdita no dia 16 de março pelo DPV, a Monsoy recorreu à Justiça para garantir a retirada dos grãos da lavoura.

O produto, no entanto, não podia ser vendido ou distribuído antes do julgamento definitivo do mandado de segurança impetrado pela Monsoy. Para evitar a comercialização, o governo gaúcho fez questão de acompanhar todo o processo até a armazenagem do produto.

A notícia veiculada dia 19 em *ZH* mostrava todos os cuidados técnicos com a lavoura e atendia propósito bem determinado. Naquele mesmo dia um grupo de representantes de 10 grandes varejistas europeus iniciava visita ao país para verificar se os produtores tinham condições de fornecer alimentos não-transgênicos.

A enunciação do jornal oferta densidade em números, sobre as potencialidades do mercado para soja convencional no mercado europeu.

No Brasil, o grupo busca produtores interessados em atender a esse padrão de qualidade, sobretudo dentro da cadeia da soja. Em troca, o consórcio liderado pela rede britânica Sainsburys - segundo maior varejista do Reino Unido - tem a oferecer o equivalente a 25% do total do mercado de alimentos de toda a União Européia. Só no Reino Unido, a venda anual de alimentos totaliza 90 bilhões de libras esterlinas (US\$ 153 bilhões). No Sainsburys, as marcas próprias respondem por 55% das vendas de alimentos, o que totaliza US\$ 30 bilhões anuais. Na britânica Marks & Spencer, as marcas próprias de alimentos totalizam 100% das vendas.

No dia seguinte, ainda durante a estada dos técnicos da União Européia, *ZH* dá destaque para a decisão da CTNBio, de destruir o experimento com arroz transgênicos instalado no IRGA. Naquele momento existiam 79 áreas experimentais de plantio de sementes transgênicas no Rio Grande do Sul.

No dia 20, os técnicos do DPV interditaram uma lavoura de soja transgênica plantada em 2,13 hectares na unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Passo Fundo, por não cumprir as exigências do Decreto 39.314, que previa a apresentação do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA - Rima). E o cerco aos transgênicos continuou no Estado. No dia 21, a manchete de *ZH* enfoca a repreensão comparando-a a uma forte operação militar. A manchete diz que o “Estado fecha cerco contra transgênicos”, com linha de apoio que mostra como isso será realizado: “O governo gaúcho pretende interditar todas as áreas experimentais com plantas alteradas até a próxima sexta-feira”. A reportagem apontava que as interdições foram determinadas pela Secretaria de Agricultura porque nenhuma das plantações inspecionadas havia cumprido com as exigências do decreto de impacto ambiental.

No texto do jornal a ligação entre as operações que articularam as interdições, as respectivas repercussões discursivas na imprensa e a presença dos compradores internacionais no Estado aparece nas entrelinhas:

A diretora do DPV, Marta Levien, justifica, ainda, as interdições alegando que esses cultivares poderiam ser comercializados. Essa preocupação também é compartilhada pelos europeus. Um grupo de 10 grandes varejistas da União Européia, em visita ao país desde sábado passado, trouxe na bagagem uma mensagem dos consumidores daquele continente preocupados com as consequências a médio e longo prazos na saúde humana pela ingestão de alimentos contendo produtos geneticamente modificados.

Na sexta-feira, uma das reportagens do caderno *Campo e Lavoura* de

ZH dizia que os Europeus apóiam pólo livre de transgênicos; dizia a linha de poio: “ Irga queima experimento com arroz geneticamente modificado”. A enunciação do Secretário da Agricultura veiculada em ZH mostra como o jornal deixava fluir a informação sem contrapor as informações sobre a efetiva área cultivada com sementes de soja modificadas no RS.

O secretário se mostrou satisfeito com a visita, que também serviu para acertar os últimos detalhes da viagem de uma comitiva gaúcha à Inglaterra, marcada para o próximo dia 8 de maio. Hoffmann confirmou que levará para a Europa documentos que comprovarão a existência de postos de fiscalização na Fronteira Oeste:

- Não acreditamos que exista um derrame de plantas modificadas no Estado. Essa boataria interessa às empresas que apostam na liberação dos transgênicos no país. Até hoje, recebemos sete denúncias de plantio clandestino e já encaminhamos o assunto ao Ministério Público (ZH, 23/04/1999).

Não se pode imaginar um pacto entre o jornal e o governo, mas é possível colocar sob suspeita a opção do jornal em ocultar ou dissimular para os seus leitores a diversidade de informações sobre a temática. Quando o jornal não questiona a referência a algo real, extenso e bem caracterizado, como o plantio de transgênicos, reproduzindo o fato como “boataria”, perde a oportunidade de enunciar-se jornalisticamente, especificando o embate, o choque de dados e a diversidade de opiniões. Mais do que isso, o jornal alia-se aos interesses do campo político e referenda o que é desejado pelo governo estadual. Como o próprio jornal havia noticiado, a existência de extensa área de cultivo irregular comungava com algo artificial, irreal. Nesta mesma edição, o jornal publica um artigo que, de certa forma, coroa o momento antitransgênicos. Um agrônomo e diretor de cooperativa é chamado, como articulista, para dar sua opinião e o faz investindo contra os critérios científicos que permitem a biotecnologia. Num dos últimos parágrafos do artigo diz:

Será que podemos ainda ignorar a pergunta: por que grande parte da produção da ciência, ao lado de benefícios, traz malefícios, os quais continuam mesmo depois que cessam os benefícios? A resposta é clara: os produtos da ciência foram e ainda são lançados quando se conhecem bem os seus benefícios, e muito antes que se conheçam bem os seus possíveis malefícios. A ciência não progrediu o suficiente para descobrir o lado mau da sua produção antes que ele ocorra e por isso acaba fazendo sociedade de cobaia. Não estaria na hora de reavaliarmos e, com base nessa reavaliação, corrigimos o modo como temos feito ciência?

A idéia de humano feito cobaia, em cujos corpos são testadas novas fórmulas e formas, recupera o mesmo sentido da figura *Frankenstein*, já utilizada

pelos naturalistas do *Greenpeace* para protestar contra os transgênicos. Parece, também, que há uma confusão no artigo, já que a questão não se refere ao modo de fazer ciência (como diz), mas à necessidade de testar seus impactos no meio ambiente, antes de disponibilizar os seus produtos. Esta é a questão básica de toda a discussão sobre os transgênicos no Brasil, em função da não observância de critérios de segurança justamente pela CTNBio.

Existe ainda outro contraste, não explorado pelo articulista, pois os apelos que regulam o campo econômico-comercial não são os mesmos que regulam a ciência ou o direito e a cidadania. A disputa entre os campos, neste caso, remete para as questões da ética e introduz uma nova noção de valor. Além do econômico, os grupos de pressão na opinião pública lentamente interpõem outros, como saúde pública, direito do consumidor e qualidade de vida. Neste sentido, a correção não estaria no modo de fazer ciência, mas, em função dos interesses dos campos, na forma como a informação é disponibilizada. Ou seja, nos valores compõem o “prato feito” que a sociedade recebe para se apropriar dos resultados científicos.

A ideia de pacto do silêncio e dos discursos que se acomodam às ecologias social, política e econômica vigentes podem ser encontradas, ainda, numa reportagem publicada domingo, dia 25 de abril de 1999, sobre a estada dos empresários europeus no Estado. O texto dá o tom exato do que estava acontecendo, ao dizer que: “A viagem dos representantes de um consórcio de 10 supermercados europeus é uma das últimas esperanças em garantir oferta de produtos não-transgênicos”. Então o jornal revela que se tratava de uma “esperança”, a última, de fazer do Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos. Tal dado permite compreender o movimento da mídia e a articulação discursiva, numa espécie de pacto regido pelo silêncio.

Porém, a fim de manter-se, a mídia precisa ser dinâmica para eximir-se dos compromettimentos integrais. Por isso, na dúvida se daria ou não certo a estratégia do governo do estado, *ZH* mantém nos espaços de opinião, uma posição de reserva. Neste mesmo dia 25, um editorial do jornal mostra a linha institucional, a qual aparentemente se confronta com os textos jornalísticos.

Na página 3, uma opinião do jornal sob o título “A fogueira da intolerância”, diz que: “Em plena era da biotecnologia, dificilmente a imagem de experimentos científicos em chamas, como as difundidas a partir do Rio Grande do Sul, poderá ser dissociada do obscurantismo” (*ZH*, 25/04/1999). A senha fora dada no dia anterior, 24, quando uma das mais destacadas colunistas de *ZH*, Ana Amélia Lemos, diretora da RBS em Brasília, diz que “é a desinformação e a ignorância que causam a disseminação de doenças graves e contribuem para

limitar as condições de cidadania e o acesso do povo a melhor padrão de vida”; neste sentido, para ela, “a polêmica dos transgênicos aumenta à razão direta da desinformação sobre o tema” (ZH, 24/04/1999).

A colunista voltaria ao tema alguns dias depois. No dia 13 de maio, ao comentar, em ZH, sobre a realização de mais um evento sobre o assunto, desta vez na cidade de Pelotas-RS, Ana Amélia Lemos diz estranhar a dúvida sobre o cultivo de OGMs: “A dúvida é aumentada quando se sabe que os principais concorrentes do Brasil, a Argentina e os Estados Unidos, já optaram pelo produto modificado geneticamente. O custo de produção é 30% menor. Na discussão ideológica, esse argumento não é levado em conta” (ZH, 13/05/1999), diz a diretora da RBS em Brasília.

A instituição RBS estava começando a mostrar o seu posicionamento publicamente sobre o assunto. As vantagens econômicas e a competição de mercado, mesmo sentido que orientavam os produtores rurais, estavam no centro da argumentação pró-transgênicos, especialmente pelo campo político opositor ao governo eleito no Rio Grande do Sul. A remissão e a própria redução ao “ideológico”, quando se trata de uma densa teia de valores colocados em disputa, também é uma estratégia discursiva que busca a descaracterização das questões de fundo, como a biossegurança, os direitos do consumidor e a conservação do ambiente natural.

Teremos, portanto, que refletir bastante sobre o pensamento de Lage (2001) ao dizer que a primeira coisa que um jornal informa é a sua ideologia e que ela atende sempre a determinados interesses. No caso de ZH, observa-se que são muitos os aspectos, muitas as ideologias que se configuram em espaços discursivos no plano do mesmo jornal ou da mesma edição. É como se houvesse uma regulação para a editoria de rural (*Campo e Lavoura*), outra para a política (Ana Amélia Lemos de Brasília) e talvez outra em sua cúpula diretiva que instrui sobre o tom dos editoriais. Só assim é possível compreender essa espécie de esquizofrenia de contradições nas enunciações e apagamentos (o que não é escrito) em ZH.

A acusação de obscurantismo enunciada por ZH, entretanto, não ficou sem resposta. Na mesma ZH, no dia 9 de maio, uma carta do leitor contesta a posição do veículo. Na carta, de uma bióloga de Porto Alegre, o contra-argumento mostra ao mesmo tempo como o campo da ecologia estava atento e o jornal mantinha aberto o espaço do contraditório.

Não me pareceu apropriado classificar de intolerância e menos ainda sugerir obscurantismo à destruição do canteiro de transgênicos na

Estação Experimental do Irga, em Cachoeirinha. A ação foi legal e efetuada devido ao não-cumprimento das normas de segurança estabelecidas. A Opinião ZH sugere alguma perseguição a quem pesquise com transgênicos, o que não penso ser verdadeiro. Há outros 78 experimentos semelhantes em nosso Estado. Com alimentos modificados geneticamente, os cuidados precisam ser redobrados. Bióloga - Porto Alegre, (ZH, 09/05/1999).

Também é possível observar que o campo da ecologia recorre ao estado de direito. A justificativa se baseia na existência de um impedimento legal em cultivar algo que está proibido e é regulado através de lei específica. O mesmo argumento era utilizado nas palestras sobre o tema pelo secretário Hoffmann.

Uma das vitórias mais expressivas na campanha contra os OGMs foi a decisão unânime, dos 27 secretários estaduais da Agricultura do Brasil, tomada a 5 de maio de 1999, que aprovaram uma moção que reivindicava a proibição do plantio comercial no Brasil de organismos geneticamente modificados. A decisão inédita contra os transgênicos, votada e oficializada durante o Fórum Nacional, realizado em Recife (PE), foi entregue ao ministro Francisco Turra. Foram lembradas as justificativas já conhecidas, como a falta de pesquisas sobre os efeitos na saúde, a possibilidade da formação de monopólio por parte das empresas de sementes e a decisão dos europeus de não comprar esses produtos. Os secretários alegaram ainda implicações extras no orçamento dos Estados. Citavam como gastos futuros a certificação dos produtos e a fiscalização nas divisas entre as lavouras transgênicas e as convencionais.

A esperança do território livre para o governo estadual ficou mais forte quando no dia 11 de abril, durante a visita da comitiva do Rio Grande do Sul à Europa, é assinado, em Paris, um contrato de venda de 5 mil toneladas de soja convencional pela Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai para outra cooperativa francesa. E o mais importante, com adicional de 5%, exatamente por não ser transgênica.

A partir das informações da França, o texto de ZH exulta que: "O modesto contrato assinado na capital francesa é apenas uma amostra do que poderá ocorrer se o Rio Grande do Sul conquistar credibilidade no mercado da União Européia como zona livre de transgênicos". A mesma reportagem reproduz a enunciação do Secretário Hoffmann: "Será um negócio da China. Se tudo der certo, toda a produção do Rio Grande do Sul poderá ser exportada para a França - entusiasmou-se Hoffmann" (ZH, 11/04/1999).

A proposta de o Rio Grande do Sul se tornar uma zona livre de produtos

transgênicos atraiu a atenção da imprensa da França e da Inglaterra. A situação foi retratada na reportagem do jornalista francês Christian Dutilleux, publicada no Jornal *Libération* depois de sua participação no Fórum Nacional da Soja, realizado em março de 1998, em Porto Alegre.

Porém, no mesmo *Libération*, ao mesmo tempo em que relata a intenção do cultivo tradicional no Estado, Dutilleux anunciou ao mundo o que mesmo os maiores opositores às plantas geneticamente modificadas não poderiam negar: os grãos transgênicos estavam fazendo parte da safra 98/99 no Rio Grande do Sul. A informação jogada no cenário internacional é um revés para o “negócio da China”.

3.3.10. Quando a mídia vai a campo

Felizmente existe um momento na polissemia jornalística em que os fatos se impõem. Então a mídia tende a mostrar o seu lado mais interessante que é o seu compromisso com o aspecto material e objetivo da realidade, a qual ela se alia mostrando de forma simples e elementar o que está acontecendo. Pode não ser a verdade toda, mas é muito mais do que o acompanhamento do jogo discursivo dos campos sociais. Neste sentido, ganha a informação, porque é esta propriedade do fazer jornalístico que aparece enquanto o próprio potencial desta área do conhecimento.

O compromisso com esse aspecto material, real, do fato compõe um aspecto renitente, espontâneo e positivo do modo de ser dos jornalistas. Ele se opõe ao elenco das verdades acabadas que a sociedade propõe e o jornalista dispõe; a ilusão de que os fatos se bastam e conhecê-los é dominar o processo; a tendência de substituir uma teoria dos conteúdos pelo formalismo das técnicas, na produção de modelos particularmente fechados de diagramação e texto; em suma, ao idealismo genérico da profissão (Lage, 2001, p. 152).

Com o aprofundamento da prática jornalística, o que aparece é tão somente o senso comum, mas relevante para a verificação do objeto. O exercício deve fazer parte da cotidianidade do jornalismo, da prática comum das redações. Caso contrário pode atender outros interesses que não exatamente aquele que deveria reger a boa prática jornalística.

Considerando-se que tenha sido este o objetivo, merece saudação a edição de *ZH* de 14 de maio de 1999, onde o jornal se encarrega de apresentar

dados objetivos da realidade aos seus leitores, mostrando o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul em relação à soja transgênica. Para se ter idéia da importância da temática apenas neste dia, uma sexta-feira, quando é editado o caderno *Campo e Lavoura*, somando-se as ocorrências no corpo do jornal e no caderno (dedicado integralmente aos transgênicos) são 13 os registros de notícias. Deve-se considerar que justamente a repercussão acontece um dia após o Governo Federal anunciar a liberação da soja transgênica, como se observa nos títulos de algumas das reportagens, que podem dar uma idéia da evolução dos fatos naquele mês:

Maio/99 títulos

- 6 - Justiça libera testes com transgênicos
- 6 - Secretários pedem proibição de produtos transgênicos
- 7 - Secretário da Agricultura acompanha grupo que levará a posição do Estado sobre os transgênicos aos europeus
- 7 - Estudo ambiental será exigido
- 13 - Farelo é exportado com adicional de 5%
- 14 - Anunciada a liberação da soja transgênica
- 14 - Um caso para a justiça decidir
- 14 - Curiosidade semeou o contrabando
- 15 - Ação tenta barrar soja transgênica
- 15 - Agenda de Pelotas defende alimentos modificados
- 16 - A semana decisiva dos transgênicos
- 17 - Anunciadas medidas contra os transgênicos
- 18 - Nova batalha na justiça
- 25 - Supermercado garante origem dos produtos
- 29 - Ministros vão reavaliar registro da soja
- 31 - Um clima pesado

O jornal, até aquele momento, já tinha editado 259 informações, a maioria reportagens sobre o assunto e o crescente interesse resultou em três edições especiais do caderno *Campo e Lavoura*. Na primeira, em 6 de fevereiro de 1998, a capa do caderno alertava: "Soja vira caso de polícia". Em 2 de outubro de 1998,

um novo caderno resumia em seu título principal o que estava por vir: "A semente da polêmica". No caderno do dia 14 de maio de 1999 estampou na capa: "A colheita clandestina". A reportagem principal anunciava que a soja transgênica não apenas estava sendo plantada sem autorização oficial como também fôra misturada a grãos sem modificações genéticas e entregue a cooperativas e indústrias. Como diz o último título de maio, tratava-se de um clima pesado, que permaneceu e sustentou as disputas de sentido sobre os transgênicos.

O jornal buscou dados, foi às fontes, ouviu técnicos, especialistas e produtores rurais e trouxe de volta para as suas páginas informações que estavam dispersas, mas importantes para posicionar os atores sociais (entre os quais a própria RBS) sobre a realidade da questão. A edição estava repleta de dados objetivos, com números e enunciações dos diversos segmentos, constituindo-se num documento atual, sustentado e inequívoco da situação. Dada a relevância, passa a se constituir numa fonte que alimenta outros discursos, pois a partir da clareza dos dados já não seria possível tratar o assunto como um "boato" ou uma simples "contravenção".

A partir daquela edição, o cultivo de soja transgênica se impunha como problema, com repercussão direta em outros campos sociais, além do agrônomo. Tratava-se de um caso típico de desobediência civil. Teria que ser levado às instancias judiciais. Afinal, o Estado (Governos Federal e Estadual), teria de tomar um posicionamento diante da relevância dos fatos relatados. As informações, confirmadas mesmo por entidades ecológicas, mostravam o cultivo de mais de 300.000 ha com transgênicos, o equivalente a 20% da área semeada com soja no Rio Grande do Sul.

Combinada com a cobertura do jornal, uma das reportagens em destaque, fora do caderno, diz da tão esperada liberação da soja transgênica, pela Monsanto. Na reportagem consta que o Ministério da Agricultura anunciaria, na segunda-feira seguinte, a aprovação do registro de cinco variedades de soja transgênica desenvolvidas pela empresa Monsanto -, permitindo a produção e comercialização das sementes geneticamente modificadas no Brasil. Tratava-se da primeira habilitação para plantio comercial no país e o texto de *ZH* oferece um tom exultante à tecnologia.

Isso significa que a primeira safra brasileira do terceiro milênio brotará da terra com a marca da biotecnologia. A informação, liberada ontem, surpreendeu até a própria multinacional, que não tinha previsão de receber uma resposta logo (*ZH*, 14/05/1999).

A notícia da liberação e a repercussão política do caderno de *ZH* com os

dados recentes e focais sobre o cultivo de transgênicos no Estado acontecem num momento crucial das negociações do Estado com a Europa. No dia anterior, parlamentares ingleses tinham aprovado uma moção de apoio à criação da zona livre de transgênicos no Rio Grande do Sul. Prova simbólica mas também indicial da aposta que o mercado europeu estava fazendo no Estado a fim de ter um reduto para fornecer soja convencional para uma região na qual a opinião pública fazia grande pressão contra alimentos modificados geneticamente.

Em artigo assinado pela chefia de reportagem do caderno, a jornalista Márcia Mandagará, fala de uma “Uma pedra na rota da soja” e faz uma pergunta elementar para o momento: afinal, “o que leva um agricultor a arriscar a liberdade por uma semente proibida?”. E sua resposta é simples: “Na visão do produtor, a questão é prática. Ele busca uma fórmula mágica para sair do vermelho. O homem que coloca a semente na terra quer saber quanto vai receber a mais pela soja convencional ou economizar com a transgênica” (ZH, 14/05/99, Campo e Lavoura, p.2).

Essa “questão prática”, captada e enunciada pela jornalista, refere-se à variável elementar em toda a discussão sobre os transgênicos, na medida em que é justamente esta questão, ao se instituir como valor, que antecipa e determina o comportamento adotado pelos atores (agricultores). Não fosse esse condicionante comportamental, o debate sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul e no Brasil talvez se desse em outras bases e, assim com outro percurso histórico.

As informações, seja da Monsanto, seja fruto da informalidade entre os próprios agricultores, a respeito da redução de custos de produção, aguçaram a curiosidade dos agricultores. A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo havia publicado naquela época um resumo de um encontro sobre transgênese, mostrando que as estimativas de área com soja modificada, contrabandeada da Argentina, indicavam o cultivo de 260 mil hectares. A cooperativa ecológica Coolméia também publicou que estimava uma área plantada de 300 mil hectares de transgênicos. Não havia como comprovar esses dados no Estado, mas eles estavam presentes nos discursos dos vários segmentos e pareciam indicar que na realidade havia entre 300 e 600 mil hectares cultivados. De todo modo, uma marca expressiva.

No texto deste caderno de ZH estão as marcas de que os repórteres foram instruídos pelo jornal a buscar informações precisas. A reportagem de capa aponta que foi a “Curiosidade (que) semeou contrabando”. Na matéria “Onde transgênico é bandeira de luta”, pode se ter idéia dos relatos jornalísticos:

Se alguém chegar a Passo Fundo e perguntar quem plantou soja transgênica na última safra, ninguém vai se acusar. Apesar da Associação dos Engenheiros Agrônomos do município ter uma estimativa de que há sementes no Estado para que em 1999 cerca de 20% da área seja transgênica (620 mil hectares), os seus associados não apontam quem está plantando, nem comprovam a porcentagem. Mas há agricultores que se dispõem a falar sobre as suas experiências, desde que os nomes não sejam revelados, porque têm posições de liderança dentro da comunidade. Essa iniciativa ocorre principalmente por um motivo: para esses produtores, o direito de cultivar soja geneticamente modificada já é uma bandeira de luta (ZH, 14/05/99, Campo e Lavoura, p.5).

Dois dias depois (16/05) da emblemática edição de Campo e Lavoura, o próprio editor de *ZH*, Marcelo Rech, assina artigo onde avalia o papel do jornal no processo de informação sobre os transgênicos, diante do impacto que a edição causou. Quase ao final do artigo traduz o que pensa que seja a função que o jornal desempenha tanto interna quanto externamente. Diz que: "O interesse internacional faz sentido. O Brasil é o único grande produtor mundial de soja que ainda não estabeleceu uma política definida para o tema. Dependendo de *Zero Hora*, ele continuará sendo tratado com a responsabilidade, o equilíbrio e a sensatez que a questão merece".

Bem entendido, o editor traça um paralelo de comportamento. Como o Brasil era o único grande produtor mundial de soja que não tinha política definida em relação aos transgênicos, induz algo de contraditório ou talvez negativo na postura do País. Então o editor faz um movimento discursivo para colocar a mídia acima dos embates, dizendo que pelo menos *ZH* continuaria tratando o tema com responsabilidade, equilíbrio e a sensatez. O jornal apresenta-se como o fiel da balança discursiva. Estava pronto a dizer o que fosse preciso, de forma "isenta", como diz outro ponto do mesmo artigo.

O campo social midiático possui esta interessante peculiaridade ou capacidade, de se autoapresentar e também se autônominar e avaliar, remetendo para si mesmo o julgamento dos seus atos. Neste caso, apresenta-se como parte pura, não contaminada, no processo discursivo. Em determinado ponto do texto o editor é ainda mais claro em relação ao que pensa da ação desempenhada pelo jornal:

A equipe do Campo & Lavoura exhibe não só o mérito de ter identificado no nascedouro um tema que entrará para a história da agricultura gaúcha como pode se orgulhar de uma cobertura isenta, consistente e esclarecedora. É também uma cobertura complexa, que exige da equipe permanente capacidade de discernimento para escantear os interesses econômicos e políticos em jogo (ZH,16/05/1999).

O termo “escantear” é muito interessante, porque é usado no sentido de tirar, remover a ação, deixar de lado os interesses “econômicos e políticos em jogo”. Ou seja, *ZH* se apresenta como tal autonomia e suficiência que, pela “capacidade de discernimento”, anuncia que não se deixará iludir ou contaminar por quaisquer interesses, que não seja a informação “isenta, consistente e esclarecedora”.

Nada mais contraditório com a realidade. Como se observou em vários episódios sobre os transgênicos, *ZH* nem sempre deixou claro para o leitor as regras do jogo discursivo, que o editor reivindica no artigo. Pelo contrário, em várias oportunidades, as reportagens omitiram ou não confrontaram dados dos interlocutores elevados à enunciação.

Uma agenda jornalística efetivamente esclarecedora sobre um tema de reconhecido potencial polêmico, como os transgênicos, parece requerer o exercício contínuo dos antagonismos da enunciação das fontes opositivas, a fim de levar aos leitores os diferentes aspectos que compõem o quadro da realidade onde o assunto se insere. Como vimos, quando falam políticos, como o próprio Secretário da Agricultura, ou o Ministro da Agricultura, ou mesmo um cientista ou um ecologista, as reportagens dificilmente contrapõem ou intercalam os discursos a fim de oferecer as várias dimensões do problema. Enfim, a idéia de que *ZH* não se deixa envolver por interesses econômicos e políticos, parecendo mai um relato de proposta editorial do que a realidade apresentada em suas páginas.

Ainda que a autonomia discursiva da mída possibilite manifestações como a do editor de *ZH*, não se pode deixar de reconhecer que há nos jornais e, enfim, nas mídias em geral, indícios preciosos da realidade e até “rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa” (Lage, 2001, p.154). Acontece que dificilmente na relação entre campos um e outro interesses deixam de influir e mesmo se confundir, de forma que é difícil que se tenha condição prática de uma isenção absoluta de qualquer ator social (inclusive o editor de *ZH*) no processo de mediação. E não é isso que propugna o jornalismo comprometido com a verdade. Ao contrário, ele reconhece esse processo de influências recíprocas, mas continua a sondar criticamente os elementos da realidade em busca do que tenha acontecido no cotidiano.

A prática do jornalismo sério e responsável nada mais pode ser do que a preocupação constante em garimpar a informação nos aspectos mais absolutos que se tenha condições de buscar a fim de apresentá-la na esfera pública com, igualmente, todos os seus diferentes contornos. Como a pedra bruta que sai dos garimpos, sobre ela muito há de se trabalhar até que brilhe o seu valor, o

que para o jornalismo é essa busca constante e persistente pela verdade. Pode-se dizer que, sobre os transgênicos, imaginar que a mídia tenha o domínio da verdade não passa de mera ilusão, o que não significa que se abandone a idéia de buscar, tenazmente, os diferentes aspectos da realidade na procura constante, mas falível, da verdade.

Pode-se dizer, também, que o envolvimento da equipe de redação de *ZH* na atividade de ouvir as diferentes fontes, fundamental para a prática jornalística, nem sempre funciona de forma coordenada. É bastante comum o jornal tomar uma determinada direção, apologética em relação a biotecnologia, por exemplo, e pouco depois mostrar-se encantado pelas ações da agroecologia; ou mesmo identificar-se com os discursos do governo federal e, logo depois, sem nenhuma crítica ou contraponto, acolher os argumentos totalmente diferentes, na esfera estadual.

Também é possível perceber o que podemos chamar de aproximação não autorizada, em que uma determinada matéria mostra o envolvimento com a causa alheia. No domingo em que o Secretário da Agricultura desceu do avião vindo da Europa, 16 de maio, encontrou os jornalistas no saguão do aeroporto alinhados para uma coletiva. O anúncio recente do Governo Federal, de liberar as cinco cultivares da Monsanto, o que tinha acontecido na terça, 18, e as reportagens "investigativas" de *Zero Hora* da sexta anterior se interpuseram e foi justamente esta a pauta explorada com o político.

O jornal enuncia o comportamento do Secretário e este se encarrega de voltar à tese dos boatos que, na opinião de Hoffmann, seriam difundidos pela Monsanto. Difundidos pela Monsanto, mas veiculados pela mídia e por *ZH*, em particular. Então, curiosamente, o Secretário defende o que o jornal chamou de "investigação jornalística". Observe-se que havia algo interessante na relação Secretário/*ZH*, pois o jornal fez questão de enunciar que "primeiro" ele falou em boatos e depois "reconheceu" a importância da reportagem.

Hoffmann não se mostrou surpreso com as denúncias publicadas na última sexta-feira em *Zero Hora*, de que nesta safra houve plantio e colheita de soja transgênica. Primeiro, disse que as notícias eram boatos difundidos pela Monsanto que chegaram inclusive à Europa, mas reconheceu a importância da investigação jornalística.

- A reportagem ratifica as denúncias feitas pelo governo ao Ministério Público de que havia plantio ilegal no Estado. Os produtores foram enganados e compraram uma grande ilusão por desinformação. Mas isso não ocorrerá mais - afirmou em entrevista coletiva no Aeroporto Salgado Filho (*ZH*, 16/05/1999).

A ideia de que os agricultores não sabiam o que estavam plantando, uma vez que foram eles mesmos que declararam que as sementes foram contrabandeadas e cultivadas em suas lavouras é, no mínimo, ingênua, além de contraditória. O mais lógico seria acreditar que os agricultores sempre souberam que se tratava de produto ilegal, já que adquiriram-no com ágio, pagamento aviltado justamente pela condição própria da clandestinidade. A imagem do agricultor desprotegido e desorientado não combina com a estratégia urdida pelos próprios produtores rurais e seus representantes para forçar uma situação nova para a legislação brasileira que, determinante, impedia o cultivo de OGMs em solo brasileiro. Para fazer isso, ao contrário de desinformados, teremos que imaginar os agricultores agindo com base em muitas informações.

As teorias clássicas de desenvolvimento mostram que, por natureza, os agricultores tendem a ser conservadores e, em geral, retráteis a inovações tecnológicas, a não ser que recebam muita informação e que verifiquem as comprovadas (pela imitação) vantagens da adoção de novas práticas (Rogers, 1995). Neste sentido, seria ingenuidade partir do pressuposto que houve, no caso do Rio Grande do Sul, desinformação e enganação dos agricultores, já que o objeto da imitação estava muito perto, no outro lado do rio ou do arame, nas lavouras argentinas.

O que se pode imaginar é que o Secretário da Agricultura, por sua vez, também tivesse pleno conhecimento dos valores simbólicos conferidos ao seu posto. Assim, tinha consciência dos efeitos de sentido discursivos e usava destes valores como parte da ritualidade do cargo. A bravata “mas isso não ocorrerá mais”, em relação à pretensa enganação a que os produtores foram submetidos, fazia parte da estratégia discursiva do político. Afinal, estava falando para a mídia e assim operando dentro das lógicas discursivas que a presidem. Basta observar o início da reportagem e o tom (no lead) captado pela reportagem, fruto da enunciação de Hoffmann:

Na próxima safra de verão, não haverá uma única planta de soja transgênica (modificada geneticamente) no Rio Grande do Sul. Nem contrabandeada. Com esse discurso forte, o secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, desembarcou ontem pela manhã em Porto Alegre (ZH, 16/05/1999).

A enunciação funciona como um discurso ensaiado para ser *lead*. Ao dizer o que disse, no momento histórico em que disse e para quem disse, o Secretário sabia o que estava agendando. Engana-se, neste caso, quem pensa que é a mídia quem agenda. Os campos sociais (e o político por excelência) conhecem os caminhos. Naturalmente, à ZH também interessava tal agenda, a

fim de alimentar o circuito da polêmica, da enunciação que, assim emoldurada, tinha previsíveis efeitos políticos. Basta reconstituir o discurso apresentado acima para identificar a expropriação que incorpora. Lembrando que a expropriação da opinião pública acontece justamente quando decisões unilaterais são tomadas ou anunciadas como se fossem a mais legítima vontade daqueles por quem se foi delegado a falar.

Sendo mais claro, é como se o político escrevesse a matéria em *ZH*, estruturando o discurso de tal forma que as frases de efeito funcionaram com deliberado propósito na, neste caso previsível, fórmula jornalística. O político teve como recompensa o que talvez tenha imaginado se tratar do equilíbrio da situação. Chegou no aeroporto de Porto Alegre refém dos microfones e saiu contando pontos na equação política. Somente esse casamento entre mídia e política pode oferecer rapidamente um movimento de tal envergadura, em que os atores se deslocam e assumem novas posições e continuam jogando.

Pode-se até pensar num jogo de soma zero, mas talvez não seja bem assim. Como vimos, não se pode esquecer que cumpre ao profissional do jornalismo atenção específica para os fatores contraditórios que permeiam especialmente o bem articulado e informado discurso político, a fim de agregar valor à informação que chegará à esfera pública. Esse valor específico é fundamental à credibilidade de um órgão de imprensa. Afinal, em função da realidade, dos fatos, pode-se inverter o sentido do texto jornalístico. “Uma palavra, uma nota podem evidenciar com clareza tudo o que se quer esconder” (Lage, 2001, 153).

3.3.11. A tensão jurídica

A legislação sobre biossegurança passou a ser cada vez mais objeto das tensões entre os campos político, empresarial, ecológico, agrícola, judicial e científico. A questão central passou a ser, então, “brigar na justiça”, juntar argumentos capazes de sensibilizar juizes e promotores na direção de ou impedir o avanço ou liberar os campos agricultáveis.

Na disputa, ora um campo, ora outro, move-se no espaço como as peças de um jogo de xadrez, em que cada peça cumpre uma função. Foi o que aconteceu, por exemplo, no dia 4 de abril de 1999, quando a justiça liberou a interdição de testes da Monsanto com transgênicos. A interdição havia sido feita pelo DPV da Secretaria de Agricultura do Estado e fazia parte de inúmeras interdições recém realizadas, de acordo com o Decreto 39.314, que exigiam o relatório de impacto

ambiental. O registro em ZH, do dia 5, traz a enunciação de um dos diretores da Monsanto, dizendo que “A direção da Monsanto ficou animada com as vitórias na Justiça contra as decisões administrativas do governo gaúcho, que pretende criar uma área livre de transgênicos”.

A evolução da ciência genética e a preocupação cada vez maior com os problemas ambientais criaram um campo novo na área de ciências jurídicas: o biodireito. O termo surgiu das tentativas de sistematizar leis sobre assuntos novos e revolucionários, como clonagem de seres vivos, produtos transgênicos, reprodução humana artificial e a doação de órgãos.

Como o centro de tensão sobre o assunto estava no Rio Grande do Sul, o estado foi escolhido para sediar o 1º Congresso Brasileiro de Biodireito, promovido pela OAB e Assembléia Legislativa, o que aconteceu em junho de 1999. As questões legais estavam, entretanto, longe de se desfazer.

As disputas jurídicas não ficaram apenas na esfera da legalidade ou não dos transgênicos, pois se ampliaram nas acusações pessoais. Depois de fazer uma série de acusações ao Ministro da Agricultura num programa de rádio, o Secretário Hoffmann foi denunciado pelo Ministro Francisco Turra. No dia 18 de abril, ZH chama em manchete da página 30 uma “Nova batalha na Justiça” e se refere ao ingresso de uma ação na Justiça contra o secretário da Agricultura, pelas insinuações de que a liberação de cinco variedades de soja transgênica seria resultado de “acordos espúrios” com a multinacional Monsanto e para “agradar ao presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Para aquecer a discussão, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC) do Ministério da Agricultura divulgou, no dia 9 de junho de 1999, a lista com o registro das cinco variedades transgênicas desenvolvidas pela empresa Monsanto: São elas as M-SOY 6363 RR, M-SOY 7777 RR, M-SOY 7979 RR, M-SOY 8080 RR e M-SOY 8888 RR.

O impasse apenas crescia, porque no dia 22 de junho uma decisão judicial acatou pedido de suspensão do plantio comercial de sementes geneticamente modificadas no País, atendendo ao pedido de liminar do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da organização ambientalista Greenpeace - que alegavam a falta do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima).

Poucos dias depois (25/06), chegou a notícia de que a Europa havia

decretado moratória por tempo indeterminado ao plantio comercial de transgênicos na região. Segundo ZH, a decisão foi festejada pelo secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann. Ele teria afirmado que era essa a garantia que os produtores gaúchos precisavam para se certificar de que a Europa seria o grande comprador de soja convencional.

3.3.12. O embate político

Talvez um dos campos que mais tenha recebido pressão de todos os demais segmentos e viu-se compelido, várias vezes, a adotar posição na mediação da contenda, foi o político. Tarefa difícil porque o campo político, dentro das lógicas que o regulam e uma vez pressionado, busca satisfazer as expectativas dos segmentos que representa, mas está sempre refém dos movimentos de opinião. Por isso, talvez esse campo tenha tentado desvencilhar-se das decisões mais difíceis, transferindo-as para o campo jurídico. A participação do campo político se mantém presente de forma central em todo o desenvolvimento da temática sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul e no Brasil. Uma das atitudes mais curiosas no processo foi a do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois foi em sua gestão que a Lei de Biossegurança, regulando severamente o plantio de transgênicos, foi aprovada, mas foi nesta mesma fase em que mais se adiaram decisões. O Presidente não conseguiu convencer nem mesmo a sua equipe das vantagens que propugnava em aprovar o plantio de sementes transgênicas no País. Saiu sem resolver o impasse decorrente de uma bem articulada e moderna, criada para orientar.

Cabe indagar porque a ideia contida na lei e a realidade não se ajustaram. São muitas as possíveis explicações. Uma delas é que o modelo liberal, globalizador e de redução do Estado, ajustava-se à política pró-transgênicos do governo Fernando Henrique. Entretanto, a lei foi construída para outro cenário. Não se pode esquecer que a severidade da legislação sobre segurança na área biológica foi pensada pelo governo para o cenário da indústria farmacêutica norte-americana, a fim de planificar os entendimentos do País com a lógica comercial do país que se transformou na mais importante economia contemporânea mundial, os Estados Unidos. As notícias da primeira fase dos transgênicos, que aparecem ainda na época da aprovação da lei, são muito claras quanto à intenção do Governo Federal. A ordem foi se abrir ao mercado e desobstruir os fatores limitantes ao entendimento que, naquele momento a falta de legislação sobre paternidade genética estava determinando. A Lei de Biossegurança surgiu amparada na Lei de Patentes. Pode-se dizer que havia coerência neste ponto com o ideológico (liberal, globalizador, privatizador, Estado

mínimo, etc) da modelagem de desenvolvimento implementada pelo governo Fernando Henrique.

A posse, em 1999, de um governo de oposição, de inclinação socialista, no Rio Grande do Sul, colocou na equação que se desenhara sobre os OGMs, outra perspectiva para o desenvolvimento. Em oposição ao formato privatizador, o novo governo do Rio Grande do Sul lançou-se num projeto de recuperar as estatais que o governo anterior (do PMDB) havia privatizado. O modelo de desenvolvimento, portanto, não seria centralizado pelas operações de mercado no Estado. O novo governador definiu a modelagem como um “desenvolvimento espalhado” tendo cunhado a palavra (indicativa de desconcentração) quando disputava as eleições. A posição contra a sementeira de transgênicos se encaixa também na nova proposta, que buscava diminuir a dependência às empresas multinacionais. O caso mais emblemático desta postura foi o que se desenvolveu com a instalação de uma montadora da Ford, processo deixado em andamento pelo governo anterior, que foi susado pelo novo governo. Postular contra os transgênicos também se ajustava à expectativa de valorização da agricultura familiar e agroecologia, que se transformaram nas bandeiras de luta da Secretaria da Agricultura.

Colocadas as posições federal e estadual, o mesmo não se podia dizer dos municípios do Rio Grande do Sul, em cujos campos a soja convencional ou transgênica é efetivamente cultivada. A primeira iniciativa apareceu no sentido de coibir o cultivo de soja transgênica, decisão tomada pelo Prefeito de Espumoso, em 1998, que foi a base da discursividade do Rio Grande do Sul livre de transgênicos, adotado pelo governo estadual. O autor da proposta, Mario Bertano, avançou politicamente, viajou pela Europa com o Secretário da Agricultura, passou a ser convidado para inúmeros eventos e transformou-se em presidente da Frente Nacional de Municípios Agrícolas (Fenama).

Outro momento de destaque neste embate municipal aconteceu quando o prefeito de Cruz Alta firmou posição favorável ao cultivo de plantas transgênicas. Com 17 votos a favor e três contra, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto que transformou o município em território livre para o plantio de transgênicos. O projeto, que em 2 de julho de 1999 virou lei municipal, foi de autoria do próprio prefeito, engenheiro agrônomo e pesquisador Luiz Pedro Bonetti (PDT).

A política sofre com o embate, mas essencialmente cresce com ele, acopla-se às tendências centrais, busca influenciar a opinião pública usando as suas estratégias e usa a mídia para as suas operações, onde a discursividade e os atos produzidos para gerar efeitos podem ser apresentados e consumidos.

As leis municipais contra ou a favor do cultivo de transgênicos, juridicamente, pouco podem acrescentar à realidade do cultivo de soja transgênica. A decisão de cultivar ou não transgênicos não passa pela instância municipal e os políticos sabem disso. Assim como a bravata “agora vai ser diferente” do Secretário da Agricultura, ao sustentar que na safra seguinte não haveria mais plantio de OGM no Estado, não avançou além do discurso. Simplesmente porque o tempo se encarregou de mostrar que nada aconteceu e independente dos discursos o Rio Grande do Sul, até hoje, apenas aumentou a sua área com sementes transgênicas, inclusive durante os quatro anos do governo do PT.

Pode-se dizer que existem operações que se ajustam e outras que não se ajustam, mas a regulação não está, no caso dos transgênicos, condicionada à esfera institucional, de onde emanam os discursos. A regulação mesma emerge nas operações práticas na esfera social, essencialmente de foro privado. Neste plano da realidade, as orientações são diferentes. São econômicas, relacionadas tanto ao interesse comercial globalista, quanto ao estado de bem-estar que os produtores rurais buscam para a sustentação, manutenção e sobrevivência. No caso dos transgênicos tais forças aparecem sobrepostas à legislação e ao Poder de Estado. Até porque, puderam contar com alguma conivência de parte deste.

Por isso, embora acoplada no mesmo escopo, a biotecnologia dos transgênicos e sua utilização pelos produtores rurais, quando da análise, precisam ser interpretadas a partir de outras lógicas que não apenas as que presidem a discursividade midiática. Ainda assim, é a mídia um lugar privilegiado para a análise (deste e de outros temas), já que é onde os discursos circulam, como já dissemos antes.

3.3.13. A hegemonia do campo econômico

A força expressiva e hegemônica do capital nesta discussão sobre os transgênicos deixa de fazer parte apenas dos fragmentos discursivos e assume papel relevante em todo o processo. Em ZH isto é muito claro. Ainda durante a reunião anual da SBPC, em Porto Alegre, os campos político e empresarial manifestam, sem subterfúgios, as propostas em relação ao caso.

Primeiro veio a notícia de uma pesquisa realizada entre os associados da Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto, as quais haviam se posicionado em relação aos produtos transgênicos, a partir do 14º Seminário de Gramado, realizado nos dias 1º e 2 de julho. Tudo em função de que o resultado da pesquisa, realizada com 295 dos 560 participantes, mostrou maciço apoio à produção de

plantas modificadas geneticamente.

Entre os ouvidos, 61,35% se disseram favoráveis ao produto alterado e pretendiam plantá-lo ou indicar a sua semeadura na próxima safra. Outros 12,88% também apoiavam, mas não avisaram que não plantariam. Apenas 1% queria mais informações, enquanto 22,4% não se posicionaram e 2,37% se manifestaram contrários ao plantio de produtos modificados. Quando perguntados sobre os motivos que os levavam a serem favoráveis, 53,62% dos consultados indicaram a razão econômica, 24,11% apontaram a produtividade e 19,67% queriam seguir as experiências de outros países, como Estados Unidos, Canadá e Argentina (ZH, 14/07/99).

A força do campo econômico, por parte dos produtores rurais, é explicitamente confirmada, mas, nesta mesma edição, o jornal mostra que o então Ministro da Agricultura, Francisco Turra, também preocupado com a economia, "cobra garantias da união Européia". Ele cobrava um sinal claro de que os países que oferecessem produtos não-transgênicos poderiam obter vantagens no mercado europeu. O ministro disse que caso a União Européia garantisse a compra de 30 milhões de toneladas de soja ou 60 milhões nas próximas safras, o agricultor brasileiro poderia ser estimulado com um diferencial de preço, que deveria ser de 20%, no mínimo:

- Se eles efetuarem a compra futura de toda a safra de soja do ano que vem, por exemplo, o Brasil garante que não produzirá sequer um grão transgênico - disse o ministro à Zero Hora, e completou: "É muito difícil falar para o produtor deixar de lado os transgênicos, quando os argentinos dizem que têm até 20% de redução de custo e exportam para vocês com preço igual, sem nenhuma diferença" (ZH, 14/07/99).

Ou seja, conforme a avaliação do ministro, seria complicado fazer campanha para que o produtor brasileiro se afastasse dos transgênicos apenas com base nos interesses dos europeus, porque, "apesar da resistência dos consumidores, continuam sendo feitos testes e entrando produtos geneticamente modificados" (ZH, 14/07/99, p.30).

Não há como se observa na textualidade, qualquer referência às normas vigentes com relação ao assunto ou qualquer discussão de outra ordem que não seja a econômica. Trata-se de uma ordem estabelecida, que não faz parte das negociações, que subsiste forçando decisões dos demais campos, especialmente o político e o jurídico.

De alguma forma isso é anotado por Giddens (1991, p.62) ao dizer que “a economia é razoavelmente distinta, ou ‘insulada’ das outras arenas sociais, em particular das instituições políticas”. O capitalismo, afinal, precisa ser muito dinâmico e independente de quaisquer amarras (culturais, sociais, institucionais e até emocionais) para assim atender as suas próprias conexões, estabelecidas entre o empreendimento econômico competitivo e os processos generalizados de transformação da mercadoria. A essa flutuação, Baumann (2000) denomina modernidade líquida.

Tal é a ordem econômica, mas cabe retomar aos movimentos da mídia, para compreender porquê ela funciona passivamente como reprodutora, não interpondo ao discurso econômico, apresentado como finalista, outras esferas de interesse da sociedade?

3.3.14. As cartas em ZH

As primeiras cartas envolvendo a temática dos transgênicos, reproduzidas pelo jornal ZH a partir de 1999, mostravam uma tendência dos leitores em aceitar a tecnologia. Ou seja, o jornal ou não havia recebido ou optou por reproduzir apenas as manifestações contrárias à posição do novo governo. Devemos lembrar que aquele era um momento naturalmente tenso, de início de ano político, ao final de confronto político das eleições.

A primeira carta surge dia 14 de fevereiro. Uma aposentada critica o novo governador que, dias antes havia entrado num navio do Greenpeace, em Porto Alegre, ancorada para pedir ao governo que transformasse o Rio Grande do Sul numa zona livre de transgênicos. Dada a irrelevância, omitimos o nome dos autores.

A “revolução verde” dos anos 70, com a introdução de novos cultivares, correção de solos e defensivos agrícolas, permitiu triplicar a produção de grãos mundial dentro da área arável disponível, que é naturalmente finita. A introdução dos transgênicos é apenas mais uma tecnologia disponível para o indispensável aumento da produção mundial de alimentos. É lamentável que um governador suba ao navio de uma organização ecoxiita de propósito não bem esclarecido para se tornar arauto do atraso ao declarar o Rio Grande do Sul “área livre de transgênicos”. (Aposentada - Porto Alegre, RS) (ZH, 14/02/1999).

A segunda e também a terceira carta aparecem publicadas, na sequência, dia 10 de março, escritas por agrônomos. A primeira reflete um tom ponderado, mas igualmente favorável à biotecnologia, até que algo seja provado contra ela.

A outra questiona fortemente a posição estadual, apoiando-se num artigo de um professor da UFRGS, publicado por ZH dia 3 de março, que põe em confronto os interesses dos agricultores e da sociedade e as posições ideológicas contra os transgênicos. Na crítica à posição estadual, o autor termina o artigo dizendo que: “Nosso povo, quando bem informado, sempre soube fazer suas próprias escolhas”.

O uso de variedades transgênicas seria eminentemente técnico, mas favorece ganhos de produtividade e menores custos em lavouras tecnificadas por evitar tratos culturais de capinas e possibilitar mais cultivos consecutivos. A resistência está em tentar bloquear a evolução da técnica para proteger os agricultores menos eficientes. Até agora não se comprovou nada de prejudicial ao consumidor. O princípio ético e jurídico democrático que norteia nossa sociedade deve considerar as coisas como possíveis e lícitas até prova em contrário. (Agrônomo - Porto Alegre, RS) (ZH, 10/03/1999).

Merece destaque o artigo “Os transgênicos e a política” (ZH de 3 de março). Homero Dewes foi claro e corajoso. Os produtores rurais sabem o que é melhor para a agricultura e precisam, antes de tudo, ser consultados. Não será o governo estadual que dirá ao cidadão se deve optar pela carroça ou pelo automóvel, por pulverizar agrotóxicos nas lavouras ou pela biotecnologia. Rompamos as correntes da dependência química na lavoura utilizando a biotecnologia, quer o governo queira ou não. (Agrônomo - Passo Fundo, RS) (ZH, 10/03/1999).

As primeiras cartas de 1999 foram o sinal de que o tema tinha definitivamente entrado na opinião pública e abriram caminho para que outras pessoas se manifestassem sobre o assunto. Então começam a aparecer no jornal os primeiros defensores da posição tomada pelo governo estadual:

Está de parabéns o Secretário da Agricultura pela coragem de estabelecer critérios de atuação para o Estado quanto ao plantio de produtos transgênicos. É uma atitude a favor da vida. Não queremos aumentar a quantidade de agrotóxicos em nossa mesa, em nossa água e em nossos solo e ar. Não queremos herbicidas mais fortes nos matando mais rapidamente. Não queremos que nossos filhos figurem nas estatísticas sobre doentes que a ciência não sabe curar. Sempre foi e será mais barato evitar o envenenamento do que remediar o estrago. (Jornalista - Porto Alegre) (ZH, 12/03/1999).

Trabalho com arroz irrigado há mais de 15 anos no Litoral Norte e acompanho com preocupação a questão dos transgênicos no Rio Grande do Sul. Protesto contra atitudes e manifestações que visam a restringir os trabalhos científicos do Irga a respeito. Os transgênicos são uma nova revolução agrícola e não podemos tratar o assunto com venda nos olhos. Sem os dados das pesquisas e dos experimentos do Irga, o povo gaúcho nunca poderá formar opinião isenta sobre os

transgênicos. (Agrônomo -Torres, RS) (ZH, 12/03/1999).

Nunca devemos arriscar nossa saúde com produtos dos quais não temos conhecimento sobre os males que poderão provocar no organismo humano. Devemos sempre ser prudentes e adotarmos posição defensiva. A Inglaterra já tem legislação para proteger seus consumidores, exigindo que se ponha nas embalagens e até nos cardápios dos restaurantes se os produtos oferecidos são geneticamente alterados. E um cientista escocês divulgou suas pesquisas informando os efeitos nefastos que podem causar no sistema imunológico e no cérebro. Não aos transgênicos. Sim à saúde. (Militar - Canoas, RS) (ZH, 15/03/1999).

Os autores recorrem às questões relativas à ética, jurídicas, tecnológicas, econômicas, ecológicas e de interesse público, entre outras. O que sinaliza que passa a estar presente nos discursos públicos o interesse dos vários campos na questão e que ao mesmo tempo tensiona por dentro (em relação aos pressupostos) os posicionamentos adotados pelos segmentos sociais. A opinião pública, entretanto, necessita de dados, os mais objetivos possíveis e de alguém com autoridade que se posicione, para se abastecer e se encaminhar para uma decisão.

A palavra dos agrônomos é, no contexto, um indício de autoridade e de representatividade das operações realizadas na ponta da produção agrícola, mas também um lugar onde a tecnologia dos transgênicos recebeu amplo acolhimento. Neste caso, serve para abastecer um dos lados da polêmica. A linha preservacionista ou ecologista é defendida com as opiniões de um jornalista e um militar, pessoas da sociedade mas especialistas, pertencentes a outros setores.

O jornal cresce, mostra a sua força na comunidade, quando se abre para as várias tendências. Neste sentido, o próprio jornal é uma carta pública, uma conversa pública, como prefere tratar Gabriel Tarde (1843-1904). "A carta familiar, desenvolvida, foi eliminada pelo jornal, e o fato é compreensível, já que este é o equivalente superior, ou melhor, o prolongamento e a amplificação, a irradiação universal daquela" (Tarde, 1992, p.152).

O pensamento de Tarde, ao final do século XIX, quando os jornais eram o prenúncio do fenômeno que depois se convencionou chamar de massa, já apontava que é na transformação da informação em notícia que se dá a operação sensível das multidões que, ainda dispersas, tocam-se intimamente por meio da consciência, que lhe dá essa simultaneidade e é assim que "o jornal irá fazer uma única multidão, abstrata e soberana que batizará com o nome de opinião".

A expressão pública genuína, entretanto, nem sempre é reproduzida nas páginas dos jornais. Nesta mediação funcionam muitos filtros (políticos, ideológicos, empresariais, técnicos, etc). Afinal, nada assegura a representatividade das cartas escolhidas para compor um determinado espaço nos jornais. Não há como saber se o número, ou mesmo a qualidade está de acordo ou acompanha tendências cristalizadas na opinião pública. Funcionam, então, como indicialidades e assim podemos apreciá-las.

Em meio a intensa discussão envolvendo os transgênicos, foi somente em 30 de abril de 1999, 45 dias após a última veiculação, que ZH voltou a reproduzir duas cartas envolvendo a questão, dividindo estrategicamente o espaço entre a defesa e o ataque:

A queima de experimentos de arroz transgênico na estação de pesquisa do Irga, pelo Secretário Estadual da Agricultura, fez-me lembrar do ex-presidente Fernando Collor, que queimou maconha na Amazônia. Sob o pretexto de defender os produtores das multinacionais fabricantes de defensivos agrícolas, atitudes extremistas e fanáticas como essa podem estar indo ao encontro de outras correntes que desejam ver o Brasil submisso ao mundo desenvolvido na eterna condição de subdesenvolvimento. (via e-mail.) (Administrador de empresas - Porto Alegre).

Elogiável a intenção do governo de tornar o Rio Grande do Sul zona livre de transgênicos. Se é importante reconhecer que os organismos geneticamente modificados podem trazer benefícios à humanidade, também deve-se ter muita precaução com as consequências e as implicações éticas da manipulação genética de seres vivos. Na agricultura, tudo leva a crer que a adoção dos transgênicos aumentará o poder das multinacionais produtoras de sementes e venenos, aumentando a dependência dos agricultores a essas empresas. (Ecólogo - Porto Alegre).

A questão da submissão tecnológica versus submissão econômica, presente em toda a discussão, também está presente nas cartas. O administrador de empresas se mostra apreensivo com a possível dependência tecnológica, o que reduziria a capacidade competitiva do País, enquanto o ecólogo vê a mesma questão de um outro ângulo. A dependência não seria tecnológica no mundo globalizado e, assim, econômica, mas diretamente econômica a partir do envolvimento com as empresas multinacionais de agroquímicos. À ecologia interessava ver o impacto de tais tecnologias, enquanto ao administrador o potencial de concorrência. São olhares diferentes sobre a mesma questão, mas que definem os espaços discursivos dos respectivos campos sociais no embate.

Entretanto, há um ator mais diretamente envolvido e será preciso observar como se manifesta para que se compreenda o contexto dessa questão. Os produtores rurais, os que cultivam soja transgênica, como se movimentam?

3.3.15. A epopéia gaúcha pró-transgênicos

A palavra epopéia se refere a cruzadas heróicas em prol de uma causa. E foi justamente com esse tom que os gaúchos brasileiros, plantadores de soja, enfrentaram os momentos cruciais contra os transgênicos. Já se disse que, desde o início dos plantios os agricultores sabiam estar infringindo as leis e que, movidos pela sustentação econômica de seus cultivos, resistiram às pressões.

Porém, em determinados momentos, esses agricultores se apresentaram publicamente. Assumiram a bandeira dos transgênicos e então começaram uma saga em defesa da biotecnologia transgênica. Ou melhor, da soja transgênica.

O tradicionalismo e a cultura gaúchos funcionaram como símbolo icônico ao serem eleitos para empunhar a bandeira moderna da tecnologia de última geração. A força icônica do Gaúcho, das guerras pelo território, entre espanhóis e portugueses, da resistência em manter o território, da pátria rio-grandense defendida com rigor na Revolução Farroupilha, são utilizadas nesta nova “batalha”.

A reportagem de *ZH* capturou a preciosidade desta idéia, em sua edição de 11/04/2003. “Depois da luta pelo charque no século 18, os ideais farroupilhas incitam uma bandeira moderna, com promessas de revolução tecnológica nos campos”, diz o *lead* (parágrafo inicial) da reportagem principal da página 41, sob o título: “Cavalgada defende soja transgênica”.



Figura 1. Cavalgada pró-transgênicos.
Fonte: Jornal Zero Hora (11/04/03).

Os 35 gaúchos ligados aos Centros de Tradições Gaúchas da região central do Estado percorreram as principais avenidas de Passo Fundo, de onde saíram para percorrer 119 quilômetros a cavalo, passando por diversas cidades até chegarem em Palmeira das Missões. A chegada em município que lembra a resistência das missões jesuíticas, hoje grande produtor de soja, faz parte do jogo icônico.

A enunciação do líder dos cavalarianos é ainda mais precisa quanto aos objetivos da marcha. “Por mais que seja uma medida inconstitucional, se todos os locais fizerem isso, passa a ser a vontade do povo e poderá resultar em uma lei”, diz o comandante dos intitulos “Cavaleiros do Mercosul”, Hilton Araldi (ZH, 11/04/2003, p. 41).

A idéia de forçar as instituições legais, bem ao estilo Thoreau, da desobediência civil, é aqui assumida inclusive nos discursos. Para não restar dúvidas quanto ao investimento simbólico dessa jornada épica a Câmara de Vereadores de Passo Fundo, cidade tida pelos riograndenses como a mais representativa do gauchismo, decide colocar uma placa de bronze, “em prol dos transgênicos” no trevo de acesso ao município.

Toda a valiosa (para os gaúchos) carga da tradição guerreira e de resistência estava reunida neste enfrentamento “cívico”, cujos movimentos atuais já não seriam as pontas de lança e garruchas (armas da guerra), mas as icônicas e simbólicas cruzadas. A bandeira do Brasil e do Rio Grande do Sul, a vestimenta característica do gaúcho e a imponência e força do cavalo, são as novas armas, os novos valores das atuais trocas simbólicas.

Falamos, então, de um território demarcado pelos valores simbólicos, numa luta cuja trincheira é o texto que se inscreve no contexto social. Porém, tudo isso não funcionaria sem a mídia. Se a marcha constitui o fato, a realidade em si, é no espaço midiático que os signos (que estão lá) se apresentam para consumo, numa geração e multiplicação contínua de interpretantes. Um espaço por excelência, portanto, da emanção dos significados das coisas do mundo, inclusive do próprio mundo da mídia, porque se engendra sempre um modo de comunicar.

No dia 22 de março de 2003, depois de mais uma manifestação pró-transgênicos, em pleno Governo Lula, ZH elege a passeata de tratores para a sua página 3, logo acima da charge do dia, cujo espaço é titulado como Informe Especial. Trata-se do lugar nobre da enunciação da ZH, porque é a apresentação da imagem do fato do dia (**Figura 2**).



Figura 2. Ordem para o tratoro. Fonte: Jornal Zero Hora (22/03/03).

Está, naquele momento, ZH, a mostrar o clima de ordem, de bom comportamento na manifestação, tanto que a legenda referenda que “obedeceu cuidadosamente às leis de trânsito”, com a orientação policial. Uma contradição evidente, porque legalmente qualquer pessoa que infringe Lei Federal (neste caso a de Biossegurança) é responsabilizada criminalmente pela infração. Porém, neste caso os infratores são acolhidos pela polícia que os orienta e protege. E a passeata vai para o lugar nobre da enunciação em ZH, como se contradição não houvesse. Não se trata aqui de dizer como o jornal deveria enunciar, pois, como dissemos, a mídia mostra-se ao comunicar.

O que se quer apontar é para o sentido que as informações passam a compor ao serem apresentadas na praça pública. A conotação, parece evidente, de naturalidade, tranqüilidade e, talvez o mais importante, segurança. A foto parece mostrar que basta seguir por aqui, por este caminho, que você está protegido, orientado.

Observa-se, mais uma vez, a utilização de outro signo icônico pelos produtores, que remete para força, imponência e, agora, modernidade. O trator funciona como uma espécie de atualização da cruzada épica. Não são automóveis ou caminhonetes, mas potentes e barulhentos tratores que se apresentam para enfrentar as forças oponentes.

3.3.16. A opinião no Correio do Povo

Ainda que a questão dos OGMs tenha ocupado muitas edições do jornal *Correio do Povo*, especialmente após a vitória de Olívio Dutra (PT) no Rio Grande do Sul, a opinião do jornal pouco pode ser observada a partir do material jornalístico. O estilo sucinto das notas e reportagens editadas no jornal, as referências reduzidas aos atores sociais e o uso frequente de notas preparadas pelas agências de notícias sobre os conflitos criam certa dificuldade para a análise do material efetivamente originário da sua redação. O jornal, formato tablóide, apresenta normalmente 24 páginas para todas as notícias internacionais, nacionais, regionais e locais, enquanto seu principal concorrente, Zero Hora, apresenta o dobro, em torno de 50 páginas para os mesmos assuntos.

Os editoriais sobre o tema são ainda mais escassos no *Correio do Povo*. Em todo o período observado pelo levantamento, que cobre o período entre 10 de abril de 1997 a que dia de outubro de 2003, apenas quatro editoriais trataram diretamente da temática que dominou grande parte das discussões na área agrícola do Rio Grande do Sul a partir de 1999. No mesmo período, foram divulgados no jornal 1.600 informes com a referência “transgênicos”. A maioria de tais textos foi editada nas páginas da editoria rural, que de segunda a sábado está localizada normalmente na página 14, entre as editorias de economia e cidades.

O primeiro texto opinativo institucional aparece dia 10 de dezembro de 1999 tendo como título: “A polêmica dos transgênicos”. Inicia remetendo o fato para os domínios da ideologia. Diz: “A polêmica questão dos transgênicos, que tem dado margem a tanta discussão, transformou-se, em nosso Estado, pela radicalização ideológica, numa situação de conflito no campo”. Observa-se aqui o uso do termo *ideologia* em pleno senso comum. Ou seja, traduz a noção de que as políticas particulares do segmento levam ao seu exagerado uso.

Na sequência, mostra como estão posicionados os atores a favor e contrários e somente no final do texto apresenta uma argumentação que mostra uma interlocução posicionada, quando diz:

Os que são favoráveis ao plantio de sementes transgênicas argumentam que a utilização das mesmas reduz o uso de agrotóxicos, baixando os custos da produção. E consideram improcedentes e anticientíficos os temores de malefícios à saúde e ao meio ambiente. Os que são contrários se apegam às afirmações do ponto de vista científico; não se pode estimular os efeitos ao longo do tempo. Não se pode desconhecer, contudo, que países bem mais adiantados do que o nosso

há muito tempo empregam transgênicos e que a engenharia genética é um dos ramos mais modernos da ciência (Correio do Povo, 10/04/1999).

O argumento é de que outros países ditos “mais avançados” ou a “moderna ciência” referendam o uso de transgênicos e funcionam como uma espécie de *referendum*, de implícita comprovação ou atestado de sanidade (ou passe livre) dos transgênicos. O argumento recorre ao objeto imediato conveniente para sustentar o argumento que se estrutura como interpretante possível. Do ponto de vista da dinâmica deste objeto, observa-se que não foi exatamente isso que aconteceu na realidade, pois os países mais desenvolvidos da Europa adotaram posicionamento contrário aos transgênicos, o que de certa forma desautoriza o argumento. A não ser que o editorialista se referisse exclusivamente aos Estados Unidos e Canadá.

Assim como aquelas primeiras manifestações dos pesquisadores sobre o assunto, os sentidos que o editorialista julga importante nos transgênicos são a capacidade de competir no mercado e o aval da ciência, o que denota as virtudes dos transgênicos.

O segundo editorial a tratar do assunto aparece somente no ano seguinte, embora um grande número de informações novas sobre o caso tenha sido reproduzido pela mídia e inclusive pelo Correio do Povo, centrado especialmente na polêmica sobre a criação de zona livre no Rio Grande do Sul. Mas a motivação é outra para o editorial do dia 15 de julho de 2000, cuja titulação é apenas: “Transgênicos”. Tem por base a informação de que cientistas dos Estados Unidos, da China, da Índia, do México, da Inglaterra, do Brasil e de inúmeros países do Terceiro Mundo tinham acabado de assinar um relatório técnico defendendo a adoção de plantas geneticamente alteradas na *agricultura como forma de reduzir a fome no planeta e de melhorar a qualidade da alimentação da população*. Volta a tratar do que chamou de “acalorada polêmica em torno da liberação, pretendida pelo governo, da utilização de sementes geneticamente modificadas”. Termina mais uma vez com uma posição que ao mesmo tempo referencia a função da ciência mas volta a tratar o fato como uma questão ideológica, que impede o avanço científico:

Parece lógico que tanto a pesquisa como a utilização de produtos geneticamente modificados devam passar pelo crivo do exame científico, mas ilógico parece ser que se condenem, por posições submetidas a forte ideologização, o avanço e o emprego da biotecnologia (Correio do Povo, 15/01/2000).

Como se contraísse em espasmos anuais, foi somente a 10 de julho de

2001 que outro editorial voltou a tratar da temática, também motivado pelo posicionamento de organismos internacionais. Ou seja, discursos emanados fora do eixo da contenda regional. O título é: "A ONU e os Transgênicos". O destaque é para as recentes informações de um relatório do Desenvolvimento Humano de 2001, divulgado pela Organização das Nações Unidas na Cidade do México, que apoiava a produção de produtos agrícolas geneticamente modificados, *como fator decisivo para combater a fome que grassa em países do chamado Terceiro Mundo*. Acentua o documento que a oposição dos países ricos aos transgênicos tende a comprometer a capacidade das nações em desenvolvimento. No final do texto, novamente a interpretação do autor é bem caracterizada. Quando diz que: " O que a ONU está pretendendo é que os produtos geneticamente modificados não sofram restrições ao uso, por preconceito que não se apóia em base científica".

Reaparece a questão da ciência como central na enunciação e a palavra "preconceito" numa nova alusão ao componente ideológico já manifesto como central nos outros editoriais, em relação aos OGMs.

Em 17 de dezembro de 2001, outro editorial trata da e questão, sob o título "transgênicos em votação". Refere o clima de expectativa para a votação que estava para ocorrer na Câmara dos Deputados, do substitutivo do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO) aos projetos que regulamentam a produção e comercialização de produtos geneticamente modificados. A enunciação, já no primeiro parágrafo é de que: "O assunto é polêmico, mas o país não pode abrir mão do direito de dominar essa técnica, que reduz os custos da lavoura e tornará a agricultura brasileira mais competitiva internacionalmente".

Neste editorial, o jornal passa a declarar mais claramente o seu apoio aos transgênicos, ao apresentar as vantagens da transgenia. Somente na parte final o texto refere o posicionamento antitransgênicos. A frase final, como sempre, sentencia o pensamento dominante no texto, dizendo que "O assunto é polêmico, mas os produtores e cientistas brasileiros merecem a oportunidade de qualificar a produção nacional" (Correio do Povo, 15/12/2001).

A mesma idéia, mas, com outros contornos, aparece em 15 de março de 2002, no editorial que refere o mesmo título do primeiro sobre o assunto: "A polêmica dos Transgênicos". A motivação foi a aprovação, pela comissão especial da Câmara, do substitutivo que autorizava o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados. A proposição tinha sido aprovada pela Comissão e seria submetida à votação em plenário na Câmara e também no Senado, estabelecendo que a liberação de produtos geneticamente modificados dependeria da autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. O

editorialista chamou de “inaceitável truculência” a invasão do plenário no protesto feito pelos ativistas do Greenpeace e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. De acordo com o texto, “será quase impossível impedir o avanço da ciência em favor da transgenia, ainda mais quando utilizada para a melhoria de sementes de produtos alimentares e na elaboração de medicamentos”.

A temática, como se observa, somente aparece nos editoriais do *Correio do Povo* quando há uma motivação que refere positivamente o uso de OGMs. A enunciação continua a recorrer, como estratégia, à autoridade institucional. Isso fica claro no quarto editorial sobre a temática, que aparece somente em 6 de agosto de 2003, sob o título: “O Vaticano e os Transgênicos”.

O que se sabia até então sobre o posicionamento da igreja em relação a questão tinha origem numa declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em especial da Comissão Pastoral da Terra, que se colocava contra os alimentos geneticamente modificados. Portanto, a informação de que o Vaticano estava para divulgar um documento oficial a favor do uso de alimentos geneticamente modificados no combate à fome, foi captado como relevante pelo jornal, uma vez que se trata de uma instituição representativa do posicionamento religioso de parte da população brasileira.

O editorial lembrou, a propósito, que o discurso antitransgênico da igreja também amparava a posição do Movimento dos Sem Terra para dar curso à campanha contra o plantio de sementes transgênicas no país. A ação do MST foi sempre o alvo principal de crítica nos editoriais. Segundo o Jornal:

O Brasil está retardando a tomada de uma posição nitidamente favorável à utilização das sementes transgênicas, embora se saiba que elas têm sido largamente empregadas em grandes lavouras, como aconteceu com a última safra de soja (...). O documento que o Vaticano deve expedir outra coisa não faz do que confirmar recomendação da Academia Pontifícia de Justiça e Paz em favor dos alimentos transgênicos, elaborada pelo Colégio Científico em 2001. O relatório reconhece que os transgênicos podem ser cultivados de forma segura, com benefícios para o meio ambiente e a produção de alimentos, cujas variedades agrícolas podem dar uma importante contribuição para o problema da fome, notadamente nos países do Terceiro Mundo (*Correio do Povo*, 06/08/2003).

Pelo que se sabe, a igreja manteve uma posição de reserva com relação aos transgênicos na soja, embora tenha se definido claramente com relação ao

combate à fome. A ligação entre fome e transgênicos é uma constante no argumento favorável ao uso dessa tecnologia, o que o editorial aproveita para repercutir.

Finalmente, em 8 setembro de 2003, ainda dentro do escopo da pesquisa, aparece um editorial que trata, embora que não de forma central, da questão dos OGMs. O título é “Novos Tempos” e a motivação é a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 26ª Exposição de Animais de Esteio-RS (Expointer). De passagem, enaltece a presença do Presidente e diz que “Questões como a liberação dos transgênicos e das negociações agrícolas internacionais e a reforma agrária foram tratadas com a seriedade que se exige em relação a temas tão polêmicos e não serviram somente como instrumento de confronto político”. O texto se referia aos tensionamentos anteriores, quando os representantes das instâncias federais e estaduais se digladiaram na tribuna da Expointer em relação aos temas conflituosos, como reforma agrária e febre aftosa. A percepção do presidente conciliador foi anotada pela mídia no evento de 2003, pois havia 18 anos que um presidente da república não comparecia à cerimônia de inauguração oficial da feira.

Como se pode notar pelo número de editoriais quando se compara com o número de informes, na mesma época, sobre transgênicos no jornal (quase 2.000), os OGMs praticamente ficaram de fora da pauta dos editoriais do *Correio do Povo*, embora a questão do campo tenha comparecido fielmente às temáticas de opinião. No caso, tal aparecimento se deve a um alto contingente de editoriais dedicados às operações do MST. São inúmeras as mensagens, todas contrárias à ação do movimento, como a veiculada a 13 de abril de 2000, quando diz que:

A ideia de que dando um quinhão minifundiário a cada sem-terra o governo resolverá a grave questão fundiária é errada. Que o digam filhos e netos de antigos agricultores que viram a propriedade ancestral partilhada nos inventários. Abandonaram a atividade. Se, com eles, isso aconteceu, o que poderão esperar os agraciados com pequenos lotes por força das lutas do MST, nem todos autênticos camponeses? Precisamos é de uma verdadeira política agrária; não o reformar algo que não existe e que traz vícios seculares, se presumida sua existência.

A campanha anti-MST só fez crescer nos editoriais do *Correio do Povo*. Numa das opiniões, em 26 de março de 2002, o título é: “Terrorismo Explícito do MST”. A indignação do editorial tem origem na invasão de uma fazenda do Presidente Fernando Henrique pelos sem terra. O argumento passa a ser definitivo:

Parece que o MST está assumindo pública e definitivamente, sua condição de organização revolucionária e, justamente, às vésperas de uma campanha política pela sucessão presidencial. Resta saber se o governo dará um basta à tolerância e passará a encarar o MST como uma organização terrorista e, como tal, empregará os rigores da lei, abandonando a política da negociação que até agora vinha exercendo sem nenhum sucesso para levar o MST a renunciar à violência.

A ligação histórica entre o Movimento Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores, também passou a preocupar o jornal. Após os primeiros meses da vitória do presidente Lula, veio a cobrança desta ligação pelo *Correio do Povo*. Seis meses de governo foram suficientes para perguntar ao governo se a relação do PT com o MST é “sinceridade ou ardil”? Ao relembrar as ligações institucionais, o editorial cobrou sinceridade por parte do Governo Federal quando diz que manterá a ordem no campo, observando que:

... diante da advertência do Planalto, a pergunta bailando no ar é: até que ponto haverá sinceridade do governo ao repelir as ações do MST? O senador Roberto Freire, presidente do PPS, um partido da base governamental, disse que as declarações oficiais apenas pretendem ‘desviar a atenção da opinião nacional da atitude permissiva (sic) do governo Lula em relação às invasões de terra’. É uma grave suspeita, por vir de quem vem, uma das mais respeitáveis figuras do naipe parlamentar brasileiro. Suspeita, aliás, construída sobre um passado recentíssimo de afinidades entre as partes hoje tidas como em choque. Suspeita que não faz honra ao governo, diga-se em comentário, pois um governo não pode ser ardiloso (*Correio do Povo*, 30/07/2003).

Seria de perguntar se, na defesa dos seus interesses, todos os campos não seriam mais ou menos ardilosos, no sentido de orientar determinadas ações a fim de obter certo favorecimento. E um jornal, pode ser ardiloso? Ou seja, qual a autonomia de que goza o campo social midiático para executar suas operações de regulação da cultura interna (*status*) que o sustenta ou busca sua manutenção, sem com isso comprometer a sua credibilidade?

Observamos que o fato da temática dos editoriais combater tão fortemente aos sem-terra e ausentar-se dos transgênicos também tem alguma lógica que de certa forma faz parte senão de um ardil, pelo menos de uma estratégia.

Não se pode afirmar com segurança que o empresário tenha direta influência na condução discursiva da enunciação dos editoriais, que posiciona o jornal ao mesmo tempo a favor do cultivo de soja modificada, contra a ação

dos invasores de terra e, curiosamente, defensor da ecologia e dos direitos do consumidor. Mas não deixa de ser estranho que essa combinação aconteça.

O tema meio ambiente está presente em várias edições, dizendo que: “Há, ainda, no Brasil, pouco empenho para a solução de nossos problemas relacionados com a proteção ao meio ambiente, o que talvez se deva, justamente, pelos recursos precários de que dispomos para o cuidado que o setor merece” (Correio do Povo, 29 de abril de 2002). Ou quando mostra os danos causados pela falta de atenção ao aquecimento planetário e desequilíbrio ambiental, cuja posição fora defendida pelo Presidente Fernando Henrique na África do Sul, por ocasião da cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável. Dois editoriais, nos dias 4 e 5 de setembro de 2002 foram inteiramente dedicados ao tema. O alerta, com o fracasso nas negociações, foi que: “ficou demonstrado quão difícil é o consenso, mesmo quando, como agora, o mundo se defronta com graves riscos de deterioração do meio ambiente, vital para a sobrevivência da própria humanidade (Correio do Povo, 05/09/2002).

Interessante que, em nenhum momento, quando da discussão sobre os OGMs no Rio Grande do Sul, a questão da possível ameaça ao meio ambiente, pelo cruzamento de plantas modificadas com as nativas, tenha sido preocupação da opinião do jornal. Além disso, o próprio contexto legal não foi discutido em relação aos transgênicos na soja. Pelo contrário, ao mostrar a posição favorável ao plantio, o jornal cooptava com a desobediência às leis. Quando a temática envolvia o meio ambiente, entretanto, o posicionamento era diverso.

Para orgulho dos ambientalistas nacionais, o Brasil tem uma das legislações de meio ambiente mais avançadas do mundo. No entanto, de que adianta uma perfeição em termos teóricos, no papel, se essa mesma legislação não é obedecida, não há ninguém que obrigue a obedecê-la e as penas aplicadas quase nunca são cumpridas? (Correio do Povo, 06/07/2003).

A pergunta foi feita neste editorial ao questionar o que acontecera num pequeno município paulista onde blocos de espuma de até 4 metros, originários da poluição do rio Tietê, que corta a cidade de São Paulo, invadiram casas, praças e interromperam o trânsito e pontes da cidade. O editorial também trata do caso do Rio Grande do Sul, mas com relação ao problema da desertificação da região de Alegrete. A opinião tem a forma de uma sentença: “A leniência das autoridades, a inutilidade da fiscalização oficial e a má condução da política ambiental brasileira estão nos levando a uma série interminável de tragédias naturais”.

Com relação ao consumidor, também há no Correio do Povo um conjunto de manifestações curiosas. Sabe-se que, além de irregularmente cultivada no País, a soja transgênica transformada em alimentos de consumo direto, carrega genes modificados para a prateleira dos supermercados, sem qualquer identificação quanto a origem do produto. Assim, entra em colisão com outra legislação brasileira plenamente instituída, o Código de Defesa do Consumidor.

O jornal enaltece os 13 anos de instituição do CDC, suas principais vantagens aos consumidores e os desafios que restam pela frente, e fala, inclusive, da insegurança na área alimentar evitando, logicamente, citar o consumo de OGMs. O editorial tem como título: “As Vitórias do Consumidor” e aqui reproduzimos dois parágrafos finais, que tratam do que precisa ser feito ainda.

Os consumidores ainda carecem de informação e de acesso para a efetivação dos seus direitos. A Justiça ainda é dispendiosa e lenta e o governo federal ainda não colocou em suas prioridades uma política para a defesa do consumidor. Além disso, deveria haver maior rigor na repressão às práticas abusivas e aos produtos inseguros e de baixa qualidade.

A qualidade dos produtos não-perecíveis, como alimentos, é fator considerado complicado nas relações de consumo. Na maioria das vezes, esse item está embutido na mercadoria, sendo invisível aos olhos dos consumidores. Em 1996, o Idec publicou uma lista com 163 associações de medicamentos à base de antibióticos ineficazes. A denúncia levaria, dois anos depois, à decisão do governo federal de retirar esses produtos do mercado (14/09/2003).

Chama atenção a omissão do caso que envolve os alimentos derivados de soja modificada, dado o volume de informações e repercussão internacional do caso, além daquela presente nas próprias páginas da seção rural do Correio do Povo. Além disso, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, não apenas divulgou uma lista de produtos impróprios para consumo por conter OGMs, como mantém em sua página na Internet, deste 1999, um conjunto significativo de dados sobre soja transgênica e várias pesquisas sobre o assunto. Todas, notadamente, contrárias ao consumo.

Outra questão posta quando da discussão sobre a soja transgênica é a que envolve a transgressão legal ou contrabando. Pode-se, ampliadamente, enquadrar o caso no ramo da biopirataria, ainda que de forma invertida, pois a semente modificada veio da Argentina para o Brasil. Além disso, trata-se de um produto industrializado. Porém, é material genético que transita irregularmente, o que é fortemente contestado pelo editorial de 15 de setembro de 2003 no Correio

do Povo, que trata da questão amazônica. No final do texto, o editorial diz que o potencial genético brasileiro precisa ser preservado de todas as formas e não pode sair sem que o País obtenha lucros.

Para combater esse crime contra o meio ambiente e tirar proveito dessa riqueza em biodiversidade, o Brasil terá de investir principalmente no ser humano qualificado, que irá gerar os conhecimentos necessários para que tenhamos soberania sobre uma grande região ameaçada pela biopirataria (Correio do Povo, 15/10/2003).

Enfim, a opinião do Correio do Povo, para evitar a exposição da temática complexa, do ponto de vista empresarial, no que se relaciona aos OGMs, aparece cheia de contradições. Tais contradições transparecem, primeiro pelo número reduzido de tematizações no texto opinativo do jornal e se estendem na articulação discursiva, ao não observar e avaliar socialmente as diferenças de opiniões com relação ao impacto ambiental dos transgênicos na soja. O fato da direção da empresa jornalística ter ligações tão próximas com o próprio cultivo de soja, pode-se induzir, parece influir nesse contexto.

3.3.17. A posição oficial de ZH

Como vimos até aqui, a posição de ZH pode ser observada em vários momentos e lugares na expressão do fazer jornalístico. Como trabalhamos basicamente com os textos deste jornal na análise histórica, o institucional aparece muito, mostrando os contornos da opinião da instituição. Mas é na oficialidade dos editoriais que as mensagens se tornam claras, estampadas. Por isso, recolhemos algumas passagens, para mostrar como a opinião se manifesta e que valores institui.

Talvez se possa dizer da omissão, estratégica, do posicionamento em alguns momentos, mas não se pode dizer que os editoriais de ZH foram dúbios em relação aos transgênicos. Pelo contrário, mostraram sempre a posição favorável da empresa à tecnologia. Mesmo diante da tensão, em 1999, ZH se posiciona. Sob o título: Transgênicos e ciência, o editorial de 13/07/99 aproveita a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realizam em Porto Alegre, para dizer que o debate deve sair do âmbito político ideológico:

A politização de uma questão desta ordem, de fato, tem contribuído mais para emocionalizar o debate do que para fornecer argumentos científicos nesta área (...) A reunião da SBPC, portanto, é importante por direcionar o debate para o âmbito científico, desviando-o do político. Em qualquer caso, o essencial é que não se deixem de lado os pontos de vista do produtor e do consumidor, na prática os reais interessados na matéria. (ZH, 13/06/1999).

Antes de terminar a 51ª reunião da SBPC e apenas dois dias depois, ZH volta a editorializar o assunto para ratificar essa posição. No dia 15/07/99 sob o título: "A procura da verdade", o jornal diz sobre o assunto que:

Sendo este de ordem eminentemente científico, como ressaltaram outros participantes do encontro, não há por que reduzi-lo às dimensões de um embate partidário ou ideológico. Só há uma forma de aferir se a produção de plantas e animais geneticamente modificados é benéfica, ou, ao contrário, um equívoco irreparável. É pela pesquisa séria e continuada, sem entreechos nem preconceitos de qualquer natureza. Numa síntese admirável, afirmou Linus Pauling que a ciência é a procura da verdade e não um jogo entre opostos. Suas palavras permanecem inteiramente atuais (ZH, 15/07/99, p.20).

Observa-se que ainda neste momento, o jornal estava tratando com a noção de transgênicos de uma forma geral, não separando a discussão da tecnologia (transgenia) da questão objetiva da soja transgênica. Por isso, a questão estava focada na validade da tecnologia como um todo e, neste caso, o jornal chama pela interferência da ciência, em busca da verdade.

O jornal diz claramente que é sem paixões, mas apenas com a "pesquisa séria e continuada" que se poderá chegar a uma conclusão sobre o que representa a tecnologia para a humanidade. Isso estava a indicar um princípio básico de cautela, a fim de que ao longo de tempo se chegasse a uma definição. Porém, havia já uma posição do jornal no "jogo entre opostos", com a total ausência de referências ao texto legal do País sobre o assunto e a realidade das lavouras.

As palavras "politização", "verdade", "partidário" e "ideológico", utilizadas nos editoriais, indicializam o questionamento do jornal sobre o assunto, que recorre à tese do objetivismo, na neutralidade científica, diante do impasse. Sugere que um dos lados, o desfavorável aos transgênicos, age em função de

interesses políticos. O termo “ideológico” reforça a idéia de que o debate está em lugar errado, mas não omite (mesmo que a palavra seja usada no senso comum) que todos os campos e seus atores atuam sob essa mesma regra.

Um dos editoriais mais significativos é o que trás o sugestivo título: Os transgênicos, a ciência e a verdade, editado num sábado, dia 22/02/2003, p.12 (Figura 3).



Figura 3. Editorial sobre os transgênicos. Fonte: Jornal Zero Hora (22/02/03).

Não é comum na Zero Hora, a sua página de opinião institucional (editorial) ser inteiramente preenchida por um único texto. Não é preciso ler ou sequer ver o que está neste espaço, talvez apenas saber, para se ter idéia da importância que a temática representa para o jornal. Ao centro da página há um desenho de apoio ao texto, um hipócone (um signo concreto, materializado, que representa o objeto por semelhança) que apresenta dois carregadores de sacos (seria soja transgênica?) subindo a escada das hélices do DNA (buscando a conquista genética?). Homens como formigas obreiras, galgam novos patamares, novos e modernos cenários, numa escada futurista e apologética. Quem pode os impedir desta conquista? Pois eles estão saindo da página, estão indo ao infinito, porque a espiral é infinita.

Então, mesmo que nada se leia do texto, nada se saiba do que trata o assunto, já há iconicamente algo positivo que se busca conquistar, como se o homem estivesse numa via de sentido único. Indicialmente, isso pode representar, expressar, que a tecnologia não tem retorno, a ciência só anda para frente.

O título é de natureza simbólico, “Os transgênicos, a ciência e a verdade” reforça a noção inicial. A ordem de apresentação vai num crescendo de complexidade, que sai dos transgênicos e chega na verdade. Aponta para algo que se pretende verdadeiro. Se ligarmos os elementos icônico-indiciais do desenho com a formulação do título, pode-se depreender que a escalada da bioengenharia, que está sendo conquistada pelo homem, ainda que com o esforço de carregar peso nas costas, leva ao Olimpo da ordem e da verdade, instituída pela ciência.

Isso se repete, ao referir às palavras do cientista Linus Pauling, de que “a ciência é a procura da verdade; não um jogo no qual alguém tenta bater seus oponentes”, repetindo o editorial de 1999. O posicionamento do jornal, favorável ao uso da tecnologia dos transgênicos, entretanto, é explicitado em várias partes do editorial com destaque para a última tira de texto, onde diz:

Em todo o planeta, a biotecnologia vem deflagrando uma revolução na produção e na melhoria da qualidade dos alimentos. Ela é fundamental em um mundo no qual, segundo cálculos da FAO, 1,2 bilhão de seres humanos (SIC) padecem de fome no portal do terceiro milênio. Evidentemente é errada a posição dos que sequer admitem pesquisa tecnológica na área dos transgênicos (ZH, 22/03/2003, p.12).

O jornal apela para um discurso que anuncia a melhoria da qualidade de vida, desconhecendo a vertente ecológica que também adquire jornal. Referencia

uma questão maior, a fome no mundo (inferindo que discutir os transgênicos seria algo talvez menor), e diante da grandiosidade da problemática seria descabido obstruir a ciência e a produção de alimentos. A temática é levada para a edição de fim de ano, que sai dia 28/12/2003 quando, sob o mesmo título do dia 22/03, "Os transgênicos, a ciência e a verdade", o jornal volta ao assunto, reiterando todos os pontos do artigo anterior, mas agregando a crença no encaminhamento da nova Lei de Biossegurança.

A cobrança de alteração urgente na Lei de tal forma que se mostre "realista" está novamente presente no editorial: "Definições que faltam", do dia 27 de setembro de 2003, o que também é cobrado no dia 24 deste mesmo mês, no editorial "A hora da definição", ao terminar dizendo que "Só normas permanentes e firmes permitirão que o Brasil avance na pesquisa sobre produtos geneticamente modificados, amplie seu domínio sobre biotecnologia, garanta a saúde da população, promova a produtividade e o aumento na oferta de alimentos" (ZH, 24/09/2003).

Quer dizer, é o advento de uma nova Lei, que inclua a situação atual, de cultivo de transgênicos, ratificando o que se estabeleceu irregularmente nos campos de soja, o lugar da solução. Não há o que fazer, pois, como diz o mesmo texto, "foi a demora na tomada de posição oficial que gerou o fato consumado hoje presente em toda a cadeia da soja". Discutível, porque a questão central foi, como se viu até agora, de cumprimento de dispositivo legal por parte do Estado brasileiro, já que a posição oficial existe desde 1995 sobre a temática. Pode-se falar, isto sim, em omissão, conivência em função de posições políticas, com base no interesse econômico, sobre o assunto.

A posição oficial de ZH, por exemplo, em função do que é explícito nos dados ajustados para condicionar o discurso dos seus editoriais (modernidade, produtividade, combate à fome, etc) é de ser favorável ao cultivo de soja transgênica. Então esse é o posicionamento ao se aliar àqueles que pedem a mudança na Lei.

3.3.18. A nova Lei de Biossegurança

A tramitação da Lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados já ultrapassava dois anos quando, em março de 2005, é preparada sua votação final no parlamento a fim de seguir para sanção presidencial. A Lei envolvia duas questões polêmicas: o cultivo de transgênicos e o uso de embriões congelados nas pesquisas com células-tronco.

Naquele momento, mais de 88% da produção de soja transgênica no Brasil estava no Rio Grande do Sul e, por isso, havia grande interesse nesta disputa que se travava entre ambientalistas, preservacionistas e o setor industrial-produtivista do Estado. A questão que envolve as células tronco é ainda mais abrangente. Tanto que os especialistas alertavam a todo tempo para o erro de se misturar num mesmo projeto duas questões polêmicas e que poderiam ser tratadas em separado, ainda que dissessem respeito à biotecnologia.

A Lei tramitava desde 2003. Em outubro de 2004 o projeto foi aprovado no Senado Federal e estava na Câmara para a decisão final do parlamento. Além dos contendores naturais pelos sentidos dos transgênicos e das células-tronco, podia-se observar, também, o interesse da própria mídia. O jornal Zero Hora de 1º de março de 2005 estampa como manchete: “Câmara se prepara para votar lei dos transgênicos e das células-tronco”. O curioso deste momento é que a presidência da Câmara dos Deputados era exercida pelo deputado Severino Cavalcante, parlamentar com baixo poder de influência (baixo clero) que se caracterizava por tratar mais de questões pessoais do que conjunturais.

Porém, o Presidente da Câmara estava sob forte pressão para submeter ao plenário o texto da Lei. De um lado Severino recebia pressão dos setores produtivistas (empresários e produtores rurais) e de ambientalistas, interessados nos transgênicos e de outro por parte dos portadores de deficiência física e religiosos, na disputa pela autorização de pesquisas com células-tronco.

Na Câmara, o que se viu foi um cenário de disputas com forte apelo emocional. De um lado, adultos e crianças com distrofia muscular, em cadeiras de rodas, defendendo as pesquisas e sonhando com uma vida melhor. Do outro lado, católicos que querem barrar o projeto com o argumento de que o uso de células-tronco embrionárias é um golpe contra a vida, porque elas serão retiradas de embriões humanos guardados em laboratório de fertilização. Católico, Severino disse ser contra o texto de Perondi. Ele garantiu, porém que não vai barrar a votação (Zero Hora, 02/03/2005).

Com 352 votos a favor, 60 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei da Biossegurança no dia três de março de 2005, passando assim para a sanção presidencial. Originalmente, a lei libera pesquisa, cultivo, armazenamento, comercialização, importação e exportação de organismos geneticamente modificados (OGM), além de liberar o uso de embriões humanos para pesquisas de células-tronco com material coletado há mais de três anos.

A aprovação da lei no Congresso foi comemorada por agricultores do Rio Grande do Sul, onde todas as lavouras de soja, vistoriadas até então, cultivavam a soja transgênica antes mesmo da aprovação da lei. O diretor de produção da Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí (Cotrijal), Gelson Melo de Lima, disse que a Lei permitirá o desenvolvimento de pesquisas com plantas resistentes à seca, um fator relevante para o produtor rural no Brasil.

Ainda assim ONGs como a Greenpeace permaneceram com os protestos contra a aprovação da lei, principalmente em função da retirada do poder de veto dos Ministérios do Meio Ambiente, Saúde e Agricultura, e da interferência da população, em relação ao estudo de impacto ambiental para a liberação dos transgênicos.

Os dias que antecederam a sanção presidencial foram tensos, pois a Lei ainda estava revestida de muita discussão dentro e fora do Governo. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberou no dia 17 de março o plantio comercial de uma variedade (Bollgard) de algodão transgênico da Monsanto, resistente a insetos. A CTNBio analisaria, no dia 22 daquele mês, outros dois pedidos de plantio comercial de algodão transgênico.

A corrida das organizações privadas antes da aprovação da Lei era grande e a CTNBio aprovou vários processos. Além de autorizar o plantio comercial de algodão modificado, no meio do mês os agricultores gaúchos pediram autorização para importar milho transgênico da Argentina em função da quebra de safra, o que foi conseguido também na reunião do dia 22, mas apenas para os avicultores de Pernambuco, que haviam feito o pedido com maior antecedência.

Enquanto isso os movimentos sociais se articulavam para tencionar o Governo Federal. A Via Campesina já estava fazendo uma vigília em frente à sede da CTNBio, que duraria até o dia 24. No dia 22 um automóvel Toyota Corola identificado como 'veículo oficial da Presidência da República Transgênica do Brasil', do Greenpeace, invadiu a calçada do Palácio do Planalto, em protesto contra a aprovação da nova Lei de Biossegurança. Dois representantes do órgão ambientalista colocaram o carro ao lado da rampa utilizada em cerimônias oficiais e trancaram o volante e o freio, fugindo em seguida. As chaves foram enviadas ao governo, pelo correio, em nome de Lula. O tempo estava no fim, pois o presidente Lula tinha apenas dois dias mais para sancionar a matéria.

De um lado, o setor produtivo e a bancada ruralista queria que o texto do projeto fosse aprovado na íntegra, porém produtores e ambientalistas, discordavam sobre os pontos relacionados aos OGNs, principalmente a ministra

do Meio Ambiente Marina Silva, que pressionava o Presidente Lula na questão do veto do artigo que dava poder decisório à CTNBio, eliminando a exigência de estudo de impacto ambiental.

A regulamentação era tida como decisiva, pois liberava o governo da edição de seguidas medidas provisórias que tratavam da liberação da soja modificada todo ano, além de contribuir para a redução dos custos de produção e do propalado aumento de competitividade no país. Todas essas negociações, mobilizavam, além de parlamentares, cientistas e pacientes à espera de oportunidades para se utilizar dos benefícios da biotecnologia.

A Lei de Biossegurança foi sancionada no dia 24 de março de 2005, com sete vetos, regulamentando o plantio, a comercialização e as pesquisas com sementes transgênicas, além dos estudos com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos. O Presidente manteve o poder deliberativo da CTNBio quanto aos organismos modificados. Mas as decisões desta Comissão podem ser questionadas por meio de recursos, pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), formado por representantes de 11 ministérios.

Os vetos contidos na aprovação da Lei frustraram a expectativa dos ambientalistas e, especialmente, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O campo ambientalista brigava fortemente para tirar poderes da CTNBio. Mas por outro lado, a Lei agradou ao setor produtivo, pois derrubou os prazos para que o CNBS revisse as decisões. Na versão final, a Lei não permite mais que um projeto de pesquisa ou comercialização de transgênicos seja aprovado na CTNBio por apenas oito votos. Isso porque, apesar de a CTNBio ter 27 membros, uma sessão poderia começar com 14 membros e um projeto poderia ser aprovado por maioria simples.

Caiu também a penalidade de 2 a 4 anos de detenção com multa para quem liberar OGMs no meio ambiente. A avaliação do Planalto foi de que a pena era muito rígida para o crime, já que era praticamente a mesma para quem fizer clonagem de seres humanos.

Começa então uma nova etapa, que é justamente a aplicação da Lei. Um dos primeiros debates é a respeito da identificação dos produtos que contém gens modificados. Desde a aprovação da primeira Lei a respeito dos organismos modificados, em 1995, a questão da identificação dos produtos que contém algum tipo de alteração genética é objeto de muita discussão. Em 27 de dezembro de 2003 o Governo federal definiu que os transgênicos seriam rotulados a partir de fevereiro de 2004. O Ministério da Justiça chegou a criar um símbolo para

identificar produtos com OGMs. Tratava-se de um triângulo preto com um “tê” central em vermelho para identificar os produtos com 1% ou mais de transgênicos, mas a prática nunca foi utilizada. As empresas simplesmente se negaram a identificar os produtos, argumentando que o símbolo passa a idéia de perigo, o que conseqüentemente “assusta” as pessoas.

Com a aprovação da nova Lei, uma nova investida em relação a identificação dos produtos modificados voltou à tona. As indústrias gaúchas de suínos, aves e leite eram uma das mais interessadas no assunto e encaminharam à Casa Civil da Presidência da República, no final do mês de abril de 2005 uma solicitação para que fosse alterado o decreto 4.680, que regulamenta a rotulagem de transgênicos no país.

Antes da regulação e do funcionamento do Conselho Nacional de Biossegurança, as questões da área apareciam em profusão, principalmente em função da longa espera pela aprovação da Lei. Um dos primeiros problemas surgiu logo no meio de maio, em função da queda de safra. Mesmo sem análises de risco e medidas que evitassem a contaminação de alimentos de consumo humano, foi autorizada *ad referendum*, pela CTNBio, a importação de milho transgênico para ração animal.

O Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) contestaram a decisão e buscaram apoio no Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), criado pela lei 11.105, mas que ainda não estava regulamentado. “A CTNBio usou de prerrogativas legais para socorrer a avicultura e a suinocultura”, explicou o coordenador Geral da entidade, Jairon Alcir do Nascimento. O dirigente contesta a alegação de que o produto possa contaminar a carne dos animais. ‘Do ponto de vista técnico, quando se mói organismos vivos para ração, o DNA alterado não se replica mais’, explicou Jairon do Nascimento.

Na primeira reunião, no dia 27 de maio, a autorização sobre o milho argentino entrou na pauta do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e veio o primeiro veto. Estava proibida a importação de milho argentino geneticamente modificado (variedade NK 603, tolerante ao herbicida glifosato) para ração animal.

A reação do setor produtivo foi imediata. Ouvido pelo Correio do Povo (28/05/05) o presidente da Associação Gaúcha de Avicultores (Asgav), Aristides Vogt, disse que se a decisão “comprometer o abastecimento de milho para

alimentação dos animais, caberá ao governo encontrar outra solução” e completou: “Aqui no Rio Grande do Sul não havia entrado nada ainda, mas pedidos já haviam sido feitos”.

Ou seja, os produtores, com base na decisão provisória da CTNBio, já haviam providenciado a importação do milho. Tinha-se, então, o primeiro embate entre a CTNBio e a CNBS, tal a sina dos transgênicos.

O CP do dia 28 mostrou esse estranho comportamento ao dizer que: “O dirigente tem informações de que dois navios já teriam desembarcado parte das 40 mil t/mês do grão negociadas com o país vizinho”. A mídia praticamente não anuncia os desdobramentos da entrada de sementes ilegais no País mas um fato futuro indica o que aconteceu.

O deputado Frei Sérgio Gurgem denunciou na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 16 de novembro a venda de milho transgênico no Estado. “O grão estaria sendo comercializado em Barão de Cotegipe, região do Alto Uruguai, e contrabandeado da Argentina” (Correio do Povo, 17/11/05). O parlamentar ao fazer a denúncia no Ministério Público Federal, disse que o fato foi comprovado por meio de um teste biogenético do grão. O milho apresentava 27,5% do gene GA21, resistente ao herbicida glifosato.

A tensão continuaria, pois O CNBS decidiu reunir-se novamente somente 60 dias depois, quando os onze ministros discutiram a regulamentação da Lei de Biossegurança, que instituiu o próprio Conselho e a CTNBio.

No dia 30 de maio de 2005 o uso de embriões humanos em pesquisas de células-tronco ganhou mais um inimigo. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o dispositivo da Lei de Biossegurança, que autorizava esse tipo de experiência científica. “O artigo viola o direito à vida e fere a dignidade da pessoa humana, dois princípios da Constituição”, dizia Fonteles. Para ele a vida humana é iniciada no momento da fecundação - mesmo que essa tenha ocorrido fora do organismo feminino.

Usando trechos de publicações de cientistas especializados em reprodução humana, Fonteles incluiu no seu despacho estudos que consideram mais promissoras pesquisas com células-tronco adultas do que com embrionárias. “A Lei de Biossegurança por certo não observa a inviolabilidade

do direito à vida, porque o embrião humano é vida humana, e faz ruir fundamento maior do Estado democrático de Direito, que radica na dignidade da pessoa humana”, descreveu Fonteles.

Somente no dia 14 de junho o Ministério da Saúde encaminhou à Advocacia-Geral da União a defesa das pesquisas com células-tronco embrionárias, mas as ações avançavam rapidamente, pois o governo federal iniciava o financiamento das primeiras pesquisas do Brasil com células-tronco embrionárias. Promoveu por meio de Edital e passou a receber os primeiros 104 projetos de instituições interessadas em obter financiamento dos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia para desenvolver células-tronco embrionárias e adultas. Os projetos disputam R\$ 11 milhões oferecidos pelo governo para o desenvolvimento de estudos incluindo embriões, que foram permitidos com a aprovação da Lei de Biossegurança em março.

Os eventos para discutir o uso de células-tronco, então aprovadas para pesquisa, proliferaram no Brasil. Em Porto Alegre, no início de agosto, acontece o 1º Simpósio Nacional sobre Células-Tronco, destinado a avaliar a utilização dos diversos tipos de células-tronco adultas e a possibilidade do uso de células-tronco embrionárias. O evento, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado (Cremers), reuniu especialistas, pesquisadores e até pessoas que podem ser beneficiadas com o uso terapêutico de células-tronco.

As células-tronco adultas já eram usadas em larga escala no tratamento de doenças nervosas, cardíacas e ósseas. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) estudava as células-tronco embrionárias em animais de laboratório. Mas nem todos os campos sociais saudavam a possibilidade de manipulação gênica. Reunidos em Itaici (SP) para a 43ª Reunião da CNBB, na primeira quinzena de agosto, os bispos brasileiros redigiram uma declaração chamada: “Exigências Éticas em Defesa da Vida, que o Congresso reveja a Lei de Biossegurança”. Lembram a carta na qual o presidente Lula assumia compromisso de que seu governo ‘não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos’. Tentam pegar o presidente pela palavra: ‘Confiamos que tais propósitos sejam traduzidos em gestos concretos, inclusive quando isso exigir o exercício de seu poder de veto’, diz a declaração.

No final de setembro, mais um simpósio, desta vez a quarta edição do Congresso Brasileiro de Biossegurança e do Simpósio Latino-Americano de Produtos Transgênicos, acontecia em Porto Alegre. O congresso reuniu 90 especialistas de diversos países e tratou da segurança dos alimentos e o papel

da biotecnologia na qualidade de vida das pessoas, entre outros temas. Logo no início do conclave os representantes emitiram o que chamaram de 'Manifesto Farroupilha' em prol de mais investimentos no setor de biotecnologia.

'A pesquisa não pode viver com insegurança. A lei de biossegurança tem de ser aplicada com segurança. Não podemos virar a cada momento as regras do jogo', defendeu ontem a presidente da Associação Nacional de Biossegurança (Anbio), Leila Oda, no evento que se estende até a próxima quinta-feira em Porto Alegre. Na sua avaliação, a nova legislação pode contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, 'desde que não surjam novas regras a todo momento' (Correio do Povo 26/09/2005).

Em 23 de novembro de 2005 a Lei de Biossegurança foi regulamentada. A portaria que criou a comissão foi encarregada de formar uma lista de três cientistas para integrar a CTNBio, Os pesquisadores que compuseram a lista tríplice foram indicados pelas sociedades científicas, SBPC e Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Os agentes públicos tinham pressa em realizar a primeira reunião porque desde março daquele ano a CTNBio estava sem atividade. Neste período a Comissão já acumulava 417 processos de novas pesquisas, que aguardavam parecer.

Mesmo regulamentada, a nova Lei não estava agradando determinados segmentos, que solicitavam ampliação no uso de genes. Na Embrapa, que trabalha com a técnica na área vegetal, os pesquisadores acreditavam que algumas pesquisas seriam prejudicadas. "Do jeito que está, a regulamentação coíbe tecnologias que são muito interessantes para o Brasil", disse ao Jornal da Ciência o pesquisador Francisco Aragão, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Jornal da Ciência, 26/11/2005).

Mesmo assim, a regulamentação da Lei era comemorada pelo Ministério da Agricultura. O Ministro Roberto Rodrigues disse que "Finalmente temos um projeto que nos dá o deslanche para avançar rapidamente" (jornal da Ciência, 26/11/2005).

Toda a demora na regulamentação da Lei foi ocasionada pelas divergências que se prolongaram mesmo após a sanção presidencial. Acontece que integrantes do governo continuavam a divergir sobre o quorum para a

aprovação da comercialização de organismos geneticamente modificados e também sobre a criação de um dispositivo que impediria que integrantes da CTNBio participassem da análise de processos nos quais viessem algum interesse pessoal ou profissional. Mais uma vez a tese da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva saiu vencedora. Ela e o Ministério da Saúde defendiam o quorum de 2/3 para a aprovação da comercialização de transgênicos. Porém, os Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia pregavam apenas maioria simples.

O decreto de regulamentação diz que a CTNBio passaria ser composta por 27 membros, sendo 12 doutores com notório saber científico nas áreas de saúde humana, animal e vegetal e meio ambiente, além de representantes de nove ministérios, e seis especialistas nas áreas de conhecimento de defesa do consumidor, saúde, meio ambiente, biotecnologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador.

Os pesquisadores, indicados pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, a partir de nomes selecionados por uma comissão *ad hoc*, constituída por membros externos à CTNBio e representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Uma das questões polêmicas da regulamentação diz respeito aos processos de liberação comercial de OGMs. A Lei diz que as decisões da CTNBio devem ser tomadas com votos favoráveis de pelo menos dois terços dos seus membros (18). Nos demais casos, as decisões serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta dos membros (14).

A demora na regulamentação ocasionou uma série de tensionamentos entre os diferentes setores, mas foi a falta de consenso interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), especialmente sobre a liberação comercial dos transgênicos, o que mais influenciou na demora do anúncio pelo governo.

Foram oito meses de debates no âmbito do governo entre os defensores da biotecnologia, abrigados nos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Agricultura, e os ambientalistas dos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. As divergências estavam centradas em dois temas: o quorum necessário para a aprovação da comercialização de organismos geneticamente modificados e a criação de um dispositivo que impediria que integrantes da CTNBio participassem de análise de processos em que, de alguma forma, possam ter interesses pessoais ou profissionais. Venceu a ala ambientalistas, que defendia o quórum de dois

terços para a aprovação da comercialização de transgênicos. A maioria simples foi mantida apenas para a aprovação dos pedidos de pesquisas.

Por parte do setor agrícola que trabalha com a cultura da soja no Rio Grande do Sul, a regulamentação foi mais uma oportunidade para comemorar. No dia 24 de novembro o Correio do Povo titula que o "Setor festeja publicação de lei", mas a redação da notícia mostra as condições ajustadas e a visão do jornal para tal situação:

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, saiu vitoriosa na disputa pela representatividade do quórum da CTNBio necessária para a liberação comercial dos transgênicos. O decreto n.º 5.591, publicado ontem no Diário Oficial, exige a aprovação de 18 dos 27 membros que farão parte da CTNBio, isto é, dois terços. Os ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior queriam a maioria simples, ou seja, 14 membros. Segundo o consultor jurídico do MMA, Gustavo Trindade, o decreto trata adequadamente do previsto na Lei da Biossegurança. A liberação das pesquisas com OGMs, entretanto, ficará sob a decisão da maioria simples (Correio do Povo, 24/11/2005).

Por seu turno, o ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, também tinha motivos para comemorar a medida, já que o impasse que se arrastava criou sérios problemas para o escoamento da safra. 'Agora temos uma orientação legal', disse ao Correio do Povo (24/11/2005). A mesma euforia não era observada pelos setores representativos dos produtores, pois a exigência, imposta pela Ministra do Meio Ambiente, de maioria absoluta dos membros da Comissão de Biossegurança para a aprovação do setor, poderia "prejudicar os avanços".

O editorial do Correio do Povo do dia 24 estava posicionado. Dizia que: "O Brasil perdeu muito tempo e arcou com o atraso na pesquisa científica, prolongando uma polêmica sobre temas que, em outros países, notadamente no mundo desenvolvido, já não mais estavam sob debate" (Correio do Povo, 24/09/06).

Segundo o coordenador de Biossegurança do Ministério da Agricultura, Marcus Vinícius Coelho. Depois disso a CTNBio emitiu inúmeros pareceres favoráveis à liberação comercial de produtos geneticamente modificados, soja tolerante a herbicida e algodão resistente a insetos foram os primeiros, também passaram a ser inscritas no Registro Nacional de Cultivares dezenas de variedades de soja, algodão, milho e outros produtos geneticamente modificados.

IV - As significações dos transgênicos

A partir dos dados relativos ao movimento das principais instituições e atores que se manifestam sobre os transgênicos, pode-se construir um quadro sistemático de significações, pois são inúmeros os interpretantes manifestos e possíveis de vir à tona quanto se trata de assunto complexo como o que estamos tratando. A opção factível, entretanto, foi de agrupar as manifestações emitidas, a partir da constante recursividade de cada segmento ao sustentar suas idéias. Foi neste espaço (das manifestações) que cada campo se envolveu e suas idéias se desenvolveram, deixando ver regularidades, mudanças de posicionamento e contradições.

O quadro apresentado a seguir é uma tentativa de sintetizar as idéias básicas de cada segmento e não pode ser lido como fixo, imutável, porque não é assim que acontece em relação ao pensamento que grassa nos diferentes campos. Da mesma forma que os indivíduos, enquanto agentes, os campos estão em constante mutação. Como vimos no início deste trabalho, um campo é antes de tudo um espaço social onde as forças dos diferentes agentes se enfrentam em busca de que suas ideias predominem e assim possam exercer o poder sobre os demais. Então não se pode imaginar que ocorra uma constante harmonia de pensamento, mas uma tensão, que resulta da interação das várias forças, dos vários capitais (vertentes associadas às diferentes idéias, por vezes predominantemente políticas, econômicas, sociais, etc).

Em função dessa luta pelo poder, não é outra coisa o que aparece no espaço público do que aspectos relativos às operações de cada campo. Não quer dizer que tais políticas apareçam apenas ali, porque entendemos que estão presentes nos diferentes movimentos da sociedade.

Subdividimos as noções utilizadas preferencialmente nos discursos dos respectivos campos sociais pelos seus aspectos conotativos, que se referem às características e especificidades, atributos da significação do fenômeno, para

cada segmento. Referem-se ao objeto (imediatos), porque é o que aparece nos discursos e são sintetizados numa palavra, o que denominamos *termos*.

Outra noção é o que isso representa para os segmentos. O sentido com que é apresentado refere a sua iconicidade. Remete para algo parecido, de força semelhante, para que os interlocutores compreendam do que se trata. Ou seja, é a significação, que emerge através dos interpretantes. Expressa comportamentos, que funcionam de acordo com o propósito de quem os opera, determinando assim a prevalência de um ou outro sentido.

Como resultado, o quadro abaixo (**Quadro 2**) apresenta a primeira coluna que se refere aos termos apresentados. A coluna central refere o respectivo campo social onde esses termos são mais utilizados e a última, refere os sentidos, ou a sua significação para o segmento em pauta. Ou seja, aquilo que é comunicado pelo signo no interpretante.

Quadro 2. Principais significações dos transgênicos nos campos sociais. Embrapa Clima Temperado, 2010, Pelotas - RS

Termos	Campos Sociais	Significação
<ul style="list-style-type: none"> • Modernidade • Combate à fome • Maior economia • Competitividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnológico - Econômico - Empresarial - Político-desenvolvimentista - Agrícola 	Impacto positivo Solução avançada, Sustentação econômico-Social
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação • Ecologia • Ambientalismo • Defesa/consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> -ONGs, associações -Político-ambientalista -Científico-universitário 	Medo, ameaça, problema Impacto negativo Agressão à natureza
<ul style="list-style-type: none"> • Cautela • Informação • Investigação 	<ul style="list-style-type: none"> -Científico -Especialistas -Consumidores -Político 	Incerteza, dúvida Possibilidade de ser algo Necessidade de dados Esclarecimento do que se trata.

Além deste exercício, ainda resta uma questão ainda mais severa em relação à significação, relacionada ao termo transgênico em si, no Rio Grande do Sul. Lendo-se a história é possível entender como o termo vai evoluindo, mas algo permanece estável. Isso porque, praticamente todas as remissões levam na direção de interpretantes para soja transgênica, e mais especificamente, soja desenvolvida pela multinacional Monsanto, cujo uso é casado com o herbicida (*Randoup*) produzido pela mesma empresa, e que foi cultivada irregularmente no Rio Grande do Sul, com sementes vindas da Argentina.

Uma das primeiras constatações é que no Rio Grande do Sul (RS) a referência à palavra “transgênicos” está ligada ao cultivo da soja e mais especificamente à tecnologia lançada por uma multinacional da área de sementes (Monsanto). A empresa investiu estrategicamente no avanço da engenharia genética e passou a dominar a técnica da transgenia, transformando-se num dos maiores conglomerados de biotecnologia do mundo, com faturamento que chegou a U\$ 4,8 bilhões em 2002. Conta com cerca de 12 mil funcionários e está radicada em todos os continentes.

Quando se fala de transgênicos, portanto, refere-se um conceito que se reporta a um objeto que tem origem no desenvolvimento científico-tecnológico, acionado e mantido por interesses de outros campos, com destaque para o econômico-comercial. Quer dizer que o fato em si, transgenia, poderia não ter impacto algum no RS, não fosse um forte (e neste caso determinante) aspecto da economia global, mas vinculado também à esfera local, a do usuário, que se impôs no quadro de interações da realidade (mercado real competitivo dos agricultores) que usam sementes modificadas.

Em princípio, então, a expectativa comercial do investimento econômico feito na transgenia se confirma quando o uso da técnica proporciona vantagens comparativas aos usuários, reforçando indicadores referentes ao aumento do retorno (rendimento em produtividade e produção), proporcionado pela economia de 20 a 30% na preparação e condução das lavouras. Revisando a trajetória, trata-se de um fato, que se dá num contexto, despertado por interesses de ordem econômica e comercial e que tem repercussões significativas em outros campos.

Assim que, não se pode perder de vista essa leitura. Pois é esse o entendimento, que expressa o olhar, o comportamento dos atores sociais envolvidos nesta disputa de sentido diante da realidade. Observa-se que é a situação, a conjuntura onde o fato se desenrola, que estabelece as condições para que o sentido seja este e não outro. Quando se fala de transgênicos, nestas condições, há uma conotação naturalizada para a cultura da soja, o que de certa forma obscurece uma análise circunstancial do plano maior da tecnologia da transgenia, suas potencialidades e limitações.

Sintetizando, pode se dizer que na esfera pública há não apenas um, mas muitos transgênicos, resultante do que emana da semiose, isto é, da comunicação dos campos sociais, amplificada e espalhada pela mídia. Mas, voltamos a dizer, a referência original é para apenas uma de suas aplicações, no amplo espectro de possibilidades tecnológicas. Ou seja, é referente a apenas um dos aspectos do objeto dinâmico *transgenia*. Mais específico ainda, considerando que se refere à inclusão de um único gen direcionado a inibir a

ação de um agroquímico na cultura da soja e não a outros de seus inúmeros usos e possibilidades.

Outros termos, de uso comum em Zero Hora, também indicializam para as noções presentes sobre o assunto, como:

Politização – no sentido de que o debate está deslocado para o interesse notadamente político;

Ideologia – para advertir o componente das forças partidárias na discussão;

Verdade – refere a intereferência da ciência, única forma para sanar as dúvidas sobre o assunto;

Fome – como fonte de argumentação contra a oposição à tecnologia dos transgênicos. Estabelece um impasse: ou a tecnologia, ou a fome no mundo.

Estes termos funcionam como indícios da crença fixada nesse setor. Neste caso, identificamos a crença ligada ao método da tenacidade, descrito por Peirce em 1877. Ou seja, “o homem julga que, se conseguir manter-se fiel à sua crença sem vacilar isso será inteiramente satisfatório” e lhe trará grande paz de espírito (Peirce, 2004, p. 6). Acontece que o homem vive em comunidade e, nesta interação, passa a receber influência de outros homens. Gera-se, então, um conflito que precisa ser equacionado.

4.1. Para uma compreensão

Pode-se dizer que, do ponto de vista do fato em si (no enquadramento da terceiridade semiótica), o caso transgênicos emerge na discursividade midiática do Rio Grande do Sul como algo estabelecido. Ou seja, não se trata de uma situação duvidosa que vai crescendo a partir de signos indiciais e assim vai evoluindo até se concretizar. Quando se fala de transgênicos, com o sentido denotado para o cultivo de soja, já há uma área de lavoura de amplo domínio, o que se expressa como fato incontestável. O conceito está em plena atividade e, talvez por isso, tenha suscitado tantos interpretantes e a conseqüente polêmica, o que só fez crescer nos últimos anos.

Não se pode dizer que a expansão da soja modificada no Brasil aconteceu de forma acidental. Pelo contrário, houve uma transgressão velada, em

praticamente todos os campos agricultáveis com o produto agrícola no Rio Grande do Sul. O produtor adquiriu alguns sacos de sementes contrabandeadas da Argentina e depois fez a multiplicação para as safras seguintes, de forma consciente, ainda que em confronto com a legislação vigente.

O governo liderado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão ocorreu o desenvolvimento da temática sobre legislação dos OGMs no Brasil não conseguiu dar um desfecho para a questão ou adotar um posicionamento objetivo do Governo, que implicasse numa maior segurança aos seus diferentes segmentos e representantes. Assim, as posições sempre foram oscilantes e oscilante permaneceu em relação ao tema o Governo que chegou ao fim em 2002.

O fato de os interesses comerciais subsumirem às questões legais se apresenta ainda mais controverso em função da forma como esses informes chegam à sociedade, subtraindo um agendamento por outro, sem qualquer preocupação com os registros anteriores. Em ZH são poucos os registros de recuperação textual, recompondo os inúmeros passos que demarcam a historicidade dos transgênicos. Na esfera pública, cada ato parece dizer uma realidade momentânea, descontextualizada.

Uma vez disseminada a idéia (denotação) sobre a tecnologia dos transgênicos e suas implicações, não quer dizer que o mesmo tenha acontecido com os significados a respeito do assunto. Observa-se que a mídia opera na discursividade abastecendo-se exatamente dos diferentes posicionamentos, das várias versões no entrecampo de opiniões. Na polissemia, são os aspectos conotativos que interessam, com as peculiaridades que demarcam os espaços discursivos dos atores.

A existência da polêmica demonstra, do ponto de vista semiótico, o efeito de determinação lógica da força demarcatória de cada campo social, ao representar suas políticas. Registra-se, neste sentido, uma tensão permanente quando da aproximação na direção de esclarecimento tanto dos significados, quanto das idéias sobre eles (interpretantes) e assim dos próprios conceitos. Tal tensão envolve também com maior clareza a(s) política(s) ou atitude empresarial dos jornais envolvidos. Isso, logicamente, não seria intencional ou temático, mas acontece, em função da importância e complexidade do assunto. Muitas vezes, como no caso dos editoriais do *Correio do Povo*, o jornal se mostra ao não falar.

Para o campo da ciência a questão do esclarecimento tem sido crucial, pois dessa prerrogativa depende o sucesso de grande parte das ações que

desenvolve. De certa forma, a ciência requer como base para entendimento do seu campo a necessidade de esclarecer, dentre as inúmeras possibilidades de significação, o que está sendo tratado num determinado momento específico. Por isso, é importante para a ciência saber que quando se fala de transgênicos no Rio Grande do Sul, há uma conotação natural para a cultura da soja e não para a técnica da transgenia em suas amplas possibilidades de uso e limitações.

Sempre pressionado, o campo político tende a operar dentro das lógicas que o regulam, buscando a satisfação dos segmentos que representa e assim mantém-se pressionado pelas tendências de opinião. No caso dos transgênicos a saída têm sido difícil, e o comportamento foi de desvencilhar-se das decisões mais agudas, transferindo-as para o campo jurídico, diante da pressão da opinião pública.

Existem algumas explicações para o fato de uma Lei Federal brasileira e a realidade não se ajustarem. Uma delas é que o modelo liberal, globalizador e de redução do estado, que se ajustava à política pró-transgênicos do governo Fernando Henrique, não combinando com a severidade da legislação sobre segurança na área biológica. Isso porque, essa situação foi pensada para um cenário diferente, pelo mesmo governo FHC. Na época da Lei, a idéia era atender interesses da indústria farmacêutica norte-americana, a fim de planificar os entendimentos do Brasil com a lógica comercial norte-americana. Com o tempo, a Lei se volta contra os interesses comerciais do Governo, o que mostra por um lado a visão e competência dos técnicos que a redigiram e por outro a volatilidade político-ideológica do Governo.

Pode-se dizer, também, que a efetiva regulação não está, no caso dos transgênicos, condicionada à esfera institucional, de onde emana a maioria dos discursos. A regulação emerge informalmente nas operações da esfera social e evolui. Neste plano da realidade, as orientações são reguladas pelos interesses imediatos, nos quais a busca pela manutenção, pela preservação de renda e dos negócios, é imperativa. São ações substancialmente orientadas pelo econômico, relacionadas ao lucro (Monsanto) e neste sentido se ajustam os interesses (busca pelo estado de bem-estar, qualidade de vida, *status*) dos acionistas da multinacional e dos produtores rurais. Isso não justifica, mas ajuda a explicar a desobediência civil e a falta de atenção aos direitos dos consumidores. A política, a justiça e as demais instituições civis e públicas buscam ajustamento, mas têm se mostrado impotentes.

Um bom exemplo surge em setembro de 2003, quando o Governo Federal, já nas mãos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cedeu ao argumento econômico, autorizando a colheita e comercialização de

soja transgênica, fato este que se repete para a safra de 2004. Equação complicada para um partido que, em 1999, emitiu uma nota na imprensa contra a soja transgênica, tanto que a atitude (atual) foi tentar separar as ações de governo e da política. Então, esse governo cede também aos argumentos do seu Ministério do Meio Ambiente e incluiu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na medida provisória que autorizou o plantio de soja modificada em 2003. De acordo com este estranho instrumento, os agricultores passaram a assinar um documento atestando que estão praticando um ato ilícito e se responsabilizando por qualquer prejuízo que isso possa causar. O TAC passa a ser um instrumento oficial que legitima o descumprimento da lei. De acordo com o TAC quem plantar o produto modificado sem assinar o termo não poderá comercializar a safra nem obter financiamentos de instituições oficiais federais.

A classe política e, neste caso, no exercício do poder, diante da dificuldade em instituir o cumprimento legal, opera um movimento de transferência de responsabilidade, como se pode identificar em muitas oportunidades com relação ao tema. A novidade mais recente foi adotar instrumentos de transferência de constrangimento.

Como questão de fundo, deve-se levar em conta que o desenvolvimento e a preocupação com o ambiente são questões que estão cada vez mais acopladas no mundo contemporâneo. Uma das preocupações centrais é o crescimento acelerado e desordenado no mundo, com reflexos diretos para o ambiente natural. As fontes sobre a escalada da intervenção nem sempre são precisas, mas não omitem o fato de que o uso das tecnologias implica, irremediavelmente, em algum tipo de impacto e nisso não vai qualquer juízo de valor.

Ainda que ajustadas à mesma perspectiva, a biotecnologia dos transgênicos, sua utilização pelos produtores rurais e a discussão pública, precisam levar em conta as lógicas que regulam os respectivos campos. Neste sentido, a discursividade midiática, enquanto lugar de cruzamento de sentidos, é espaço privilegiado. Ali os campos sociais se apresentam, instituindo sentidos que buscam, ao fim, sustentar as prerrogativas de suas posições, o que não é novidade, porque se trata de disputa no espaço público. O conceito sofre naturalmente o embate dessas injunções de tal forma que não se pode falar de uma noção, mas de várias, adequadas à multiplicidade de interesses em jogo. Nessas condições o conceito *transgênicos* se move na dinâmica social e sofre modificações.

Uma revisão elementar desses comportamentos mostra que as motivações e os interesses da indústria tecnológica podem agir em detrimento de outros interesses, especialmente os que regulam formal ou informalmente a

relação homem-natureza-economia-tecnologia. Na medida em que essa ordem se inverte, atropelam-se regulações judiciais, condicionamentos ecológicos e o próprio comportamento ético ou bioético.

Essa dinâmica é condicionante para algo que está relacionado ao significado da palavra *transgênicos*, em sua contínua passagem e atualização experimental através dos comportamentos. *Transgênicos* é um conceito ativo, vivo, como todo conceito, mas neste caso envolto de uma acelerada atenção da mídia e da sociedade, o que se pode comparar com os casos do domínio atômico, da AIDS ou da clonagem no século XX, ou das células-tronco e nanotecnologia no presente. Isso porque, os conceitos estão imersos na semiose, marcada pelo dissenso, pelo contraditório e pelos múltiplos interesses.

No caso específico dos transgênicos da soja, pode-se dizer que, enquanto signo, “transgênicos” pode receber interpretações variadas, pois são inúmeros os interpretantes (dinâmicos), o que não implica dizer que se referem à mesma coisa e tampouco que estejam sujeitos ao mesmo ordenamento de princípios. Isto é, o objeto “Transgênicos” determina logicamente no mundo vários interpretantes dinâmicos, de tal forma que se pode entender provisoriamente como vários transgênicos, porque são várias expressões suas que tendem, na busca lógica pela verdade, a serem devidamente explicadas, enquanto conceitos.

Em parte isso se deve à pressão ideológica dos campos e, também, em consequência da tendência pela desqualificação do discurso do outro. Afinal, tudo parece se ajustar ao que diz Martin-Barbero (2001, p.37) sobre o estatuto da comunicação. Uma vez que observada a partir da institucionalidade, a comunicação passa a ser uma questão de meios. Ou seja, trata-se da produção de discursos públicos cujas operações se afinam com aquelas que regem os interesses privados.

Porém, é a questão dos fins da comunicação que mais chama atenção no caso dos transgênicos. Refere-se à própria constituição do sentido das coisas e do que fazer diante dos fatos. Assim, mais do que sustentar uma ética da comunicação é preciso antes fortalecer uma ética da sociedade. Ou, como aponta Habermas, é decisivo definir critérios de verdade com a efetiva mediação da ética do discurso. A racionalidade ética, como se sabe, é fundada a partir da esfera social, da comunicação entre os agentes. Neste espaço pode emanar a validade da prática moral e é possível falar numa epistemologia pela qual, tanto as proposições factuais quanto normativas podem ser fundadas no argumento.

4.2. Para refletir sobre os fatos

Grande parte das enunciações que se apresentam na discursividade midiática dos jornais do Rio Grande do Sul, não diferenciam o processo tecnológico da transgenia do fenômeno transgênicos para a soja, produzida pela empresa Monsanto. Na medida em que esta é a significação corrente, dá conta por um lado da dinâmica interpretativa a respeito do conceito e, por outro, revela uma dimensão que envolve muitos e antagônicos interesses. Ou seja, as interpretações correntes quando se discursa sobre os transgênicos (objeto dinâmico) denotam para uma de suas faces (objeto imediato) e se destinam a dar conta de uma questão objetiva da realidade, sendo isso o que efetivamente representam (interpretante dinâmico).

Pode-se dividir os posicionamentos a respeito do assunto em três grandes grupos, que se revelam simbolicamente. Os favoráveis, os contrários e os cautelosos em relação aos transgênicos para a soja. Termos como **modernidade, combate à fome, economia e competitividade**, são os preferidos para justificar a posição do grupo favorável, que envolve preferencialmente o campo tecnológico, econômico, empresarial, político-desenvolvimentista e agrícola. Para estes, a tecnologia significa a única forma de sustentação econômico-social.

Nos segmentos que se mostram contrários aos transgênicos para soja, as expressões mais utilizadas são **preservação, ecologia, ambiente natural e defesa do consumidor**. ONGs, associações ambientalistas e preservacionistas, o campo científico e, especialmente, o universitário vêm a tecnologia dos transgênicos para soja como ameaça e com severos desdobramentos negativos para a natureza.

Em busca de maior esclarecimento e procurando separar as noções dos transgênicos na soja e as técnicas da transgenia estão os **cientistas, especialistas de áreas afins**, como os vinculados aos **campos jurídico e político e segmentos de consumidores**. Para estes, diante da polêmica, os transgênicos significam incerteza, dúvida e necessidade de dados mais precisos.

Quanto ao comportamento dos campos sociais, no caso brasileiro aponta-se a submissão de interesses políticos em relação ao tema. Mesmo com a existência de Lei específica que regula o cultivo de organismos modificados e uma Comissão (CTNBio) para cuidar da execução de tais regulamentos, ações políticas foram desencadeadas para burlar o cumprimento legal. Tais ações

privilegiaram o segmento econômico e de mercado em detrimento de cuidados e precauções com os possíveis impactos de tais organismos na natureza e no homem.

Assim que, o conceito transgênicos ao denotar para o caso da tecnologia da soja transgênica, move-se na dinâmica social significando coisas diferentes, uma vez que apenas determinados aspectos são elevados à enunciação no discurso midiático, de acordo com os interesses e hábitos de cada campo social em disputa. Embora a tendência seja pela manutenção do *status* (e por isso os impasses), os campos modificam suas estratégias discursivas toda vez que se sentem ameaçados em seus valores. Um bom exemplo é a mídia. Um jornal importante, como *Zero Hora*, alterna posicionamentos e eleva enunciadores de acordo com as oportunidades econômico-comerciais, enquanto o *Correio do Povo* se mantém fiel e invariante aos princípios empresariais que os mantém e se revela amplamente favorável à nova técnica.

Assim que, quando se trata de transgênicos, haveria a necessidade de acertar continuamente as bases da conversação a fim de, produtivamente, estabelecer de que transgênicos, exatamente, se está tratando. Essa condição esclarecedora poderia permitir que qualquer interlocutor se posicionasse com relação ao assunto, podendo, eventualmente, mostrar julgamentos favoráveis a determinados procedimentos e desfavoráveis em relação a outros. Afinal, a prática interpretativa semiótica pode levar ao consenso apenas a respeito do que se está tratando. Tal esclarecimento é decisivo, pois leva a que os intérpretes apontem, com o decorrer do tempo, para o que efetivamente é verdadeiro sobre o fato.

Enquanto isso, os múltiplos transgênicos aqui analisados estão, ao mesmo tempo que expostos, resguardados em suas bases institucionais e pelos hábitos, de onde saem estrategicamente para se apresentarem no enquadramento midiático. Ao se apresentarem estão incorporados na ação concreta, pela conduta dos seus membros ou representantes. Os comportamentos, ao funcionarem como símbolo das regulações dos segmentos, definem a situação para cada campo social. Ou seja, são muitas as situações, contextos, porque são vários os segmentos e diferentes motivações. Neste estudo identificamos pelo menos três variantes.

A superação desse impasse, cujo fenômeno está estruturado pela força do hábito, pode começar pelo esclarecimento, pela clareza dos conceitos, pelo que significa, pelo pensamento que está associado a isto e a que objeto efetivamente se refere. Assim definidos, pode-se separar, com mais clareza, o conceito "transgênicos" e sua amplitude da respectiva noção de transgenia e

suas aplicações e implicações. Isso não é tudo, pois a bioética clama pela análise criteriosa dos efeitos da engenharia genética, mas já é um começo.

Do ponto de vista da mídia, mais do que sofrer pressões e constrangimentos dos vários campos sociais em disputa, ela se abastece exatamente desse debate e da ausência de consenso. Neste sentido, para a indústria da mídia, seria interessante que o debate persistisse. Mais do que isso, a mídia ao segmentar as informações, descontextualizar, reduzir, sintetizar, para cumprir com o formato da notícia, a partir das forças dos vários segmentos, age como protagonista do processo de significação, na medida em que ao propor, difundir, legitimar e assim favorecer sentido, simplifica as possibilidades de significação.

Por outro lado, se é verdade que a temática é regulada por componentes econômico-comerciais e político-ideológicos com desdobramentos em outros campos, não se pode desprezar a força de mecanismos informais, da sociedade não organizada, mas ativa e capaz de abstrair de valores como tradição e ordem jurídica para instituir sua vontade, baseada em valores outros e assim tensionar instituições e forçar desdobramentos.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, B.; COSCODAI, M. **História da filosofia**, São Paulo: Best Seller, 2002. 480 p.

ADORNO, T.W.; GABRIEL, C. A indústria cultural. In: **Comunicação e indústria cultural**. Org. Gabriel Cohn. São Paulo, editora Nacional, 1978. p. 287-295.

AMARAL, L. **Os transgênicos e o consumo brasileiro**. Disponível em: <www.apriori.com>, Acesso em: 26 set. 2003.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 3. ed. São Paulo: Unesp, Hucitec, 1993. 439 p.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 476 p.

BATISTA, W. Ética e contemporaneidade: sujeito e destruição do destino. In: KOSOVSKI, E. **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. 200 p.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 316 p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 2001. 232 p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 698 p.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade: a era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 532 p.

DILLENBURG, S. R. **Correio do Povo: história e memória**. Passo Fundo: Ediupf, 1997. 158 p. DURIGAN, P. L. **Desobediência civil**. In: "A priori", Internet. Disponível em <<http://www.apriori.com.br/artigos/desobediencia.shtml>>. Acesso em: 10 jan 2005.

ESTEVES, J. P. **A Ética da Comunicação e os Media Modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenskian, 1998. 200 p.

FARIAS, J.L. Direito de resistência: uma ação social organizada para efetivação dos direitos fundamentais. **Revista Universo Jurídico**. <www.uj.com.br>, setembro, 2003. Acesso em set. 2008.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**. estudos sobre a AIDS, São Paulo. Hacker, 1999. 145 p.

FESTINGER, L. **Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 100 p.

FIDALGO, A. Manual de semiótica-2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em: 20 out. 2004.

GALVANI, W. **Os bastidores da Caldas Jr**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 589

GITLIN, T. **The Whole World Is Watching**. Berkley, Ca: University of california Press, 1980. 97 p.

GIDDENS, A . **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 177 p.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: na essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 235 p.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa**. Madrid: Taurus, 1999. 249 p.

HEEMANN, A. Natureza e Sociedade: a controvérsia sobre os alicerces da conduta humana. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 1, p. 9-19, jan/jun. 2000.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001, 160p. 3. ed.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad. poder**. México: SigloXXI/UNAM/PNUMA, 1988. 130 p.

LEI DE BIOSSEGURANÇA. In: CIB. Internet. Disponível em <<http://www.cib.org.br>> Acesso em 15/12/2004.

LIPOVETSKY, G. **Métamorphoses de la culture libérale**. Quebec: Liber, 2002.

LIPOVETSKY, G. **Somos hipermodernos**. Extra classe, Porto Alegre, n. 84, p. 12-14, ago. 2004.

MAGALHÃES, M.O. **História do Rio Grande do Sul**. Pelotas: revista Armazém Literário, 2002. 100 p.

MARX, K. **Crítica da economia política**. Lisboa: Presença, 1977. 148 p.

- MARCUSCHI, L. A . **A análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. 130 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. Nuevos itinerarios de la investigación. In:
MONSANTO. Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2003.
- MONSANTO. Pelotas, 2004. Folder.
- PEIRCE. C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva 2000. tradução de José Teixeira Coelho, do original *The Collected Papers* de *Charles Sanders Peirce*. 220 p.
- PEIRCE, C. S. **A fixação da crença**. Universidade de Beira Interior, tradução de Anabela Grandin Alves. 49 p.
- PESSINI, L.; BARCHIFONTEINE, C. de P. de. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 2000. 240 p.
- PIZZI, J. **Ética do discurso: A racionalidade ético-comunicativa**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994. 158 p.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília, DF: Universidade de Brasília , 1981. 130 p.
- Revista Preços Agrícolas, São Paulo: n. 143, p. set. 1998.
- ROCHA, A. J. A.; NAVES, M. A; SOUZA, J. da C. **Guia do meio ambiente: coletânea de temas**. Brasília:Tablóide, 1992. 90 p.
- RODRIGUES, A. D. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Presença, 1994. 200 p.
- RODRIGUES, A. D. **O Discurso mediático**. Lisboa: 1996. 75 p.
- RODRIGUES, A. D. **A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem**. Lisboa: Edições Colibri, 2001. 100 p.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York: The Free Press, 1995. 314 p.
- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995. 220 p.
- SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 190 p.
- SCHIRMER, L. **RBS: da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alere: L&PM, 2002. 140 p.

SHOLZE, S.H.C. **Patentes, transgênicos e clonagem**: implicações jurídicas e bioéticas. Brasília, DF: Editora Universidade Brasília, 2002. 304 p.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002. 238 p.

SODRÉ, M. Ética, política e psicanálise. In: Kosovski, E. **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. 99 p.

SHORT, T. *The growth of symbols*. Lisboa: Cruzeiro semiótico v. 8, p. 81-7, 1988.

SIDEKUM, A. **Ética e alteridade**: a subjetividade ferida. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002. (Coleção Focus, 9).

SIQUEIRA, D. da C. O. **A Ciência na Televisão: mito, ritual e espetáculo**. 1996. 120 p.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 190 p.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**. uma teoria social da mídia.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THOREAU, H.D. **A desobediência civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 132 p.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**. México: Programas Educativos, 1983. 239 p.

TRAQUINA, N. **O Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001. 230 p.

WALTHER-BENSE, E. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Perspectiva 2000. 200 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981. 200 p.

ZANONI, M. RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 1, p. 143-165, 1984.

ANEXOS

Cronologia do início dos transgênicos no Brasil

- 1995 - A Monsanto lançou nos Estados Unidos uma semente transgênica de soja capaz de resistir a um herbicida, a Roundup Ready. Nesse primeiro ano, 10 mil agricultores americanos cultivaram 50 mil hectares com a nova soja.
- 12 de setembro de 1997 - O então ministro da Agricultura, Arlindo Porto, negou, em Washington, o pedido feito pelo secretário da Agricultura dos Estados Unidos, San Glickman, de exportação de soja transgênica para o Brasil. A existência de sementes geneticamente modificadas em solo brasileiro é permitida apenas para testes. Nesse período, 34 áreas experimentais eram cultivadas com produtos como soja, fumo, milho e batata.
- 15 de dezembro de 1997 - Militantes do movimento ambientalista Greenpeace tentaram impedir que um navio atracasse no Porto de São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina, para descarregar 34 mil toneladas de soja transgênica procedentes dos Estados Unidos. O produto foi importado pela Ceval Alimentos. De acordo com a empresa, o óleo e o farelo seriam reexportados.
- 6 de janeiro de 1998 - A Polícia Federal recebe a denúncia de que grandes lotes de sacas de soja transgênica estariam sendo contrabandeadas da Argentina para o norte gaúcho. Conforme o delegado Antônio João Ruschel, não foi encontrada soja geneticamente modificada nas áreas investigadas em Passo Fundo.
- 19 de fevereiro - A polícia recebeu a denúncia anônima de que galões com plantas de soja transgênica poderiam ser encontrados perto do aeroporto de Passo Fundo. A Embrapa examinou as plantas e concluiu que eram provenientes de sementes transgênicas. A autoria do crime de contrabando e plantio não foi comprovada.
- Abril de 1998 - Na França, a direção da Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Estado (Centralsul) faz os primeiros contatos para uma possível exportação de soja tradicional, com identificação. Até agora as negociações não foram concluídas.
- Maio de 1998 - O presidente da Centralsul, Mário Bertani, encaminha um pedido para que o governo gaúcho proíba o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul. A proposta é de implantação de um pólo de grão tradicional para atender especialmente ao mercado europeu. .

- 29 de junho - A Monsanto enviou oficialmente o pedido da liberação da soja transgênica à Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio). A sociedade civil teve 30 dias para se manifestar.
- 29 de julho de 1998 - O Greenpeace obteve, na 6ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, liminar que obriga o fabricante a identificar ingredientes transgênicos nos alimentos.
- Julho de 1998 - O prefeito de Espumoso, Mário Bertani, encaminha à Câmara de Vereadores um código ambiental que proíbe o plantio de plantas transgênicas no município. A matéria ainda não foi votada.
- 12 e 13 de agosto de 1998 - A CTNBio se reuniu para avaliar pedido da Monsanto, de liberação do plantio de soja transgênica. Foram solicitadas à empresa informações adicionais.
- 19 de agosto de 1998- O representante do Greenpeace Roberto Kishinami encaminhou ao governo gaúcho o apoio formal da organização para que o Estado se transforme em um pólo de produção da soja natural.
- 4 de setembro de 1998- A consultora do Greenpeace Marijane Lisboa entrega ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, um pedido para que o plantio de soja transgênica não seja liberado no país. Na Expointer 98, Marijane apela para que secretários da Agricultura analisem o assunto, no próximo fórum, no mês de outubro, em Campo Grande (MS), com a perspectiva de mercado de único país grande produtor de soja tradicional.
- 15 de setembro de 1998- A juíza Raquel Fernandez, da 11ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, concedeu liminar impedindo a autorização do plantio da soja Roundup Ready. A ação cautelar foi impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).
- 16 de setembro de 1998- Começa a reunião da CTNBio que deveria se encerrar com a votação do parecer sobre a soja transgênica.
- 18 de setembro de 1998- O representante do Ministério do Meio Ambiente da CTNBio, Lídio Coradin, pede vistas do processo de solicitação encaminhado pela Monsanto. A decisão é transferida para o dia 24 de setembro.

- 24 de setembro de 1998- A CTNBio anunciou a conclusão da análise do pedido de liberação do plantio comercial da soja transgênica pela Monsanto. O parecer foi favorável, com garantias de que o produto não oferece risco ao ambiente, nem à saúde humana. Mas para que o produto possa ir ao mercado é preciso que o Ministério da Agricultura aprove a comercialização da semente. Nesse dia, representantes do Greenpeace realizaram manifestação contra as conclusões da CTNBio.